O Complexo arqueológico dos Perdigões e a construção da paisagem em Reguengos de Monsaraz

Lucy Shaw Evangelista

Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Arqueologia

Universidade do Porto
Faculdade de Letras, Novembro de 2003

Orientação: Profª. Doutora Susana Oliveira Jorge

Dedico esta tese aos meus pais, à minha avó Isaura e ao meu tio Telmo

Índice

1 Da teoria à prática: para a definição de alguns conceitos teóricos 7

1.1 Arqueologia, Arqueologias: enquadramentos teóricos actuais 7

1.2 Objectivismo, Subjectivismo: problemas centrais na ciência social 13

1.3 Texto, Textos: arqueologia e cultura material 18

1.4 Espaço, Espaços; Tempo, tempos: para uma delimitação de conceitos em Arqueologia da Paisagem 23

1.4.1 Espaço em Antropologia 23

1.4.2 O Espaço em Arqueologia 25

1.4.3 Tempo. Periodização. Sequência regional. 34

2 Arqueologia pré-histórica em reguengos de monsaraz 38

2.1 Descrição formal da zona de estudo: Possibilidades e limites da investigação 38

2.1.1 As condições para a investigação 41

2.2 A investigação arqueológica em Reguengos de Monsaraz: principais investigadores e publicações 44

3 A apropriação do espaço em Reguengos de Monsaraz durante a pré-história recente: uma sequência regional? 48

3.1 Antecedentes humanos 48

3.2 Neolitização e O início do Megalitismo 53

3.3 Neolítico Final/ Calcolítico inicial 60

3.3.1 As datações absolutas 60

3.3.1.1 Datações em Espanha 60

3.3.1.2 Datações de Reguengos de Monsaraz 61

3.3.1.3 Datações absolutas do Neolítico Final/ Calcolítico do Alentejo Interior 62

3.3.1.4 Discussão dos dados 63

3.3.1.5 Sítios de vida (cf. Fig. 2) 66

3.3.1.6 Sítios de morte 69

3.3.1.7 Os menires 79

3.3.1.8 A Arte Rupestre 84

3.4 Complexo dos Perdigões: resultados dos trabalhos de campo desde 1997 86

3.4.1 Primeiras impressões 86

3.4.2 A prospecção de superfície 89

3.4.3 Os dados de escavação 91

3.5 Ambientes funerários dos Perdigões: os Sepulcros 1 e 2 95

3.5.1 O Sepulcro 1 95

3.5.2 O Sepulcro 2 101

3.5.3 A questão dos *tholoi* ou Sepulcros com falsa cúpula 105

3.5.4 Integração da necrópole dos Perdigões na evolução do fenómeno funerário Calcolítico do Concelho de Reguengos de Monsaraz 116
3.6 Os resultados da análise dos elementos materiais do Recinto dos Perdigões 122
3.6.1 A componente cerâmica não campaniforme 123
3.6.1.1 UE 26 – sector 3 124
3.6.1.2 Monumentos Funerários 1 e 2 125
3.6.1.3 Restante Povoado 126
3.6.1.4 A cerâmica campaniforme 129
3.7 Os Perdigões e os locais de vivência no Calcolítico de Reguengos de Monsaraz e do sul 129
3.7.1 Fossos e Cercados: uma nova realidade 141
3.7.1.1 Breve integração europeia e o caso do SO da Península Ibérica 141
4 Conclusões 155

5 Agradecimentos 162

6 Bibliografia 163

7 Anexos 174
7.1 Sepulcros de falsa cúpula (tholoi): listagem e Mapa de distribuição 174

"Although we might be quite convinced by an understanding we have managed to achieve, it is good to accept fallibility and not to become complacent. Is this not indeed the character of reason? Rationality is not an abstract absolute for which we can formulate rules and procedures, but is better conceived as the willingness to recognise our partiality, that our knowledge and reasoning are open to challenge and modification. "
(Shanks e Hodder, 1995: 6)

"Theory can operate in two ways: it can facilitate the formulation of ideas about certain conditions, where those ideas then demand some kind of empirical investigation, or it can orientate our way of looking at and interpreting certain conditions. Either way, theory must be embedded into the practices of our discipline and must withstand an evaluation of its adequacy in dealing with particular problems and interpreting particular conditions."
(Barrett, 2001:142)

Nota Introdutória

O problema é sempre começar. Como e por onde. Elaborar uma tese de mestrado significa partir de um ponto de semi-ignorância em relação a um tema e chegar a um outro lugar de conhecimento, de forma a poder defender uma ideia que se apresenta como algo de coerente e válido.

O percurso que nos leva de um lugar ao outro é necessariamente pessoal e algo solitário. Representa um processo de crescimento interno, uma tentativa de aprendizagem que é mais ou menos lenta, dependendo das circunstâncias da partida e do percurso.

No nosso caso, partiu-se com muito pouco não se pretendendo chegar, de forma nenhuma, à constatação de uma verdade absoluta, se é que tal coisa existe. Esse processo envolveu escolha, selecção, procura de significado, muita incerteza, estabelecimento de ligações entre as diversas temáticas surgidas, alguma critica, diálogo interno com um só interveniente. O resultado será o registo de uma interpretação, entre as muitas possíveis, sujeita a modificações e criticas.

Parece-nos incoerente e sem fundamentação científica iniciar a elaboração de um trabalho como o da presente tese de mestrado sem estruturar, do ponto de vista teórico, o nosso pensamento em relação à forma como devem ser tratadas em Arqueologia, determinadas questões. Assim, o primeiro passo a dar visa emoldurar teoricamente o nosso trabalho para, depois, à luz dos princípios estruturantes da nossa linha de trabalho,

desenvolver o lado mais prático das problemáticas envolvidas, de forma a que tudo possa terminar (e mais difícil do que começar é terminar algo...) na defesa de uma ideia, a tese.

O resultado final não apresentará nada de completamente novo nem de revolucionário, desembocando antes num trabalho em que se acredita, mesmo que as linhas de pensamento e os modelos apresentados tenham já sido desenvolvidos por outros a quem, certamente, muito devemos.

1 DA TEORIA À PRÁTICA: PARA A DEFINIÇÃO DE ALGUNS CONCEITOS TEÓRICOS

1.1 ARQUEOLOGIA, ARQUEOLOGIAS: ENQUADRAMENTOS TEÓRICOS ACTUAIS

A Arqueologia, ciência prática e teórica e por isso inevitavelmente empírica e abstracta, sofreu mais desenvolvimentos nos últimos vinte anos do que em toda a sua história. Já vários autores se debruçaram sobre a história da evolução do pensamento teórico da Arqueologia. Exemplos como os de Bruce Trigger (1989), muito embora só trate dos desenvolvimentos ocorridos até ao final dos anos 90 e por isso obviamente omisso sobre os avanços mais recentes, ou Jorge de Alarcão (1996) que se debruça sobre as possibilidades de convergência entre as várias correntes numa rara incursão portuguesa pelos meandros da teoria arqueológica, ou Shanks e Tilley (1987), no livro que lançou as bases para uma revolução epistemológica na teoria arqueológica, são algumas das referências essenciais para a compreensão e enquadramento dos desenvolvimentos da ciência arqueológica ao longo dos últimos 100 anos.

Não pretendendo repetir os feitos dos autores mencionados mas antes tentando enquadrar o presente trabalho, pareceu-nos útil delinear de forma sumária esses desenvolvimentos.

A arqueologia histórico-cultural foi quase exclusivamente a única praticada até à década de 60 do século XX. Com o objectivo final de definir grupos de culturas, limitava-se à realização de uma história factual, assente na criação de classificações tipológicas. O processo evolutivo das sociedades é, nesta perspectiva, explicado através de mecanismos externos de imigração ou difusão e todas as problemáticas que ultrapassem o estudo tipológico da cultura material ou a eventual análise da situação económica das sociedades pretéritas, são quase completamente ignoradas.

A escola da "Nova Arqueologia", ou processual, lançou as bases para uma forma de pensar mais ousada. Embora continuasse a defesa acérrima do positivismo que apenas admite como método de trabalho válido o da hipótese/dedução, cujo universo de leitura jamais pode ultrapassar os limites do empiricamente testável, do objectivo, assistiu-se, não obstante, ao surgimento das explicações económicas, tecnológicas e ambientais como factores essenciais para o entendimento do desenvolvimento das sociedades. As culturas arqueológicas deixaram de ser olhadas como o somatório final dos seus tipos artefactuais preservados, todos igualmente significativos, sendo a

diferença entre eles meramente estilística. Passaram a ser olhadas como configurações, como sistemas funcionalmente integrados. O objectivo da Arqueologia passava por compreender as mudanças nas culturas arqueológicas em termos de processos culturais.

Dessa forma, os comportamentos culturais deviam ser explicados em todo o seu leque de semelhanças e diferenças (Binford,1962;1965). Para enquadrar tudo isto, exigia-se uma aplicação rigorosa dos cânones positivistas com o objectivo de eliminar qualquer tipo de elemento subjectivo e estabelecer as bases para a interpretação objectiva e científica dos dados arqueológicos.

A obsessão com as regularidades no registo arqueológico, cujo estudo deveria impedir a Arqueologia de se tornar num campo de estudo particularista e não generalizado, pretendia levar à formulação de leis gerais de dinâmica cultural. Este facto deixava de fora a possibilidade de integração de estudos históricos na investigação arqueológica, por serem conotados com noções como cronologia, descrição e preocupação com as ocorrências acidentais. A eventual relevância dos factores ditos psicológicos era totalmente negada. Aliás, os arqueólogos da nova Arqueologia continuam a condenar as explicações sobre a mudança nas sociedades pré-históricas que invoquem factores psicológicos conscientes ou inconscientes. Como afirmou Binford: *"Archaeologists are poorly trained as palaeopsychologists"* (Binford, 1972:198). No entanto, durante os anos 80, vários dos praticantes da Nova Arqueologia procuraram formas de poder lidar com os aspectos cognitivos das sociedades passadas, no seio da moldura teórica do pensamento processual. Esta abordagem "cognitivo-processual" (Renfrew e Zubrow, 1994) procurou alargar o campo de estudo da já então designada "tradicional" arqueologia processual, dando ênfase a aspectos sociais e cognitivos mas sem rejeitar nenhum aspecto do trabalho anterior. Em vez disso, identificaram as relações entre tecnologia e ambiente como sendo os factores chave na determinação dos sistemas culturais e através deles dos comportamentos humanos.

Torna-se impossível falar dos desenvolvimentos na teoria arqueológica, mesmo quando é feita de forma muito genérica, sem mencionar a corrente Marxista, surgida nos anos 30. Muitos autores têm chamado a atenção para as semelhanças óbvias entre a Nova Arqueologia e o materialismo dialéctico (Trigger 1989: 326; Renfrew & Bahn,1991:405). Ambas as abordagens entendem as mudanças culturais como um processo evolucionista e tentam encontrar as regularidades inerentes a esse processo. Concordam também com o carácter forte dessas regularidades e com o facto de poderem ser abordadas utilizando uma moldura teórica materialista. Dão preferência à explicação das mudanças ocorridas dentro dos sistemas culturais durante longos períodos de tempo,

deixando de lado o papel exercido pelas migrações e os difusionismos, conceitos típicos da escola histórico-cultural.

Também os estudos tipológicos e tradicionais levados a cabo para estabelecer cronologias ou entender as variações espaciais da cultura material foram abandonados, apelidados de antiquados, correspondendo a este processo uma cada vez maior interpretação funcional dos dados arqueológicos.

No entanto e apesar destas semelhanças, nas teorias de alto nível para a explicação dos dados arqueológicos as duas correntes afastam-se. Enquanto que a Nova Arqueologia adoptou várias formas de determinismo ecológico e demográfico para a explicação das formas de adaptação das diferentes comunidades ao meio, considerando os principais factores de mudança como exteriores aos sistemas culturais, tratando por isso os humanos como "vítimas" passivas de forças que estavam fora do seu alcance, o materialismo dialéctico coloca a principal causa das mudanças culturais dentro do âmbito social, onde adopta a forma de uma competição entre diferentes grupos de uma mesma sociedade para alcançar o controlo da riqueza e do poder. Isto sem negar a importância dos factores ecológicos como limitadores das formas de comportamento humano, principalmente nas primeiras fases do desenvolvimento humano.

Mesmo nas suas formulações mais mecanicistas e evolucionistas, o Marxismo concede sempre um papel central aos seres humanos que tentam salvaguardar os seus próprios interesses como membros de um grupo social.

Esta diferença sobre o papel atribuído ao Homem pelas duas correntes é explicada pelos marxistas como resultante da crescente desumanização da sociedade, mercê do desenvolvimento do capitalismo, que destruiu a possibilidade da existência de sistemas económicos baseados na iniciativa individual.

Assim, embora os princípios básicos da Nova Arqueologia advogassem o estudo de todos os aspectos dos sistemas culturais, a sua concretização limitou-se, na maioria dos casos, à definição das uniformidades existentes entre eles, através da identificação dos constrangimentos ecológicos que moldaram o comportamento humano. No entanto, hoje em dia e no que concerne aos processos adaptativos das comunidades humanas ao meio em que actua, é reconhecido aos factores tecnológicos e económicos um papel muito mais intenso e claramente mais reconhecível, do que o desempenhado pelos constrangimentos ecológicos.

Outros grandes aspectos do comportamento humano como as crenças religiosas, a estética ou o conhecimento científico, foram quase ignorados.

Esta abordagem meramente ecológica aos problemas da arqueologia ditou o falhanço desta corrente e lançou vários arqueólogos na busca de outras interpretações para o registo arqueológico, reconhecendo-se o papel vital das estruturações ideológicas, imaginárias e até simbólicas das comunidades pretéritas, que constituíam mais do que meros epi-fenómenos. Começava-se a pôr em causa a neutralidade ética ditada pelo positivismo.

De facto, a Nova Arqueologia ou Arqueologia funcional-processual como muitos lhe chamam, começou a ser alvo de críticas de diversos quadrantes da comunidade arqueológica, logo a partir de meados dos anos 70.

O somatório destas críticas, materializadas principalmente nos trabalhos dos arqueólogos britânicos Michael Shanks, Christopher Tilley e Ian Hodder, procurou estabelecer novas formas de abordagem que ultrapassassem as limitações da Nova Arqueologia e também da Arqueologia Marxista tradicional.

O principal objectivo desta nova corrente era ultrapassar o paradigma da Nova Arqueologia que baseava as suas orientações teóricas e práticas exclusivamente nos fenómenos reais, ou seja, nos fenómenos reconhecíveis mediante a observação directa e empírica dos dados arqueológicos.

Perante a rápida destruição e desaparecimento dos vestígios do passado, a questão central colocada é a seguinte: como fazer a ponte entre o presente em que nos encontramos e esse passado ausente, tentando recriar, a partir dos restos materiais, a dimensão simbólica e imaginária em que estão inseridos, sem perder a objectividade na abordagem, ou melhor, contornando o problema específico da Arqueologia neste campo que é o da dupla subjectividade (somos humanos a estudar outros humanos, que nada nos podem dizer).

Melhor dizendo, se por um lado foi conseguido um consenso mais ou menos geral sobre como deve ser feita a observação prática dos vestígios do passado deve ser feita, ou seja, por meio de metodologias científicas detalhadas que passam por processos de prospecção, de escavação e de análise cuidada dos dados obtidos, as divergências começam quando se discute o tipo de informação que é retirada desses mesmos dados de cultura material por forma levar a cabo a prática da ciência arqueológica. E qual é o objectivo final desta mesma prática arqueológica? É a arqueologia a ciência do comportamento humano, dos processos culturais, ou a ciência histórica dos vestígios do passado?

As tentativas de resposta a este problema dentro da escola pós-processual levaram à materialização de algumas sub-correntes cada uma das quais com uma proposta de trabalho diferente.

Felipe Criado Boado (1999: 7) resume aquilo a que chama as três vagas do pós-processualismo:

1) A primeira vaga terá surgido entre 1980-1986 sobre a influência do Estruturalismo e da Antropologia Simbólica e procurou reconstruir o sentido dos vestígios do passado a partir do seu contexto, a partir das relações contextuais do registo arqueológico. Neste sentido são especialmente importantes os trabalhos de Ian Hodder (1982a, 1982b, 1987a, 1987b).
2) A segunda vaga da escola pós processual, correndo de 1986 a 1991, foi influenciada pela Hermenêutica e procurou reconstruir o sentido perdido do registo arqueológico, reproduzindo a intenção do agente social individual ou colectivo produtor desse mesmo registo (Shanks e Tilley, 1987; Tilley, 1990).
3) A tendência mais recente, desde o início dos anos 90, direcciona a forma de pensamento arqueológico para a chamada Arqueologia da Percepção ou Fenomenológica. Este posicionamento defende a possibilidade de se aceder ao sentido original do registo arqueológico a partir da nossa percepção actual desse mesmo sentido, considerando-se possível uma continuidade entre aquilo que é ser e aquilo que é perceber[1] (Barrett, 1994; Shanks, 1992).

A mudança de paradigma dá-se, então, pela passagem da Explicação dos factos arqueológicos, típico da Nova Arqueologia, para a Interpretação, bandeira da escola Pós-Processual. Nesta, o problema central para o que se consideram ser os limites e possibilidades da Arqueologia como ciência, ou seja, se deve cingir-se ao material ou se possui métodos válidos para aceder a dimensões não materiais ou imaginárias.

No entanto, o debate persiste. A sua origem, nos anos 60, com o aparecimento da Nova Arqueologia, funda-se na tomada de consciência da necessidade de uma abordagem critica às teorias e métodos praticados até então e da discussão teórica dos problemas, na qual a Arqueologia se devia abrir ao contributo de outras ciências, principalmente à História e às ciências sociais em geral. O pós-processualismo levou esta teorização ainda mais longe e a Arqueologia ganhou uma maturidade nunca vista com uma actualização sobre os conteúdos das outras ciências e uma integração no debate

teórico em que já não se "pede emprestado" aos outros campos científicos, assumindo-se que também temos algo a dizer às outras disciplinas.

Em países como a Inglaterra, têm proliferado publicações de pura teoria arqueológica a par da realização de fóruns de debate, sendo mesmo possível "*...to exist in archaeology largely as a theory specialist...*" (Hodder, 2001: 1). Ou seja, se o debate continua a existir é porque assistimos ao surgimento de teorias altamente especializadas e ligadas ao leque de interesses de diferentes investigadores. Numa ciência com uma área de estudo tão ampla ninguém pode estudar tudo ao mesmo tempo e a diversidade resulta do colocar questões diferentes e da diversidade dos contextos de produção de conhecimento arqueológico (Hodder, 2001: 5).

Em Portugal, infelizmente, são raros os contextos em que o debate é possível e a arqueologia permanece "presa" a formas de abordagem fechadas aos problemas em que reina a componente empírica e positivista. Este tipo de postura teórica, tão válida como qualquer outra desde que correctamente fundamentada, tem sido assumida em Portugal de forma pouco sustentada.

Aliás um dos consensos atingidos no seio desta discussão é o assumir como incorrecto a tentativa de fixar um só significado a qualquer objecto material. Nas palavras de Victor Buchli (1997:191):

> *"Since it is considered by most of us distasteful if not immoral to fix a single meaning (to any material object, meu parêntesis), how are we to negotiate the plurality of associative meanings let forth? Once we have relinquished our authority we cannot say that only certain kinds of associative meaning sanctioned by our professional institutions are legitimate and others (say, the claims of New Agers, historical theme parks, Druids or my next door neighbor) are not."*

Naturalmente, não é possível fugir durante mais tempo aos avanços teóricos e práticos que a Arqueologia tem vindo a sofrer ao longo da última década, tal como, em Portugal, se torna imprescindível uma actualização do discurso teórico e uma integração dos novos conteúdos formulados na forma de fazer arqueologia.

---

[1] O que constitui de resto um dos princípios básicos da chamada filosofia fenomenológica de Dilthey, por exemplo.

1.2 OBJECTIVISMO, SUBJECTIVISMO: PROBLEMAS CENTRAIS NA CIÊNCIA SOCIAL

Para acompanharmos a evolução dos significados e das aplicações de conceitos teóricos à arqueologia é necessário um recuo absoluto até se chegar ao estádio primário das premissas envolvidas em toda a produção do conhecimento. Ou seja, as diferentes abordagens teóricas aplicadas à Arqueologia resultam de uma ramificação que se multiplica e replíca a partir de um tronco base comum a todas as formas de produção de conhecimento. Cada abordagem teórica representa, antes de tudo, uma escolha e uma selecção relativamente ao que se considera epistemologicamente válido para reger aos princípios da produção científica. Isto sem esquecer, obviamente, que cada indivíduo está sujeito às contingências do contexto geral em que vive e à forma como se conjugam as esferas particulares da sua existência.

A existência deste conflito latente entre material e imaginário prende-se com os mecanismos de construção da racionalidade moderna que assentou os seus pilares na aceitação implícita de uma visão Cartesiana do mundo onde os antinómios Natureza/Cultura e de Corpo/Mente apresentam princípios opostos que se contradizem de forma real ou aparente, tendo estado na base, qualquer que seja o partido que se tome, do desenvolvimento da forma de pensamento Ocidental (Thomas, 1996; Valera, 2000c).

Assim, o Homem é normalmente visto como um corpo biológico, ser Natural, um invólucro de materialidade palpável e empiricamente estudável, a que foi acrescentado uma capacidade de pensar, e que actua sobre a Natureza, exterior a ele, humanizando-a. Tal é o resultado da revolução científica e do Iluminismo em que nasceu a era moderna e onde o Homem tomou o lugar de Deus no centro da criação e explicação de todas as coisas.

> *"In consequence, vision has become the dominant metaphor for the acquisition of knowledge, and observational science has gained a pre-eminent position in the definition of reality and truth. Object and subject have been split, so that Man becomes the active subject who observes a passive nature, the object of science.* "(Thomas, 2001:167).

Uma das repercussões da separação entre natureza e cultura foi a *lenta "divisão administrativa do trabalho intelectual, com as ciências ditas exactas e Naturais de um lado e as sociais de outro"* (Valera, 2000c: 113).

A necessidade de criação de outras formas de abordagem originou fórmulas epistemológicas alternativas que aceitavam múltiplos modelos explicativos e de percepção do conhecimento.

Deixando de lado as ciências exactas, cujas angústias existenciais são certamente bem menores, por versarem sobre elementos absolutamente objectivos, restam-nos as ciências sociais onde a Arqueologia aparentemente já se enquadra, ou melhor dizendo, se quer enquadrar.

Este movimento pendular entre objectivismo e subjectivismo das análises em ciência ou teoria social (dois princípios filosóficos que no seu estado puro representam extremos que devem ser rejeitados), é marcadamente notório no âmbito das outras disciplinas que acompanham a Arqueologia no conjunto das ciências sociais e humanas.

A relação da Arqueologia com a História tem contonos algo estranhos. Achar-se-ia que as duas deveriam estar intimamente ligadas, até pela noção generalizada de que a primeira nasceu da segunda, sendo mesmo considerada por alguns como um instrumento da história. No entanto, tal ligação nem sempre é visiível. Aliás, os arqueólogos não têm normalmente demonstrado mais do que um interesse passageiro pela História.

Não é nossa intenção agora realçar ou expor com pormenor a relação da Arqueologia nas suas diferentes fases de desenvolvimento teórico com a História mas sim dar a entender que a História, tal como a Sociologia, se debate com os mesmos problemas epistemológicos da Arqueologia. Que função e influência tem a acção do ser individual e que capacidade tem ele de alterar a estrutura em que se insere? Qual o peso desta estrutura social? *"No man (or woman), then, is an island – but the exact nature of the relationship between structure and agency remains a key problem in social theory"* (Last, 1995: 149).

O desenvolvimento da Escola dos Annales fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1926 é bem demonstrativo e um bom exemplo da tomada de posições diferentes em direcção a uma ou outra tendência. De facto, e embora haja uma propensão para a apresentar como um conjunto de abordagens unificadas, a verdade é que as várias gerações representativas desta corrente demonstram aproximações à História bem diferenciadas (Last, op. Cit.). A primeira geração, a dos seus fundadores, quis abrir a ciência histórica à multidisciplinaridade, ultrapassando o paradigma da

História política e dos grandes protagonistas para se virar para o estudo de questões predominantemente sócio-económicas. Foram rejeitadas as noções de objectivação que apelavam ao recontar da História como ela realmente aconteceu e partiu-se para campos nunca antes explorados como o da História das Mentalidades e das Ideias ou mesmo de incursões no campo da Psicologia Histórica (Lefebvre) ou das representações colectivas (Bloch).

Fernand Braudel, por muitos considerada a figura central da Escola dos Annales, assumiu inicialmente uma atitude claramente conotada com a primazia da Estrutura sobre o Indivíduo, elemento que tem aliás, muito pouca preponderância em obras essenciais como *La Méditerranée et le monde méditerranéan à l'époque de Philippe II.* Dos três níveis temporais de mudança histórica que definiu (História dos eventos, média duração e a longa duração) a terceira foi sem dúvida a privilegiada. O estudo da região do Mediterrâneo foi realizado em função das suas características geográficas e topográficas, sendo a estrutura geomorfológica o elemento central e constrangedor do desenvolvimento dos eventos históricos.

Este desinteresse óbvio de Braudel pelas Mentalidades ou pelos elementos históricos mais ligados ao indivíduo explica-se pelo facto de considerar que o verdadeiro contexto histórico se encontrava a um nível estrutural muito mais profundo (Last, op. cit.). Por várias vezes tal postura foi atacada, tendo sido apelidada de determinista, e acusada de dar uma importância deficiente às questões da agência e das práticas humanas no decorrer da História, relativamente às suas molduras geográficas estruturais.

As tentativas de procurar assumir a História como ciência, levou a terceira geração da escola dos Annales a aproximar-se dos métodos quantitativos, da História Serial. Ao mesmo tempo prosseguia uma nova vaga de historiadores interessados nas mentalidades como Jacques Le Goff ou Georges Duby. Este movimento contínuo, ora mais virado para as questões estruturais e objectivas da História ora virada para sectores mais particularistas num *"process more of oscillation than of resolution"* (Last, 1995: 144), revela uma falta de teorização explícita dos elementos em causa. Daí a dificuldade da sua aplicação à prática arqueológica

Na verdade, alguns sociólogos lidaram um pouco melhor com estas questões. Discutir agência e estrutura, implica problematizar as questões de fundo inerente à teoria social e à estruturação da própria ciência, tal como a tendência para privilegiar um dos elementos em detrimento do outro determina, de imediato, uma postura teórica diferenciada. Provavelmente, o problema não tem resolução e teremos o prolongar infinito de tomadas de posição contrárias, ou em defesa da Estrutura como moldura

condicionantes das práticas e comportamentos dos indivíduos, ou em direcção a uma ciência mais subjectiva (para os críticos menos científica) com posturas de recusa perante o carácter "fantoche" dos indivíduos ao longo do processo histórico e no seu enquadramento social.

A chegada a um consenso é ideologicamente impossível e é por isso que os trabalhos de Giddens e Bourdieu representam as duas grandes perspectivas que intentam ultrapassar o dualismo objectivista e subjectivista, integrando construtiva e dialecticamente Estrutura e Agência (Bourdieu, 1977, Giddens, 1979 e 1984).

De uma forma absolutamente sumária, podemos dizer que ambos criam um corpo teórico que suporta uma proposta de interacção entre o meio estrutural e as acções dos indivíduos que nela se movem. No caso de Giddens, esta proposta materializa-se na frase mil vezes citada de que "*as propriedades estruturais dos sistemas sociais são simultaneamente o médium e o resultado das práticas que recursivamente organizam*" (Giddens, 1984: 25).

Pierre Bourdieu define o conceito de *Habitus* (Bourdieu, 1990a e 1990b) como um sistema de disposições estruturadas, estruturantes e duráveis que são produzidas historicamente e ao qual a prática está condicionada. O ênfase colocado no seu trabalho vai, no entanto, para a defesa da ideia de que as formas de acção mediadas pelo habitus não partem de intenção ou da volição consciente mas sim do tipo de acção inconsciente, representando um nível de conhecimento prático das coisas conhecidas mas que não têm de ser ensinadas, ou seja que não respondem a um processo normativo de aprendizagem não sendo por isso conscientemente articulados. Para melhor explicar este tipo de comportamento inconsciente, Bourdieu cita o exemplo das relações de parentesco ou da forma como os jogadores se comportam num campo de futebol.

Recentemente, tem-se assistido a uma progressiva preocupação com a acção do indivíduo, não do elemento particular ou unitário mas a que resultar da sua acção interactiva com outros indivíduos (afinal, a chave da agência é a acção e não o indivíduo), em que as realidades sociais são fruto das acções individuais dos protagonistas e não elementos constrangedores e determinantes da forma como tais acções são levadas a cabo.

Esta viragem é explicada por alguns autores (Valera, no prelo) como o resultado de um posicionamento de ruptura relativamente às posturas objectivistas, positivistas ou deterministas que têm marcado o trabalho científico, defendendo a criação de novos modelos de ciência libertos do peso dos paradigmas da modernidade, já ultrapassada, e em direcção à apelidada pós-modernidade.

No enatnto, não nos parece que as exigências intelectuais ou teóricas dos que reclamam novos paradigmas para a ciência possam vir a trazer dados absolutamnete inovadores à abordagem científica. A vontade de afastamento das ciências sociais em relação às exactas, cujos métodos objectivos deveriam, segundo os defensores positivistas da ciência empírica, ter uma aplicação científica universal, não é uma coisa de agora. Aliás, a discussão do problema *"...tem o seu grande incremento no contexto do debate epistemológico sobre o problema da objectividade nas ciências sociais que ocorreu em finais do século XIX / inícios do século XX: Aí germina no confronto da perspectiva positivista e objectivista de Émile Durkeim (...) com a doutrina da sociologia clássica alemã expressa por Max Weber, G. Simmel e C. Menger, sob uma forte influência do idealismo hegeliano."*(Valera, no prelo).

O combate, como sempre, faz-se entre os defensores de um modelo materialista da ciência e os defensores da possibilidade de uma abordagem menos positivista a partir dos dados materiais. São os dois extremos entre os quais balança o pêndulo da estruturação científica em geral e de cada disciplina científica em particular.

A arqueologia, como ciência, não escapa a esta estruturação e começa a degladiar-se com os problemas que lhe estão subjacentes. Ou seja, se por um lado a definição do seu objecto de estudo, centrado na materialidade das produções humana a obriga a encaixar-se no grupo das ciências ditas sociais, com métodos próprios que têm de ser naturalmente diversos dos das ciências exactas, onde a objectividade e rigor científico das análises se torna mais fácil por não versar sobre componentes tão subjectivas, por outro, a evolução de uma arqueologia que não quer estagnar nos meandros do empirismo positivista e funcionalista, obriga, a uma aceitação implícita da possibilidade da expansão dos limites da ciência arqueológica para campos que ultrapassam a realidade directamente observável. Daí a sua abertura aos contributos de uma gama vastíssima de disciplinas que criam um ponto de intercessão na Arqueologia.

Como ciência social, o objecto de estudo da Arqueologia é, em última instância, o Homem social alcançável pelo estudo dos seus vestígios materiais que, obviamente, incorpora estas duas dimensões inseparáveis, o Corpo e Mente. Toda a produção humana foi sempre fruto de um processo mental e cognitivo prévio, representando uma "*objectivação de uma intenção, de um sentido e de uma racionalidade* "(Criado Boado, 1999: 9) de que nos restam apenas os vestígios materiais. É o passo em direcção a esta desconstrução da produção humana que temos que ter o atrevimento de dar para chegarmos às causas e às razões primeiras da existência de produções humanas materiais.

E é aqui, na tentativa de resolução deste problema, que está, na nossa opinião, o ténue limite das possibilidades de estudo na Arqueologia. Ultrapassá-los, significa, muitas vezes, ultrapassar também os constrangimentos de uma disciplina que se diz científica e que, por isso, se tem de sujeitar a um método, a limites e a meios de validação científica.

As possibilidades da arqueologia dependem da forma como o seu objecto de estudo, a Cultura Material é encarada. É por aí que devemos prosseguir.

1.3 TEXTO, TEXTOS: ARQUEOLOGIA E CULTURA MATERIAL

Vejamos agora como é que estes conceitos se aplicam especificamente à Arqueologia e de como ela, no âmbito dos debates entre abordagens mais ou menos objectivas ao seu objecto de estudo, a Cultura Material, se comporta.

Há mais de uma década que as discussões sobre o Texto têm dominado as interpretações sobre a Cultura Material no âmbito da arqueologia Pós– Processual. A noção de que a cultura material poderia, tal como a Linguagem, expressar ou conter ideias, resulta da aplicação de análises estruturalistas e semióticas à Arqueologia (Saussure,1966, Tilley, 1991). A sua utilização entronca nos estudos de crítica literária e teoria crítica já aplicadas pela Nova Arqueologia a estudos etnográficos. Este tipo de abordagem foi depois rejeitado por não satisfazer os requisitos positivistas de teste das hipóteses colocadas, necessário aos pensadores da Nova Arqueologia.

Para a aproximação da escola pós-processual a este tipo de abordagem contribuíram de forma fundamental as críticas ao Estruturalismo levadas a cabo por Giddens (1979) e Bourdieu (1977) nas suas tentativas de compreensão de sistemas de significado, assim como o trabalho crítico de Roland Barthes, Jacques Derrida, Michel Foucault, Paul Ricoeur e a tradição marxista da crítica teórica.

Embora se esteja a assistir a um certo decréscimo no vigor da discussão, por razões eventualmente relacionadas com a pouca clarificação dos conceitos envolvidos, esta é uma temática ainda muito actual e que parece juntar as várias correntes teóricas aplicadas nas abordagens em Arqueologia. De facto, parece haver um surpreendente consenso entre as várias "escolas" de pensamento arqueológico relativamente à viabilidade da comparação da Cultura Material com o Texto, mesmo entre indivíduos com posicionamentos opostos noutros âmbitos. No entanto, podemos estar perante um falso consenso:

"There is a danger of a 'false consensus', however. One of the things that has emerged (...) is that we are still not quite sure what we exactly mean by a 'text' and on what data

we can appropriately apply the comparison. (...) there is still a great deal of disagreement as to the meaning of the terms involved. When we say 'text' do we mean a semiotic system (de Saussure) or structuralist system (Lévi- Strauss), a hermeneutic interpretative system based on structuralism (Gadamer and Ricoeur) or something entirely different?" (Buchli,1997:183)

Este posicionamento espelha, de facto, a existência de vários grupos de pensamento no que diz respeito às possibilidades de comparação entre texto e cultura material. A origem destas diferentes abordagens está intimamente ligada, como já vimos anteriormente, ao próprio desenvolvimento teórico da disciplina que ditou que, a partir dos anos 80, se assistisse a uma mudança de discurso que passou de um abordagem funcionalista, empírica e até positivista, basicamente orientadas para sistemas onde as componentes simbólicas e ideológicas tinham um papel muito reduzido ou inexistente, para as novas abordagens ditas pós-processuais, onde o principal ênfase é dado exactamente aos sistemas interpretativos e de significado. Sabemos que cada posicionamento teórico corresponde antes de mais a uma ideologia ou crença específico, adaptadas a tempos históricos diferentes e profundamente afectados por eles. A forma como se aborda a Cultura Material em Arqueologia é, mais uma vez, uma espécie de sub-questão dentro da problemática geral da Arqueologia. É no entanto uma sub-questão essencial, uma vez que estamos a lidar com o objecto de estudo fulcral da ciência Arqueológica. As diversas respostas dadas às pergunta relativas ao que é a Cultura Material, como lidar com ela, o que nos pode ela dizer, e mais especificamente, que credibilidade tem esta relação criada entre Cultura Material e Texto, obedecem mais uma vez às diversas hipóteses de estruturação do pensamento científico em que estão profundamente envolvidos os conceitos já abordados de objectivismo, subjectivismo, agência, estrutura, etc. Ou seja, a atitude tomada perante a Cultura Material baseia-se, antes de mais, naquilo que cada um acredita ser possível, viável e cientificamente aceitável.

Assim, muita da confusão relativa ao Texto e à sua aplicação aos estudos da Cultura Material resulta da forma como cada posicionamento teórico permite ver o passado e os seus vestígios materiais.

A convicção na existência de um passado recuperável, seja ele unificado, monolítico e recuperável directamente, ou um passado estilhaçado em múltiplos passados aceita uma abordagem analógica ao Texto e à Cultura Material, que pode resultar em correspondências úteis com as quais recuperar significados (Hodder, 1982a,

1982b). Pelo contrário, para os que não acreditam na existência de um passado que possa ser "agarrado" de forma significativa, a abordagem analógica entre Texto e Cultura Material tem pouco valor e o Texto é mais utilmente compreendido em termos metafóricos, tentando utilizar o registo material para abordar questões problemáticas contemporâneas, mais do que tentar recuperar inútil e futilmente problemáticas passadas (Criado Boado, 1995, Buchli, 1995:183).

Como interpretar então a Cultura Material à luz destes conceitos? No caso destes "textos" relativos à Pré-História, temos pouco mais do que a sua própria existência. Não partilhamos o mesmo horizonte de racionalidade de quem o escreveu, estamos noutro mundo, noutro tempo, condicionados por estruturas mentais totalmente diversas.

Será então legítimo pensar que podemos aceder ao seu significado só pelo olhar, deixando que se desate um jogo de percepções que nos permitem chegar perto do sentido? Ou seja, não será que a Hermenêutica, ao considerar o Texto como sendo apenas limitado por si próprio, e "*...planteando que la lectura constituye en realidad un acto interpretativo que, lejos de conducir a la obtención de una conciencia plena del texto, aumenta nuestra auto-conciencia del mundo a través de él.*" (Criado Boado, 1993a: 52), não está a propor uma forma de abordagem que implica a sobreposição de uma subjectividade que é alheia à subjectividade de quem criou o Texto que estamos a ler? A aplicação desta "Metáfora Textual" que de certa forma substituiu, por razões já discutidas a chamada "Metáfora Física" proposta pela Nova Arqueologia, instala a ideia de uma subjectividade universal e intemporal independentemente do contexto histórico social a que se aplica. Não devemos querer olhar para a Cultura Material considerando ser possível antecipar as reacções aos problemas que por ela nos são suscitados analisando as nossas próprias reacções a esses mesmos problemas. Estaríamos neste caso a falar de uma reprodução infinita dos padrões de subjectividade actuais que incapacitam e ignoram a presença de outras subjectividades. E legitimar um trabalho científico com base em abordagens tão subjectivas, parece-nos, do nosso humilde ponto de vista despropositada e deturpante.

Aliás, e decorrendo disto, parece-nos que um dos grandes equívocos relativos a esta abordagem teórica é presumir que devemos e podemos querer saber tudo a propósito das pessoas e problemas que investigamos. Parece-nos mais sensata a assunção de que por mais que indaguemos e aprofundemos os temas que analisamos (principalmente no que diz respeito às comunidades pré-históricas) os resultados nunca vão poder constituir mais do que conclusões profundamente incompletas e esparsas. Esta diferença entre as realidades empíricas estudadas pela Arqueologia em relação a

outros ramos da ciência social (não dispõe, por exemplo, da riqueza e pormenor contextual dos cenários abordados pela Antropologia) leva autores como Barrett *"...to question the extent to which archaeology and the social sciences can share common conceptual and theoretical categories."* (Barrett, 2001:143). No entanto, esta falha é suplantada pelo facto de em Arqueologia, a Cultura Material poder ser estudada com uma dimensão geográfica e temporal muito grande, ao contrário do que sucede com a Sociologia ou a Antropologia, uma vez que estas, especialmente a segunda, apenas podem abordar os seus contextos num determinado espaço e num tempo específico (Barrett, 2001).

Assim, parece-nos que sobre as possibilidades de estudo da Cultura Material e em relação às formas de abordagem a ela aqui delineadas, podemos dizer o seguinte: a "metáfora física" da Nova Arqueologia lida com o carácter esparso da Cultura Material, estudando exaustivamente o registo, criando padrões (tipologias, padrões de assentamento de habitats, ou de tipos de enterramento) que lhe permitam alcançar e delinear processos. Esta fase de estudo da Cultura Material não só é necessária e essencial, como também correcta. De facto, não podemos negar o carácter absolutamente físico e objectivo que, numa primeira instância, se apresenta como a característica mais óbvia do registo material. Passando ao lado do pleonasmo, que serve aqui para frisar uma ideia simples: a materialidade objectiva da Cultura Material é inegável. Mas é também mais do que isso. Ou seja, numa segunda fase de análise ao objecto de estudo da Arqueologia, podemos e devemos também considerar que os elementos da Cultura Material e a sua estruturação intrínseca, materializam formas de comportamento; são actos intencionais que resultam, antes de mais, de um pensamento. Neste ponto, estabelecem-se diferenças relativamente às formas de alcançar esse nível de análise. A "metáfora textual" da Arqueologia Pós-Processual indica um dos caminhos possíveis e já comentados. Se por um lado foi o motor de arranque para o desenvolvimento teórico da Arqueologia, por outro *"...ha sido incapaz de solventar el problema esencial que, en toda circunstancia, está implicado em cualquier operación de lectura: el problema de presuponer un sentido preexistente en el texto considerado que sería descubierto a través de la lectura*" (Criado Boado, 1993a:52)

Neste sentido, a proposta do próprio Felipe Criado Boado (1993a) para a adopção da denominada "Metáfora Visual", parece-nos a mais convincente como meio de entender o registo arqueológico:

"Esta metáfora se constituiria sobre la base de que las condiciones de formación y representatividad de éste estarían determinadas (...) por la voluntad de visibilización. Si esto es así, entonces la propia morfología del registro arqueológico, con sus limitaciones y carencias, se convertiría en núcleo de significación, ya que a través de aquella se revelaría una determinada voluntad de visibilidad inherente a ese registro. Los acontecimientos arqueológicos inexistentes pueden ser entendidos porque su inexistencia revela su íntima razón de ser." (Criado Boado, 1993a:52)

Ou seja, a questão é de um absoluto pragmatismo crítico. O mero estudo circunstancial, empírico e processual da Cultura Material não é suficiente para afirmarmos estar a fazer ciência social. No entanto, a livre interpretação metafísica dos dados deturpa o seu real significado (que aliás não é alcançável).

A solução para este impasse é, no fundo, uma proposta para inversão na forma de abordagem. Admitindo sempre que as coisas antes de o serem já o são no mundo das ideias, às quais nos interessa definitivamente tentar chegar para nos entendermos melhor, alternativamente ao assumir que o sentido dessas coisas se liberta facilmente através dos sentidos do arqueólogo, será mais modesto e seguro partir do que efectivamente dispomos: a maior ou menor visibilidade da Cultura Material. Estas suas características específicas, marcadamente física e objectiva *"... no dejan de tener una gran importancia y utilidad para el análisis de dicho registro y para la interpretación de la acción social que lo configuró."* (Criado Boado, 1993a : 40).

Resta-nos dizer que o fundamento para qualquer tomada de posição é antes de mais a convicção e crença numa ideologia. Isto para dizer, que nos é impossível estar na posse do todos os dados que contribuíram para o desenvolvimento de uma forma de abordagem teórica. O resultado final reflecte um processo de trabalho denso e intenso cujo descortinar pertence aos investigadores da História das Ideias. Para todos os outros, em que obviamente nos incluímos, são acima de tudo, preciosas ferramentas de trabalho e auxiliares para a estruturação de um determinado pensamento que devemos adaptar à nossa forma de pensar. É isso que tentamos fazer.

1.4 ESPAÇO, ESPAÇOS; TEMPO, TEMPOS: PARA UMA DELIMITAÇÃO DE CONCEITOS EM ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM

1.4.1 Espaço em Antropologia

A existência humana implica sempre Estar algures (Thomas, 1996: 83). Esta afirmação, que nada tem de novo ou extraordinário, encerra toda a significação do vector espaço como *"categoria de entendimento* (Durkheim: 1912: in Silvano: 2001: 8), que conjuntamente com o tempo se torna fundamental para a compreensão do que é Ser.

Acreditamos nesta afirmação por questões que se prendem com nossa formação e assumimos esta verdade como lógica, esquecendo muitas vezes as razões pelas quais foi absorvida na nossa forma de pensar.

Já no final do século XIX e primeira metade do século XX a denominada "escola sociológica francesa de Émile Durkheim, Marcel Mauss ou Maurice Halbwachs abordara a questão do espaço desenhando-o como um objecto complexo, cuja leitura implicava o desenvolvimento de perspectivas integradoras das suas múltiplas dimensões. Mesmo tendo em consideração que os textos apresentados se referiam, no seu essencial, ao estudo de espaços ditos "tradicionais", associados a comunidade de pequenas dimensões e com pouca relação com o exterior, trouxeram um contributo fundamental, não só na definição da especificidade do espaço enquanto realidade social mas também para a definição de duas construções conceptuais e metodológicas que ainda hoje são tidas como referências: o espaço pensado como uma representação e o espaço pensado como uma realidade material.

Assim, Durkheim abordou a questão do espaço entendendo-o, juntamente com o tempo, como *"...representações colectivas que exprimem realidades colectivas..."* (Durkheim: 1912:13 in Silvano: 2001: 8). Para Durkeim, representar o espaço significava ordenar o heterogéneo e produzir sentido. As diferentes distinções e divisões dadas ao espaço provinham do facto de serem atribuídas às regiões valores simbólicos e afectivos diferentes, sendo por isso o espaço indissociável da sociedade que o habita, devendo-se procurar na relação estabelecida entre ambos a explicação para os tipos de organização das diferentes sociedades.

No entendimento desta dinâmica entre o espaço e os seus habitantes tornou-se também importante a noção de "Morfologia social", instrumento para o estudo e compreensão da dimensão material do espaço, entendido nas formas, volumetrias e densidades assumidas pelas sociedades ao estabelecerem-se fisicamente no espaço.

O desenvolvimento da vida social em todas as suas múltiplas dimensões *"...varia com esse substrato, isto é com a massa, a densidade, a forma e a composição dos grupos humanos"* (Mauss, 1904/5:325 in Silvano: 2001: 10).

A conceitualização do espaço enquanto suporte de memórias e de identidades surge pela mão de Maurice Halbwachs através da definição características estáveis do espaço como suporte ideal para as memórias colectivas e individuais, garantindo também a manutenção e transmissão da memória do grupo, que se "molda ao espaço ao mesmo tempo que se deixa "moldar" por ele, fixando as características do grupo.

Lévi-Strauss coloca a sua linha de trabalho no seguimento das bases lançadas por Durkheim, concentrando alguns textos da sua obra à questão da relação entre morfologia social e a denominada estrutura de grupo. No entanto, atribui a esta relação um carácter complexo*: "Eu não pretendo afirmar que a configuração espacial das aldeias reflecte sempre a organização social como um espelho, nem que ela a reflecte na sua totalidade. Isso seria uma afirmação gratuita para um grande número de sociedades. (...) Na realidade, as coisas são raramente tão simples como parecem."* (Levi-Strauss, 1953: 321 in Silvano: 2001: 16). Na verdade, as sociedades, mesmo as ditas tradicionais, não são homogéneas: diferenciam-se a partir de vários factores de definição de sub-grupos e Lévi-Struss demonstrou que a uma diferenciação nas representações do espaço corresponde uma diferenciação social, havendo também por isso um laço indissociável entre a estrutura do espaço e as identidades colectivas.

A partir dos anos 60, o estudo do espaço autonomiza-se enquanto objecto de estudo das ciências sociais, constituindo o campo disciplinar denominado Antropologia do Espaço. A primeira proposta para a expressão é dada por Edward T. Hall, (Hall: 1986), numa obra de interface entre a antropologia e a etologia, em que é proposto o termo *proxémia* para designar um projecto de trabalho que descreve e compara os diferentes tipos de uso que o homem faz do espaço, tido como um produto cultural específico. É na definição de diferentes modelos de proxémica que Hall avança com a designação "antropologia do espaço".

A continuação da institucionalização da antropologia do espaço prossegue em França pelas mãos de Françoise Paul-Lévy e Marion Segaud, que concretizam um ponto da situação do estudo do espaço e lançam as bases para posteriores desenvolvimentos desta área de estudo tão vasta, transdisciplinar e por isso heterogénea. A ideia mais forte da antropologia do espaço prende-se com a noção de que *"...les organisations spatiales sont garantes de l'identité sociale et culturelle et qu'elles en assurant la reproduction."* (Paul-Lévy e Segaud, 1983: 29). Neste sentido, os esforços metodológicos e analíticos

deveriam ir no sentido de se entender quais são e como se podem estudar os mecanismos que ligam o espaço às dimensões sociais e culturais das sociedades, de forma a constituir as identidades.

A noção de produção do espaço foi introduzida ainda nos anos 70 por Henri Lefebvre que "dialectizou" o conceito da relação do sujeito com o seu espaço envolvente, rejeitando a análise rigorosa e formal dos códigos espaciais como forma de chegar às práticas sociais, preferindo situar a sua análise no estudo da relação prática e da interacção do sujeito com o seu espaço, revelando os conteúdos das práticas sociais inerentes às formas.

1.4.2 O Espaço em Arqueologia

O estudo do espaço em Arqueologia sempre suscitou um interesse relativo para os arqueólogos (mas nem sempre da melhor maneira) ou não fosse o seu trabalho principal centrado no estudo de "sítios" de vivência humana num passado mais ou menos recente e da cultura material ali deixada. No entanto, as incursões pelo vector espaço nas suas inúmeras dimensões raramente ultrapassam o nível meramente descritivo, através do qual elementos como a "paisagem", o "cercado" ou a "casa" são definidos apenas como unidades de análise vistas a duas dimensões. Ou seja, o espaço é, também ele, um elemento da cultura material que se mede, anota e encaixa numa tipologia. Desta forma, o estudo dedicado ao Espaço nos trabalhos de Arqueologia cinge-se normalmente a um capítulo separado do resto do trabalho apresentando meras descrições das materialidades físicas e geomorfológicas dos espaços, como se fossem comuns a todas as populações e indivíduos que os habitaram. Assim se tornou predominante a forma de abordagem da chamada Arqueologia Espacial ou Ecológica, que pretende desenvolver um estudo arqueológico da relação entre o Homem e o seu espaço envolvente ao longo da História e que é ainda hoje a forma fundamental de aproximação da Arqueologia a estas temáticas.

Os recentes desenvolvimentos da teoria arqueológica fazem-nos pensar na relação do Homem com o Espaço como algo que vai muito para além desta visão localizada e centrada em que nos colocamos como entidades exteriores a um espaço que está "do outro lado", e que vai sendo consumido, utilizado, remexido e vivido por nós enquanto espalhamos um manto de significação sobre ele.

De facto, a interpretação e percepção do espaço envolvente nas suas dimensões mais abrangentes, as paisagens, e também nas mais pessoais, como as arquitecturas domésticas, é feita de forma única por cada um dos indivíduos de cada comunidade que

ali actuou, contribuindo para a construção da identidade própria e colectiva e que é variável ao longo do tempo.

É esta visão pessoal do ambiente natural e construído que nos rodeia, que marca com características próprias os elementos que compõe os cenários espaciais em que nos movimentamos e em que se movimentaram os humanos do passado.

A investigação sobre o Espaço em Arqueologia, em análises que ultrapassem o seu estudo meramente físico, e que o considerem como produto da mente humana, envolve obviamente problemas de carácter metodológico e científico uma vez que a sua aplicação introduz indeterminações e margens de erro na investigação e nas suas aplicações. Que garantias de verificação e que respeitabilidade científica tem uma abordagem ao passado que procura recuperar o sentido inerente às formas e às marcas deixadas na Paisagem? Como analisar as significações do Espaço e os espaços do Espaço pré-histórico se os seus construtores já cá não estão para contar a história?

Sob este ponto de vista a investigação arqueológica não poderia ultrapassar os limites do empiricamente verificável, da análise das formas geométricas do mundo tal como as definiu Descartes. Se a explicações apresentadas têm de ser directamente testadas e verificáveis, então não podemos fazer mais do que uma Arqueologia da materialidade. Mas será esta forma de arqueologia uma em que se possa dizer que nos mantemos fiéis ao nosso objectivo essencial que é o entendimento do Homem, não no sentido de uma unidade que se auto-explica e que se auto contém, mas discutindo *"...quién es ese hombre, qué intereses tiene, de qué fuerzas es producto o qué poder lo representa"*? (Criado Boado, 1999: 4) Parece-nos que não. A arqueologia feita assim apresenta-se-nos como uma espécie de abordagem meramente analítica e positivista das materializações humanas, considerando apenas as inferências possíveis através da observação directa dos objectos.

Trabalhar a partir daqui implica a tomada de posições a discussão de quais são as possibilidades e os limites apresentados pela chamada Arqueologia da Paisagem.

Se por um lado podemos dizer que existe uma espécie de consenso relativamente às possibilidades do estudo da paisagem para além das suas meras materialidades, em que a compreensão integral da mesma tem de incluir o estudo da sua dimensão física, da sua dimensão social e da sua dimensão simbólica, por outro, quando se coloca a questão de como o fazer, ou seja, de como reconstruir a dimensão simbólica da paisagem, as alternativas de análise diversificam-se.

As propostas neste sentido podem variar. Afirma Thomas:

"If human beings no longer inhabit the places we excavate, we must put their presences back, through interpretation, if we are to say anything of consequence whatsoever. This kind of an interpretation is not a reconstruction or a recovery of past meaning, but a plausible account produced in and for the present. "(Thomas, 1996: 88).

Esta abordagem, que reflecte uma prática interpretativa, típica da escola pós processual, deu, por sua vez, lugar a métodos de abordagem específicos para a recuperação do sentido invisível do registo arqueológico.

A grande crítica feita a estas formas de abordagem é, como já vimos, que a sua aplicação implica uma sobreposição da subjectividade do observador actual, sobre o observado, como se pudéssemos falar de uma Razão Universal e de um padrão de subjectividade imutável, independentemente do contexto histórico-social a que aplica.

Para os menos crentes nas virtudes da Arqueologia da Percepção, que recusam esta forma de abordagem por acharem que transforma a Arqueologia num instrumento da metafísica, a construção da ponte entre o presente e o passado, no que diz respeito ao estudo das Paisagens, deve-se fazer não através da percepção mas sim da desconstrução. Este método, cuja utilização está muito ligada ao estruturalismo, corrente que nega à partida qualquer pretensão relativamente a uma origem transcendental do conhecimento, pretende ser uma espécie de instrumento "destabilizador" da verdade, uma vez que a sua aplicação atira a dúvida para cima de qualquer pretensão autoritária dos interesses e tradições estabelecidas, mostrando-se contra conclusões firmes e neutrais, criando espaços, leituras e significados alternativos. (Shanks e Hodder, 1995: 242)

É neste sentido que Criado Boado considera, relativamente aos limites da Arqueologia da Paisagem, face ao seu objectivo de conseguir reconstruir a dimensão significativa e simbólica das paisagens arqueológicas sem estender sobre ela o sentido e as percepções do observador actual: *"Pero coronar con éxito esta empresa supondría dos cosas: aceptar primeiro que las cosas hablan por sí mismas y asumir después que no podemos encontrar más que un sentido debilitado, que comprenderlo todo es un imposible."* (Criado Boado, 1999: 8).

Espaço e Paisagem são dois conceitos que estão intrinsecamente ligados, sendo o primeiro mais abrangente e abarcando o segundo. A própria Paisagem é toda uma amálgama de diferentes espaços e materialidades que se organizam e sobrepõe para a formar:

"Tenemos que reconocer que el paisaje se manifesta em productos materiales de distintas escalas (monumentos, construcciones, herramientas, cacharros, decoración, tatuajes, etc), y presenta múltiples niveles de articulación espacial, desde el entorno natural, hasta el personal (más en concreto: espacio salvaje, espacio social, vecinos, comunidad, muerte, vida, uso del suelo, assentamiento, producción, casa, grupo, individuo...) (Criado Boado, 1999: 10).

O estudo da evolução da interferência humana numa determinada paisagem torna-se um veículo privilegiado para acedermos à grande narrativa da história da Humanidade, uma vez que é nela que se encontram materializadas e incrustadas todas as construções humanas: as físicas e as mentais. Traçar um rastro das diferentes formas de apropriação de uma paisagem ao longo do tempo por parte das comunidades que a habitaram, pode - nos levar muito para além do entendimento dos meros processos económicos, sociais ou políticos por detrás das mudanças, para nos ajudar a chegar à ordem imaginada das coisas, às mudanças mentais.

Ou seja, *".surge una corriente arqueológica que revaloriza la cultura material y convierte a la Arqueología en la disciplina que analiza o funcionamento de aquella como recurso simbólico para negociar el estatus de cada individuo dentro del grupo"* (Criado Boado, 1989: 77).

O trabalho de Felipe Criado Boado e do Laboratorio de Arqueoloxia e Formas Culturais da Universidade de Santiago de Compostela merece, a este respeito o maior realce e atenção. Baseia-se, de uma maneira geral,nas premissas teóricas até agora apresentadas e compõe uma série de trabalhos que no seu conjunto fornecem um modelo coerente para o estudo e entendimento das paisagens pré-históricas (Criado Boado, 1989, 1993 a e b, 1999).

A proposta deste grupo de trabalho, vai no sentido de assumir de que o Espaço, e mais concretamente as Paisagens Arqueológicas, não são nunca independentes dos sistemas de representação que as monitorizam e que estão, por isso mesmo, organizadas de forma coerente com a representação ideal do mundo que tem o grupo social que as realiza.

Essas representações podem ser analisadas se aceitarmos que são parte essencial do pensamento ou do padrão de racionalidade desses mesmos grupos sociais. Torna-se assim óbvio que se este muda, tal acção tem reflexos nas Paisagens , o que implica obviamente que a análise cuidada e as tentativas de reconstrução das Paisagens

Sociais nos deveria poder fazer aceder, pelo menos parcialmente, a esses mesmos padrões de racionalidade. A inter relação entre as comunidades, o mundo e o meio materializa-se então em produtos físicos, que resultam da acção social. E que são recuperáveis pela Arqueologia formando aquilo a que chamamos a cultura material (Criado Boado, 1999: 10).

E, segundo o autor, é exactamente desta forma que as análises das Paisagens Arqueológicas se devem processar. Ou seja, o nosso ponto de partida não deve ser as condições materiais e infraestruturais, mas sim as dimensões de pensamento ou imaginárias, uma vez que elas contêm *"...las condiciones de posibilidad para la construcción social que toda cultura realiza."* (Criado Boado, 1989: 80).

Esta é uma das ideias centrais do autor que se prende claramente com o desenvolvimento da noção de "metáfora visual" já mencionada. Esta noção compreende, como já vimos, que as diversas vontades de visibilidade da acção humana na paisagem, cuja atenta análise nos permite aceder a informações importantes, são responsáveis pela formação e representabilidade do registo material nas paisagens. As diversas estratégias de visibilização implantadas na Paisagem pelas diversas comunidades que ocuparam, correspondem a uma maior ou menor capacidade representativa e mental que se prende com o nível de interiorização de noções como Espaço e Tempo, natureza, e os outros seres humano.

Uma das críticas possíveis a este tipo de abordagem é que ela assume a existência de critérios mentais estritos e formais, condicionadores das acções dos indivíduos e negam, à partida, a existência de significados pré-existentes no "Passado". No entanto, a designação de uma estratégia de visibilidade específica não implica uma relação directa ou simplista a um significado específico também. Em vez disso, intui a existência de um significado ou de intenções relativamente à articulação de algo que é inerentemente indeterminável, o significado absoluto das coisas.

Passamos a definir, de uma forma necessariamente incompleta e geral o esquema geral apresentado por Criado Boado (1993a) relativamente a estas temáticas específicas.

Em primeiro lugar torna-se necessário o esclarecimento da noção de *vontade de visibilidade*. Ou seja, a vontade de fazer com que os processos de acção social sejam mais ou menos visíveis a nível social, resulta da racionalidade subjacente aos processos de acção social que por sua vez se materializam na cultura material. Se tal acontece é porque os resultados da acção social representam a objectivação da racionalidade

espacial correspondente ao contexto cultural em que esta acção se desenrola (Criado Boado, 1993a: 42).

Por isso, o termo Vontade não corresponde a algo de intencional, que parte da volição de cada individuo (aqui se faz a negação absoluta do papel da agência humana e das suas acções individuais no desenrolar da história), representando antes, de forma intencional ou não, uma circunstância intrínseca e racional dos processos sociais. (Criado Boado, 1993a: 43).

É também definida uma escala de *matérias-primas* a partir da qual a visibilidade se constrói. De uma forma geral, a visibilidade começa por se manifestar nas práticas sociais, depois através dos seus efeitos e finalmente através da Cultura Material.

As noções de Espaço e Tempo representam as *dimensões* em que se projecta esta necessidade de visibilidade. Dito de outra forma, os vestígios materiais deixados pelas comunidades pré-históricas nas paisagens que ocuparam, configuram e reflectem as suas noções de espaciais e temporais[2]. As formas de projecção da visibilidade que se processam espacialmente refere-se a uma visibilidade meramente episódica uma vez que apenas é concebida para ser vista no espaço, enquanto que a projecção temporal da vontade de visibilidade representa uma intenção de duração e permanência e que corresponde por isso a uma racionalidade diferente.

Finalmente importa falar dos *recursos* mobilizados para a construção das estratégias de visibilidade. Estes dependem obviamente do ambiente que rodeia as sociedades em causa e por isso mesmo não podem ser enumeradas. Digamos, que de uma maneira geral se pode falar da (re) utilização de recursos naturais pré-existentes ou construção através de elementos artificiais.

É das diversas conjugações possíveis entre a vontade ou não de visibilidade, com as matérias primas de construção da visibilidade a que se juntam as dimensões em que ela se projecta e finalmente os recursos utilizados para o fazer, que nascem as centenas (concretamente 384) de estratégias de visibilização possíveis e que foram agrupadas em quatro situações essenciais que resultam da tentativa de se procurarem regularidades entre pensamento e sociedade, subsistência e espaço das diversas comunidades que ocuparam paisagens ao longo do tempo (Criado Boado, 1993a: 46 e segs):

---

[2] O autor admite as grandes dificuldades inerentes a este tipo de incursão em Arqueologia e, por isso mesmo, sugere que o melhor instrumento de auxílio da análise que pretende fazer deve basear-se na utilização das informações e dados fornecidos pelos modelos interpretativos de sociedades antropológicas actuais e cujas evidências sustêm o modelo proposto para, por exemplo, o caso específico do megalitismo. Utiliza neste caso, conceitos definidos principalmente por P.

1) *estratégias de carácter inibidor* em que se verifica a ausência de uma vontade ou de uma estratégia de visibilidade. Este tipo de estratégia corresponderia a uma *atitude passiva* do Homem perante a Natureza e a que foi levada a cabo durante a grande parte da história da Humanidade. A verdade é que esta suposição não pode passar disto mesmo. Estamos perante estratégias que não deixaram qualquer vestígio visível na Paisagem e para as quais não existe a possibilidade de comparação com nenhuma comunidade humana conhecida. No entanto, e decorrendo do que se afirmou anteriormente, a ausência de marcas visíveis na paisagem também tem o seu significado, correspondendo a práticas sociais específicas, cujas acções se não distinguem nem se assumem independentes da Natureza. Não há uma estratégia social consciente de apropriação da Natureza;

2) *estratégias de Ocultação* e representam estratégias conscientes de invisibilizar e mascarar a presença da acção social e os seus efeitos e resultados. Poder-se-ía considerar que esta fase corresponde à presença das comunidades mesolíticas e do neolítico inicial nas paisagens. É a *acção naturalizadora* sobre ela. Nesta fase a acção humana apenas promove excepcionalmente um efeito directo no seu meio envolvente. A questão obrigar-nos-ia a questionar os fundamentos da chamada revolução neolítica que atribui o início desta fase ao aparecimento do domínio das práticas agrícolas. A verdade é que temos que considerara que durante muito tempo os modos de subsistência caçador –recolector e agricultor devem ter sido coevos, numa mesma região. Temos também de admitir a hipótese de avanços e recuos na adopção da agricultura que nas suas fases iniciais, não deverá ter passado do domínio de práticas incipientes de enxada. O que importa salientar é que muito provavelmente o tipo de racionalidade espacial destes primeiros agricultores e últimos caçadores-recolectores devia ser partilhada e como tal, o tipo de marcas na paisagem também. Há uma única forma de entender a relação da sociedade com o meio;

3) *estratégias de exibição* denotam uma vontade explícita e consciente de exibir a presença dos processos sociais e dos seus resultados. São projectadas espacialmente podendo também ter uma projecção temporal. Resultam da adopção de práticas de subsistência apoiadas na maximização da exploração da natureza virada para uma reprodução ampliada e para a acumulação de excedentes e que

---

Clastres sobre Sociedades Primitivas e por Lévi-Strauss sobre Pensamento Selvagem. Não nos parece ser este o local apropriado para o desenvolvimento destas noções específicas. Para mais pormenores ver Criado Boado, 1989, 1993b.

começa a introduzir uma ruptura entre a ordem social e a natural que é, todavia, ainda controlada. As comunidades têm agora uma atitude activa e domesticadora na sua relação com o espaço natural do qual se apropriam permanentemente. Dependem do território e por isso incorporam valores de carácter doméstico com novas concepções de espaço e tempo. Estamos perante o desenvolvimento de uma nova racionalidade espacial;

4) *estratégias de monumentalização*, muito semelhantes às anteriores mas em que a vontade de uma projecção temporal é muito mais vincada. A paisagem torna-se paulatinamente mais dividida, gerando em todas as esferas fenómenos de desigualdade e diferença.

A história de toda a Humanidade não é, evidentemente, redutível a quatro fases. A verdade é que estas definições estruturais têm de ser suportadas por todo um trabalho prático, no campo, cujos resultados conjugados ajudaram a confirmar ou não a definição destes conjuntos. A convicção do autor, é no entanto que cada grupo humano funciona dentro de um determinado limite e horizonte de racionalidade de que resultam práticas sociais consistentes com esse mesmo padrão. O trabalho do arqueólogo, especialmente do pré-historiador é procurar uma forma de recuperar esse sentido sem uma imposição da sua subjectividade deixando, em vez disso, os elementos estudados numa determinada paisagem falar por si mesmos. Esta forma de interpretação explicativa (Criado Boado,1999: 58) procura compreender de forma objectiva o âmbito da realidade analisada. O resultado da análise da aplicação de determinado modelo contextual (também apelidado de código ou estrutura) deve ser contrastado com a análise de outros fenómenos e escalas similares para atestar a existência ou não de recorrências estruturais, tornando-se assim num mecanismo de validação das hipóteses.

Para alcançar este resultado é proposta a aplicação de um aparelho metodológico que tem como premissas teóricas os elementos já apresentados e que apresenta distintas fases de trabalho[3]. De uma forma muito sintética, as propostas metodológicas vão no sentido de afirmar que a reconstrução das paisagens arqueológicas deve começar pela análise da inter relação entre todos os âmbitos e níveis de articulação espacial já mencionados, definindo-se o contexto espacial original e o actual do elemento analisado. Esta aproximação tipo zoom. deverá procurar compreender as características formais dos diferentes níveis espaciais em que se processam as práticas sociais através

de um procedimento analítico que inicialmente desconstroi, descrevendo depois, os fenómenos considerados, sem introduzir qualquer sentido que lhe seja estranho. As relações espaciais significativas encontradas (estruturais, portanto) permitem desta forma aceder parcialmente ao contexto original. A reconstrução destes processos de formalização dos elementos estudados e a análise das suas condições de visibilidade são recursos metodológicos para descrever e interpretar esses mesmos elementos.

Estes postulados teóricos de Felipe Criado Boado, desenvolvidos dentro de um marxismo estruturalista materializam, antes de tudo, uma forma de ver o mundo em geral, que o autor utiliza também na interpretação que faz do registo arqueológico.

Ou seja, inerentes ao trabalho deste autor poder-se-à dizer que estão profundas convicções politicas e sociais (que ele aliás não esconde) e que se revelam numa tomada de posição que se apresenta frontalmente contra aquilo a que se pode designar o predomínio tirânico dos ideais burgueses, nascidos juntamente com a ciência moderna, e que de certa forma a moldaram (sendo depois inevitavelmente moldados por ela) para uma forma de pensar que deu origem ao pensamento apelidado de positivista, empirista e funcionalista, que coloca no centro de da explicação do mundo o Indivíduo, a sua hegemonia suprema e sua Razão objectiva.

No caso concreto das abordagens ao Espaço, a forma como este foi analisado pela sociedade moderna, como mera categoria geográfica e natural, nada mais fez do que satisfazer convenientemente as configurações da realidade das sociedades industriais e pós-industriais (Criado Boado, 1993b:12)[4]. Esta noção de espaço fechado, mensurável, geométrico e dominável influenciou claramente as leituras sobre ele levadas a cabo pela denominada Arqueologia Espacial.

Actualmente assiste-se a uma reestruturação do humanismo moderno, levada a cabo para suster as políticas hiper liberais que regem as sociedades contemporâneas e que *"reinsatura un cierto canon de hombre como sujeto de acción mientras margina a los seres humanos concretos"* (Criado Boado, 1999: 2), ou seja, um subjectivismo feroz. O recurso ao sistema de poder-saber foucaultiano é inevitável. O saber actual nesta perspectiva baseia-se então em pressupostos legitimadores do poder existente que por sua vez suporta a perpetuação do primeiro, num círculo vicioso, que na opinião de Criado Boado tem que ser quebrado. Propõe então um modelo teórico anti humanista e mais humano em que se assume uma postura marxista heterodoxa que defende um

---

[3] Totalmente explicitado, até à exaustão, em Criado Boado, 1999.

[4] Para uma leitura de mais pormenor ver e ler Criado Boado 1993b.- O texto claramente mais foucaultiano e politizado do autor.

redireccionar dos discursos do homem para as sociedades, da História para a reconstrução das forças e dos conflitos do processo histórico. (Criado Boado, 1999). Se se aceita, como já foi mencionado, que o Espaço mais do que uma realidade empiricamente dada, representa também uma construção social e imaginária dentro de um determinado sistema de poder-saber, então podemos poder-se-à concluir duas coisas evidentes. A primeira é que a forma como a nossa sociedade conceptualiza o espaço é determinada pelo actual sistema de poder-saber e que por isso mesmo não pode ser aplicado culturas diferentes da nossa. Teremos por isso que tentar entender os processos sociais da construção da realidade (em que o espaço obviamente se incluí) dentro do sistema de poder-saber a que o nosso estudo diz respeito (Criado Boado 1993b:12)[5].

1.4.3 Tempo. Periodização. Sequência regional.

Falámos de espaço, o cenário onde todas as actividades se desenvolvem. Torna-se inevitável falar de tempo, que as organiza, medindo a duração dos fenómenos. Espaço e Tempo apresentam-se assim como os dois vectores estruturantes para o ordenamento da existência humana. São categorias universais cuja apropriação se manifesta em infinitas escalas quantitativas e qualitativas. São os dois instrumentos organizativos por excelência da acção humana na sua passagem pelo mundo.

No que diz respeito à arqueologia, e na linha do que temos vindo a discutir, a aplicação do conceito de tempo tem também implicações directas e outras que se relacionam mais especificamente com a forma como resolvemos discutir o tema.

O estudo da evolução diacrónica das populações humanas, em constante mutação, é a base de toda a historiografia (Valera, 2000a). Ao abordar o seu objecto de estudo o trabalho de arqueologia contem inevitavelmente este carácter historiográfico, regido pela devir do tempo histórico e que se organiza por momentos cronológicos estabelecidos e mensuráveis. Debaixo deste tempo histórico estrutural e mecânico movem-se infinitas correntes de mudança arrítmica e heterogénea, que, por

---

[5] Serve este aparte para frisar que é evidente que aceitar a forma de estruturação teórica de um autor e os modelos interpretativos que dela resultam deve pressupor um conhecimento pelo menos geral das premissas pelas quais se rege. Não podemos, no entanto afirmar que pelo facto de nos parecer que a forma de abordagem teórica de um autor a uma determinada problemática é a mais correcta, no que se refere especificamente à realidade arqueológica, não significa a subscrição absoluta das suas ideologias profundas nem da sua visão pessoal do mundo. Isto sem perder obviamente consciência de que muito provavelmente as coisas estão interligadas e as distinções entre o geral e o particular são difíceis. Chamemos-lhe uma questão de escala. Aqui utilizar-se-à modestamente a escala particular da abordagem e os argumentos que se aplicam à realidade arqueológica. Aliás, em ciência, defendem-se argumentos, não se defendem pessoas.

necessidades óbvias de organização, se estruturam em fases definidas por períodos históricos ou cronologias (Arostegui, 1993; Alarcão, 1993-1994) São os tempos do Tempo.

Para o presente trabalho, temos ainda de recorrer a uma terceira forma de abordar o tempo. De facto, as acções espaciais humanas para além de decorrerem obviamente num tempo específico, dependem também da noção de tempo que têm as populações envolvidas nessas acções. Ou seja, é importante tentarmos compreender os mecanismos de consciencialização e controlo do tempo das diferentes populações ao longo da história, uma vez que esses mecanismos determinam de alguma forma os seus comportamentos espacialmente definidos:

1) o tempo universal, quantitativo, externo e mensurável parte da visão astronómica do movimento dos astros e que divide a existência humana em fases e sub-fases estruturais;

2) o tempo intrínseco a esse tempo universal, qualitativo, interno constituído sub sistemas em constante mutação que se desenvolvem a velocidades diferenciadas. É o caso do tempo social, o tempo individual, o geográfico, que se não desenvolvendo no mesmo ritmo, não são mensuráveis por si só;

3) o tempo como categoria de entendimento e de vivência para as diferentes populações humanas.

As afirmações anteriores partem o principio de que as diferentes organizações e articulações com que se estruturam os tempos diferenciais, que resultam nas chamadas periodizações ou cronologias, dependem de uma série de factores essenciais, dos quais alguns dos mais importantes são o enquadramento teórico, epistemológico e metodológico do investigador com critérios ou variáveis de análise que ele considera centrais no seu estudo e a escala de abordagem conferida ao seu trabalho (Vilaça, 2000; Sanches, 2000).

Assim, torna-se evidente que os preceitos de ordem ideológica e a forma como cada investigador entende o registo arqueológico vão influenciar definitivamente a sua produção científica fazendo com que avalie com mais interesse determinados aspectos da realidade material em detrimento de outros. Deste modo, por exemplo, um investigador inclinado para uma abordagem de tipo positivista, com uma visão normativa

da realidade em que critérios como o tipo de produção cerâmica ou lítica ganham muita importância, tenderá a criar uma sequência temporal compartimentada e construída em torno dos denominados fósseis directores, cuja presença em determinada região seria explicada por movimentos de tipo difusionista ou migratório. Por outro lado, num trabalho desenvolvido no âmbito da Arqueologia da Paisagem, a escolha das variáveis de análise recairá tendencialmente naquelas que dizem respeito às formas de apropriação do espaço como as estratégias de povoamento, graus de sedentarização das populações, tipo de arquitectura, etc.

A questão da aplicação de uma escala temporal de análise tem evidentemente que ver com o grau de pormenor que desejamos conferir ao nosso trabalho. Numa escala ampla todos os processos históricos são de alguma forma idênticos, por apenas tomarem em linha de conta as grandes linhas estruturais definidoras desse período. Os outros tempos, aqueles que pela sua natureza se processam diferente e descompassadamente, são abarcados por estes grandes períodos histórico-quantitativos e apenas podem ser contemplados num tipo de abordagem de escala muito mais circunscrita e particular.

A este respeito, a arqueologia pré-histórica tem que lidar com dois problemas adicionais: as datações de radiocarbono e a qualidade dos dados empíricos (Valera, 2000a). Assim, e embora os métodos de datação por esta via tenham sofrido grandes desenvolvimentos nos últimos anos, e a sua utilização como ferramenta organizativa do tempo (define o antes e o depois) desempenhe um papel essencial na investigação arqueológica, a precisão dos seus resultados está ainda longe do que seria desejável. Isto porque, por um lado, o universo de material datável é limitado e, por outro, porque as datas produzidas não permitem muito mais do que um enquadramento temporal muito lato. Criam quadros de longa duração seguros e constantes mas não imutáveis, tal como permitem a leitura de tendência continuadas ou padrões, sejam eles tecnológicos, organizacionais ou outros, embora não compreendem a análise fina dos dados. Esta exige uma sólida base empírica que nem sempre está disponível, amputando as possibilidades de estudo de determinadas variáveis, que embora possam teoricamente ser consideradas, não estão empiricamente disponíveis, impedindo a sua necessária refutação por experimentação.

A estas visões presentistas do tempo há que juntar uma outra, que na linha de pensamento deste trabalho, se torna essencial.

A verdade é que a forma como o factor tempo é interiorizado é uma das variáveis que integra e influencia as diferentes configurações dos espaços das populações pré-históricas. As práticas sociais, tal como a própria da vida social próprias de cada forma de

utilização do espaço, exprimem também as concepções de tempo características dessa mesma população.

De um modo muito genérico podemos então afirmar que a construção social de uma paisagem configura e projecta os conceitos de Espaço e de Tempo inerentes aos seus construtores. Ou seja, a arquitectura megalítica, por exemplo, representa, pela primeira vez na história da humanidade, uma forma de construção do espaço que se perpetua no tempo de forma duradoira, tendo muitos monumentos sobrevivido até aos dias de hoje. Tal acção nunca antes tinha sido sentida desta forma tão definitiva, o que torna o megalitismo num momento chave da evolução do pensamento humano.

Partindo dos princípios agora discutidos, o nosso objectivo neste trabalho é a sua aplicação à pré-história de Reguengos de Monsaraz, tendo como ponto central de discussão o Complexo dos Perdigões. Ou seja, a partir da descrição do sítio, tentar compreender os elementos que nos permitam responder a uma série de questões. Qual a representação ideal do mundo dos habitantes dos Perdigões? De que forma é que o sítio se relaciona com as anteriores formas de apropriação do espaço conhecidas em Reguengos? Será que os Perdigões representam uma ruptura nas configurações de espaço e tempo relativamente às populações megalíticas de Reguengos, com se tem afirmado? Estamos perante uma nova estrutura social desenvolvida por gente diferente, ou será que a construção do Complexo dos Perdigões apenas representa o resultado de um desenvolvimento estrutural, potenciado por mudanças económicas e sociais daquele período específico da pré-história?

2 ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA EM REGUENGOS DE MONSARAZ

2.1 DESCRIÇÃO FORMAL DA ZONA DE ESTUDO: POSSIBILIDADES E LIMITES DA INVESTIGAÇÃO

A área de estudo do presente trabalho é definida pelo triângulo limitado a Norte pela Ribeira do Azevel, a Sudoeste pelo Rio Degebe e a Leste pelo Guadiana, sendo atravessada pela Ribeira do Álamo, elemento geográfico estruturante da paisagem e da sua ocupação. Este conjunto paisagístico unitário de Reguengos de Monsaraz corresponde, de uma forma geral, ao conjunto megalítico pré-histórico. As comunidades que ocuparam e moldaram aquele espaço a partir do 5º milénio devem ter tido a uma percepção semelhante da geografia de território que hoje corresponde aos limites concelhios e administrativos da nossa área de estudo.

Não existem, infelizmente, estudos geomorfológicos sobre a região de Reguengos de Monsaraz. Para uma descrição da paisagem global, utilizámos as informações integradas no relatório final dos trabalhos de 1997[6].

Assim, em termos geológicos, a região integra-se na Peneplanície Alentejana definida na Carta Geológica 40-B (Carvalhosa e Zbyszewski, 1991) e que se situa a SE da *Depressão de Montoito e do grande Filão Dolerítico S. Teotónio-Odemira-Ávila*. Esta peneplanície, dissecada ligeiramente pela rede hidrográfica, estende-se pelo afloramento quarzodiorítico e granodiorítico de Reguengos de Monsaraz, com altitudes compreendidas entre 210 e 220m., apresentando em alguns pontos, alguns relevos circunscritos como o relevo em mesa do Barro (261m) onde se situam os Perdigões. A NE deste local, nos xistossiliciosos, as serras das Pedras (333m) e Motrinos (305m) constituem também exemplos de relevos de dureza, menos susceptíveis à erosão.

A zona SE de Reguengos de Monsaraz apresenta um sector drenado superficialmente pela Ribeira do Álamo e seus afluentes e que pertencem à Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana. Estas linhas de água apresentam traçados pouco sinuosos, vales pouco encaixados e vertentes muito suaves. Os recursos hídricos subterrâneos na região de Reguengos de Monsaraz são relativamente escassos. Não se detectaram cursos de água com regime permanente e que evidenciassem a existência de recursos hídricos subterrâneos representativos. O local onde se implantam os Perdigões

[6] A componente de Geologia foi da responsabilidade de Susana Reis.

constitui a única excepção, em que a água subterrânea é, por vezes, utilizada em regadio (Carvalhosa e Zbyszewski, 1991).

Não são igualmente conhecidas ocorrências de mineralizações metalíferas. Relativamente aos recursos não metálicos, exploram-se granitos, areias e argilas, que são utilizadas como barros na fabricação de loiça de S. Pedro do Corval, um dos centros oleiros mais activos do nosso país.

A área central do Vale é constituída por rochas granitóides, e é nesta zona mais aplanada e irrigada do vale que hoje se encontram as terras mais férteis. São solos pesados, barrentos e que as chuvas rapidamente tornam em lamaçais, complicando a circulação e o trabalho da terra nestes locais. A moldura geológica em torno deste centro do vale é de xistos, a Norte e a Sul, ligados ao Maciço Eruptivo de Reguengos. Quem se aproxima da zona do vale da Ribeira do Álamo, a partir destas terras de xisto, sinuosas, erodidas e pobres tem por isso a sensação de chegar a um oásis, verde, florescente e fértil.

O presente trabalho tem em consideração uma série de factores específicos à região, nomeadamente que o concelho de Reguengos de Monsaraz, apesar de ser amplamente reconhecido como um território privilegiado para o estudo da evolução das paisagens arqueológicas, por motivos que se prendem com a sua riqueza arqueológica quantitativa e qualitativa relativa à presença humana na paisagem peca por falta de informação específica relativamente a diversos contextos, desde os habitacionais, aos sepulcrais e passando pelos sagrados e rituais. Desta forma, a falta de elementos de pormenor para uma zona para a qual dispomos sobretudo de vestígios de estruturas e de arquitecturas, justifica a aplicação de uma abordagem de carácter geral e de ampla escala, que aliás se torna imprescindível tratando-se, para esta área, de um primeiro estudo do género.

Para além disto, parece-nos evidente que estudos exaustivos de Arqueologia da Paisagem podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da compreensão das formas de operação dos dispositivos sociais e culturais das diferentes comunidades pré-históricas na modificação e construção das suas paisagens. Dessa maneira, é possível aceder aos mecanismos de controlo das premissas espaço e tempo relativas a tais comunidades Conscientes de que não deve ser a qualidade dos dados empíricos a ditar o tipo de abordagem teórica de um trabalho, mas sim o contrário, acreditamos que aquela que aqui se pretende utilizar, poderá aumentar o leque de perspectivas que se tem hoje da pré-história da zona.

Outra questão relaciona-se com o facto da região de Reguengos de Monsaraz apresentar problemas de investigação de dois tipos: o primeiro decorre da notoriedade da região no contexto do florescimento do fenómeno megalítico Tal facto condicionou, à partida, o tipo de investigação ali levado a cabo e que se centrou, quase exclusivamente, na discussão das problemáticas a ele respeitantes. Embora ainda não haja trabalhos actuais de síntese que abordem o fenómeno megalítico da região de forma sistemática e organizada, não restam dúvidas de que o "Megalitismo de Reguengos" e os fenómenos que lhe estão directamente associados no espaço e no tempo, têm sido tomados como objecto de estudo preferencial para os investigadores que têm vindo a abordar a área. Tal significa que os trabalhos relacionados com as populações anteriores ao 5°/4° milénio A.C. sejam escassos ou mesmo inexistentes. Daí a importância dos recentes trabalhos relacionados com a construção da Barragem do Alqueva e que vieram trazer alguma luz sobre questões até agora não debatidas, com o aparecimento de alguns sítios relacionados com ocupações epi-paleolíticas. É evidente que a fraca visibilidade destas ocupações no espaço dificulta também a sua identificação e estudo. Seriam necessários projectos de investigação directamente relacionados com estas problemáticas, incluindo métodos de prospecção e escavação adequados.

A realidade relativa à investigação arqueológica em Reguengos de Monsaraz apenas permite, então, uma abordagem preliminar das problemáticas em causa. No entanto, a região apresenta alguns factores favoráveis à aplicação de um modelo de estudo em Arqueologia da Paisagem. Em primeiro lugar, a região mantém ainda um carácter fortemente ruralizado. Embora a prática da agricultura, sobretudo vinícola, seja a principal actividade da região, o que não deixou obviamente de ter as suas consequências no meio ambiente e na paisagem podemos, de uma forma geral, aceder a uma série de elementos sobre a história, os circuitos, os topónimos, e a importância de certos elementos naturais na zona, que se mantiveram pela tradição oral e no saber de alguma da gente local. Uma parte significativa da paisagem pré-histórica sobrevive em monumentos, arquitecturas e espaços que, embora forçosamente residuais, incompletos e reduzidos a um esqueleto, nos podem permitir uma abordagem geral e a colocação de hipóteses de trabalho.

A escolha de Reguengos de Monsaraz e dos Perdigões tem também óbvias motivações pessoais que se prendem com os trabalhos desenvolvidos desde 1997 no Complexo dos Perdigões e que deram origem a um projecto de investigação intitulado "Ambientes Funerários no Complexo Arqueológico dos Perdigões" com direcção de Miguel Lago e de António Valera (Era Arqueologia),da qual a signatária é investigadora.

Parece-nos que devemos centrar o estudo das paisagens e da ocupação do espaço em Reguengos de Monsaraz, exactamente a partir dos Perdigões, que é, como veremos mais adiante, um local de importância central para o entendimento das problemáticas que nos propomos discutir.

2.1.1 As condições para a investigação

Já aqui se discutiu a forma como o processo de moldagem e apropriação de uma paisagem pelas diferentes comunidades que a ocuparam incorpora uma realidade já existente, física, geológica, hidrológica ou geográfica e a transforma numa nova realidade humanizada e social mediante a aplicação da ordem imaginada que preside à comunidade em causa. Ou seja, as actividades de um grupo social levadas a cabo no espaço, materializam coerentemente a representação ideal e simbólica do mundo e a forma como concebem elementos básicos como o espaço, o tempo, a natureza, as relações com o seu meio-ambiente ou com os outros. Estes princípios mantêm uma relação interactiva com a paisagem, uma vez que as mudanças ocorridas na esfera racional resultam em modificações dessa mesma paisagem social. Os sistemas de representação inerentes às diferentes comunidades funcionam lado a lado com as tecnologias de domesticação do espaço, que mais do que meros dispositivos mecanicistas resultam também de uma configuração racional prévia (Criado Boado, 1999:10).

Aceitamos também que as diferentes concepções de espaço e tempo, da natureza e dos outros, ou seja que os diferentes sistemas de representação das diferentes comunidades se manifestam em todas as escalas da acção social e, por isso mesmo, o estudo integrado da Cultura Material nos seus vários níveis deveria permitir o acesso às linhas mestras do sentido implícito a cada paisagem. Às condições de formação do registo material estariam inerentes diferentes vontades de visibilidade dessa mesma Cultura Material, que se formaria conjugada com diferentes acessos a recursos, matérias-primas e tipos de projecção espacio-temporal.

De nada servem os conceitos sem a sua aplicação empírica e consequente validação. E parece-nos que estes têm uma aplicação claríssima ao caso específico de Reguengos em geral e à estruturação do Complexo dos Perdigões em particular. Contudo, contar a história da humanização da paisagem nesta região apresenta, à partida e inevitavelmente, algumas circunstâncias inibidoras que resultam, como já afirmamos, de algumas lacunas graves na investigação arqueológica ali levada a cabo, durante os últimos 60 anos. A verdade é que o carácter do Complexo dos Perdigões o

torna num local central e essencial para a compreensão da evolução dos sistemas de representação espacial inerentes ás comunidades que habitaram aquele território durante um dado tempo.

Todas as histórias têm um ponto de vista e, o nosso, parte do Complexo dos Perdigões. O seu domínio do vale torna-o num elemento polarizador e central particularmente interessante se o considerarmos como representativo do apogeu de uma ocupação continuada deste território, pelo menos desde o 9º milénio A.C. Oito mil anos de ocupação de um território culminaram ali, naquele recinto multi-facetado que se foi complexificando, desde a sua ocupação inicial, no mínimo algures durante o Neolítico Final, numa fase claramente contemporânea do apogeu do megalitismo na região e possivelmente associado ao recinto menírico dos Perdigões, até ao seu abandono já depois de ali serem usadas componentes artefactuais campaniformes. Ou seja, o local estruturado arquitectonicamente existe, pelo menos, desde a fase em que as primeiras marcas na paisagem vão ocupando cada vez mais espaço, até se tornar num sítio central para populações dispersas num território concreto.

As análises ao espaço efectuadas ao longo deste trabalho abordam-no nas suas diversas dimensões. Do espaço geométrico, cartesiano e mensurável ao espaço experiencial, a forma como o conceito foi estruturalmente consciencializado pelas diferentes populações, deixou as suas marcas nos territórios e paisagens que agora estudamos. Assim, partimos do princípio que as evidências materiais deixadas por essas comunidades de indivíduos representam o resultado da sua acção humana sobre o território. O espaço, a Natureza, os ambientes não são elementos exteriores a nós e sobre o quais construímos edifícios culturais. A imediata percepção sensorial que deles temos humaniza-os desde logo, uma vez que são categorizados adquirindo, nesse processo, nome e características próprias. A nossa vivência actual diz-nos que o grau de envolvimento que estabelecemos com os diferentes elementos do espaço afecta, directamente, a nossa espacialidade e a nossa forma de orientação no mundo. A consciência individual que adquirimos de cada sítio torna-os, logo à partida e pela utilização e construção que deles fazemos, em lugares. Ou seja, o aparelho sensorial do corpo humano não é apenas um instrumento transmissor de dados puros para a mente (Thomas, 1996). A actividade sensorial, a percepção e a conceptualização não podem ser entendidos como um mero processo encadeado de causa-efeito, ou seja como uma mera aquisição mental de realidades exteriores ao ser, às quais não são atribuídos significados. A paisagem, como cenário espacial tem também uma dimensão perceptiva e psicológica (Valera, 2000c).

Por isso, são imensas e muitas vezes inultrapassáveis as dificuldades que se levantam às análises arqueológicas do espaço. Mesmo que se aceite que o significado dos sítios está directamente ligado aos eventos que neles tiveram lugar, existe uma barreira intransponível na ponte entre o nosso tempo e a pré-história e que se materializa, na ciência arqueológica, na falta de instrumentos de verificação para determinadas abordagens. Os elementos envolvidos na significação de um determinado espaço por parte dessas comunidades estão irremediavelmente encerrados no tempo em que foram vividos e qualquer tentativa de reconstrução que tenha como base os nossos princípios e valores está, à partida, errada. Se o espaço experiencial não é acessível, resta-nos o espaço geométrico, que reconhecidamente não é suficiente para quem se pretende aproximar do significado central dos diversos espaços, da paisagem. A resolução do impasse exige o assumir de posturas concretas relativamente ao que podemos retirar dos vestígios deixados no passado. Admitindo sem reservas o carácter fluído do significado dos espaços, que varia com o relacionamento dos seres humanos com os diversos elementos espaciais, como analisar esta interacção pessoal em períodos tão recuados sem cair em extremos de análise neo-objectivista ou de atroz subjectivismo? As possibilidades de análises isolantes da acção individual na pré-história são, actualmente, um tema em debate. A questão não se coloca isoladamente e está rodeada de um ambiente de discussão que exige a clarificação de conceitos como o de indivíduo, a explicitação das diversas escalas de acção possíveis e o reconhecimento dos graus de verificação das premissas envolvidas na discussão. A questão é cíclica, eterna e endémica ao debate científico em evolução, restando-nos então tentar desconstruir formalmente os espaços que estudamos, permitindo que falem por si, sem imposições de uma subjectividade que lhes é estranha. Os Perdigões, e a ocupação humana do vale de Reguengos deixaram marcas encerradas no contexto codificado em que surgiram e que podemos, debilmente, tentar pelo menos explicar mais do que descrever ou interpretar.

O resultado final do trabalho vai inevitavelmente revelar um desfasamento entre o modelo teórico em que nos baseamos e os resultados formais em termos da sua aplicação prática. Em teoria, a sustentabilidade das premissas pode perder-se perante a sua validação empírica e a contrastação com os dados de campo. Neste caso, os limites e possibilidades da aplicação dos princípios teóricos da Arqueologia da Paisagem passam por um conhecimento profundo da área de estudo em todos os seus aspectos fisiográficos a que se sobrepõe os dados sobre o tipo de implantação dos diferentes monumentos, o conhecimento dos padrões de circulação entre eles, a definição dos tipos de visibilidade a partir de e entre monumentos e a percepção de elementos que hoje em

dia nem sempre são fáceis de definir e que se prendem com o mapa etnográfico dos pontos tradicionalmente significativos em paisagens cada vez mais antropizadas.

O volume de trabalho e de investigação que envolve este tipo de abordagem não se coaduna com a dimensão prevista para uma tese de mestrado. Assumimos, por isso, que o resultado aqui apresentado representa, acima de tudo, uma primeira tentativa de aplicar um modelo de trabalho, que consideramos particularmente válido e estimulante em termos de investigação, a uma área que infelizmente ainda não conhecemos com a profundidade necessária e que apenas muitos anos de trabalho vão permitir alcançar. O resultado final apresenta uma sistematização de informação arqueológica existente para a região, que se procurou enquadrar numa moldura teórica que lance as bases para futuros trabalhos na mesma área.

2.2 A INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM REGUENGOS DE MONSARAZ: PRINCIPAIS INVESTIGADORES E PUBLICAÇÕES

A riqueza arqueológica do Concelho de Reguengos de Monsaraz há muito que é conhecida. Foram vários os investigadores que se debruçaram, e debruçam sobre a região.

É, obviamente, incontornável destacar, desde logo, o trabalho levado a cabo por Vera e Georg, Leisner, membros do Instituto Arqueológico Alemão. O seu trabalho em Portugal foi decisivo para a descoberta e publicação de dados pioneiros sobre o megalitismo do sul do nosso país. Publicaram em 1951, depois de diversos anos de estudo na zona, o indispensável *As Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz* [7] Esta obra inventaria cerca de 134 monumentos megalíticos com indicação do tipo e características de arquitecturas presentes, suas dimensões e descrição dos espólios dos monumentos escavados, ou seja, cerca de 34 antas e 2 tholoi, o da Farisoa 1 e o da Comenda 2, ambos adossados a monumentos megalíticos anteriores.

O trabalho do casal Leisner sintetiza uma impressionante quantidade de dados resultantes quer do seu trabalho de prospecção no terreno, quer das escavações que levaram a cabo em mais de três dezenas de monumentos, numa abordagem semelhante à realizada noutras regiões.

Os anos 60 e 70 assistiram ao trabalho levado a cabo no terreno por investigadores locais como Henrique Leonor Pina e José Pires Gonçalves que se interessaram pelo fenómeno megalítico a outra escala, nomeadamente nas suas

[7] Com reedição em 1985 pela Uniarq / INIC.

manifestações ao nível dos *menhires* e *cromelechs.* Aliás, os monumentos deste género actualmente conhecidos foram na sua maioria publicados nesta época. Deles falaremos com pormenor mais adiante.

Em finais dos anos 80, no âmbito da prospecção arqueológica das margens do Guadiana, enquadrada nos trabalhos preliminares relativos à construção da Barragem do Alqueva, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares identificaram vários "habitats" na região que correlacionaram com as diferentes fases do megalitismo de Reguengos de Monsaraz. Trata-se de um artigo também imprescindível "*Para o conhecimento dos povoados do Megalitismo de Reguengos*" de 1992.

Paralelamente, iniciaram-se no terreno os trabalhos da equipa do Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, habitualmente sob a direcção de Victor dos Santos Gonçalves. Os trabalhos que têm sido desenvolvidos incluem prospecções e escavações, cujos resultados vão sendo publicados de forma irregular. Para além da revisão do trabalho dos Leisner, no livro *Revendo as Antas de Reguengos de Monsaraz*, Victor dos Santos Gonçalves e sua equipa dedicaram-se sobretudo ao estudo exaustivo do núcleo da anta do Olival da Pega 2 cuja monografia se continua a aguardar para breve. Para além disso, foram desenvolvidas intervenções em sítios do Neolítico Final/Calcolítico como o Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988-89), Marco dos Albardeiros e Torre do Esporão 3. (Gonçalves, 1990-91)

Mais recentemente, no âmbito dos trabalhos de investigação arqueológica enquadrados no processo de minimização dos impactes decorrentes do Alqueva, realizaram-se trabalhos relativos a diversos sítios da margem direita do Rio Guadiana. Assim procedeu-se a trabalhos de prospecção (Calado e Mataloto, 1998, referido em Gonçalves e Sousa, 1997) e de escavação de alguns locais a afectar pela água do Regolfo, factos que, para além de possibilitarem a colocação de uma série de pontos no mapa correspondentes a sítios pré-históricos desconhecidos até então, levaram ao aprofundar dos conhecimentos sobre alguns sítios já conhecidos cuja publicação se aguarda no âmbito da contratualização efectuada com a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra Estruturas de Alqueva), responsável pelos trabalhos. É o caso de Areias 15 e 16 (Gonçalves e Sousa, 1997b), Xarez 12 (Gonçalves, 2002b e 2003a) e Anta de Santa Margarida (Gonçalves, 2001).

A verdade é que, para quase década e meia de trabalho, os resultados são um pouco limitados, no que diz respeito a uma leitura global bem estruturada sobre a ocupação do espaço de Reguengos de Monsaraz pelas comunidades pré-históricas, sobretudo tendo em conta a riqueza arqueológica da região.

Embora não faltem artigos com títulos apelativos como " O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente Peninsular (espaços de vida, espaços de morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz" (Gonçalves e Sousa, 2001) precedidos de "Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos" (Gonçalves,1999) e de "O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas" (Gonçalves,1995) a sensação que fica é a de uma abordagem algo repetitiva e pouco aprofundada. Embora se concorde que não se deva embarcar em "teorias da semana passada" ou em facilitismos para estruturar o trabalho de investigação, concordar-se-à na necessidade de avançar linhas de pensamento fundamentais e justificadas. Parece-nos que a mera descrição de sítios, arquitecturas e espólios de monumentos, ilustrada com mapas de leitura nem sempre clara não chega. Há que problematizar, desenvolver hipóteses de trabalho, assumir pontos de vista e não tomar um território como propriedade privada para usufruto próprio. O património é de todos e os sítios milenares locais de aprendizagem com um legado poderosíssimo que devemos respeitar como e em memória dos que cá estiveram antes de nós.

Desde 1997 que tem também havido lugar para outros investigadores em Reguengos de Monsaraz. Nesse mesmo ano, foram realizados trabalhos de remoção de um olival e posteriores lavras profundas numa propriedade recentemente adquirida: a Herdade do Perdigões. Arqueologicamente, o local era conhecido pela existência de um recinto megalítico e por vestígios de um povoado intervencionado por Mário Varela Gomes.

Os trabalhos agrícolas, levados então a cabo em 1997 numa área de cerca de 11 ha revelaram a insuspeitada dimensão do povoado, cuja estruturação particular foi imediatamente evidenciada pelas fotografias aéreas realizadas pelo IPPAR.

Após abertura de concurso pela empresa proprietária, com o objectivo de diagnosticar danos causados e o potencial científico e patrimonial existente, iniciaram-se os trabalhos programados na Primavera de 1997, sob a direcção de Miguel Lago (Era Arqueologia). Os resultados preliminares foram publicados na *Revista Portuguesa de Arqueologia* sob o título "Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997".

Após tomada de decisão no sentido de inviabilizar qualquer projecto passível de afectar os contextos arqueológicos presentes, foi desencadeado um processo de investigação centrado em problemáticas de âmbito funerário[8].

[8] Projecto de investigação "Ambientes Funerários no Povoado dos Perdigões" – PNTA com resultados publicados em "Ambientes Funerários no Complexo Arqueológico dos Perdigões: uma análise preliminar no contexto das práticas funerárias Calcolíticas no Alentejo." - Era Arqueologia, nº2, 2000.

3 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EM REGUENGOS DE MONSARAZ DURANTE A PRÉ-HISTÓRIA RECENTE: UMA SEQUÊNCIA REGIONAL?

3.1 ANTECEDENTES HUMANOS

A água deve ter condicionado as populações que circulavam pela região. O Guadiana, o Degebe, as Ribeiras do Álamo e do Azevel, são os principais elementos de uma paisagem marcada por água, abundantes recursos terrestres e fluviais, matérias-primas diversificadas e facilidade de circulação.

Na confluência do Guadiana com os seus afluentes, particularmente um pouco a Norte de Reguengos de Monsaraz, no Vale do Caia, residem os restos de algumas das mais antigas indústrias líticas conhecidas no território português. A zona em causa terá começado a ser frequentada desde o Paleolítico Inferior a ao longo das mesmas margens detectaram-se, a partir do princípio do século passado, importantes sequências tipológicas líticas, cujas cronologias se prolongam a partir do Acheulense (Silva, 1994). Apesar da importância desde logo atribuída ao Paleolítico local (Breuil, 1920) e de ao longo do século 20 se ter engrossado o número de sítios conhecidos, os resultados da investigação mostram que pouco se conhece sobre os primeiros habitantes do Vale do Guadiana. (Silva, 1994).

Os sítios arqueológicos ou estações, foram classificadas em função de recolhas de superfície, sobretudo em terraços fluviais, nunca tendo sido efectuada qualquer escavação arqueológica. Desta forma, o desconhecimento dos contextos apenas permite leituras ténues e monotonamente tipológicas. Subsiste uma paisagem marcada por restos de utensilagem e de vestígios do seu processo de talhe, realizado por homens que aproveitaram as enormes cascalheiras situadas nas proximidades dos rios.

As evidências tradicionalmente relativas ao final do Paleolítico foram, a partir dos anos setenta questionadas centrando-se parte da investigação produzida em torno da questão do Languedocense no Guadiana (Jorge, 1972). As dificuldades de atribuição de cronologias seguras a um conjunto de indústrias macrolíticas e a conclusão de que estas se distribuiriam por um vasto período, incluindo o Neolítico e o Calcolítico, veio colocar em causa a noção de se estar perante uma indústria específica cronologicamente balizada (Silva, 1994).

Alguns exemplos semelhantes parecem ocorrer em Reguengos de Monsaraz, com alguns sítios arqueológicos citados na bibliografia. É o caso do povoado de Pipas (Soares e Silva, 1992), identificado pelos autores no âmbito das prospecções

preliminares levadas a cabo no âmbito do estudo de impacte ambiental da Barragem do Alqueva. O sítio, onde foram efectuadas algumas recolhas de superfície e três sondagens arqueológicas, apresenta alguns dados interessantes sobre a questão das indústrias sobre seixo, ali bastante significativa, tendo fornecido no nível de ocupação detectado na sondagem 2 *"...abundantes lascas de quartzito e quartzo leitoso, alguns calhaus rolados de quartzito trabalhados segundo técnica languedocense..."* (Soares e Silva, 1992: 55). Este *habitat* apresentava escassa cerâmica, tendo sido classificado pelos investigadores, como pertencendo à primeira fase do megalitismo de Reguengos, algures no "Neolítico Antigo Evolucionado". Os mesmos autores referem, para a fase do Neolítico Final/Calcolítico a presença, nos povoados de Albardeiros (neste caso referem-se ao Marco dos Albardeiros e não ao Monte Novo dos Albardeiros) e Outeiro das Carapinhas (agora denominado Castelo do Azinhalinho por Gonçalves, 1996, 1999) de indústria lítica de lascas não retocadas de quartzito e quartzo leitoso. A existência, em contextos Neolíticos/Calcolíticos, destas indústrias macrolíticas, com óbvias filiações nas do final do Paleolítico, torna indispensável e aprofundamento do questionário que se lhes refere, com o objectivo de compreender se são indústrias enquadráveis no mesmo *"... contexto histórico-cultural (...) ou se estaremos em presença de uma a evolução local de tecnologias ligadas originalmente a actividades de caçadores-recolectores, cuja tradição tecnológica (...) se mantém para além das transformações socio-económicas que essas mesmas comunidades sofrem (...) "* (Silva, 1994: 86). Esta questão do "languedocense" e o facto de determinados vestígios que lhe foram tradicionalmente associados poderem representar traços de ocupação pós-paleolítica ressalta, sobretudo, a necessidade de aprofundar a investigação ao nível da emergência das sociedades agro-pastoris no Concelho de Reguengos de Monsaraz.

A enorme escassez de dados referentes às populações que habitaram ao longo da bacia média do Guadiana anteriormente ao Paleolítico Superior, foi parcialmente colmatada pelos resultados obtidos pelos trabalhos desenvolvidos no âmbito do processo de minimização de impactes sobre o património arqueológico na área afectada pelo Alqueva, levadas a cabo pela equipa liderada por Francisco Almeida (Almeida et alli, 1999). Na verdade foram detectados mais de 20 sítios inéditos enquadráveis naquele período, para além dos documentados durante as prospecções prévias às escavações arqueológicas. Daí que se afirme que *"...existiu ocupação do Alentejo Interior durante o Paleolítico e Epipaleolítico."* (Almeida et alli, 1999:26). Os autores afirmam ainda que a escassez de dados relativos a ocupações do Paleolítico Inferior e Média, pode resultar das metodologias de prospecção, que visavam, neste caso específico, identificar sítios

geologicamente contextualizados. Assim, não é excluída a possibilidade da existência de vestígios anteriores ao Paleolítico Superior. O sítio de Chancudo 3, intervencionado em profundidade, confirmou a presença de uma ocupação humana datável do Madalenense.

No entanto o sítio mais significativo intervencionado naquele âmbito foi o da Barca do Xerez de Baixo que, para além de oferecer uma data enquadrável no Epipaleolítico (8640+ -50BP – Beta - 120607), forneceu dados importantes para o conhecimento mais aprofundado das populações pré-neolíticas de Reguengos de Monsaraz, até hoje totalmente desconhecidas a este nível. Os investigadores envolvidos na sua escavação consideram-no *"...um local especializado no abate de animais e tratamento das respectivas carnes, reocupado periodicamente por grupos humanos epipaleolíticos durante uma fatia de tempo ainda não estimável."* (Araújo e Almeida, 2003: 52).

Outras razões revestem este sítio de uma grande importância:

1) a sua descoberta e confirmação cronológica, tornou-o, até ao momento, no sítio Epipaleolítico conhecido mais interior do território português, permitindo contrariar a tese relativa a este período que apontava para a concentração de populações na faixa litoral e junto ao estuário de rios como o Tejo e o Sado, permanecendo um hiato, no interior do território, entre o fim do Pliocénico e o início do Neolítico;

2) o facto de ser um contexto primário, torna-o num dos mais interessantes sítios deste período e numa boa base de investigação para um futuro conhecimento das populações pré-neolíticas da região, principalmente se tivermos em conta a riqueza dos seus contextos em termos de restos faunísticos e artefactuais.

Este último ponto é o que mais nos interessa dentro do enquadramento temático com que estamos a abordar este trabalho, uma vez que apresenta um grande potencial para *"... o estudo comportamental das últimas comunidades de caçadores-recolectores da área"* (Almeida et alli, 1999: 36). A área desta jazida intervencionada parece apontar para uma clara organização espacial do espaço de habitat, não se pondo de lado a hipótese da futura identificação de restos humanos ou sepulturas organizadas. As estratégias de adaptação ao meio e os recursos disponíveis para os frequentadores Epipaleolíticos da Barca do Xerez teriam de ser drasticamente diferentes dos das populações litorais. Esta situação terá sido solucionada pela adopção de um modo de vida muito móvel, o que pode explicar a dificuldade em encontrar outros contextos deste tipo, rapidamente diluídos por processos tafonómicos. Infelizmente o tema não foi

plenamente desenvolvido e o sítio está irremediavelmente inacessível, coberto pelas águas do Regolfo do Alqueva.

A região de Reguengos de Monsaraz, aqui em análise, parece ter reunido excelentes condições para, desde muito cedo, permitir a manutenção de populações, sendo por isso pouco plausível que ocorressem significativas interrupções no povoamento humano. Assim, a confirmação da pré-existência de substratos populacionais anteriores ao Neolítico, associada a condições ecológicas eventualmente favoráveis à sua constante reprodução, poderá ter favorecido um cenário de neolitização forte e multifacetado de que o Megalitismo Funerário e, quem sabe, o menírico, seriam sinais resistentes ao tempo (Soares e Silva, 1992)

A detecção, no interior alentejano, de abundantes cenários habitacionais ao ar livre (Soares e Silva, 1992) relacionados com os primórdios da neolitização diz respeito, sobretudo, a locais resguardados de destruições provocadas pela antropização do território. De facto, se estivermos perante grupos humanos altamente móveis, como parece ser o caso, produtores de poucos restos resultantes das suas fugazes permanências num dado local, não é de estranhar a dificuldade na sua detecção. Em regiões bastante alteradas por processos de transformação da paisagem, erosão e agricultura, será em locais de difícil aproveitamento pela lavoura, como aqueles implantados em paisagens rochosas, que existirão maiores probabilidades de terem sido conservados tais vestígios.

Este conhecimento da evolução do povoamento regional é essencial para a compreensão dos grandes fenómenos estruturais. Uma das questões que evidentemente se integrará nas estratégias de povoamento e nos complexos mágico-religiosos é o da arte rupestre.

O processo de investigação levado a cabo desde o início do século passado, legou-nos assim, um conjunto de dados fragmentários relativos aos alvores do Megalitismo e às populações que protagonizaram essa fase, permanecendo os antecedentes do fenómeno, bem como o seu enquadramento com os construtores, os vivos, por efectivamente averiguar e conhecer. Apenas do Neolítico Final/Calcolítico, com a consolidação das sociedades agrárias e com a crescente diversificação de estratégias de adaptação ao meio, possuímos um conjunto de dados sobre os vivos. Mas então, já os monumentos megalíticos eram desde há muito tempo estruturantes das mentalidades e das paisagens.

São, portanto, bastante reduzidos os conhecimentos que temos sobre o padrão de ocupação do espaço das sociedades caçadoras-recolectoras de Reguengos. Os

vestígios até agora detectados encontram-se normalmente junto a cursos de água (o Guadiana é estruturante) e permitem conceber grupos fluidos e altamente móveis, obrigados a circular, pelo seu padrão de subsistência, por áreas vastas, deambulando em busca de alimento. Não é notória, por parte destas populações, uma vontade de tornar a sua acção na paisagem visível, embora na fase mesolítica, representada aqui pelo único exemplar na região, a Barca do Xerez de Baixo, pareça entrever-se já algumas formas de organização do espaço habitado temporariamente. O aparecimento de estruturas de pavimento ou de combustão, associadas directamente a restos faunísticos e a inúmeros vestígios de pedra lascada, na Camada 2, atesta esta organização.

Ainda não foi esclarecido se os diferentes níveis de ocupação detectados no local correspondem a dois momentos distintos de ocupação do espaço ou se representam a sua reutilização sucessiva, de carácter sazonal (Araújo e Almeida, 2003).

A ausência de estruturas funerárias ligadas a estas comunidades, não torna possível caracterizar de forma segura o universo representacional e simbólico das populações que habitaram as margens do Guadiana e dos seus afluentes durante tanto tempo. Apenas podemos começar a adivinhar elementos da sua vivência, como a base da sua alimentação, o seu padrão de implantação ou a tecnologia de afeiçoamento lítico que possuíam.

No entanto, esta ausência de vontade de visibilização espacio-temporal está totalmente de acordo com as estratégias sociais de construção da paisagem destas comunidades. Parecem poder encaixar-se num tipo de vivência que não interfere significativamente com o espaço, mantendo uma Paisagem Selvagem e quase inalterada. Estas populações dominavam seguramente vastas paisagens, ocupando pontos-chave naturais, proeminentes ou não, com diversos níveis de visibilidade, normalmente ao ar livre. Estão por conhecer os abrigos sobre rocha habitados por estas populações, se é que existiam. Na Barca do Xerez encontraram-se restos faunísticos correspondentes a pelo menos quatro géneros: equídeos, cervídeos, bovídeos e logomorfos (Almeida et alli, 1999). É por isso provável que a escolha dos lugares de ocupação tivesse em conta o padrão de circulação dos animais selvagens e a maior ou menor proximidade com zonas ricas em caça. Assim, este espaço, embora permanecendo naturalmente aberto, devia ser cenário para uma acção humana levada a cabo em núcleos de actividade em padrões de movimento fechados. Dizer mais do que isto não é possível, uma vez que estamos perante populações cujos vestígios da acção social guardados na paisagem são diminutos, e cujos efeitos são praticamente invisíveis no registo arqueológico. Daí que

sejam denominadas, como já afirmámos, de estratégias inibidoras de impacto na paisagem.

3.2 NEOLITIZAÇÃO E O INÍCIO DO MEGALITISMO

A transição do Epipaleolítico / Mesolítico para o Neolítico, ou seja o processo de neolitização, está efectivamente mal atestado em Reguengos de Monsaraz, assim como na maior parte das áreas interiores do Alentejo. Se a data mais antiga que se possui para a região é a conseguida para a Barca do Xerez, colocando aquela ocupação algures no 9º milénio A.C., todo o espaço de tempo desde este momento até à construção das mais antigas antas permanece um vazio, que apenas começou a ser pontuado agora, com as recentes descobertas permitidas pelos trabalhos de prospecção levados a cabo no âmbito do processo do Alqueva. As cronologias destes novos locais, embora relativas, situam-nos, como veremos adiante, no âmbito daquele processo, entre os designados Neolítico Antigo e Neolítico Médio. Os elementos relativos ao megalitismo incluídos neste capítulo dizem respeito às construções megalíticas mais antigas atestadas para a região, embora a ausência de datações absolutas não permita qualquer tipo de enquadramento cronológico seguro, apenas passível de ser ultrapassado pela implementação de consequentes projectos de investigação incluindo programas sistemáticos de datações absolutas.

Em termos do povoamento enquadrável nas fases iniciais deste processo, surgiram, recentemente, dados inovadores, embora os trabalhos publicados não avancem com informação seguras (Gonçalves e Sousa, 2000; Gonçalves, 2002b), nem permitam a sua critica sustentada. Algumas das referências mais importantes a este período surgem no âmbito do primeiro estabelecimento de uma sequência cronológica para diversos sítios e monumentos megalíticos na região (Soares e Silva, 1992), na qual se descreve, a partir de dados incipientes, a neolitização como um *"...longo processo (...)entre as primeiras comunidades detentoras do conhecimento da técnica de produção de alimentos e as plenamente agro-pastoris:"* (Soares e Silva, 1992: 44); processo de que perduraram incipientes marcas na paisagem. A investigação sobre a neolitização desta região está totalmente por fazer, embora se abram importantes perspectivas de estudo para a compreensão do substrato populacional que potenciou posteriormente o aparecimento de comunidades agro-pastoris, cuja actuação na paisagem foi proeminente.

O povoado de Pipas, parece reflectir o protótipo do modelo de implantação na paisagem de habitats deste período em Reguengos (Soares e Silva, 1992: 54-61).

Integrado numa zona arenosa e baixa da margem direita da Ribeira do Álamo, ocupa uma zona junto a grandes afloramentos graníticos. A ligação de populações deste período a elementos naturais parece ter sido uma situação vulgar, fruto de uma interacção profunda com a natureza; tais elemento ao adquirirem significado tornar-se-iam estruturantes, no contexto de vivências em territórios fluidos.

Poderemos estar perante grupos de dimensão variável que, através de trajectos mais ou menos definidos, exploravam sazonal e polifacetadamente os territórios. Este período deve ter correspondido à crescente afirmação da economia de produção de alimentos que terá tido, a nível social, influência nas relações de parentesco que se terão reforçado de maneira a organizar o que seria uma incipiente exploração agrícola do território. (op. cit). Se o povoado de Pipas está correlacionado, neste trabalho, com "os alvores do megalitismo", outros há, na margem direita do Guadiana, no concelho de Mourão que podem corresponder ao que aqueles autores denominam de fase média do megalitismo e que são enquadrados cronologicamente no tipo de construção megalítica representado pela Anta do Poço da Gateira. (Op. cit). Trata-se do Povoado da Fábrica da Celulose e o habitat da Quinta da Fidalga. O espólio do primeiro, que se situa numa superfície aplanada junto às margens do Guadiana, apresenta fortes similitudes com o espólio exumado da Anta do Poço da Gateira. Outro pormenor interessante, diz respeito ao facto de terem sido encontradas taças decoradas com o sulco horizontal debaixo do bordo com ligeiro espessamento arredondado, com paralelos claríssimos com o sítio de Salema, Santiago do Cacém, enquadrável no denominado Neolítico Antigo Evolucionado e que parece perdurar nessa região até à fase I do Neolítico da Comporta (com data na segunda metade do 4º milénio AC)

O habitat da Quinta da Fidalga também foi intervencionado à época da publicação de 1992, tendo sido alvo de trabalhos posteriores, ainda por publicar. As informações existentes dizem respeito à sua localização, também na margem esquerda do Guadiana, numa zona aberta, aplanada e arenosa, sendo fornecidos dados resumidos relativamente ao espólio recolhido, sendo sublinhada a presença de cerâmica almagrada com elementos arcaizantes como o cordão segmentado. Na indústria lítica, predominam as lascas de quartzito, rareando os elementos de sílex. Em termos de pedra polida, foi identificado um elemento indefinido.

Para além destes elementos, surgiram durante os trabalhos de prospecção prévia à construção do Alqueva, alguns locais de habitat a que foi atribuída uma cronologia do Neolítico Antigo e Médio (Calado e Mataloto, 1998, referidos em Gonçalves e Sousa 2000).

Dos sítios recentemente descobertos destaca-se, quer pelo grau de preservação das estruturas identificadas, quer pelo contexto que representa, o sítio de Xerez 12, intervencionado por Victor dos Santos Gonçalves e a sua equipa (Gonçalves e Sousa, 2000; Gonçalves, 2002b e 2003a).

Na área 3 deste povoado, foi identificada uma série de aproximadamente trinta estruturas de combustão, enquadráveis cronologicamente no Neolítico Médio. A esta concentração de estruturas, interpretadas como sendo fornos estruturados à base de argilas, associava-se fauna doméstica e selvagem e a uma grande quantidade de restos de indústrias líticas lamelares e respectivos núcleos. O sílex localizado parece ter uma proveniência exógena de mais de 150 km de distância. A complexidade do sítio e da sua interpretação foi incrementada com o aparecimento de vestígios de eventuais deposições funerárias, correspondentes às fases mais antigas da ocupação do local. O sítio de Xerez 12 apresenta uma diacronia de ocupação que ocupa todo o Neolítico. Durante o Neolítico Médio, teria sido um local privilegiado para levar a cabo operações de cocção de cerâmica e alimentos, alegando-se que a sua implantação o resguardaria dos ventos desfavoráveis, levantando-se também a hipótese de se tratar de uma zona de produção de industrias líticas à base de sílex (informações divulgadas no 3º Congresso do Neolítico Ibérico, Santander, 5-8 de Outubro de 2003, em comunicação de Victor Gonçalves).

O sítio de Xerez 11 já mencionado nos anos 80 por (Raposo e Silva, 1980-81) fazia parte do grupo de sítios arqueológicos a intervencionar por aquela equipa. Os trabalhos realizados permitiram constatar que o local foi altamente perturbado pela prática agrícola e pela construção de uma estrada municipal. Não foram identificadas estruturas preservadas e o material presente denunciava intensos revolvimentos (Gonçalves, 2002b).

Carraça 1 é encarado como um habitat inicialmente associado às Antas do Monte Novo do Piornal e Piornal 2, mas a sua escavação indicou tratar-se de um sítio anterior ao megalitismo e integrável no Neolítico Antigo. Os núcleos de estruturas e os materiais referentes a este local encontravam-se dispersos, o que parece apontar para uma ocupação sazonal do sítio, implantado numa área aberta junto à Ribeira da Carraça. Algumas das estruturas encontradas apresentam similitudes com as exumadas em Xerez 12. De facto, o sítio integra um núcleo de estruturas interpretadas como fornos, com base de argila e com evidentes sinais de combustão ao seu redor e um outro conjunto de estruturas escavadas no solo e revestidas a argila (Gonçalves, 2002b).

O sítio da Fonte dos Sapateiros apresenta uma área extensa de dispersão de materiais à superfície com vários núcleos individualizáveis: Fonte do Sapateiro 1, 2 e 3.

(Gonçalves e Sousa, 2000). Enquadrado no Neolítico Antigo, trata-se, aparentemente de um acampamento com ocupação sazonal ou temporária, estruturando-se entre afloramentos graníticos (Gonçalves, 2002b: 176) onde foi detectada uma eventual zona de talhe de pedra e estruturas de empedrado e combustão.

Gorginos 6 é outro local implantado numa vertente suave com pouca visibilidade e já muito destruído pelos trabalhos agrícolas. Junto à margem esquerda da Ribeira da Sardinha apresenta alguma dispersão de material cerâmico e lítico (incluindo micro-utensilagem em sílex) (Gonçalves e Sousa, 2000).

O sítio de Xerez 4 (Gonçalves, 2002b) foi também classificado como um habitat/acampamento com uso esporádico durante o Neolítico Médio. A sua importância revela-se pelo aparecimento, durante os trabalhos de escavação no designado *Locus 1,* de estruturas domésticas, nomeadamente de uma cabana neolítica configurada pela associação de três estruturas pétreas, consideradas como os apoios para uma cabana rectangular. O espólio integra, essencialmente, elementos de pedra lascada, sobretudo de micro-utensilagem sobre rochas siliciosas, sendo a cerâmica muito escassa.

Relativamente ao início Megalitismo, o trabalho desenvolvido pelos Leisner (1951) e posteriormente revisto por alguns autores (Gonçalves, 1992, Soares e Silva, 1992) continua a ser a mais significativa fonte de informação, perpetuando-se desde então questões essenciais e não se podendo produzir afirmações seguras relativamente à região de Reguengos. As tentativas de fasear o megalitismo na região com base em critérios arquitectónicos ou artefactuais permitem apenas compor um cenário possível e efectivamente pouco sustentado.

Embora durante a primeira metade do século 20, as teorias sobre a emergência e desenvolvimento do megalitismo considerassem as estruturas tipo *tholoi* como o paradigma da construção megalítica na Península Ibérica e as pequenas sepulturas, tipo dólmen, como elementos degenerados do final do megalitismo, os trabalhos posteriores demonstraram o contrário. Pequenas sepulturas pétreas fechadas também denominadas de proto-megalíticas (Soares e Silva, 2000) têm vindo a ser consideradas como as primeiras manifestações do megalitismo funerário de que não há, aparentemente, exemplos na região de Reguengos. À excepção de estruturas denominadas de "cistas megalíticas, detectadas pelos Leisner em Areias 10 e em Falcoeira 1 e nunca mais comentadas, nenhum dado disponível aponta para a presença de estruturas megalíticas ortostáticas até à construção das primeiras antas de corredor. Face à escassez de datações absolutas disponíveis, a situação torna qualquer tentativa de organização num ensaio de exploração de meras hipóteses.

Embora para as restantes regiões do país, as primeiras manifestações megalíticas sejam relacionadas com o chamado Neolítico Médio, a verdade é que para Reguengos de Monsaraz não está atestada, até ao momento, a construção de antas antes de meados do 4° milénio A.C. (Gonçalves, 1992). Aqui, as antas de tradição mais antiga têm, na opinião daquele autor, o seu protótipo na Anta do Poço da Gateira, um Sepulcro estruturado a partir de uma câmara poligonal irregular em ligação a um corredor curto. Os dados disponíveis apontam para a presença de cerca de 16 enterramentos primários, acompanhados de um espólio composto por elementos de pedra polida, predominantes, elementos em sílex (lâminas e lamelas não retocadas) e vasos esféricos, alguns com almagre (Leisner, 1951). A presença de geométricos, de machados de corpo cilíndrico (quase ausentes em qualquer outro espólio de Reguengos), de cerâmica almagrada e ausência de placas de xisto gravadas, lado a lado com o seu corredor curto, motiva o enquadramento deste monumento para as fases mais antigas do megalitismo de Reguengos.

A realização de trabalhos no Alqueva pela equipa da Uniras (Gonçalves, 2002a e Gonçalves e Sousa, 2003), condicionou o redireccionar das linhas orientadoras da sua investigação para o estudo do denominado limite oriental do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz. Este recém definido sub-grupo inclui monumentos identificados pelos Leisner (Capelinha 1, Piornal 1, 2 e 3, Xarez 1) e outros inéditos (Capelinha 2 e Monte Novo do Piornal). Mais uma vez, não é fácil tirar conclusões com base nos elementos publicados.

A anta do Xerez 1 parece representar um elemento à parte, quer pela sua implantação mais isolada relativamente ao restante grupo, quer pelo conjunto artefactual que, pelas suas características (presença de placa de xisto com decoração geométrica, de uma placa de grés e abundante material típico do conjunto votivo do grupo de Reguengos) aponta para uma cronologia de Neolítico Final / Calcolítico. As restantes antas parecem formar um grupo homogéneo, não só do ponto de vista geográfico mas também no que respeita à sua implantação, visibilidade e orientação. Apresentam um espólio pobre em cerâmica e a presença de pedra polida e geométricos. No entanto e embora estes sejam elementos característicos do megalitismo mais "neolitizante" a sua pouca expressão numérica não permite conclusões definitivas. Apesar disto, o conjunto do Piornal (à excepção do Monte Novo do Piornal) foi caracterizado como um grupo de *"(...)pequenos monumentos "familiares" neolíticos, correspondendo a uma utilização restrita em número de deposições e em espaço cronológico muito limitado de utilização do monumento."* (Gonçalves e Sousa, 2003: 224).

O tratamento destes monumentos no presente capítulo justifica-se pelo facto de poderem representar um grupo de transição entre a área de Reguengos de Monsaraz e o Guadiana, onde estão atestadas as presenças habitacionais mais antigas, embora não exista, em nenhum destes monumentos, espólio associável a estes antigos locais de povoamento, como Xerez 12, Fonte dos Sapateiros ou Carraça 1.

É complicado explicar os alvores do megalitismo como reflexos de uma nova ordem económico-social, como se o desenvolvimento das práticas agro-pastoris tivesse tornado indispensável uma forma de organização social mais coesa, como possibilidade de responder às necessidades exigidas por uma nova exploração do território e pela produção de excedentes. É óbvio que o progressivo incremento das práticas agrárias e as transformações socio-económicas daí decorrentes são um facto assumido, embora não os encaremos como uma sequência linear de causas e consequências.

A emergência de uma nova estrutura conceptual (que o megalitismo definitivamente representa) é um processo complexo, marcado por hesitações e passos em falso, que corresponde a mudanças internas potenciadas e estimuladas por factores externos, numa relação recursiva dificilmente reconstruída. A anta do Poço da Gateira é a materialização sobrevivente de uma nova dinâmica de apropriação do espaço que deve ter tido o seu início paulatino numa fase bem anterior. O facto de não haver, para o Neolítico Antigo, uma correspondência directa entre os locais mais antigos de habitat e os respectivos locais de tumulação e dada a total inexistência de dados relativos ao tipo de estruturas funerárias pré-megalíticas presentes na região, não nos permite caracterizar um quadro evolutivo seguro. Poderíamos no entanto aceitar que *"...o enterramento das primeiras populações produtoras poderia realizar-se nas proximidades dos povoados, sem recurso a estruturas funerárias de grande porte. Tal padrão sepulcral, de relativamente simples inumações individuais, em depressões pouco profundas, iria bem com a estrutura social quiçá ainda relativamente fluida destas primeiras populações agro-pastoris."* (Jorge, 1990a: 100).

Reconhecemos que se torna muito difícil discutir as origens do megalitismo num dado território sem perceber o papel desempenhado pelas comunidades que participaram no processo inicial de neolitização que lhe é anterior, ou o das comunidades de caçadores-recolectores que para ele avançaram. Por outro lado, é importante conhecer os processos de tumulação e as tradições funerárias prévias à emergência do megalitismo funerário, tal como discutir qual o papel desempenhado pelo megalitismo no desenvolvimento do próprio processo de neolitização (Diniz, 2000b).

Os próprios investigadores debruçados sobre o assunto (Diniz, 2000a), admitem que a ausência de um corpo significativo de evidência arqueológica, sobre este tema da neolitização para o Interior Alentejano, obriga a uma abordagem de escala ampla. Daí que para Reguengos de Monsaraz e sem o correcto processamento das informações mais recentes, não seja possível fazer muito mais do que mencionar sítios e propor, dentro da temática deste trabalho, determinadas hipóteses.

As lacunas são gerais para toda a região do interior alentejano. Apesar disso, alguns sítios têm sido alvos de intervenções mais pormenorizadas, começando a ser possível traçar linhas gerais caracterizadoras deste período. Isto deve-se essencialmente aos trabalhos desenvolvidos por Mariana Diniz no sítio da Valada do Mato (Diniz, 2001) e por Manuel Calado na região de Évora e arredores (Calado, 2000).

A visão tradicional para o processo de neolitização da Península Ibérica, considerava, no início dos anos 90, as populações do litoral como as mais antigas comunidades neolíticas ali efectivamente estabelecidas, sendo a origem encarada como exógena, nomeadamente mediterrânica e que, progressivamente, a partir do 6° milénio A.C., teriam iniciado um processo de expansão do seu sistema agro-pastoril, rumo ao interior peninsular, havendo uma posterior aculturação das populações de caçadores-recolectores (Diniz, 2000a: 25). No entanto, os recentes dados resultantes das escavações do sitio da Valada do Mato, nos arredores de Évora e principalmente nas zonas interiores do Norte de Portugal como na bacia interior do Mondego (Valera, 1998a), ou em Trás-os-Montes (Sanches, 1997), parecem contrariar este esquema, uma vez que colocam a difusão do sistema produtor ainda em finais do 6° milénio A.C., inícios do 5° milénio A.C., em datas significativamente recuadas e apontando para uma neolitização muito anterior do que a estimada e claramente anterior à emergência do fenómeno megalítico de âmbito funerário. As informações retiradas destes locais apontam assim para que as primeiras ocupações de populações fixadas nas regiões estudadas estejam ligadas *"...à expansão no nosso território dos sistemas produtores (...) em que a exploração de cereais e animais domésticos, ainda não quantificada, torna possível a existência de 'sítios de base', entendidos como ocupações que se prolongam para além do tempo curto da sazonalidade"* (Diniz, 2000a: 28).

Para a região em estudo não é possível pensar o papel do megalitismo no processo de neolitização e vice-versa. Está confirmada a existência de um substrato populacional forte, capaz de construir estruturas de alguma complexidade como os fornos (?) de Xerez 12 ou a eventual cabana presente em Xerez 11. No entanto, os seus locais de vivência quotidiana continuam a ter uma implantação discreta na paisagem,

privilegiando os territórios junto aos leitos dos rios. As ocupações do Neolítico Antigo /médio parecem ser ainda predominantemente sazonais ou temporárias continuando a ser uma incógnita, as atitudes destas populações perante a morte particularmente ao nível das práticas fúnebres. A possibilidade já levantada de os locais de enterramento anteriores ao megalitismo serem locais discretos e incipientes, explicaria a sua ausência do registo arqueológico. Assim, até à construção das primeiras antas, momento que não está identificado em Reguengos de Monsaraz, as estratégias de apropriação do espaço continuaram a ser semi-invisíveis embora tenham sobrevivido alguns resultados da acção social destas populações. Por isso, continuam a predominar as dúvidas face às certezas. A publicação extremamente débil de dados obtidos a partir do registo arqueológico, apoiada muitas vezes em pequenas intervenções ou apenas em materiais de prospecção, não deixa lugar para certezas. Em nossa opinião, o processo de Neolitização deverá ter sido irregular e, ao acontecer, não deverá ter motivado rupturas claras com formas de vivência anteriores. Parece fazer sentido pensar que a adopção da agricultura como meio de subsistência foi um processo gradual, assinalado por avanços e recuos, entre o aproveitamento dos recursos resultantes da caça e da recolecção e a experimentação da agricultura incipiente, de enxada e queimada.

De facto, em termos da efectiva apropriação e domesticação do espaço, os primeiros agricultores deviam partilhar muitos dos conceitos representacionais dos seus antecessores. Embora esta fase seja marcada, a partir de um certo momento, por um factor importantíssimo, a produção de elementos espaciais com uma dimensão e uma projecção temporal, através da criação de elementos artificiais na paisagem duráveis, a verdade é que a interiorização e a organização da paisagem deveria estar ainda muito ligada aos seus elementos naturais, aos afloramentos rochosos, aos elementos fisiográficos e aos padrões de circulação dos antepassados.

3.3 NEOLÍTICO FINAL/ CALCOLÍTICO INICIAL

3.3.1 As datações absolutas

3.3.1.1 Datações em Espanha

Sítio Datado	Data obtida
Papa Uvas IIa (Neolítico Final)	4840 ±120 BP– 3938-3356 cal BC

Papa Uvas IV (Calcolítico Inicial Neolitizante)	4480 ±70 BP– 3364-2917 cal BC
	4470 ±70 BP– 3361-2915 cal BC
	4330 ±50 BP– 3078-2879 cal BC
	4110 ±50 BP– 2875-2492 cal BC
La Pijotilla (nível base do silo E4)	BETA 121147: 4360 ± 50 BP – 3030 – 2905 cal AC 1σ (Hurtado, 1999)
La Pijotilla (nível médio do silo E4)	BETA 121146: 4110 ± 40 BP – 2860 – 2585 cal AC 1σ (Hurtado, 1999)
La Pijotilla (nível médio Tumba 3)	BETA 121143: 4130 ± 40 BP – 2865 – 2595 cal AC 1σ (Hurtado, 1999)

3.3.1.2 Datações de Reguengos de Monsaraz

Sítio Datado	Ref. Laboratório/ Amostra datada	Data Obtida e Bibliografia
Anta 2 da Herdade dos Cebolinhos (última utilização)	Beta – 176899 Osso Humano	3900 ± 40 BP – 2480 – 2280 cal AC 2σ (Gonçalves, 2003b:157)
Anta 2 da Herdade dos Cebolinhos (última utilização)	Beta – 177471 Osso Humano	3840 ± 40 BP – 2450 – 2150 cal AC 2σ (Gonçalves, 2003b:157)
Anta de Santa Margarida (fecho da câmara)	BETA -153911 Carvão	4410 ±60 BP – 3340-2900 cal AC 2σ (Gonçalves, 2001:172)
Torre do Esporão 3 (K8 e K9). Nível de abandono	Oxa 5534 Amostra não referida	4010 ±60 – 2850-2340 cal AC 2σ (Gonçalves, 1996)
Povoado do Monte Novo dos Albardeiros (Fase 1)	ICEN – 530 Osso	4060 ±80 BP – 2886-2460 cal AC 2σ (Gonçalves 1988/89)
Povoado do Monte Novo dos Albardeiros (Fase 2)	ICEN – 529 Osso	3760 ±100 BP – 2470-1910 cal AC 2σ (Gonçalves, 1988/89)
Tholos do Olival da Pêga 2b (VF3)	ICEN – 956 Osso	4180 ±80 BP – 2920-2505 cal AC 2σ (Gonçalves, 1995)
Tholos do Olival da Pêga 2b (VF2)	ICEN – 955 Osso	4290 ±100 BP – 3303 –2615 cal AC 2σ (Gonçalves, 1995)
Tholos do Olival da Pêga 2b (VF1)	ICEN – 957 Osso	4130 ±60 BP – 2900-2501 cal AC 2σ (Gonçalves, 1995)

3.3.1.3 Datações absolutas do Neolítico Final/ Calcolítico do Alentejo Interior

Sítio Datado	Ref. Laboratório/ Amostra datada	Data Obtida
Necrópole Neolítica da Gruta do Escoural	Lv -1922 Osso	4500 ±60 BP 3358 - 3026 cal AC 2σ (Araújo e Lejune, 1995)
Necrópole Neolítica da Gruta do Escoural	Lv -1923 Osso	4610 ±60 BP 3518 - 3260 cal AC 2σ (Araújo e Lejune, 1995)
Necrópole Neolítica da Gruta do Escoural	Lv -1924 Osso	4460 ±70 BP 3338 - 3011 cal AC 2σ (Araújo e Lejune, 1995)
Necrópole Neolítica da Gruta do Escoural	Lv –1925 Osso	4420 ±60 BP 3138 - 2910 cal AC 2σ (Araújo e Lejune, 1995)
Necrópole Neolítica da Gruta do Escoural	ICEN – 861 Osso	4680 ±80 BP 3643 -3306 cal AC 2σ (Araújo e Lejune, 1995)
Necrópole Neolítica da Gruta do Escoural	OxA – 4444 Osso	5560 ±160 BP 4728 - 4040 cal AC 2σ (Araújo e Lejune, 1995)
Povoado do Escoural (Calcolitico Pleno)	ICEN – 609 Osso	4260 ±90 BP 3090 –2590 cal AC 2σ (Gomes, 1991)
Povoado do Escoural (Calcolitico Pleno com metais)	ICEN – 608 Osso	4120 ±100 BP 2910. –2410 cal AC 2σ (Gomes, 1991)
Povoado do Escoural	ICEN – 601 Osso	4010 ±90 BP 2870 –2210 cal AC 2σ (Gomes, 1991)
Povoado do Escoural (fase de ocupação mais recente)	ICEN – 610 Osso	3940 ±90 BP 2850 –2140 cal AC 2σ (Gomes, 1991)
Sala nº1 (Nível)	ICEN – 444 Osso	4490 ±100 BP 3500 -2900 cal AC 2σ (Gonçalves, 1987)
Sala nº1 (Nível 5)	ICEN – 445 Osso	4490 ±80 BP 3490-2920 cal AC 2σ (Gonçalves, 1987)

Sala nº1 (Nível 4)	ICEN – 447 Osso	4490 ±110 BP 3510- 2890 cal AC 2σ (Gonçalves, 1987)
Sala nº1 (Nível 3)	ICEN – 448 Osso	4140 ± 110 BP 3018-2460 cal AC 2σ (Gonçalves, 1987)
São Brás	ICEN – 43 Carvão	4480 ± 60 BP 3360-2920 cal AC 2σ (Parreira, 1990)
São Brás	ICEN – 44 Carvão	4410 ± 140 BP 3500-2639 cal AC 2σ (Parreira, 1990)
Porto Torrão (Estrato 3, pré-campaniforme)	ICEN – 55	4290 ± 50 BP 3023-2705 cal AC 2σ (Arnaud, 1993)
Porto Torrão (Estrato 3, pré-campaniforme)	ICEN – 56	4300 ± 80 BP 3095-2628 cal AC 2σ (Arnaud, 1993)
Porto Torrão (Estrato 2, campaniforme)	ICEN – 38	4020 ± 110 BP 2881-2200 cal AC 2σ (Arnaud, 1993)
Porto Torrão (Estrato 1, campaniforme)	ICEN – 60	4200 ± 70 BP 2917-2576 cal AC 2σ (Arnaud, 1993)
Porto Torrão (Estrato 1, campaniforme)	ICEN – 61	4230 ± 60 BP 2919-2617 cal AC 2σ (Arnaud, 1993)

3.3.1.4 Discussão dos dados

As datas acima transcritas fornecem dados que permitem retirar algumas conclusões:

1) a discussão relativa à transição entre o Neolítico Final e o Calcolítico centra-se essencialmente em princípios tipológicos, que têm como função essencial seriar e organizar cronologicamente o período que se desenvolve, no sul de Portugal, entre o terceiro quartel do 4º milénio AC e o início do 2º milénio AC. A distinção é útil como instrumento de trabalho e permite que, de forma genérica, nos situemos no tempo. Assim, os sítios do Sul que apresentam uma elevada percentagem de taças

carenadas, associadas à presença de recipientes esféricos ou mamilados e um número menor ou residual de pratos (com a ausência do prato de bordo almendrado) têm vindo a ser encarados (Soares e Silva, 1992) como representativos do Neolítico Final, enquanto que os locais em que se regista a situação percentualmente inversa são atribuídos ao denominado Calcolítico Inicial, período também relacionado com o aparecimento da temática simbólica ligada às placas de xisto e à cerâmica. Em substituição deste faseamento bem definido, alguns autores preferem falar de um horizonte mesclado denominado de *"Calcolítico Inicial Neolitizante"* (González Cordero, 1993), conceito ambíguo que basicamente junta os elementos tipológicos acima apresentados num só momento de transição;

2) o Calcolítico do sul abarca, tradicionalmente, três grandes fases: a primeira, designada de Calcolítico Inicial, corresponderia a uma quase total ausência de vestígios metalúrgicos nas estações estudadas e a uma utilização de materiais cerâmicos com tipologias típicas do Neolítico Final, como a taça carenada, lado a lado com as novas formas cerâmicas como o prato de bordo espessado e os crescentes; o Calcolítico Pleno, a segunda fase considerada, traduzir-se-ia, em termos gerais, numa presença significativa de formas cerâmicas que lhe seriam típicas e numa ausência das formas cerâmicas e materiais de tradição neolítica. A presença de artefactos metálicos em cobre, seria significativa. Finalmente, considera-se o Calcolítico Final, em que a cerâmica campaniforme é considerada como um dos elementos caracterizadores. Em nosso entender este faseamento simplista deve ser revisto. De facto, as datações absolutas já existentes para os diversos contextos do Sul suportam a ideia de que os limites entre as diferentes fases do Calcolítico são arbitrários e pouco rigorosos. Assim, por exemplo, as datas para o povoado de S. Brás 1 (Parreira, 1983), determinadas para um nível do Calcolítico Pleno, têm valores que se sobrepõem aos valores mais elevados das datas da fase I do Monte da Tumba atribuível ao Calcolítico Inicial (Silva e Soares, 1987, 1988 e Soares e Cabral, 1987). Também algumas datas obtidas para o povoado do Porto Torrão (Arnaud, 1982, 1993) relativas ao estrato campaniforme são idênticas a várias outras obtidas em povoados datados do Calcolítico Inicial (Soares e Cabral 1993). Convém ter em atenção que, embora exista para o Calcolítico do Sul um número de datas com algum significado, o número de sítios com contextos arqueológicos efectivamente datados é muito escasso. Este facto põe em causa a possibilidade de uma periodização para aquele período com base nos chamados "fósseis directores". Daí que, segundo

Soares e Cabral (1993) as populações objecto de análise estatística possam estar algo enviesadas e que as diferenças encontradas entre os limites cronológicos para o Calcolítico no Sul possam não corresponder à realidade.

A sequência cronológica de Reguengos, suportada pelas datas absolutas obtidas para o Povoado da Sala nº 1 em Pedrógão, Vidigueira, (Gonçalves, 1987) parecem confirmar a diferenciação tradicionalmente utilizada entre Neolítico Final e Calcolítico. Esta fase está, como todas as outras, mal aferida em Reguengos de Monsaraz em termos de datações absolutas. Assim, os níveis 6 e 4 da Sala nº1, com presença de taças carenadas e pratos de bordo espessado, apontam para uma ocupação do sítio algures durante a segunda metade do 4º milénio, enquanto que a fase 1 do Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988/89), onde a ausência de taças carenadas e a presença de artefactos metálicos é uma realidade, apontam para uma utilização na primeira metade do 3º milénio. Estas ilações generalistas carecem de um fundo empírico mais sustentado, e têm por isso, um valor específico.

Aparentemente, é "...aos metalurgistas construtores de povoados fortificados que se deve a mais impressionante transformação na morfologia e na técnica construtiva de monumentos funerários em Reguengos de Monsaraz, a construção de tholoi" (Gonçalves, 1995:8). Este pressuposto parte da análise da data apresentada para a fase 1 do MNAL, que parece ser compatível com o intervalo de tempo definido para os primeiros enterramentos da câmara funerária de OP2b.

Assim, com campos já plenamente marcados por túmulos ou outros locais de culto, a região de Reguengos de Monsaraz vai assistir a partir do 3º milénio A.C. ao progressivo abandono daquela milenar arquitectura cuja prática permitira avanços significativos no conhecimento precioso das matérias-primas e das possibilidades inerentes a diversas técnicas de construção. O megalitismo Alentejano, enquanto tradição arquitectónica, foi um processo dinâmico que desembocou em construções mais ligeiras e que implicavam uma estruturação baseada na intercepção de várias técnicas e materiais: arquitecturas semi-subterrâneas, lajes finamente talhadas, reaproveitamento de antigas estruturas, novas soluções de cobertura que substituíam as velhas e pesadas lajes. De facto, as datas disponíveis permitem aceitar que então emerge um novo tipo de vivência na paisagem, materializada na estruturação de novos conceitos de implantação ao nível do povoamento, ao mesmo tempo que a utilização dos grandes monumentos megalíticos se vai diluindo em novos conceitos, sendo cada vez mais claro que a visão redutora de um período de *"tholoi"* ou monumentos de falsa-cúpula deve ser revista.

3.3.1.5 Sítios de vida (cf. Fig. 2)

Face à escassez de dados concretos a partir de cronologias absolutas para Reguengos de Monsaraz, esboçou-se uma tentativa de definir uma sequenciação cronológica dos povoados, baseada essencialmente no espólio recolhido e nas estratégias de implantação adoptadas relativamente à maior ou menor proximidade a cursos de água e eventuais vias de comunicação, possibilidades de visibilidade e uso dos solos. Se não nos pode dar certezas, representa, no entanto, um exercício que provavelmente tem bastantes correspondências com a evolução construtiva de apropriação gradual da paisagem no concelho (Gonçalves, 1993, 2000). Aquando das publicações mais antigas, ainda não se estava na posse dos dados fornecidos pelos trabalhos arqueológicos desenvolvidos na área do Alqueva que, embora até ao momento não tenham enriquecido de forma extraordinária os conhecimentos sobre a pré-história recente na margem direita do Guadiana, permitiram colocar mais alguns pontos no mapa, dispor de mais dados provenientes de escavações, aguardando-se com urgência a sua plena disponibilização e problematização. Assim, de uma maneira geral e reafirmando o carácter pouco concreto destas informações, o autor apresenta uma proposta de faseamento. Assim, para o Neolítico Final (2ª metade do 4º milénio até ao início do 3º milénio):

a) Povoado da Torre do Esporão 3: povoado aberto e com grande controlo visual da paisagem, implantado em terreno plano, onde foram detectadas estruturas negativas como fundos de cabanas semi-circulares e fossas (Gonçalves, 1990/91), para além de ser referenciado como "povoado com fossos" (Gonçalves e Sousa, 2000), caracterização que não aparece minimamente desenvolvida mas que a ser confirmado poderia conduzir ao redimensionar da sua importância no âmbito de estudo que preconizamos. O sítio apresenta uma cultura material onde, face à presença de pratos, predominam as taças carenadas e cerâmicas marmeladas.

b) Povoado do Marco dos Albardeiros: inicialmente detectado por Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva (1992), que o relacionaram com a fase de apogeu do megalitismo de Reguengos, na transição do Neolítico Final para o Calcolítico. A informação sobre este local é limitada, muito embora tenha sido alvo de campanhas de prospecção e de uma escavação de emergência (Gonçalves, 1989, 1993). Surge num esporão de encostas suaves com grande visibilidade. Apesar da sua posição favorável na paisagem, não foram detectadas quaisquer estruturas de tipo defensivo.

O conjunto artefactual é formalmente similar da Torre do Esporão 3, com cerâmicas carenadas, marmeladas e incluindo alguns pratos.

c) Povoado de Areias 15: sítio que parece partilhar as mesmas características de base de Torre do Esporão 3. Após a sua identificação em 1991, foi intervencionado em 1994 (Gonçalves e Sousa, 1997) e apresenta uma implantação em área plana, sem obstáculos visuais aparentes e com *"ausência de afirmação positiva na paisagem"* (Gonçalves e Sousa, 1997: 74). A cultura material apresenta a distribuição usual de formas cerâmicas em habitats deste período, com uma presença maioritária de taças e taças carenadas.

As restantes referências a locais de habitação identificados em prospecção, com atribuições cronológicas situadas entre o Neolítico Final e o Calcolítico, não fornecem informações suficientes para permitir a sua integração num trabalho deste género, a não ser, como já foi referido, como pontos num mapa de distribuição de locais de habitat, cuja análise deve ser cautelosa, por poder sugerir uma imagem sincrónica globalizante, que não podemos confirmar:

a) Areias 16: referencia a uma zona de dispersão de materiais junto a Areias 15, num local mais próximo da Ribeira da Sardinha (Gonçalves et alli, 1992);

b) Barrisqueira 7: local com dispersão de materiais à superfície; pedra polida, alguns fragmentos de cerâmica e restos de fauna (Gonçalves e Sousa, 2000);

c) Monte Novo 1: Povoado aberto com cerca de 400 m^2, implantado numa vertente suave, na qual se recolheram cerâmicas, pedra lascada e pedra polida (Gonçalves et alli, 1992);

d) Monte Novo 3: referido escassamente como um povoado do Neolítico Final, localizado junto a uma zona com afloramentos de granodioritos (Gonçalves e Sousa, 2000);

e) Moinho de Valadares (Valera, 2000b): local de habitat que arranca ainda numa fase do Neolítico Final, quando os seus habitantes ocuparam uma plataforma sobranceira ao Rio Guadiana, de visibilidade restrita, junto a um destacado afloramento rochoso e

que *"...poderá ter desempenhado um papel de referência visual e conceptual para a localização do povoado dentro de determinados códigos de leitura da paisagem. "* (Valera, 2000b: 26). Localizado na margem esquerda do Rio, integra-se no actual concelho de Mourão. No entanto, a sua interpretação fornece dados importantes para as questões aqui definidas. A julgar pela grande quantidade de espólio recolhido, o sítio parece ter sido alvo de duas fases de ocupação intensas. A Fase de Ocupação 1 representa a utilização da zona mais baixa da vertente onde surgiram estruturas semi-circulares em pedra seca, interpretadas como bases de cabanas. Ao nível da cultura material, predominavam as taças carenadas e as decorações plásticas, estando o metal ausente, parecendo que em termos de enquadramento cronológico que esta fase de ocupação terá ocorrido durante o Neolítico Final. A Fase 2, parece ter deslocado as zonas preferenciais de ocupação para uma zona mais elevada da plataforma, ao mesmo tempo que se erguiam estruturas sobre os derrubes das anteriores, Surge assim a Cabana 1 e constroem-se diversos muros. Estas construções pétreas eram revestidas com ramagens e argila. É nesta segunda fase que o metal começa a marcar presença, embora de forma incipiente, ao mesmo tempo que as percentagens de taças carenadas e decorações plásticas diminuem para dar lugar aos pratos e formas mais aberta e aos primeiros exemplares de cerâmica simbólica. A Fase 3, aparentemente já enquadrada na Idade do Bronze e para a qual se detectaram, para além dos materiais cerâmicos e metálicos, restos osteológicos humanos integrados num derrube, apontando para uma eventual utilização funerária do sítio, tal como está atestado, para a mesma época, no Monte Novo das Albardeiros;

f) Monte Novo das Albardeiros: também os dados disponíveis para este sítio apontam para uma transição do Neolítico Final para o Calcolítico sem qualquer ruptura abrupta, assistindo-se antes uma passagem progressiva para uma nova fase, com indicadores na cultura material que permitem enquadrar cronologicamente o sítio na transição do 4° para o 3° milénio. Assim, na sua primeira fase, o sítio deve ter sido coevo com os sítios acima apresentados e que se não mantiveram até às fases plenas do Calcolítico. O mesmo não parece ter acontecido com o Moinho de Valadares que tem uma ocupação bem atestada para esta fase. Os seus indicadores artefactuais (baixa presença de mós manuais e escassez de elementos de indústrias líticas ligados à agricultura, parecem indicar um modo de subsistência mais ligado à pastorícia, com a

utilização secundária de produtos agrícolas através da tecelagem e da produção de lacticínios.

3.3.1.6 Sítios de morte

Perante a já mencionada escassez de datações absolutas para os monumentos megalíticos de Reguengos incluindo a total ausência de dados relativos aos momentos mais antigos e intermédios do fenómeno em que se inseriram, as diferentes tentativas de estabelecer a quadro sequencial basearam-se em critérios vários, desde o estudo da evolução das formas arquitectónicas, até à análise cuidada do espólio, tendo também sido consideradas as estratégias de implantação. No entanto, a leitura conjunta e o cruzamento dos diversos dados resultantes destas análises apresentam um cenário de sobreposição de características, que impossibilitam conclusões seguras. Assim, sucede que antas apresentando arquitecturas consideradas típicas das primeiras fases do megalitismo podem apresentar um espólio que as colocam em momentos aparentemente mais tardio. É o caso da Anta 11 da Herdade das Areias, que embora apresente uma morfologia fechada e sem corredor, inclui um espólio "condizente" com os das antas que lhe estão contíguas e de tradição mais tardia.

Aliás, não podia suceder de outro modo, uma vez que considerar critérios estanques, como as arquitecturas ou os espólios, como os únicos organizadores de diacronias, embora seja eventualmente um caminho atractivo, porque facilitado, cria uma visão truncada da realidade, induzindo em falsas noções de uniformidade que não têm em conta a variabilidade e contradições das expressões humanas. Apesar disto, a necessidade de nos organizarmos e de estruturamos ideias e conceitos exige muitas vezes (e principalmente quando a base empírica não permite muito mais) ensaios deste tipo.

Os diversos autores que se debruçaram sobre o estudo do megalitismo desta região alentejana (Leisner, 1951; Soares e Silva, 1992; Gonçalves, 1992) utilizaram critérios arquitectónicos como principal elemento diferenciador das diversas para ali consideradas. A esta divisão procuraram fazer corresponder espólios diferenciados, na tentativa de criação de uma imagem de conjunto.

No caso de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares a questão é também tratada do ponto vista do seu enquadramento teórico epistemológico. Deste modo, sob um paradigma de materialismo histórico, estabeleceu-se a correspondência entre diversas fases do desenvolvimento do megalitismo e as progressivas inovações económico-sociais resultantes da adopção paulatina de modos de subsistência agro-

pastoris. A falta de elementos conhecidos e seguros para as suas origens e fases iniciais motivou divisões entre os diversos investigadores quanto à definição daquilo que são efectivamente, naquela paisagem específica, as primeiras manifestações megalíticas.

A divisão arquitectónica das antas de Reguengos de Monsaraz levada a cabo pelos Leisner estabelece uma tabela tipológica de elementos em que estão aparentemente implícitos conceitos de maior ou menor anterioridade de determinados tipos em relação a outros. Foi sublinhado o elevado polimorfismo das construções megalíticas regionais, tendo-se dissecado os seus elementos constituintes e definido tipos e sub-tipos. Neste âmbito, o primeiro tipo arquitectónico definido, formado pelas pequenas cistas megalíticas em xisto das Herdades de Falcoeira 1 e Areias 10, não é considerado cronologicamente anterior aos restantes. Os Leisner afirmaram, a este propósito, que os resultados da escavação destas duas pequenas estruturas não permitiram estabelecer o seu enquadramento cronológico. As pequenas antas sem corredor, ausentes do registo arqueológico disponível para Reguengos, seriam, para estes autores, as primeiras manifestações do fenómeno megalítico. O único exemplar eventualmente enquadrável entre tais manifestações iniciais seria a anta 11 da Herdade das Areias que revelou, com já vimos, uma desadequação cronológica no tipo de espólio relativamente aos indicadores fornecidos pela arquitectura.

Pelo contrário, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares assumem as aquelas duas pequenas cistas megalíticas como materializações das primeiras manifestações megalíticas, associando-as ao que posteriormente vieram a denominar de proto-megalitismo e a povoados como Pipas.

Na esteira do pensamento dos Leisner, também Vítor dos Santos Gonçalves defende que as primeiras manifestações do megalitismo estão ausentes do registo arqueológico da região. Sob este prisma, a Anta do Poço da Gateira representa o protótipo das construções mais antigas em Reguengos e a sua configuração de câmara pequena com corredor 1+1 (um esteio de cada lado do corredor) passou a ser definidora de um substrato mais antigo do megalitismo. É evidente que o espólio deste monumento e as deposições primárias detectadas no seu interior contribuíram para tal diagnóstico. Outros aspectos tornam este Sepulcro singular no contexto regional: o elevado grau de preservação da sua estrutura tumular e dos restos antropológicos integrados nos seus depósitos interiores e o facto de ter escapado praticamente ilesa às sucessivas vagas de violações ocorridas ao longo do tempo. Ambos contribuíram para um rápido enquadramento cronológico, permitindo extrapolações relativamente aos rituais funerários dessa fase do megalitismo.

A antiguidade da Anta 1 do Poço da Gateira relativamente a quase todas as antas conhecidas para Reguengos (e aqui voltamos a frisar que foi o seu bom estado de conservação que a tornou em dado comparativo para as outras fases do megalitismo da região) é também aceite para os outros investigadores. Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares colocam-na, como já vimos, na fase média daquele grupo megalítico de Reguengos associada a povoados como Fábrica da Celulose e Quinta da Fidalga com quem apresenta afinidades em termos de espólio. Os Leisner descrevem-na como *"... o protótipo do primeiro grupo de antas neolíticas" (1951:39).*

As outras antas possivelmente associadas a este período (Anta 2 das Vidigueiras, Anta 4 do Barrocal) assim como as do já mencionado sub-grupo oriental não forneceram elementos tão conclusivos para o presente trabalho, dado o incipiente grau de conhecimento resultante de diversos factores que passam pela esparsa publicação de dados, pela ausência de um funcional registo arqueológico ou por violações sucessivas com consequentes alterações estratigráficas.

No entanto, para uma região como esta, torna-se muito difícil aceitar que as primeiras manifestações megalíticas funerárias apenas tenham tido o seu início no 4º milénio. De facto, estando atestado um substrato populacional para a região em fases anteriores, sendo óbvia uma grande proliferação de monumentos funerários ainda hoje visíveis e uma paisagem globalmente preenchida com marcas de apropriação humana, apenas podemos concluir que se mantêm por concretizar aspectos decisivos da investigação arqueológica, quer em termos de prospecção, quer em termos de escavação com recurso a metodologias modernas, quer em termos de leituras globais para a região.

A anta 1 do Poço da Gateira surge então, sob aquele ponto de vista, como um elemento definidor para a fase mais antiga de Reguengos. No outro "extremo" cronológico estão talvez os únicos dois monumentos da região cujo grau de intervenção arqueológica e de investigação permitem uma abordagem um pouco mais aprofundada. Referimo-nos às antas de Olival da Pega, onde surgem dois dos maiores exemplares do megalitismo de Reguengos. A Anta 1 do Olival da Pega ou Anta Grande do Olival da Pega foi, inicialmente, publicada pelos Leisner em 1951 (Leisner, 1951:236). O nome advém-lhe das suas grandes dimensões, sendo mesmo possivelmente a maior anta conhecida no Concelho. Apresenta uma câmara de 6 esteios estruturados em torno do 7º, ou de cabeceira, com cerca de 4 x 5.60m de diâmetro, no interior da qual se encontravam os restos do chapéu que a cobria. O corredor era longo, atingindo os 8.60m. Mais o mais impressionante neste monumento, para além das suas grandes dimensões

é, sem dúvida, o espólio recolhido, sendo possível através da sua análise enquadrá-lo nas fases mais tardias do megalitismo de Reguengos. A presença de mais de 130 placas de xisto decoradas, de ídolos chatos ou almerienses, de fragmentos de cerâmica simbólica, de pequenas estatuetas zoomórficas representando coelhos e de alfinetes de cabelo com cabeça postiça, apontam nesse sentido e remetem para a presença de contactos com outras zonas da Península Ibérica, como a Estremadura Portuguesa ou a região de Huelva. "*Na superfície do tumulus encontram-se fragmentos de lajes de xisto. Segundo informação do proprietário do terreno, apareceram ao sul do corredor, ao plantar oliveiras, fossas com as paredes revestidas de lajes de xisto que continham ossos e cerâmica.*" (Leisner, 1951: 237) A referência dos investigadores alemães não deixa muitas dúvidas relativamente à possibilidade de também aqui (para além dos outros locais adiante descritos), estarmos na presença de um outro tipo de sepulturas adossadas ao corredor original da anta. Infelizmente, não se procedeu ainda a novas escavações.

A Anta 2 do Olival da Pega ou OP2, parece partilhar muitas das características essenciais da anterior. Embora ligeiramente mais pequena, apresentando uma câmara de 3.40 x 4m (Leisner, 1951: 252; Gonçalves, 1999: 90 – 111), ainda coberta com chapéu, o seu corredor é extremamente longo. A escavação integral do monumento revelou "um verdadeiro complexo funerário" (Gonçalves, 1999: 71), em que se incluía para além da estrutura normal da anta (câmara e corredor), 2 esteios-estela no final do corredor, com covinhas, e mais 4 estruturas de câmaras funerárias posteriores adossadas ao corredor da anta[9].

Os investigadores que têm abordado esta região concordam na observação de que aqui a evolução das arquitecturas funerárias megalíticas caminhou no sentido de uma crescente monumentalidade, culminando nestas enormes estruturas. Entre as duas fases parecem estar quase todos os outros monumentos, caracterizados genericamente como antas de corredor. Para facilitar classificações e permitir sistematizações genéricas, os Leisner definiram para a região três grandes fases (Leisner, 1951:176–178), assentes em critérios arquitectónicos e artefactuais:

1) Antas de corredor de espólio neolítico – Fase 1: o seu protótipo para a região é, como já vimos a Anta do Poço da Gateira 1, que apesar de uma morfologia arquitectónica clássica na região (dólmen de corredor curto), se distingue das restantes pelo seu espólio mais antigo. Foi então colocada *"...numa época que pouco antecede o limite*

entre o neolítico e o eneolítico Como prova disso, consideramos, além da própria forma arquitectónica, a maneira das inumações, intermediária entre os ritos neolíticos e eneolíticos" (1951:176);

2) Antas de corredor com espólio neolítico – Fase 2.: apresentam, em relação ao primeiro grupo, um espólio mais evolucionado com a introdução de novas formas cerâmicas. Em termos arquitectónicos, os exemplares desta fase (Antas 1 e 2 das Vidigueiras) apresentam uma câmara de polígono mais desenvolvido e de paredes baixas. De uma forma geral, este é o tipo de construção mais frequente em Reguengos de Monsaraz, diferenciado em sub-tipos arquitectónicos específicos segundo a planta da câmara: câmaras de polígono regular, câmaras de polígono alongado, alargado ou unilateral, câmaras poligonais com tendências trapezoidais e pequenas câmaras de cinco esteios. (1951: 23 – 26) A utilidade desta tipologia limita-se ao facto de sublinhar o polimorfismo arquitectónico das antas da região, mais do que fornecer dados que permitam problematização de questões;

3) Antas de espólio eneolítico e construção de tholos – Fase 3: arquitectonicamente, as diferenças não são substanciais relativamente à fase anterior já que as câmaras são mais altas e de polígono mais regular. Corresponde à fase dos grandes dólmenes com influências dos grupos megalíticos do Alentejo Central, da Estremadura Portuguesa e dos grupos do Sul e Sudeste da Península (1951:178). Os construtores de tholos surgem, nesta perspectiva, como "um povo invasor" numa abordagem histórico-cultural e difusionista, actualmente pouco consistente.

Ao debruçar-se sobre o trabalho dos Leisner, ao qual acrescentou os resultados da sua experiência em Reguengos de Monsaraz, Vítor dos Santos Gonçalves procura compreender eventuais diacronias construtivas com base noutros elementos, justificando a sua opção da seguinte forma: "*Que não se estranhe não se abordar aqui a morfologia dos monumentos como característica diferenciadora: todos os ensinamentos que a esse respeito podemos tirar das antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz se resumem, para já, a uma única afirmação – tudo indica que as antas de corredor longo ou muito longo sejam posteriores às antas de corredor curto ou mal definido. Não se tome, porém, esta afirmação como absoluta, uma vez que é mais provável terem diversos tipos arquitectónicos coexistido no espaço e no tempo, talvez para se adequarem a situações*

[9] Estas estruturas concretas serão descritas mais adiante, no ponto 3.5.4.

distintas". (Gonçalves, 1992: 101) Perante esta afirmação, e à falta de elementos com os quais elaborar um quadro mais seguro, o autor socorre-se de um elemento artefactual característico da fase mais recente, a placa de xisto decorada. O facto deste elemento ideotécnico não estar presente em toda a sequência diacrónica regional (está ausente dos espólios das antas mais antigas como Poço da Gateira 1 ou Vidigueiras), é sintomático, para o autor, de uma situação que não pode ser tida como ocasional, mas que deve ser explicada dentro de "...uma efectiva e importante prescrição mágico-religiosa, escrupulosamente seguida." (Gonçalves, 1992: 102). É assim levantada a hipótese da emergência das placas de xisto ser coincidente com o alvor da construção de monumentos de corredor longo e muito longo e por isso posteriores aos monumentos arquitectónica e artefactualmente mais neolitizantes. O mesmo autor baseia-se nas datas de C14 disponíveis para o Centro e Sul do país considerando, como hipótese de trabalho válida, o seguinte escalonamento cronológico para o conjunto monumental:

1) Poço da Gateira 1, Vidigueiras 1 e 2 e possivelmente Gorginos 2 como representativas das antas mais antigas, não devendo ser posteriores à 1ª metade do 4º milénio;

2) Olival da Pega 1 como pertencendo a uma fase colocada algures dentro da 1ª metade do 3º milénio.

O intervalo de tempo que medeia entre estes dois momentos é um cenário onde se diluem todos os outros monumentos conhecidos. Faltando o Tempo, resta-nos o Espaço. Qual a relação destes elementos com o seu espaço?

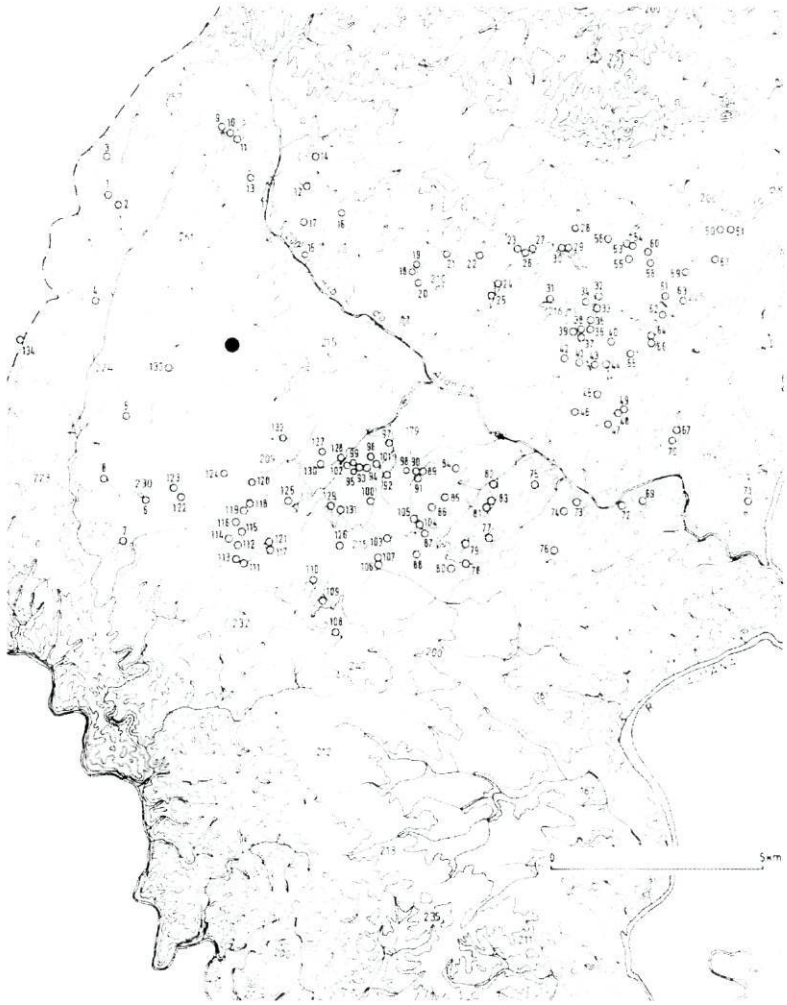


Figura 1 – Distribuição das Antas de Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1992)

A visualização na cartografia da dispersão da cerca de centena e meia de monumentos megalíticos (Gonçalves, 1992) é, como já afirmamos, um exercício que exige cautela, uma vez que representa uma visão global daquilo que nos chegou, acumulando-se na paisagem construções funerárias para as quais não existem cronologias seguras e, por isso, nenhuma forma de sequencialidade.

Sabemos que os construtores dos megálitos optaram por edificar os seus monumentos numa zona de fácil acesso à matéria-prima, ou seja, em zonas de abundante granito, passível de fácil recolha ou extracção. As únicas excepções conhecidas são os monumentos tipo "tholoi" da região, cujo xisto utilizado na construção teve que ser procurado a alguma distância.

Também a água parece ter desempenhado um papel estruturante na localização destes monumentos. Mais do que o rio Degebe, a Oeste, ou o rio Guadiana que limita o concelho a Este, à Ribeira do Álamo parece ter cabido um papel central na implantação das antas de Reguengos de Monsaraz. Este curso de água e os seus pequenos afluentes

surgem como "espinha dorsal" desta dispersão, criando dois núcleos de antas a Norte e a Sul das suas margens. Esta proximidade dos monumentos megalíticos à Ribeira do Álamo pode inclusivamente ter considerado a cota topográfica da subida máxima das águas em caso de cheias e a proximidade a solos de qualidade, apesar deste terem uma assinalável variabilidade ao longo do tempo.

Este vasto conjunto de monumentos megalíticos, para os quais a informação é limitada, não permite uma leitura de escala reduzida nem contextual, mas antes uma de contornos estruturais.

De facto, a sua implantação na paisagem obedece, como já vimos, a algumas condições que revelam um conhecimento prévio das realidades do território. Não há, nem provavelmente houve, elementos monumentais implantados em altura. Ou seja, para além da óbvia visibilidade de uma mamoa numa paisagem, nada aponta para explicitar essa visibilidade de forma a torná-la num factor central. Temos ainda que ter em conta que se a geo-morfologia de Reguengos, nos seus aspectos formais podia ser semelhante à actual, em termos da cobertura vegetal a situação revelaria seguramente algumas diferenças substanciais. Sobre este assunto, não há desenvolvimentos a comentar, dada a quase total ausência de dados paleoambientais, nomeadamente antracológicos e polínicos para a região. À excepção de uma pequena nota relativamente a análises de arqueobotânica realizados para a Anta de Santa Margarida, cujos dados passamos a citar, nada mais se sabe sobre a vegetação contemporânea destas fases da pré-história:

"Embora os resultados sejam muito restritos, e não permitam nenhuma interpretação do ponto de vista vegetacional, cabe-nos apenas referir que mais uma vez se encontram em pleno Alentejo interior os elementos característicos da floresta marcescente mediterrânea, mais oceânicos, e dos urzais, em contraste com a actual vegetação de carácter termomediterrâneo de tendência mais continental." (Queiroz, 2001 in Gonçalves, 2001).

O contexto seria, então, possivelmente mais húmido na fase de apogeu das construções de monumentos megalíticos. Assim, temos de colocar a hipótese de uma reduzida visibilidade paisagística a partir dos monumentos, resultante da sua implantação topográfica e do provável manto arbóreo presente e que cortaria as possibilidades de abrangência visual alargada.

Quanto à sua orientação, os monumentos megalíticos de Reguengos de Monsaraz, como de uma forma global os do território português (Hoskin, 1998)

apresentam uma enorme coerência, factor que se não pode desligar da sua estratégia de implantação na paisagem e de prescrições de carácter ritual fortemente enraizadas. Na região, a topografia de uma paisagem relativamente plana e sem acidentes naturais de relevo não levanta grandes obstáculos à orientação padronizada dos monumentos. De 71 antas medidas, 97% apresenta uma orientação entre os 90° e os 135°, ou seja entre o quadrante Este e Sudeste (Gonçalves, 1992: 41), obedecendo assim a critérios simbólicos que, embora desconhecidos, estariam relacionados com a carga simbólica desse ponto cardeal. É a Leste que o grande astro se levanta, iluminando o mundo. É para Leste que se viram as entradas das casas dos mortos no megalitismo, num jogo entre claridade externa, obscuridade interna que não seria alheio aos construtores dos megálitos. Assim, e embora não se possa afirmar que houve uma deliberada orientação de todos os monumentos exactamente para o mesmo ponto, o que aliás seria manifestamente impossível, podemos falar numa homogeneidade bastante grande, difícil de explicar fora de uma atitude intencional e em que a relação com a Luz seria fulcral.

A componente descritiva deste trabalho tem uma intenção de sistematizar a realidade empírica conhecida. Reconhecemos o carácter redutor deste tipo de abordagem em que os sítios são encarados a partir de um conjunto de características tipificadas. Mas as antas são muitíssimo mais do que as suas arquitecturas e os seus espólios. As antas materializam, antes de mais, essa extraordinária revolução conceptual que permitiu a corporização de uma vontade de transformação imposta sobre paisagem, através de construções monumentais duráveis no tempo. São a primeira manifestação de uma reconhecida vontade de imposição sobre a paisagem, pela criação de locais onde se albergavam os mortos e se ritualizava em torno da sua memória. O carácter selectivo deste procedimento é revelador do carácter excepcional destas estruturas, cuja construção implicava perda de tempo e energias por parte das comunidades que os erguiam. Uma vez implantados, seriam marcos territoriais que se confundiriam na própria paisagem. O esqueleto pétreo constituído pelos esteios e o seu invólucro de terra e pedras personificam um grau de "atrevimento" relativo dentro desta estratégia de monumentalização. As mamoas fundiam-se com os elementos naturais de uma paisagem ainda semi-selvagem.

As antas são, de facto, um monumento na paisagem, marcando o início de um rompimento inconsciente com a ordem selvagem dominante. São pequenos pontos, dedicados aos mortos, enraizados na morte e na ligação aos antepassados. Os limites visuais de quem se encontra no interior do monumento são o próprio monumento e no seu exterior a paisagem abre-se para o mundo natural, cenário preferencial de circulação.

Os locais de vivência quotidiana esbatiam-se contra este mundo, em processo de domesticação paulatina. Os monumentos megalíticos marcam a paisagem, sim, mas não a truncam, nem impedem uma circulação fluida das populações.

"Dá-nos a impressão de que a cartografia mental destas gentes, no sentido específico do 'afeiçoamento' da paisagem, da concepção da mesma como território 'fabricado' não abarcava ainda, ao nível arquitectónico espaços muito amplos, no sentido de procurar transformá-los completamente. Talvez à imagem e semelhança da própria sociedade, a paisagem megalítica era lassa, aberta, relativamente 'permissiva' em relação à circulação de pessoas" (Jorge, V.O., 2002: 22).

O Neolítico Final apresenta, então tradicionalmente, uma paisagem pontuada por locais de vivência em zonas planas e abertas mas essencialmente referenciada em torno dos seus monumentos megalíticos. A paisagem é monumentalizada sim, mas na sua relação com o mundo dos mortos. As antas passam a pontos de referência na circulação em territórios progressivamente mais humanizado, com uma acção humana mais fechada em torno de pontos específicos. No entanto, na transição para o Calcolítico, quando alguns dos monumentos estavam ainda a ser utilizados, surgem já locais de povoamento (Moinho de Valadares, Castelo do Azinhalinho) com uma estruturação interna reveladora de preocupações mais do que passageiras com os locais de vivência, embora tal só aconteça na fase terminal do megalitismo e no processo de emergência de uma nova racionalidade.

Poderemos pensar que o jogo entre a visibilidade dos sítios de morte e a invisibilidade dos sítios de vivos pode corresponder a uma estratégia de apropriação do espaço relacionada com o lado mais ritualizado da existência humana e com noções de ancestralidade e passado que não carece da visibilização dos locais de vivência quotidiana, mantendo-os numa esfera mais privada. Este representa o primeiro momento de efectiva domesticação da paisagem por parte de populações que conheciam profundamente os territórios pelos quais se moviam. Daí que não faça sentido pensar que as gerações que iniciaram esta nova forma de apropriação do espaço não incorporavam elementos herdados dos seus antecessores. Tais elementos interferiram, muito provavelmente, na escolha dos locais a monumentalizar. Não sabemos, no entanto, até que ponto é que os monumentos megalíticos foram edificados em pontos específicos do território plenos de significado. A escolha dos locais de implantação, terá tido em conta, como já vimos, a qualidade dos solos do local, a proximidade a cursos de água e a fontes de matéria-prima. Mas a estes critérios de ordem prática estariam ligados outros de dimensão simbólica, muito provavelmente conectados com pontos já de si significativos

na paisagem, como elementos naturais ou referenciais nas vias de circulação utilizadas no território.

Para Reguengos de Monsaraz não está, infelizmente, realizado o levantamento exaustivo das eventuais linhas de trânsito utilizadas por populações humanas, eventualmente resultantes de linhas de circulação de animais selvagens, nem devidamente tratados dados de carácter etnográfico, relativos a pontos ainda hoje nomeados e significativos na paisagem: os grandes afloramentos rochosos, os acidentes naturais ou os caminhos tradicionais. Assim, a implantação dos monumentos megalíticos na paisagem obedeceria, na sua vontade de artificialização do meio, a princípios arreigados a elementos próprios das paisagens selvagens, conferindo-lhe assim um sentido de tradição. Tão pouco podemos esperar conhecer, dada a falta de escavações integrais de monumentos na região, a presença eventuais ocupações anteriores aos espaços ocupados pelas mamoas, que ao existirem tornariam as antas em verdadeiras "máquinas do tempo" (Criado Boado, 1993 a). Trabalhos futuros poderão aclarar estas questões.

Também não está estabelecida nenhuma relação directa entre povoados e monumentos megalíticos específicos. Existe uma sincronia relativa entre as antas e alguns povoados que se conhecem, mas a interacção entre eles permanece desconhecida. Quem enterrava ou depositava defuntos e em que locais exactos o fazia é uma questão que talvez nunca venha a ser resolvida. Mas também não parece fazer sentido a compreensão destes espaços monumentais desligados dos habitats das sociedades que os ergueram e que então estariam em processo de vinculação a novos códigos de estruturação artificial do espaço.

3.3.1.7 Os menires

Os menires são blocos pétreos colocados verticalmente, afeiçoados ou não, decorados ou não, e que surgem na paisagem de forma isolada ou em grupo; constituindo, neste caso, recintos megalíticos, tradicionalmente designados por cromeleques.

Figura 2 – Distribuição de menires e de povoados na região de Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1992). 1 – Perdigões; 2 – Cromeleque dos Perdigões; 3 – Menir da Capela; 4 – Menir do Penedo Comprido; 5 – Menir da Bulhôa; 6 – Telheiro; 7 – Monsaraz; 8 – Cromeleque do Xerez; 9 – Castelo do Azinhalinho; 10 – Menir de Reguengos de Monsaraz; 11 – Torre do Esporão 3; 12 – Monte Novo; 13 – Menir das Vidigueiras; 14 – Menir dos Gorginos; 15 – Areias; 16 – Cebolinhos; 17 – Monte Novo dos Albardeiros; 18 -. Marco dos Albardeiros.

Estes elementos são reconhecidos como uma das facetas do designado megalitismo e da forma como as comunidades que os ergueram se apropriaram e organizaram a paisagem. Alguns assumem grandes dimensões e não temos dificuldade em aceitar que, decorrendo de conceitos e princípios simbólicos que desconhecemos, cumprissem um papel relacionado com a sua efectiva marcação. Quando associados, os

menires podem configurar os denominados recintos megalíticos, normalmente interpretados como espaços de carácter cerimonial e ritual, eventualmente configurando santuários.

O seu enquadramento cronológico tem suscitado inúmeros problemas, dada a dificuldade de obtenção de elementos datantes: na maioria dos casos são encontrados deslocados dos seus locais de implantação original e sem associação directa a contextos ou materiais passíveis de datação relativa ou absoluta. Noutros casos, a associação de elementos gravados sobre as rochas permite um enquadramento cronológico mais fino dessas representações, a partir do seu estudo estilístico e iconográfico; obviamente, tais representações podem ser posteriores à criação do bloco enquanto elemento menírico. Ou seja, a sua correlação a períodos específicos torna-se extremamente difícil.

Em Reguengos de Monsaraz, conservam-se ainda na paisagem diversos monumentos deste tipo. Como já vimos, o Complexo dos Perdigões, foi implantado numa zona imediatamente adjacente ao local onde se encontra o cromeleque do Monte dos Perdigões, tornando-se aliás o único exemplo em que um recinto de menires se encontra em clara associação com um local de vivência quotidiana. Os menires encontram-se hoje dispersos por um pequeno olival e as escavações levadas a cabo por Mário Varela Gomes demonstraram a sua perduração pelo Calcolítico tendo sido identificada uma estrutura empedrada, sobre a qual teria sido re-erguido um menir (Gomes, 1994). Essa estruturação pode corresponder a uma reorganização do espaço cerimonial do recinto pré-existente no local.

O Cromeleque do Xerez, recentemente intervencionado em área e transladado previamente à submersão da sua área de implantação pelas águas do Alqueva, apresenta-se como o mais paradigmático dos locais deste tipo conhecidos nesta região, apesar das inúmeras dúvidas suscitadas pela sua configuração rectangular em que se inseria um monólito central. Apesar disso e das limitações do registo arqueológico disponível, o investigador responsável pelos trabalhos recentemente ali levados a cabo no âmbito da minimização de impacto da barragem do Alqueva, não tem dúvidas em afirmar que "*O cromeleque do Xarez é, embora parcialmente reconstituído, um recinto com planta rectangular. Ele era estruturado por cerca de sessenta monólitos que formavam os quatro alinhamentos laterais, medindo entre vinte e vinte e dois metros cada, e por um menir de maiores dimensões.*" (Gomes, s.d.:55). Com base nos trabalhos desenvolvidos, foram definidas três fases construtivas para o monumento:

a) na primeira, que terá decorrido algures durante a passagem do Neolítico Antigo para o Médio, foram utilizados pequenos monólitos de forma natural ou ligeiramente afeiçoados a que podem corresponder materiais recolhidos, nomeadamente cerâmicas impressas, trapézios e lamelas truncadas;

b) na segunda, que terá decorrido ao longo do Neolítico Médio, o recinto terá sido completado e reorganizado com a adição de novos monólitos mais bem afeiçoados e, em certos casos apresentando uma forma fálica. Esta crescente monumentalização do espaço com recurso a menires com tais formas acompanha, segundo Mário Varela Gomes *"...consolidação da economia agro-pastoril e da organização social de tipo tribo-patriarcal"* (Gomes, s.d: 161);

c) na terceira, durante o Neolítico Final, terá sido erguido ao centro do espaço rectangular definido pelos restantes menires o grande menir central. Será a esta fase que corresponde o afeiçoamento de alguns dos menires menores e a decoração de um deles (menir 37) com um báculo.

Para além destes recintos, outros dois são referenciados: o do Monte da Ribeira (Gonçalves et alli, 1997) e o do Monte do Limpo, aparentemente já destruído (Gonçalves, 1999: 57)

Quanto a menires isolados, a área alberga alguns exemplares extremamente interessantes, quase todos gravados. Alguns incluem representados apenas um motivo, como parece acontecer com o Menir do Penedo Comprido (com um báculo gravado no topo) ou a estela-menir das Vidigueiras (Gomes, 1997), gravada com um báculo e um serpentiforme na sua extremidade distal. O menir da Herdade do Barrocal apresenta também decorada a face actualmente visível, tal como o do Monte da Ribeira, gravado numa das faces em toda a extensão dos seus 4.70 m de altura (Gonçalves, 1999; Gonçalves et alli, 1997).

É possível que nenhum dos menires referenciados se encontrasse ou encontre no seu local de implantação original, podendo ter sido reerguidos, ou permanecendo nos locais em que foram identificados. De qualquer maneira, um dos aspectos mais significativos destes monumentos é a tendência para a sua profusa decoração, que alberga todo um referencial simbólico relacionável com o megalitismo.

O menir do Monte da Ribeira (Gonçalves, 1999: 61 – 69; Gonçalves et alli, 1997) surge gravado com báculos, machados, serpentiformes (que também podem estar

relacionados com a representação de cursos de água, elemento tão importante na estruturação destas paisagens) e motivos de tendência circular, isolados, em grupo ou concêntricos. Este menir surge como um elemento aproximadamente antropomórfico, aparentemente armado com elementos prestigiantes daquele período: o machado e o báculo. Enquanto que o primeiro é relativamente habitual em contextos deste período (funerários e habitacionais) os báculos parecem surgir com mais raridade. No núcleo megalítico de Reguengos de Monsaraz apenas foram identificados cerca de 12, maioritariamente fragmentados. Aqueles que provêm de antas são de xisto, recortados em forma do número 9, e encontravam-se decorados com padrões muito semelhantes aos das placas de xisto (Gonçalves, 1999). Dada a sua raridade, são habitualmente associados a elementos simbolicamente prestigiantes, aventando-se sistematicamente a sua ligação a indivíduos relevantes no seio dos grupo que os produziram ou utilizaram. A sua aplicação aos menires só pode ser compreendida dentro de preceitos mágico-religiosos globais que, infelizmente, desconhecemos.

Covinhas e círculos abundam também na decoração de alguns menires. Neste período, a perpetuação da simbologia circular manifesta-se desde as mais pequenas escalas até à configuração dos elementos mais importantes da paisagem local. As mamoas são circulares, tal como as cabanas até agora identificadas. Os elementos construtivos identificados no povoado do Monte Novo dos Albardeiros ("torres") são redondos. Os Perdigões assentam a sua configuração organizacional em noções quase perfeitas de circularidade. As recentes descobertas de arte Rupestre no Guadiana, aparentemente enquadráveis nesta fase de Neolítico Final /Calcolítico (Calado, 2001, Collado Giraldo et alli, 2002) apresentam também uma profusão impressionante de motivos circulares.

Não podemos alcançar os motivos que levam à escolha e definição destes locais significativos. No caso dos recintos do Xerez ou dos Perdigões, estamos perante locais de carácter ritual específico, capazes de demarcar o espaço e projectar noções de tempo. Todas as sociedades constroem ou organizam locais rituais especificamente ligados ao mundo do sobrenatural que se constituem como elementos passíveis de demonstração de uma personalidade económico-social. Estes, nem sempre podem ser perceptíveis nem demonstrar atributos evidentes, mas no caso destes recintos parece existir uma ordem interna evidente que nos pode reportar para noções carregadas de simbolismo e ritualização, que podem ter uma origem anterior ao próprio espaço construído.

Os menires isolados, alguns profusamente decorados com motivos também ligados à esfera do simbólico, podem ter surgido como elementos de substituição dos antigos marcadores paisagísticos como deviam ser alguns elementos naturais proeminentes. As mudanças conceptuais ocorridas, numa relação de causa/consequência, com o início da efectiva marcação da paisagem através de elementos artificiais, permitiram que tal acontecesse. Numa paisagem marcada por elementos naturais significantes, emerge em certos locais e numa nova fase a materialização física de relevantes elementos artificiais humanos, fisicamente demarcados e muitas vezes petrificados. Se esta significação então assente em elementos construídos está ligada a noções de fertilidade, de controlo de territórios, de observação astronómica ou de iniciação, tal não nos é fornecido pelos dados existentes. Apenas temos acesso aos esqueletos pétreos de estruturas cujos diferentes significados ao longo do tempo se perderam.

3.3.1.8 A Arte Rupestre

A descoberta de importantes núcleos de arte rupestre ao longo das margens do Guadiana é um facto recente e absolutamente inovador para o estudo da evolução das formas de apropriação e organização das paisagens humanas nesta região. Infelizmente, apesar do vasto trabalho de registo realizado previamente à sua submersão em consequência do enchimento da Barragem do Alqueva, ainda não foram publicados dados relativos ao território português[10], ao contrário do que sucede relativamente ao território espanhol, para o qual já foram disponibilizados dados prévios (Giraldo Collado et alli, 2002).

Os dados disponíveis permitem considerar a presença de elementos inseridos nos afloramentos manto-xisto-grauváquicos existentes ao longo de ambas as margens do rio Guadiana, na área afectada pelo Alqueva. Aqui foram encontrados vários núcleos de arte rupestre dispostos sobre painéis com orientação predominantemente horizontal. Um dos núcleos mais significativos foi identificado em território espanhol, parecendo enquadrar-se, em termos cronológicos, num Paleolítico Final/ Epipaleolítico. As recentes descobertas na Barca do Xerez, de contextos datados do 9º milénio, tornam esta

[10]Exceptuam-se alguns apontamentos disponíveis em www.Alqueva-Arqueologia.net. Aqui são disponibilizados dados preliminares resultantes do "Projecto de Levantamento e Estudo da Arte Rupestre do Guadiana" realizado entre Maio e Agosto de 2001 por uma equipa coordenada pelo CNART (Centro Nacional de Arte Rupestre) , na pessoa de António Martinho Baptista , com a colaboração de Manuel Calado

possibilidade ainda mais forte, e abrem boas perspectivas para a existência de outros núcleos coevos do lado português.

Os núcleos mais importantes encontrados do lado português são os de Moinhola. Os painéis observados apresentam representações gravadas por picotagem, muito similares aos motivos encontrados no Vale do Tejo, conferindo-lhes assim uma cronologia enquadrável no período entre o Neolítico Médio e a primeira Idade do Bronze. Tratam-se de motivos *"...quer de carácter geométrico, com larga maioria de formas circulares e sub-circulares, quer figuras antropomórficas muito esquemáticas de tipo em T, duplo T, ancoriformes e ramiformes, quer ainda representações de animais, onde é possível identificar capríneos e cervídeos, também eles de tipo esquemático ou sub-esquemático"* (www.alqueva.arqueologia.net).

Assim, parece que estamos perante um núcleo de arte rupestre distribuído por uma área vasta ao longo das margens do Guadiana, com uma cronologia aparentemente contemporânea do desenvolvimento do megalitismo na região de Reguengos de Monsaraz, confirmando-se a importância que o rio Guadiana terá tido como referencial paisagístico e simbólico para as populações que ali habitaram. Não está determinado até que ponto é que as margens dos principais afluentes do Guadiana na região não albergam outros núcleos de arte rupestre, já que as prospecções realizadas foram direccionadas pelas necessidades inerentes ao processo do Alqueva, criando-se uma óbvia distorção da realidade em resultado da quantidade de informação disponível entre áreas afectas ao projectos e as outras que lhe são contíguas e consequentemente menos trabalhadas do ponto de vista científico.

Os principais núcleos, Moinho de Manzanez e Moinho da Moinhola, parecem implantar-se em zonas onde o rio faz curvas especialmente apertadas, revelando uma escolha intencional dos locais gravados. Globalmente são as formas circulares que predominam nos motivos encontrados nos vários núcleos descobertos, perpetuando uma tradição circular na configuração das materializações artísticas e construtivas destas populações ao longo do tempo.

3.4 COMPLEXO DOS PERDIGÕES: RESULTADOS DOS TRABALHOS DE CAMPO DESDE 1997[11]

3.4.1 Primeiras impressões

O Complexo dos Perdigões situa-se a cerca de 2 km a Nordeste da vila de Reguengos de Monsaraz, sede do concelho com o mesmo nome.

Os Perdigões são um lugar difícil, ainda cheio de interrogações e em que quase todos os problemas permanecem por resolver. No entanto, surge como um local que imediatamente e por mera observação empírica, exibe uma enorme complexidade e riqueza de dados.

A planta ou plantas do sítio foi um dos primeiros elementos a ser conhecido. Este facto, essencial para a análise do sítio, é desde logo pouco habitual, já que, normalmente, tais informações decorrem de alargados e morosos processos de investigação, neste caso ultrapassados pela afectação parcial do próprio sítio por trabalhos agrícolas.

A fotografia aérea obtida pelo IPPAR no final de 1996 e a deslocação ao terreno para uma observação cuidada fizeram ressaltar, imediatamente, algumas características essenciais:

a) antes de mais, a grande dimensão do sítio. O complexo dos Perdigões ocupa uma área de 16ha, delimitada pelo fosso exterior que apresenta um diâmetro de pelo menos 500m;

b) a existência de pelo menos seis estruturas concêntricas tipo fosso. O levantamento topográfico do terreno, enquadrando as manchas de terras escuras resultantes da colmatação de antigas estruturas escavadas confirmou aquela imagem;

c) a estruturação do local obedecendo, claramente, a uma configuração geométrica em que são explicitas noções de geometria. De facto, o recinto apresenta um ponto central em relação ao circuito dos fossos existentes, que funciona como um "umbigo" do recinto geral. É como se o sítio tivesse sido desenhado por um compasso gigante,

---

11 A informação completa sobre este trabalho está disponível no relatório entregue ao IPA no início de 1998 intitulado "Relatório final dos trabalhos de salvamento arqueológico no povoado pré-histórico dos Perdigões". Uma síntese interpretativa dos dados foi publicada na Revista Portuguesa de Arqueologia (vol.1, nº1) com o título "Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997". O presente

que descreveu um círculo quase perfeito com um diâmetro de 500m, marcando também o lugar onde a "ponta" do compasso fora colocada;

d) a estruturação interna do local demonstra que os seus construtores, ou pelo menos aqueles que definiram a sua configuração essencial dominavam noções de astronomia enquadrando o sol e a lua. De facto, o único elemento que altera a circularidade perfeita do fosso exterior do recinto é um alargamento intencional do seu perímetro, a Este do circuito, definindo uma bolsa ou um "território" delimitado internamente pela linha de fosso que lhe é concêntrica internamente. Ao longe, no limite visual da vasta paisagem observável, localiza-se no seu eixo central, igualmente a Este, o elemento topográfico mais marcante dos limites do Vale, no topo do qual se localiza a povoação de Monsaraz. Uma análise mais atenta, quer da fotografia aérea, quer do levantamento topográfico enquadrando as estruturas registadas, demonstram a existência de outros alargamentos do fosso exterior, ainda não esclarecidos, localizados nos sectores Oeste e Norte, embora de dimensões mais reduzidas ao anteriormente descrito;

e) a localização do recinto é outro elemento que revela o carácter intencional e planificado, com consequências na sua estruturação arquitectónica. Em primeiro lugar, porque foi instalado na sequência imediata de um dos recintos megalíticos conhecidos na região, o Cromeleque dos Perdigões (Gomes, 1994), implantado já nos terrenos do Vale, no limite com as encostas em que se insere. Esta situação não é nova: o Cabeço do Torrão, em Elvas, pequeno recinto cercado por um fosso de pequenas dimensões, parece ter sido estruturado em função de um recinto de pequenos menires (Albergaria e Lago, 1995 e Lago e Albergaria 2001). Por outro lado, a percepção visual do espaço a partir do interior do recinto e em particular do seu centro é condicionada pela topografia e pela forma como foi arquitectada a realidade natural. O recinto dispõe-se de acordo com as regras de um teatro grego, em hemiciclo, aberto para um dos sectores e fechado sobre os outros, por imposição das encostas em que assenta. Daí que, a partir do centro físico, o horizonte visual do observador seja definido pelos limites do próprio recinto, exceptuando a visibilidade possível para o quadrante a nascente que se prolonga, quase ilimitadamente, pela vasta paisagem que abrange o Vale, Monsaraz e longínquas extensões para lá do

---

capítulo representa um resumo das principais conclusões, sendo por isso indispensável a leitura daquelas publicações para melhor compreender os dados aqui apresentados.

Guadiana, já na sua margem esquerda. Se admitirmos a hipótese da "(...) provável existência de um conjunto de estruturas de diferentes tipologias: fossos escavados, lombas, muralhas ou paliçadas." (Lago et alli, 1998: 47), estaríamos perante um caso em que os limites do sítio criariam um horizonte artificial para quem circulasse no interior do recinto;

f) a implantação, no limite Oeste do Vale da Ribeira do Álamo, em encostas ligeiramente ascendentes até um topo sobrelevado pouco mais de vinte metros sobre a sua base, confere uma visibilidade privilegiada sobre esse espaço acentuadamente plano. Daí que as possibilidades de observação e visibilidade sejam notáveis para o observador colocado no recinto. Pelo contrário, pelo pouco destaque topográfico do relevo em que se situa o sítio, a sua notoriedade a partir do exterior é escassa, diluindo-se na paisagem global. A visibilidade distanciada para o povoado só é possível a partir do quadrante nascente já que, dos restantes, apenas a partir do topo das encostas e a poucos metros dos seus limites se visualiza o recinto. Nessas situações, a escassa distância dos limites do fosso delimitador do recinto, torna-se escassa ou nula a visualização do seu espaço interno, resguardado pelas vertentes que o ladeiam. Assim, estamos perante singulares características de ocultação ou descrição visual, paralelas a uma notável possibilidade de controlo sobre uma vasta região, a do eventual território essencial do sítio;

g) a observação cuidada da fotografia aérea revela uma série de manchas mais escuras que atravessam o recinto desde o topo norte até ao seu centro e que correspondem a linhas de escorrência de água. É muito significativo o facto da riqueza hídrica do subsolo da zona da Herdade dos Perdigões ser notória na região, tendo sido abertas ou alargadas, há cerca de três décadas, duas grandes minas de água actualmente em funcionamento. Embora seja arriscado conceber cenários deste tipo para épocas tão recuadas como os 4°/3° milénios A.C., a verdade é que já nessa época a abundância natural de água terá sido um factor que os construtores tiveram em conta aquando da sua ocupação do local, devendo a estruturação preferencial em torno de fossos estar relacionada com sistemas de drenagem de águas;

h) a densidade de materiais dispersos pela superfície denunciava a presença de um sítio com uma densa ocupação humana cujos vestígios materiais se encontravam em bom

estado de conservação, apesar da passagem do tempo e da recente afectação por trabalhos agrícolas.

Figura 3 – Vista aérea dos Perdigões. Verão de 1998. (foto de Manuel Ribeiro)

3.4.2 A prospecção de superfície

Os dados obtidos durante os trabalhos de prospecção e de escavação que se seguiram à "revelação" do sítio vieram confirmar algumas conclusões e, principalmente, levantar mais um sem número de questões sobre a sua história, desde o momento em que foi inicialmente ocupado, ao que tudo indica durante o Neolítico Final, até ao seu abandono já no final do Calcolítico.

Não vamos aqui proceder à explicação detalhada de todos os passos executados para a realização dos trabalhos, mas antes destacar os factores que de alguma forma nos podem auxiliar nos nosso objectivo de compreender o Complexo dos Perdigões em si mesmo e na relação que estabelece com os sítios e a paisagem em que se inseriu.

O objectivo desta primeira fase do trabalho era conseguir obter o maior número possível de dados relativos às consequências da surriba a que a área foi sujeita. Nesse sentido, a zona afectada foi quadriculada através da implementação de um sistema de quadrados de 20 x 20m, nos quais se procedeu ao registo e recolha das realidades

existentes à superfície. Assim sendo, e de uma forma sucinta, podemos dizer que esta primeira fase de trabalhos se desencadeou da seguinte forma:

a) procedeu-se ao desenho, no terreno, da imagem global do sítio obtida por fotografia aérea. Esta tarefa não se revelou tão simples como se previa, uma vez que os limites e estruturas do Complexo, absolutamente nítidas quando vistas do ar, esbatiam-se quando observadas directamente no campo. Daí que apenas se tenham conseguido registar troços, linhas e manchas passíveis de visualização pelas diversas colorações patentes nos sedimentos superficiais. Tal situação permitiu a leitura de uma estratigrafia horizontal da área do recinto, que de outra forma não teria sido acessível. Assim, as realidades definidas no terreno, quer Unidades Estratigráficas, quer Unidades de Recolha de Superfície, resultam da delimitação daquilo que foram consideradas áreas com evidente significado arqueológico-estratigráfico. Desta forma, apenas puderam ser seriamente considerados os grandes depósitos correspondentes aos principais elementos estruturantes do recinto;

Figura 4 – Levantamento topográfico dos Perdigões (Lago, et alli, 1998)

b) com base no quadriculado definido, levou-se a cabo um trabalho de prospecção intensiva, incluindo a recolha de todo o material cerâmico, lítico, osteológico e eventualmente metalúrgico considerado relevante. A distinção teve de ser feita por razões práticas. Na verdade, a quantidade imensa de material arqueológico disperso

pela área afectada pelas lavras tornava impraticável a recolha da totalidade do material presente. Este trabalho permitiu elaborar um mapa de dispersão dos diversos tipos de registo material. Embora a sua leitura deva ser obviamente cautelosa, não deixa contudo de fornecer dados interessantes relativamente à existência de zonas de actividade específicas ou relativamente à eventual associação entre artefactos e estruturas. Infelizmente, o Complexo dos Perdigões paralelamente alvo de prospecções clandestinas, aspecto que veio alterar a leitura global do sítio, uma vez que zonas como o recinto central foram muito afectadas, como se constatou pela análise dos mapas de distribuição de elementos superfície. A quantidade de material arqueológico recolhido representa, sem dúvida, o dado mais impressionante relativamente a esta primeira fase de trabalhos, aguardando-se que um dia possa ser completada a sua análise, incluindo a realização de prospecções geofísicas.

3.4.3 Os dados de escavação

A realização de escavações arqueológicas, desde logo programadas no âmbito dos trabalhos de diagnóstico de 1997, tornava-se indispensável face à riqueza qualitativa e quantitativa dos contextos detectados durante as prospecções. De outra forma não seria possível aferir objectivamente as reais consequências dos trabalhos agrícolas ali levados a cabo, nem estimar para a restante área do povoado a potência de terra existente entre a superfície surribada e a rocha base. Para além disso, era fundamental a detecção de contextos preservados de forma a recolher dados sobre a cronologia e faseamento da construção do recinto com informações que permitissem elaborar um hipotético enquadramento paisagístico, social, económico do sítio. Afinal, estávamos perante o maior recinto pré-histórico conhecido no Sul de Portugal, apenas com eventuais paralelos na Extremadura e Andaluzia espanholas. Dessa forma, o seu estudo e inserção regional tornavam-se essenciais para a compreensão dos mecanismos de construção e progressiva domesticação da paisagem no âmbito das transformações ocorridas a partir do 5°/6° milénio.

A natureza da acção arqueológica levada a cabo nos Perdigões em 1997 condicionou a nossa actuação para aquele caso específico. Urgia avaliar as reais potencialidades científicas e patrimoniais do local e definir o grau de afectação dos contextos. Os cinco sectores de escavação definidos tiveram em conta as informações recolhidas durante as prospecções. Procurou-se assim implantar as sondagens em locais com informação minimamente segura relativamente à potência de terras preservada, à existência claras de estruturas como fossos, estruturas habitacionais ou pétreas. No caso

concreto da sondagem 4, realizada na "bolsa" de alargamento visível no troço Este do fosso exterior, a sua implantação partiu da presença, à superfície, de lajes de xisto (material aparentemente exógeno ao local) e ossos, indicando a existência de uma eventual necrópole, factor que se veio a confirmar.

Não vamos, neste caso, proceder à descrição minuciosa dos contextos e unidades estratigráficas detectadas ao longo do trabalho de escavação nos diversos sectores, trabalho que aliás foi realizado, quer no relatório final, quer na publicação de 1998 já mencionada.

O grau de afectação dos trabalhos agrícolas levados a cabo em 1997 é variável nos diferentes sectores do recinto sendo, no entanto, perceptível que as zonas situadas no topo da encosta terão sido mais expostas, talvez por apresentarem uma estratigrafia mais baixa e por isso menor potência de terras. A surriba terá atingido o máximo de 1.20m de profundidade. Todos os contextos abaixo deste nível encontravam-se intocados.

Confirmou-se em absoluto a existência de diversas estruturas tipo fosso o âmbito da estruturação arquitectónica do recinto. Para além do grande fosso exterior, que no sector 5 apresentava pelo menos 4m de profundidade e 8m de largura no seu topo, no sector 3, próximo da área central, os dados parecem confirmar a existência de outra estrutura de vala aberta predominantemente em níveis de aterro e de que parece restar apenas a base intocada. Esta estrutura poderá definir a delimitação do presumível recinto central. No sector 1, a situação demonstrou ser um pouco mais complexa. Para além de ter sido detectado um troço de fosso de grande dimensão, a estratigrafia registada revelou que após o seu enchimento parcial, esta realidade terá sido rompida e esvaziada por outra realidade, igualmente interpretada como sendo um fosso.

Ou seja, a escavação confirmou a existência de pelo menos três dos seis fossos visíveis em fotografia aérea. Para além desses, a realidade parece apontar para uma estruturação complexa, com abertura de fossos que se sobrepõe em diferentes momentos. O carácter essencialmente de diagnóstico dos trabalhos levados a cabo em 1997, assente em sondagens e sem abertura em área de áreas significativas impede interpretações mais consistentes e abrangentes.

A escavação permitiu também atestar a presença de outras estruturas escavadas na rocha, algumas de tipologia indefinida. O sector 1 apresenta dois momentos distintos de ocupação. Após o preenchimento das estruturas tipo fosso descritas acima, parece ter sido rompida uma concavidade larga, que terá sido utilizada como solo de ocupação e recoberta por aquilo que parece ser um empedrado. Numa fase posterior, sobre os

depósitos já totalmente preenchidos das estruturas anteriores, foi escavada uma nova realidade, cujo depósito de enchimento, apresentava grande quantidade de material cerâmico, predominantemente Calcolítico.

O sector 2, cuja estratigrafia se apresentava totalmente revolvida pelos trabalhos agrícolas forneceu, no entanto, alguns dados importantes para a compreensão do sítio. O facto da quantidade de material encontrado ser excepcional parece apontar para a existência, naquela zona, de bastantes estruturas de vários tipos, de que apenas restarão os segmentos negativos escavados na rocha, presumivelmente existente para além dos limites da sondagem aberta. Embora não se possa afirmar que ali existissem estruturas habitacionais ou outras, a verdade é que a abundância de material de origem variada não deixa espaço para muitas dúvidas: aquela zona, a NO do recinto foi intensamente ocupada.

Para além de estruturas negativas, a escavação revelou alguns dados interessantes relativamente a outro tipo de estruturas. O grosso do preenchimento do fosso do sector 5, que delimitava externamente o recinto, parece corresponder a diferentes fases, incluindo o derrube de um elemento arquitectónico pétreo que existiria no lado exterior do fosso, ou seja já no exterior do povoado. Esta estrutura foi interpretada como sendo uma eventual muralha, que poderia estar adossada externamente ao recinto em todo o seu perímetro, ou alternativamente representar um reforço arquitectónico naquele local específico de entrada no recinto. É evidente que esta interpretação não passa de uma hipótese de trabalho, que parece no entanto, viável dada a grande dimensão dos blocos encontrados no interior do fosso. Foi interpretado como estando relacionado a uma estrutura pétrea indefinida colocada a Este do fosso e no seu exterior. É importante referir também que durante as prospecções foram localizada várias concentrações de cerâmica de construção e/ou de blocos de pedra de diversa dimensão posteriormente definidas como Unidades de Recolha de Superfície (URS). De referir que estas unidade específicas se encontram relacionadas com os depósitos de topo das linhas dos grandes fossos perceptíveis à superfície pela coloração das terras.

Embora já mencionadas, não podemos falar das estruturas encontradas sem mencionar as duas entradas no recinto já localizadas em função da análise de fotografias aéreas. A primeira encontra-se-ía na zona Leste do povoado, a Norte da necrópole; a escavação do sector 5 demonstrou a presença desta realidade. De facto, foi estratigraficamente constatada uma interrupção no fosso naquela zona. Recentemente, durante um novo voo sobre o local, em Janeiro de 2003, foi possível localizar com toda a clareza a existência de mais uma entrada no sector Sul do recinto. Este novo dado vem

confirmar todas as leituras feitas relativamente às noções de simetria e geometria inerentes à construção do local e à configuração do seu aspecto final. Traçando uma linha recta imaginária desde o ponto central do recinto e a entrada a Leste e outra unindo o ponto central e esta nova entrada a Sul, obtemos uma figura triangular com um ângulo quase absolutamente recto, ou seja, um triângulo rectângulo.

Finalmente é interessante referir que o recinto apresentava áreas com uma impressionante concentração de materiais específicos. Em escavação foram encontrados alguns contextos que atestam exactamente isso. Num dos níveis mais baixos do sector 3, incorporava vários artefactos cerâmicos, líticos e osteológicos. Se o conjunto cerâmico não nos pode fornecer muita informação devido à sua escassez, já o conjunto de artefactos líticos e a sua relação com os inúmeros restos osteológicos, parecem apontar para a existência de uma zona especializada em talhe de pedra e esquartejamento e até consumo de animais. No entanto, o elemento mais interessante relativo a zonas específicas de actividade vem do sector 2 onde apesar dos enormes revolvimentos a que foi sujeito a área foi possível detectar vestígios claríssimos de actividade metalúrgica[12] como nos indicam os restos de minério de cobre, pingos e cadinhos de fundição exumados do local. Mais uma vez, convém referir que os trabalhos de prospecção também permitiram definir áreas específicas com quantidade anormal de material arqueológico de origem variado à superfície. É, por exemplo, o caso de uma Unidade de Recolha de Superfície que apresentava grande quantidade de micro-utensilagem lítica e restos de talhe associados a fauna, ou uma outra na qual a um conjunto enorme de fragmentos de cerâmica se juntavam mais de trinta fragmentos de crescentes. Não esquecendo nunca que estamos perante dados preliminares, a verdade é que se torna difícil não aceitar que este recinto, além de altamente complexo em termos da sua estruturação e por isso dificilmente reduzido a fases lineares de construção, não apresenta uma riqueza de informação absolutamente excepcional para um local de época tão recuada.

---

[12] A metalurgia no Calcolítico é uma tecnologia ainda muito incipiente que se resume à exploração, com técnicas primitivas, de vestígios de minério que aflora à superfície. A posse do saber da técnica metalúrgica não é comum a todas as populações. Algumas comunidades são apenas receptoras de artefactos já manufacturados, e adquirem-nos como elementos inovadores e de utilidades e significados ainda por clarificar. Ao longo do Calcolítico assiste-se a uma série de aprofundamentos no domínio das técnicas de fundição e de produção, atingindo-se no Calcolítico Final a utilização de cobre arsenical, passível de obtenção de artefactos de maior solidez.

3.5 AMBIENTES FUNERÁRIOS DOS PERDIGÕES: OS SEPULCROS 1 E 2

3.5.1 O Sepulcro 1

A descrição deste sector foi propositadamente omitida do capítulo anterior. As razões que justificam esta opção são muito simples. Os trabalhos de 1997 permitiram a localização, na bolsa Este do recinto, de uma necrópole integrando Sepulcros "tipo tholoi". As aspas representam as dúvidas que colocamos ao enquadramento de diversos monumentos funerários do 3° milénio no grupo constituído por arquitecturas integrando nas coberturas da câmara a falsa-cúpula.

A presença superficial de concentrações de ossos humanos e de fragmentos de lajes de xisto ardosiano, matéria-prima claramente exógena ao ambiente natural da área do recinto, indiciavam a existência de sepulturas na área da necrópole. A sondagem aberta numa área onde a concentração de lajes de xisto era particularmente intensa confirmou a existência de uma estrutura tumular (Sepulcro 1), intervencionada entre 1997 e 2001, e o seu estudo originou a elaboração de um projecto de investigação[13].

A riqueza arqueológica da informação proveniente desta área e o reconhecimento do valor específico desta necrópole no contexto do Complexo dos Perdigões justifica particular atenção. Mais uma vez, não nos parece este o local indicado para desenvolver com pormenor todas as fases de escavação do local, trabalho que aliás está feito, quer no relatório final dos trabalhos de 1997, quer nos relatórios referentes ao projecto de investigação.

A confirmação da existência de uma necrópole inequivocamente associada ao povoado foi uma das primeiras certezas obtidas com a realização dos trabalho de 1997 e claramente uma das mais importantes conclusões desses trabalhos, não só pelo enorme potencial que esta situação oferecia e oferece relativamente à compreensão de uma série de vectores sobre a vida e morte nos 4° e 3° milénios, mas também por esta ser uma situação absolutamente inédita no âmbito dos recintos com fossos do Sul da Península Ibérica. De facto, apesar de serem conhecidas associações claríssimas entre sítios de vida e sítios de morte em recintos como La Pijotilla, Badajoz (Hurtado Peréz, 1986, 1995a e 1995b) Valencina de la Concepción, Sevilha (Ruiz Mata, 1975 a , 1975b e 1983;Martin de la Cruz e Miranda, 1988), Los Marroquies, Jaén (Zafra de la Ponte et alli, 1999) e Los Millares, Almeria (Arribas et alli, 1985) nunca até hoje surgira uma área de

[13] Trata-se do já mencionado projecto de investigação apresentado ao IPA no âmbito do PNTA de 1999, com responsabilidade científica de Miguel Lago e António Valera.

demarcação específica no interior do recinto por forma a albergar uma necrópole. Ou seja, o alargamento do circuito do fosso exterior do Complexo dos Perdigões foi realizado com o intuito específico de ali incluir uma área de inumações perfeitamente estruturada em função do espaço em que se inseria. Mais uma vez, a localização deste "cenário" não foi fortuita. Encontra-se exactamente no sector Leste do recinto, na zona mais próxima do cromeleque e na abertura para o Vale da Ribeira do Álamo (e no seu acesso natural ao povoado), dominada pela elevação de Monsaraz, para onde parece apontar.

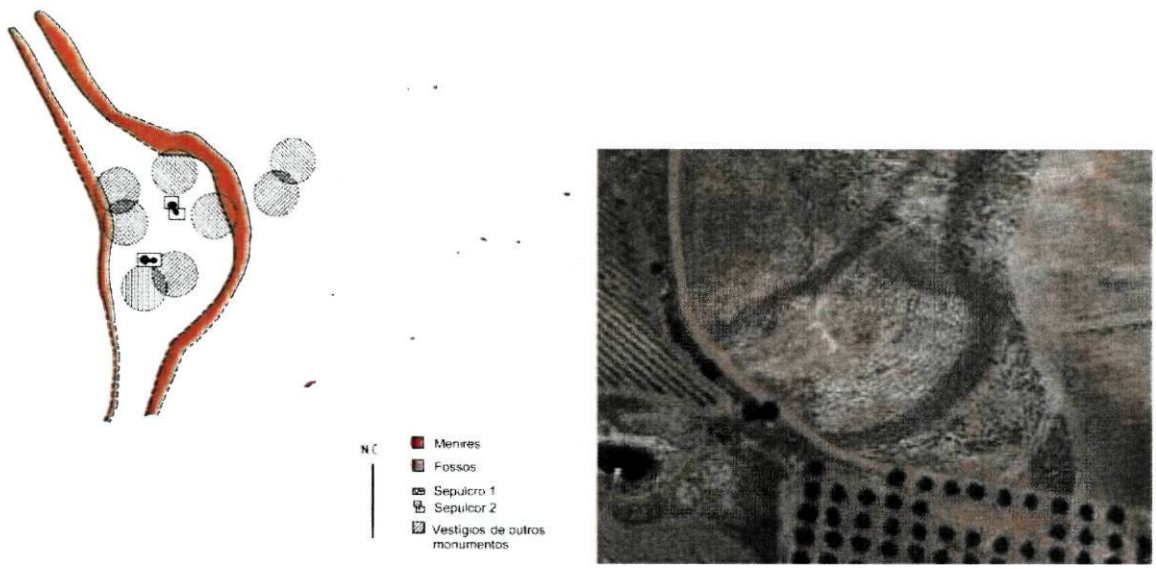


Figura 5 – Planta e pormenor da fotografia aérea da necrópole dos Perdigões (Valera et alli, 2000)

A organização espacial do complexo estrutura-se a partir da síntese entre elementos arquitectónicos e naturais, gerando todo um cenário cultural, relativamente ao qual é necessário detectar os dispositivos que no seio das comunidades consubstanciaram a sua existência, valorização e percepção.

Em Los Millares, apesar de a necrópole se estruturar fora do povoado, verifica-se a existência de sepulturas no interior do recinto fortificado, não ocorrendo, contudo, num espaço especificamente estruturado para o efeito, como sucede nos Perdigões.

Na realidade, a presença de inumações (primárias ou secundárias) dentro de povoados no Calcolítico Peninsular é pouco comum, mas não é de todo desconhecida, ocorrendo em sítios como o Castelo Velho, no Norte de Portugal (S.O. Jorge et alli, 1998/99), em Leceia, na Península de Lisboa, (Cardoso, 1994) ou na zona de Huelva, em San Bartolomé de Almonte, Morero de la Mezquitilla ou Valencina de la Concepción (Alcázar Godoy et alli 1992), embora nestes casos não se tratem de inumações em Sepulcros construídos para o efeito.

No caso dos Perdigões, não parece tratar-se nem da situação verificada, por exemplo, em Los Millares, nem daquelas últimas, mas sim de um espaço arquitectonicamente estruturado de forma a estar simultaneamente inserido num recinto global e permanecendo estanque, quer em relação ao restante espaço interior, quer em relação ao exterior, para além do fosso. Se a proximidade dos mortos pode ser equivalente à de outros casos, a forma como é circunscrito o cemitério permanece muito particular.

Acresce ainda salientar a proximidade da necrópole em relação ao cromeleque que poderá ter funcionado como elemento estruturante do espaço simbólico, eventualmente atraindo a implantação da necrópole e do próprio habitat para aquele local. Ali, entre o espaço cerimonial do recinto megalítico e o recinto da vivência quotidiana estavam os restos mortais de, provavelmente, milhares de pessoas que emanando discursos mudos habitaram os Perdigões e a região de Reguengos há cinco mil anos. A oportunidade de deles nos aproximarmos exigiu a aplicação de métodos de registo extremamente minuciosos, que se repercutiram na morosidade do trabalho ali levado a cabo e ainda em curso, que no entanto permite algumas conclusões.

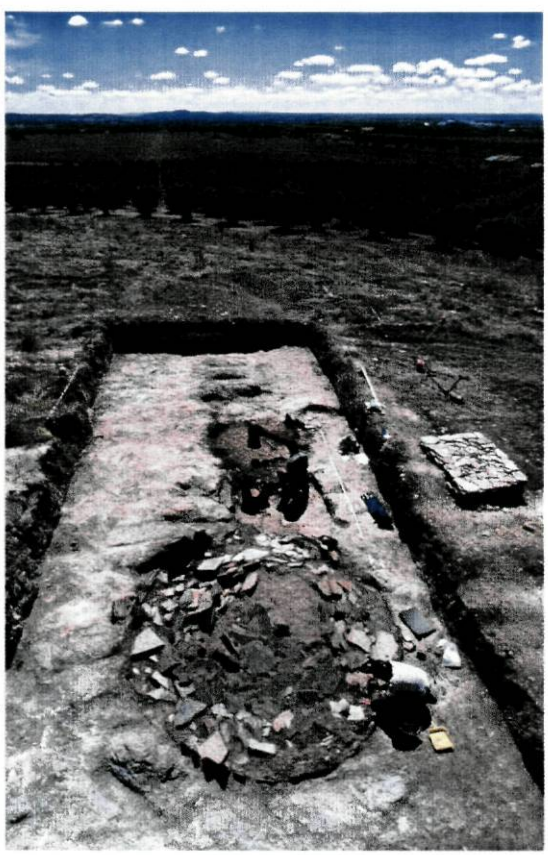


Figura 6 – Sepulcro 1 dos Perdigões em processo de escavação.

A existência do Sepulcro 1 foi atestada durante os trabalhos de emergência de 1997, tendo a intervenção realizada permitido detectar uma estrutura sepulcral semi-subterrânea configurada por três sub-elementos fundamentais:

a) o átrio, presumivelmente a entrada do monumento, apresentava uma estrutura sub-circular com cerca de 2m de diâmetro, cujas paredes laterais eram revestidas com pequenas lajes de xisto. Dada a dimensão dessas lajes e apesar de não estarem preservados os topos correspondentes, tudo aponta para que este espaço apresentasse uma reduzida altura; a ausência de vestígios incluindo quaisquer traços compatíveis com o derrube de uma eventual cobertura reforça a hipótese colocada da efectiva ausência de um recobrimento destes espaço. Este contexto foi grandemente afectado pela surriba levada a cabo no local e foi integralmente escavado em 1997. Não obstante, forneceu algumas pistas importantes, uma vez que se trata do único contexto exterior à câmara em que está atestada de forma clara a realização de deposições rituais de artefactos. Esta deposições, incluíam pequenos vasos calcários, vasos de cerâmica, alguns com decoração simbólica à base de triângulos preenchidos com pasta branca, vasos esféricos, taças de paredes finas, pontas de seta, lâminas, um punhal, pequenas placas de xisto gravadas ou não e metade de uma concha (*Pecten)*. A relação entre este conjunto artefactual e os escassos fragmentos de ossos humanos encontrados não está esclarecida por estes se encontrarem extremamente fragmentados e muito dispersos. A análise antropológica[14] permitiu definir a presença de pelo menos três indivíduos e a ausência de evidências de ossos de pequena dimensão parece apontar vestígios de deposições secundárias realizadas no local ou ali depositadas na sequência de processos tafonómicos ocorridos no sepulcro, podendo determinados materiais ali contextualizados serem procedentes de áreas anexas. Aliás, o estudo dos materiais demonstrou uma clara diferença entre os vasos inteiros, quase todos encontrados em conjunto e associados e os restantes fragmentos de cerâmica, apresentando, estes, uma maior variedade de formas, normalmente relacionáveis com ambientes de cariz doméstico e passíveis de enquadramento cronológico anterior[15]. Este facto parece apontar para a existência nas proximidades de áreas habitacionais, eventualmente

[14] A componente de antropologia biológica dos projectos concretizados nos Perdigões, têm vindo a ser coordenados por Cidália Duarte.

em fases anteriores à construção do sepulcro. Ainda no espaço do átrio e relacionada com utilizações iniciais, identificou-se uma estrutura, assente sobre a rocha, de funcionalidade pouco clara. Composta por um bloco alongado de cerâmica em meia cana, apresentava sinais de ter sido queimada, dado compatível com um depósito de terras negras que lhe estava associado internamente. Nesta área e nesta estrutura em particular, poderão ter ocorrido actividades cerimoniais, incluindo a manipulação de fogo. A separar este átrio do pequeno corredor foi registada a presença de uma laje de xisto encaixada num sulco aberto na rocha para a sua implantação;

b) o pequeno corredor desta estrutura funerária, de forma ligeiramente sub-rectangular, representava o ponto de ligação de cerca de 1.80m entre o espaço ocupado pela câmara funerária e o Átrio. Ficou atestada uma forte afectação deste segmento do sepulcro, não sendo de excluir que a ausência de esteios, atestada no corredor do Sepulcro 2, possa ali ter a sua razão de ser. O espólio era muito escasso (dois fragmentos de lâmina e uma ponta de seta), devendo resultar de deslocamentos a partir da câmara;

c) a câmara funerária cujos trabalhos de campo foram concluídos apenas no ano de 2001, por razões que se prendem com a implementação de sistemas de escavação e registo extremamente minuciosos e demorado, em resultado da enorme quantidade de deposições presentes e da qualidade dos dados passíveis de recolher. De uma maneira geral, podemos afirmar que se trata de uma estrutura circular parcialmente escavada em sedimentos e na rocha, com cerca de 3.5m de diâmetro e revestida com finas lajes de xisto ardosiano com a altura máxima de aproximadamente 1.60m e sensivelmente 3cm de espessura. A sua cobertura seria de uma morfologia ainda por identificar, sendo claro que a hipótese de se tratar de uma falsa cúpula não tem sustentação no registo arqueológico realizado, circunstancia que se repete relativamente à total ausência de vestígios de *tumulus* ou de qualquer outra estrutura de cobertura ou contrafortagem que aliás era dispensável pela natureza tendencialmente subterrânea da estrutura. Efectivamente, o grande derrube identificado na câmara, não é relacionável com o colapso de uma estrutura de cobertura, devendo resultar, na sua quase totalidade, da queda progressiva das lajes de revestimento interno da parede da câmara. A progressiva queda destes elementos

---

[15] Refira-se que para a área da necrópole foi anotada, em contraste com as restantes áreas prospectadas superficialmente, a significativa presença de fragmentos de recipientes carenados (Valera, 1998b e Valera et alli, 2000).

do revestimento da parede foi sendo intercalada com deposições humanas, podendo concluir-se que paralelamente ao processo de ruína prosseguiu a regular deposição de restos mortais de humanos. É extremamente significativo que no registo arqueológico estejam totalmente ausente indícios que atestem a realização de trabalhos de reparação ou "restauro" da estrutura funerária, enquanto permaneceu activa. As deposições ali realizadas são, na sua totalidade, de carácter secundário não tendo sido detectados indícios seguro de restos humanos em conexão. Quando falamos de deposições secundárias referimo-nos não ao sentido estrito do termo (como segundas deposições), mas sim da deposição de restos de corpos cujo grau de manipulação desconhecemos. Dizemos secundários no sentido em que sabemos que não são deposições "originais" e primárias de corpos de indivíduos recém-falecidos, mas antes conjuntos de ossos com uma biografia *post-mortem* que pode incorporar variados episódios de utilização. Estão contabilizados os restos mortais de centenas de indivíduos de ambos os sexos e de todas as faixas etárias. Face aos dados disponíveis não parece ter havido qualquer intencionalidade na distribuição espacial das ossadas humanas que, embora em certos casos tenham sido dispostas em núcleos, não respeitariam qualquer critério de distribuição etária ou de género. O espólio encontrado na câmara em associação a estas deposições é relativamente homogéneo, apesar de alguns aspectos integrantes da estratigrafia denunciarem particularismos com repercussão na evolução de aspectos da ritualização da morte ao longo de um período longo. Sob este ponto de vista e enquanto não se conclui a análise final da distribuição espacial do espólio material e osteológico, incluindo o estabelecimento de correlações entre objectos e entre estes e restos humanos, pode ser referida a predominância de lâminas nas mais antigas deposições, facto que pouco depois deixaria de ocorrer. Refira-se que aquando da fundação do sepulcro, foi integrado no espaço da câmara um pequeno compartimento encostado ao lado Norte da parede. Esse espaço materializou-se por lajes de xisto verticalizadas em sulcos abertos na rocha para a sua implantação. Não foi detectado qualquer núcleo individualizado de ossos ou materiais associado a esta compartimentação que pouco depois já estava desactivado. Também é em contextos mais antigos que foi identificada a única placa-ídolo de xisto (em contextos muito tardios foi recolhida uma outras resultante da reutilização de um fragmento de uma placa pré-existente). Globalmente, o mobiliário funerário é composto por dezenas de vasos cerâmicos, alguns vasos calcários, centenas de pontas de seta, lâminas e contas de colar (principalmente de pedra verde). Em menor número, mas também presentes surgem

artefactos diversos como albardas ou punhais em sílex, vários artefactos em osso (alfinetes, ídolos, ídolos-falange, copos em osso, figuras zoomórficas em osso e outros fragmentos de osso decorados ou polidos). De destacar ainda um pequeno báculo em osso polido e decorado, com características sem paralelo no nosso país. Foram igualmente detectadas deposições de elementos de corpos de animais, como o demonstra a conexão anatómica dos elementos que os constituíam. A utilização do ocre está também claramente atestada no Sepulcro 1, onde surgem vários contextos polvilhados com este pigmento, que cobria ossos, sedimentos e artefactos. Foi também detectado uma situação em que os contextos funerários parecem ter sido cobertos por um pigmento esbranquiçado, resultante da mistura de pedacinhos de caliça.

Figura 7 – Sepulcro 1 - Vista geral da câmara funerária no final da escavação.

Por fim, refira-se que a orientação do monumento é, segundo medição efectuada em colaboração com o Michael Hoskin da Universidade de Cambridge, de 89,5°, descontando a variação magnética, na precisa direcção do topo da elevação de Monsaraz, no limite oposto do Vale da ribeira do Álamo.

3.5.2 O Sepulcro 2

Em 2000 iniciou-se a escavação de outra estrutura funerária também detectada a partir da análise superficial do terreno, no qual se detectava uma concentração de fragmentos dispersos de lajes de xisto ardosiano e de osso humanos. Convém aqui realçar que estão delimitadas pelo menos mais 6 manchas deste tipo na área da

necrópole; embora não possamos afirmar com certeza absoluta que estas manchas correspondem a Sepulcros, a verdade é que a sua situação dentro do espaço da necrópole e o material que apresentam à superfície parecem apontar nesse sentido (figura 3).

O Sepulcro 2 encontra-se alguns metros a NE do Sepulcro 1, tendo ali decorrido duas campanhas de intervenção: a primeira, em 2000, permitiu delimitar a planta geral do monumento, tendo-se apenas escavado em profundidade a zona do átrio. A segunda campanha, realizada em 2003, permitiu a recolha de dados muito interessantes no que diz respeito quer à sua arquitectura, quer principalmente relativamente aos rituais funerários, em que se detectaram algumas significativas diferenças relativamente ao Sepulcro 1. Os dados disponíveis para este local podem ser sintetizados da seguinte forma[16]:

a) a sua planta total assemelha-se, de uma maneira geral, à do Sepulcro 1;

b) apresenta uma estrutura semi-escavada na rocha sub dividida em câmara, corredor e átrio. Também aqui, estamos perante a ausência de *tumulus* não tendo sido detectados, até ao momento, vestígios de estruturas de cobertura do monumento. O conjunto arquitectónico foi afectado pela acção da surriba levada a cabo em 1997, que embora tenha atingido alguma profundidade (rompe mesmo a rocha base em vários locais) permitiu a preservação da maioria dos contextos;

[16] Os dados relativos à campanha de 2003, no momento em que escrevemos, ainda estão a ser processados e trabalhados para entrega do relatório de escavação ao IPA. Deste modo, as informações aqui descritas são inéditas e parciais.

Figura 8 – Vista geral do Sepulcro 2 dos Perdigões no final da campanha de 2001.

c) o átrio foi atravessado por um grande sulco de máquina na direcção Este/Oeste que truncou parcialmente a sua leitura geral. Apresenta uma planta elipsoidal, sendo revestido, tal como a câmara, com finas lajes de xisto. Revelou na generalidade dos depósitos ali incorporados, vestígios de deposições secundárias em massa, particularmente de ossos de pequena dimensão como costelas, falanges e vértebras. É um dado extremamente interessante a grande quantidade de ossos pequenos (não há ossos longos de perna, por exemplo) que são na sua maioria pertencentes a indivíduos de idade imatura. Contrariando a tendência global, foi aqui registado o primeiro elemento ósseo humano em conexão anatómica, identificado em contextos dos Perdigões. Trata-se de um pé esquerdo, que segundo Cidália Duarte, parece pertencer a um indivíduo de alguma idade dadas algumas patologias que apresenta nas extremidades das falanges distais. Este elemento vem levantar algumas questões relativamente ao ritual funerário naquele Sepulcro. A verdade é que a forma de processamento dos corpos dos mortos dos Perdigões, anterior à sua deposição naquele local específico, está ainda por perceber. Este pé corresponde a uma deposição intencional de um elemento em conexão; ou foi para ali trazido por arrastamento, do primeiro local de processamento dos corpos, no meio de outros ossos tendo, por razões tafonómicas, sobrevivido ao normal processo de decomposição?

d) o espólio inclui elementos de cerâmica simbólica, contas de colar, vasos, um ídolo de calcário e conchas (*Pecten* e *Patella Safiana,* esta última originária do Norte de África). Os objectos em osso e em corno, de que se destaca um ídolo antropomórfico e uma bainha de punhal, aparecem em grande quantidade, não sendo muitas vezes possível definir a morfologia dos objectos e sua funcionalidade dado o elevado grau de desgaste do material. Ainda não foi possível terminar a escavação deste átrio, não sendo por isso ainda possível apresentar conclusões sobre a distribuição espacial dos depósitos funerários nem de possíveis associações de espólio com elementos ósseos;

e) o mesmo parece acontecer no corredor curto e estreito (delimitado por quatro esteios), onde também foram detectados vestígios de deposições secundárias, associadas a um vaso de calcário, contrariamente ao caso do Sepulcro 1 onde o corredor não apresentava qualquer tipo de vestígios desta prática. Este é o único integralmente escavado;

f) a câmara funerária é de planta sub circular com cerca de 3m de diâmetro, revestida a lajes de xisto. O intervalo existente entre a parede do espaço escavado para implantação da câmara e as lajes de xisto que a revestiam foi preenchido por uma "argamassa" de terra e seixos de pequena e média dimensão. O seu derrube para o interior do monumento constituiu um sedimento duríssimo que compõe o primeiro nível arqueológico presente na estratigrafia da câmara. Após a retirada desta unidade, surgiram os primeiros vestígios de deposições funerárias detectadas na câmara. Mais uma vez, a sua natureza é de carácter secundário, desta vez estruturados essencialmente do lado Oeste da câmara, em torno de uma haste de veado adulta que ali foi colocada. O modelo de deposição é, na sua essência, muito similar ao apresentado no Sepulcro 1. A predominância é de ossos longos de pernas e braços, alguns crânios e ossos da bacia, geralmente apresentando um bom grau de conservação. Contemo-nos aqui a avançar com uma descrição exaustiva dos contextos, uma vez que o sítio se encontra ainda em estudo. O espólio, também similar ao daquele sepulcro, apresenta, no entanto alguns elementos inéditos de que destacamos um botão com perfuração em V e metade do que se considera uma pulseira em ouro, dados que podem apontar para um contexto de cronologia mais tardia, eventualmente associada ao fenómeno campaniforme.

Ou seja, se no Sepulcro 1 parecia haver uma diferenciação nas áreas utilizadas para deposições, que se circunscreviam à zona da câmara, este Sepulcro 2 mostra-nos o contrário, já que aqui a zona do átrio foi sujeita a uma intensa tumulação, com vários núcleos correspondentes a deposições secundárias. A contagem inicial dos ossos provenientes deste espaço, revela uma diferenciada gestão dos restos humanos com a presença maioritária dos elementos menos frequentes na câmara do Sepulcro escavado anteriormente. De facto, se na câmara daquele a maioria dos elementos encontrados correspondiam a porções de osso longos (tíbia e fémur) ou de dimensões razoáveis (crânio e ilíaco), o átrio do Sepulcro 2 apresenta essencialmente fragmentos de ossos pequenos com falanges, costelas e vértebras.

Não há, até ao momento vestígios da utilização de fogo neste monumento. O ocre surge no átrio, apresentando normalmente uma coloração amarela.

Este monumento apresenta uma diferença substancial relativamente ao Sepulcro 1, no que diz respeito a sua orientação. De facto, o seu corredor apresenta uma torção relativamente à orientação geral da câmara apontada para SE, aproximadamente a 130°.

3.5.3 A questão dos *tholoi* ou Sepulcros com falsa cúpula

Os trabalhos levados a cabo até este momento na necrópole dos Perdigões revelam, até ao momento, a ausência total de evidências relativas a qualquer tipo de estrutura de cobertura e vêm assim lançar o debate sobre a verdadeira morfologia arquitectónica dos comummente designados de tholoi ou monumentos de falsa-cúpula.

A verdade é que o debate nunca existiu. A nomenclatura habitual, a de "tholos", refere-se a um tipo construção arquitectónica específica cuja técnica, a da falsa cúpula, é aplicada de duas formas distintas:

a) na construção de coberturas de compartimentos cujas paredes apresentam técnicas específicas;

b) na construção de coberturas de compartimentos em que a falsa cúpula decorre do prolongamento das paredes de que arranca, prolongando-se até ao recobrimento total.

No entanto, o registo arqueológico dos casos já identificados nos Perdigões, permite questionar a visão perpetuada no discurso arqueológico relativamente ao

enquadramento sistemático de certo tipo de arquitecturas neste âmbito construtivo. Parece-nos, de facto, que devido a uma sistemática falta de sentido crítico dos investigadores, que ao se depararem com estruturas funerárias coevas ou posteriores às antas, com uma técnica construtiva enraizada na tradição megalítica (embora menos monumental e utilizando técnicas construtivas mais ligeiras) e integrando mobiliário funerário característico da fase correspondente à transição do Neolítico Final para o Calcolítico, assumiram estar perante monumentos de falsa cúpula mesmo que o registo arqueológico não apresentasse qualquer vestígio da sua existência. Tal pressuposto enraizou-se num preconceito, que filia tais arquitecturas no contexto da difusão da metalurgia a que estariam associadas novas populações que construíam estes sepulcros. A bibliografia arqueológica permite contabilizar cerca de 60 monumentos deste género, distribuídos pelo sul do actual território nacional, com especial incidência na Península de Lisboa, Interior Alentejano e Algarve.

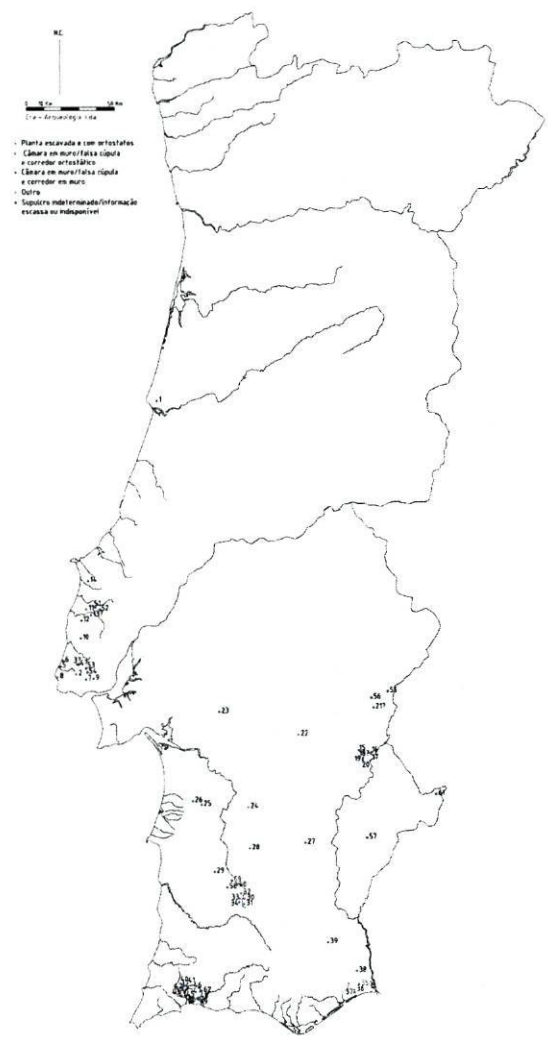


Figura 9 – Mapa de distribuição de sepulcros de falsa cúpula (tholoi) ou tipo Tholos. (Ver mapa e legenda em anexo)

Destes 60 Sepulcros estudados, apenas podemos considerar como integrando falsa – cúpula, aqueles em que foram identificadas provas evidentes da sua existência: Alcalar 7 (Estácio da Veiga, 1889; Gonçalves, 1989; Parreira, 1997)) , Monge (embora o resto da arquitectura deste monumento seja bastante original) (Ribeiro, 1880; Zbyszewski et alli, s.d.) e o dólmen de Vale de Rodrigo (G. Leisner, 1949), ao qual foi acrescentado uma falsa – cúpula. De resto, na maioria dos monumentos, atestar a presença de uma estrutura de cobertura em falsa cúpula torna-se, no mínimo, arriscado.

É o caso dos monumentos da Cabecinha Grande (Rocha, 1900), Folha das Barradas (Ribeiro, 1880), Agualva (Ferreira, 1953), Trigache 4 (Leisner e Ferreira, s.d.), Tituaria (Cardoso et alli, 1996), Olival da Pega 2d e 2e, (Gonçalves, 1999), Santiago do Escoural (Santos, 1967; Santos e Ferreira, 1969), Lousal 3 (Ferreira e Cavaco, 1955/57), Monte das Pereiras (Serralheiro, 1961), Monte do Outeiro (Viana e Ferreira, 1961), Amendoeira Nova (Viana et alli, 1959), Cerro do Gatão (Viana et alli, 1961), A–dos–Tassos ((Viana et alli, 1961), Marcela (Veiga, 1886; Gonçalves, 1989), Arrifes (Veiga, 1886), Castro Marim (Zbyszewski e Ferreira, 1967), Eira dos Palheiros (Gonçalves, 1989), Alcalar 2, 3, 5, 6, (Veiga, 1889; Gonçalves, 1989; Parreira, 1997) 8, 9, (Rocha, 1904; Gonçalves, 1989) e de Monte Velho 1, 2 e 3 (Rocha, 1911; Gonçalves, 1989)

Nos Sepulcros da Bela-Vista (Mello et alli, 1961), do Cabeço da Arruda 2 (Trindade e Ferreira, 1956)) e da Serra das Mutelas (Correia, 1914), os monumentos foram cobertos na sua totalidade, por lajes de grandes dimensões.

Em muitos dos casos S. Martinho 1 e 2 (Apollinario, 1996), Comenda 2 b, Farisoa 1 b, (Leisner, 1951), Monte da Boiça 1 (Ferreira e Cavaco, 1955/57), Monte Velho (Viana et alli, 1961), Malha Ferro (Viana et alli, 1959 e Viana et alli, 1960) e Nora Velha (Viana, s.d.)foram encontrados derrubes pétreos no interior das câmaras funerárias, interpretados sistematicamente como ruína das falsas cúpulas. No entanto, a falta de pormenores, nomeadamente a partir de registos arqueológicos fiáveis relativos a tais derrubes não nos permite saber com certeza a sua origem. Seria precipitado, sem qualquer dado sobre a sua forma específica, constituição e enquadramento estratigráfico, associá-los aos restos de presumíveis falsas – cúpulas.

Perante este cenário, designar universalmente este tipo de estruturas como "tholos" não é correcto. Só através de um estudo aprofundado desta temática, de uma análise crítica do registo arqueológico disponível e da aplicação de modernas metodologias de escavação e registo se poderá avançar segurança para a construção de um quadro tipológico sustentado para estas arquitecturas que provisoriamente

poderemos denominar de "tipo tholos", já que comungam de tradições gerais comuns de que, eventualmente a falsa-cúpula não seria a mais significativa.

A arquitectura deste tipo de monumentos, habitualmente com planta tripartida em câmara, corredor e átrio, apresenta uma variedade de tipologias construtivas que podem ser, de uma maneira geral, dividias em quatro grandes grupos:

1) arquitecturas predominantemente escavadas, com parede da câmara revestida de lajes. São exemplares deste tipo construtivos os Sepulcros dos Perdigões, Monte do Outeiro, Monte das Pereiras ou Escoural, entre muitos outros;

2) arquitecturas predominantemente escavadas, com parede da câmara construída em muro de pedra seca e corredor ortostático, como Olival da Pega 2B e A – Dos – Tassos;

3) arquitecturas predominantemente escavadas, com câmara e corredor em muro de pedra seca, de que é exemplo Cerro do Gatão;

4) arquitecturas que não se incluem em nenhuma das categorias anteriores como é o caso da anta de Vale de Rodrigo a que foi acrescentada uma falsa cúpula. É aliás um dos poucos locais em que se pode confirmar a real existência de uma cobertura deste género.

A organização destes monumentos em termos da sua implantação espacial é também diversificada:

1) isolados na paisagem - a grande maioria encontra-se, com um nível de visibilidade quase nulo. Aliás, à excepção de alguns exemplos perfeitamente atestados e ainda hoje visíveis, a bibliografia quase não faz referência à existência ou não de tumulus ou mamoas no perímetro dos monumentos;

2) integrados em necrópoles de origem neolítica – é o caso das *tholoi* de Alcalar, de que se destaca o monumental tholos de Alcalar 7, recentemente intervencionado e que se encontra entre os únicos exemplos em território nacional daquilo a que realmente se pode chamar um verdadeiro monumento de falsa-cúpula;

3) adossadas aos corredores de monumentos megalíticos - na região de Reguengos de Monsaraz temos os únicos exemplos conhecidos em território nacional de sepulturas tipo "*tholoi*", Olival da Pega 2, Comenda 2b e Farisoa 1b;

4) integrados numa necrópole delimitada espacialmente - o único caso no sul de Portugal é o dos monumentos dos Perdigões.

A discussão específica relativa a pormenores arquitectónicos destas estruturas, neste caso a falsa-cúpula, não é, no entanto, o problema central. Embora em termos formais alguns destes Sepulcros possam ser filiados na tradição megalítica de construção funerária ortostática de câmara e corredor (o átrio só surge em determinados casos) apresentam, desde logo uma série de características distintas que os definem como resultado de uma concepção diferenciada da morte (e por isso da vida) do espaço, e eventualmente do tempo. Esta modificação conceptual, ocorrida na transição entre Neolítico Final e Calcolítico, não se manifesta exclusivamente nas estruturas funerárias sendo extensível a todos os níveis de vivência destas comunidades.

Os rituais funerários e as atitudes perante a morte das populações que sepultavam nestes monumentos são escassamente conhecidos. Face aos dados disponíveis, estamos perante deposições colectivas, secundárias e que chegam até nós em mau estado de conservação. Desconhecemos totalmente a que fases do processo de manipulação de corpos correspondiam as acções relacionadas com estes monumentos. Estamos perante o local de "repouso final" dos cadáveres ou podiam ainda seguir dali para outros locais? O facto de não representarem, na maior parte dos casos, locais de inumação primária, levanta toda uma série de questões relativas ao aparentemente longo processo de manipulação dos corpos desde o momento da morte até à fase em que os encontramos encerrados nestas estruturas. Será conveniente discutir sucintamente o significado de deposição primária e secundária, uma vez que a discussão dos conceitos pode ajudar a esclarecer algumas noções básicas. Servir-nos-emos aqui das definições avançadas por Cidália Duarte (Duarte, 2003: 266 – 268). Uma deposição primária é aquela que se refere ao local em que os restos humanos foram depositados logo após a morte do indivíduo (quer seja inumação, cremação, deposição de superfície ou outra). As transformações sofridas por tais restos humanos serão, necessariamente, resultantes das transformações pós-deposicionais, e não de uma acção do próprio ritual funerário. As deposições primárias podem ser colectivas ou individuais. Por sua vez, uma deposição secundária define-se pela colocação de restos humanos em locais distintos

daqueles onde foram depositados após a morte. Resulta de um tratamento mais complexo do cadáver, em fases distintas e sucessivas que podem ser múltiplas.

Estas definições tornam clara a necessidade de um tratamento diferenciado para os diferentes tipo de deposições encontrados numa investigação arqueológica. Quando abordamos a realidade funerária da pré-história recente, partimos do princípio que a carga ritual envolvida não nos é acessível. No entanto, a correcta distinção do tipo de deposição envolvida modifica imediatamente o tratamento dado aos dados em análise. Uma deposição secundária envolve um grau de complexidade que nem sempre é possível definir em profundidade. Envolve uma manipulação e um manuseamento dos restos humanos a um grau impossível de descodificar e é por isso necessário tornar claro que a noção de secundário não significa que se trata da segunda deposição, mas que podemos estar perante ossos que circularam a uma grande escala e que aquela pode ser a segunda a terceira ou a vigésima deposição de um determinado osso.

Figura 10 – Sepulcro 1 dos Perdigões. Pormenor de contexto de deposições secundárias.

Depois deste pequeno interregno com intuito esclarecedor, voltamos à questão das estruturas funerárias tipo *tholoi*. Uma das questões mais importantes prende-se com

o facto de se poder presumir que estas estruturas, por serem de alguma forma mais leves e de construção mais fácil, representam um desinvestimento na cultura da morte das populações calcolíticas, cujo esforço construtivo parece ser totalmente direccionado para outras arquitecturas. Não há dúvida que o início do 3º milénio marca, um pouco por todo o nosso território, o início da construção de grandes recintos equipados com novos elementos arquitectónicos como muros, muralhas ou fossos, por vezes de uma imensa complexidade. É também a fase em que se assiste ao progressivo abandono das antigas práticas rituais ligadas ao megalitismo, quer na vertente mortuária quer na vertente menírica.

Há, de facto, uma indubitável deslocação dos campos prioritários de actuação, que tem vindo a ser explicada como tendo origem na progressiva sedentarização das comunidades e na criação de territórios de exploração que retiram importância aos monumentos megalíticos como símbolos aglutinadores de populações ainda dispersas, relativamente móveis e divididas entre a agricultura, a caça e a recolecção. Estes novos recintos cercados são agora os pólos estruturais e estruturantes da actuação das populações que, para poderem sobreviver neste seu sistema, têm uma área a proteger e a cuidar.

A noção de morte está intimamente ligada à noção de tempo. Para a humanidade os grandes marcos temporais foram o nascimento e a morte de cada indivíduo, vividos eventualmente a uma escala diária com o nascimento e a morte do sol. O registo arqueológico parece dar-nos provas disto. Não há registo de qualquer elemento da cultura material, em populações anteriores ao Neolítico, em que a noção de tempo procure ser projectada. A morte, eventualmente até ao início do Neolítico, foi uma realidade predominantemente ocultada, um momento que marca um fim em si mesmo e a que não se regressa.

O megalitismo marca o início de uma vontade propositada de projecção no espaço da noção de duração, de perpetuação de memória, de tempo, que na transição para o Calcolítico é progressivamente transferido para determinados recintos. Mas a morte não é esquecida. Nem podia ser. É com a morte que as populações pré-históricas começam a ter o atrevimento de paulatinamente marcar a paisagem. As mudanças estruturais ligadas à manipulação da natureza potenciada pela agricultura podem ter tornado a relação com a morte diferente, mas não menos importante. As novas estruturas sepulcrais, nomeadamente os monumentos "tipo tholos", envolvem um outro tipo de empenhamento, não tanto pela necessidade de recolha de matéria-prima em áreas eventualmente distanciadas, facto recorrente durante o Megalitismo, mas antes pelos

requisitos técnicos necessárias à sua construção. No caso de Reguengos está francamente atestada a incorporação de estruturas "tipo tholos" em sepulcros monumentais megalíticos, ligação aliás atestada nos de maiores proporções e, aparentemente, de maior impacto na paisagem. Esta clara associação com preexistências, remete para uma filiação que não permite falar, de modo nenhum, em rupturas do foro representacional. Pelo contrário, sugerem a perpetuação de um significado e a demonstração clara de uma ligação ao passado ali representado, mesmo que imbuída de um simbolismo diferente.

O carácter secundário das inumações, levanta, como já afirmámos, alguns problemas muito particulares. Onde seria o local primário de deposição? O que significa o prolongamento do ritual da morte a um ponto que implica uma primeira disposição dos cadáveres, com características que desconhecemos, para posteriormente ocorrer uma repetição de actos semelhantes com a deposição de partes dos cadáveres em outras estruturas, propositadamente erguidas para o efeito (a este respeito ver Valera et alli, 2000: 101 e segs.).

Apesar das alterações ocorridas ao nível da formulação das arquitecturas funerárias, tendencialmente mais ligeiras, os dados não permitem que se fale em desinvestimento no tratamento da morte. Pelo contrário; ela é então assumida, vivida, manipulada e mais do que tudo, no caso dos Perdigões, ela é trazida para junto do mundo dos vivos e integrada num espaço próprio em função da estruturação do povoado. A relação dos vivos com a morte motivou nos Perdigões necessidades muito particulares de arquitectar o espaço. Entre o santuário que seria o recinto megalítico e o povoado propriamente dito, foi concebido um território bem demarcado pelos seus construtores para albergar, na sua proximidade, os mortos. A linha de fosso que delimita externamente o recinto foi muito provavelmente escavada para agregar a necrópole ao povoado, criando-se um recinto, dos vivos, cercado por uma cintura que definia o corredor de acesso ao alargado espaço em que se foram, progressivamente, construindo as sepulturas.

O conceito de território específico para os antepassados mortos pode, de alguma forma, estar patente em agrupamentos de Sepulcros megalíticos anteriores aos Perdigões. Em certos casos, é óbvia a "transformação" de paisagens restritas pela adição no terreno de locais de tumulação. Em determinados locais, a concentração de Sepulcros perdurou por longos períodos de tempo, consolidando-se por via da tradição oral a

memória desses espaços de mortos[17]. Durante o Calcolítico, tal concepção parece ter sido comum, sendo a sua afirmação espacial vincada pela delimitação notavelmente exemplificada no caso dos Perdigões. Aqui, as sepulturas não estão dispostas na paisagem como referenciais estruturantes da vivência de comunidades com territórios, não estão dispersas pelos campos, ocultas pela vegetação, destacadas pelas mamoas ou pelo posicionamento num qualquer alto, junto a caminhos ou marcas na paisagem. Aqui a tradição monumental megalítica dilui-se no agrupamento de múltiplas unidades inseridas no espaço significante do recinto monumental.

Os habitantes dos Perdigões aplicaram ao espaço a visão que, no seu quotidiano, tinham da morte. O megalitismo funerário nasce com as antas como forma de tratar e assumir a morte, que então se torna perceptível nos territórios. De facto, as antas com as suas mamoas também foram construídas para serem vistas. Eram referenciais dispersos, mas permanentes, em paisagens nas quais os locais de habitação, os povoados, permaneciam mais ou menos temporários. Nos Perdigões, os antepassados ficavam junto à comunidade, sendo notória uma nova relação com o fim da vida já que os mortos estariam permanentemente no seio dos vivos.

Apesar das nossas limitações é possível encontrar pistas para compreender a localização da necrópole num local tão específico e organizado arquitectonicamente de forma tão própria. O posicionamento a Este do centro do recinto cercado remete para a importância que desde cedo foi atribuída pelos construtores de antas à orientação das sepulturas em relação ao nascer do sol ou da lua. A presença junto ao acesso natural pelo Vale ao povoado e a proximidade ao santuário que provavelmente lhe é anterior deverão também ter sido condicionantes à sua formulação, em que a organização espacial assumiu uma estruturada ligação entre diferentes áreas.

No estado actual dos trabalhos, não podemos dizer muito mais sobre a efectiva relação do espaço estruturado da necrópole dos Perdigões com o restante recinto. O estudo antropológico que está a ser levado a cabo nas ossadas do Sepulcro 1, embora ainda a decorrer, estipula um número mínimo de indivíduos superior a cem elementos (Figueiredo et alli, 2002). Este valor foi obtido a partir da quantificação dos dentes encontrados no interior do túmulo e definiu a presença de 25 crianças com menos de 12 anos, 28 indivíduos entre os 12 e os 18 anos, sendo os restantes 66 adultos.

---

[17] Um caso paradigmático é o da necrópole megalítica da Torre das Arcas, em Elvas, constituída pelo menos por cinco sepulcros, a que mais tarde se associou, já na Idade Ferro, uma enorme necrópole. O topónimo arcas preservou a memória de um campo de características particulares.

As prospecções de superfície revelam a existência de pelo menos mais seis sepulcros, o que significa que não será despropositado pensarmos que poderemos estar na presença dos restos mortais de bastante mais de um milhar de indivíduos.

Não existem ainda datações de radiocarbono para os contextos funerários dos Perdigões. Foram já feitas várias tentativas que se revelaram infrutíferas dado o baixo teor de colagénio presente nos elementos analisados, embora alguns deles fossem ossos adultos absolutamente intactos. No entanto, o estudo da componente artefactual, cerâmica e lítica, proveniente dos Sepulcros, analisado em comparação com outras colecções, parece colocar a utilização do Sepulcro 1 durante a primeira metade do 3° milénio AC. Desconhecemos por completo o intervalo cronológico de vida de cada monumento, sendo por isso difícil relacioná-lo quer com as fases de utilização do restante recinto, quer com as restantes comunidades de Reguengos de Monsaraz, que habitariam locais como o Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988-89), Castelo do Azinhalinho ou Outeiro das Carapinhas (Soares e Silva, 1992), ou qualquer um dos povoados da margem esquerda do Guadiana como o Mercador (Valera, 2001), Moinho de Valadares 1 (Valera, 2000b) ou Monte do Tosco 1 (Valera, 2000d) todos com ocupação Calcolítica atestada. A definitiva rede de povoamento Calcolítica na região está por definir, e será discutida mais adiante.

No entanto, não nos parece descabido pensar que os Perdigões assumissem um papel central numa rede de povoamento distribuída entre sítios apresentando características de carácter fortificado como o Monte Novo dos Albardeiros e aparentemente o Castelo do Azinhalinho, e locais abertos como Torre do Esporão (Gonçalves, 1990-91), numa relação de complementaridades que está ainda por definir. Tudo isto para dizer que podemos presumir que os mortos dos Perdigões, para além de serem habitantes do local poderiam ser indivíduos vindos de comunidades vizinhas. Se atendermos à fotografia aérea, notamos claramente que o local de implantação da necrópole, no alargamento do fosso exterior, não apresenta nenhuma passagem visível. Estão no entanto atestadas duas entradas no povoado à esquerda e à direita da necrópole, a alguma distância. Tal significa, que o transporte de restos de cadáveres para o interior da área da necrópole implicaria o percurso entre as duas linhas de fosso visíveis. A noção de um trajecto premeditado tem que ter em conta não apenas o sítio em si, mas a forma como se relaciona com a paisagem em que se insere.

Um dos melhores exemplos de uma paisagem pré-histórica preservada é do famoso conjunto da região de Avebury (Wiltshire, Inglaterra). Este monumental e complexo recinto de menires do sul de Inglaterra representa a fase final de um processo

de mais de 1500 anos ao longo dos quais a paisagem circundante foi intensamente monumentalizada (Pollard e Reynolds, 2002; Malone, 1989). De uma forma sucinta podemos dizer que por volta de 3500 AC foram erguidos os primeiros *Barrows* ou elevações tumulares, construídos como túmulos para os antepassados mortos. Logo a seguir, cerca de 3300 AC começa a ser erguido um dos *causewayed enclousures* (cercado de múltiplas entradas) mais conhecidos da região, Windmill Hill. Este sítio molda-se a uma pequena elevação onde existia já um habitat anterior. Os três enormes fossos e as suas lombas cercam uma área total de cerca de lha no interior dos quais terão decorrido inúmeras cerimónias rituais, que envolveram manipulação de cadáveres humanos, inicialmente depositados em pequenas sepulturas superficiais no interior dos fossos e depois manuseados, tendo partes específicas dos esqueletos como os crânios ou os ossos longos, sido utilizados em rituais posteriores. Pouco depois da construção de Windmill Hill foi erguido a primeira de três estruturas constituídas por postes de madeira, conhecido por *Sanctuary* e que se tornou também o foco para rituais ligados à morte. O *Sanctuary* foi mais tarde reconstruído, alargado e finalmente construído em pedra, estabelecendo a ligação ao grande recinto de Avebury, através de uma longa avenida com quilómetros de comprimento, ladeada de menires, de que ainda se podem ver hoje vários exemplares. Pouco antes de ocorrerem estes acontecimentos, iniciou-se a construção do grandioso sítio de Silbury Hill. As três fases definidas para a sua construção ocorreram provavelmente durante diversos séculos e foi pouco depois de ter sido alcançada a sua altura actual que se iniciou a construção do círculo de menires de Avebury, algures à volta de 2400 AC. Este sítio enquadra-se no tipo de local normalmente denominado de *henge*, que consiste em locais em que grandes fossos e respectivas lombas cercam áreas tendencialmente circulares, no interior das quais se podem encontrar construções em madeira e, por vezes, círculos de pedras. Aquele grande recinto e os seus círculos de pedras marcam o apogeu da criação de uma paisagem cerimonial na região. A morte parece ter desempenhado um papel importante na estruturação dos rituais ali levados cabo. Embora os *henges* não estejam à partida ligados a rituais de morte, os ossos humanos encontrados no fosso de Avebury e no Sanctuary, que aparenta ter albergado um grande ossário de ossos humanos, sugerem que a morte pode ter sido uma das grandes preocupações nos rituais levados a cabo naquela paisagem (Malone, 1989: 16).

Assim, os percursos efectuados entre os pontos essenciais desta paisagem, materializavam uma intencionalidade inserida em códigos que desconhecemos, é certo, mas que comprovam a necessidade de compreendermos os sítios que escavamos e

investigamos como elementos inseridos numa realidade muito maior, numa paisagem global de interacção de vários elementos. Nesta paisagem do Sul de Inglaterra, o acaso permitiu que se petrificassem alguns dos elementos estruturantes da realidade do 4° milénio.

Nos Perdigões, cuja centralidade em termos de significado paisagístico é difícil negar, não sobreviveram todos os elementos da paisagem construída aquando do seu apogeu. Neste campo, outra questão importante é tentar perceber a relação da necrópole dos Perdigões com as outras estruturas de enterramento Calcolítico similares presentes na envolvência. Falamos do complexo Funerário de OP2 e das estruturas presentes em Comenda 1b e Farisoa 2b. É desse tema que trataremos seguidamente.

3.5.4 Integração da necrópole dos Perdigões na evolução do fenómeno funerário Calcolítico do Concelho de Reguengos de Monsaraz

A região de Reguengos de Monsaraz, sobre o qual o nosso trabalho incide, apresenta, de facto, variáveis interessantes relativamente à implantação destas estruturas sepulcrais. No concelho, existem três exemplos de sepulturas adossadas aos corredores de monumentos megalíticos.

O sítio de Olival da Pega apresenta-se como o mais complexo. Segundo a bibliografia, o longo corredor deste grande monumento megalítico foi utilizado para ali se entroncarem os corredores de três outras sepulturas (ou câmara funerárias) (OP2 b, OP2c e OP2d), numa reutilização de um espaço pré-existente que não tem paralelos em nenhum outro sítio conhecido (Gonçalves, 1999). Aqui se ergueram 3 sepulturas que, embora se possam globalmente enquadrar neste novo tipo de estrutura, apresentam diferenças consideráveis entre si. Aguardamos ansiosamente a publicação da monografia relativa a este interessante local. Até ao momento, podemos dizer o seguinte.

A anta 2 do Olival da Pega é um dólmen de corredor muito longo (cerca de 16 metros) ao qual foram anexadas quatro áreas funerárias posteriores: OP2b, OP2c, OP2d e OP2e. A primeira estrutura corresponde a um monumento tipo Perdigões com planta escavada na rocha e forro das paredes da câmara em lajes de xisto verticalizadas. As imagens disponíveis parecem mostra, acima do nível das paredes da câmara, uma outra estrutura de pedra, tipo muro, e classificada como o arranque da falsa cúpula. De facto, pode-se por a possibilidade de aqui ter existido embora não haja material de registo publicado suficiente para o afirmarmos. O murete de pedra que vemos ladear o exterior do monumento podia constituir o suporte para uma outra qualquer estrutura de cobertura. Tal como é visível no quadro, o Sepulcro apresenta uma riqueza artefactual considerável,

integrando os elementos típicos do 3º milénio na região. De notar a grande quantidade de placas de xisto encontradas. Os rituais funerários levados a cabo neste local preciso apresentam no entanto algumas particularidades que convém referir.

Aparentemente, o espólio antropológico de OP2b parece ter sido sujeito a um grande fogo de higienização que pulverizou e fragmentou os ossos de tal maneira que a maior parte deles estão hoje irreconhecíveis. O investigador responsável, conseguiu, no entanto, individualizar acções específicas de enterramento, acompanhadas com o seu respectivo espólio votivo. Assim, são denominados os "enterramento do fundador" e o "enterramento da raposinha" relativos à primeira fase de utilização do monumento e o "enterramento do punhal" correspondente à segunda fase de utilização (Gonçalves, 1999). Os critérios para definição destes momentos da vida do Sepulcro não são clarificados, mas parecem corresponder a conjuntos de ossos muito deteriorados que se associavam directamente a determinados objectos votivos. A verdade é que se estivermos perante uma utilização secundária do monumento, como parece ser o mais provável, arriscar a delimitação de acções individualizáveis, com base em premissas tão frágeis pode induzir em erro. Na verdade, parece-nos que ainda não estamos preparados para conceptualizar as regras do culto da morte no Calcolítico. O facto de uma determinada sepultura não oferecer ossos em conexão anatómica remete-nos, de facto, para a definição de um enterramento secundário. Mas, secundário a que nível? Será aquela a segunda, a terceira ou a quarta deposição? Nem o estudo antropológico mais minucioso pode responder a esta questão. Ainda mais se, como parece ter sido o caso em Olival da Pega 2b, o sítio foi sujeito a fogos de higienização. Será viável a definição com o mínimo de validade, de deposições individuais a partir de uma vasta amálgama de ossos carbonizados?

É necessário assumir que não estamos na posse dos dados todos e os que temos têm que ser analisados friamente. Ao nível dos rituais fúnebres, afirma-se o seguinte para OP2b *"...prática sistemática de primeiras inumações detectáveis por ossos ainda em conexão anatómica (vértebras) e pela disposição dos artefactos de adorno pessoal (alfinetes de cabelo)* "(Gonçalves, 1996: 91). A presença de algumas ou de muitas vértebras em conexão anatómica não é de todo comprovativa da prática de inumações primárias. Os restos em conexão encontrados poderiam ter sido movidos para aquele local ainda ligados por tecido não decomposto, representando assim uma segunda deposição Outra possibilidade não tida em conta pelo autor é de que a deposição de apenas algumas vértebras de um indivíduo pode ter sido um acto intencional. Por exemplo, em Castelo Velho de Freixo de Numão, um recinto murado Calcolítico no Norte

de Portugal (Jorge, 2002), foi encontrada uma estrutura funerária com cinco momentos deposicionais de que se destacam dois aspectos *"...a rígida formalização da deposição, segundo regras estritas de colocação e associação; o estatuto de 'artefacto' de todos os elementos que constituem esta deposição, nomeadamente a grande maioria dos ossos humanos e a quase totalidade dos recipientes cerâmicos. Na verdade, tanto a maioria dos ossos, como dos fragmentos cerâmicos são aqui depositados como 'relíquias' ritualmente manipuladas, independentemente de terem pertencido, em outros contextos, a partes de esqueletos e de contentores cerâmicos"* (Jorge, 2002: 152).

Também nos Perdigões, todos os artefactos votivos encontrados nas câmaras dos monumentos funerários surgem em associação directa a conjuntos de ossos de morfologia variada e são interpretados de duas formas: ou são materiais que já vinham acompanhando determinado cadáver desde o local primário de enterramento ou são deposições posteriores à colocação definitiva dos indivíduos naquelas estruturas. Aparentemente são, então, restos de vários indivíduos que constituem um conjunto individualizável. Os ossos estão acumulados de uma forma que sugere a deposição dos restos ósseos de diversos indivíduos que podem por vezes (mas isso nunca se poderá comprovar) estar associados a determinados objectos. Nunca arriscamos é a definição da presença de indivíduos específicos. A possibilidade de uma manipulação efectiva de restos humanos no Calcolítico, a sua possível circulação por diversos contextos e os quase 5000 anos que nos separam desses gestos não permitem que façamos interpretações redutoras dos factos, mas obriga-nos a aceitar outras hipóteses.

Daí que as informações disponibilizadas para o conjunto do Olival da Pega 2, tenham que ser consideradas com muita cautela. A problematização de um local daquela complexidade, e o questionário levantado relativamente aquelas estruturas precisa de encontrar respostas mais completas do que as fornecidas por um mero catálogo de exposições, que apenas pode cumprir a função que cumpre.

Outro dado interessante sobre este complexo local é que à medida que as escavações foram avançando, detectaram-se mais duas estruturas de enterramento denominadas OP2c e OP2d, conferindo ao local um papel privilegiado para no futuro, estando toda a informação disponibilizada, poder vir a fornecer dados essenciais para um conhecimento mais aprofundado das práticas funerárias em Reguengos de Monsaraz no Calcolítico.

Esta presença de sepulturas em xisto adossadas a monumentos megalíticos não parece ser única no concelho de Reguengos de Monsaraz. Já os Leisner, no seu trabalho desenvolvido na região durante os anos 50 (Leisner, 1951) chamaram a atenção para um

tipo diferente de sepultura que ali existia em associação aos monumentos megalíticos. Escavaram especificamente dois destes monumentos, Comenda 2 e Farisoa 1, que chamavam a atenção por mais uma vez apresentarem à superfície elementos de lajes de xisto, material claramente não local.

No caso de Comenda1, a estrutura havia sido alvo de remeximentos anteriores, o que impediu uma leitura clara dos dados. Aparenta ter muitas parecenças com o Sepulcro 1 dos Perdigões: planta escavada na rocha e corredor, com revestimento ortostático e em cuja câmara surgiu o que parece ser um grande derrube oblíquo constituído por lajes de granito e por lajes de xisto. Embora os autores assumam de imediato que se trata do material resultante da queda da falsa-cúpula, a falta de uma estratigrafia segura da escavação bem como de elementos de registo comprovativos impede-nos de concordar. Faz-se referência à enorme quantidade de ossos fragmentados existentes, sem no entanto se entrar em nenhum pormenor sobre a sua distribuição espacial ou a eventuais conexões anatómicas. A menção ao espólio é também um pouco esparsa. A referência faz-se principalmente à presença de elementos de sílex e na cerâmica à percentagem relativamente alta de mamilos. Foram quantificadas 7 contas de colar discordes em xisto e ainda a presença de elementos também em xisto decoradas tendo um sido classificado como pertencente a um báculo. Não há nenhum elemento que destoe claramente do espólio da anta a que está associado, embora os Leisner colocassem indubitavelmente o momento da sua construção numa fase posterior àquele monumento megalítico, baseando-se no facto de que os..."*esteios da anta seguem quase por baixo da parede norte da tholos*" (Leisner, 1951: 229) e no facto de..." *o centro do tumulus corresponde ao centro da câmara da anta, facto de importância para a cronologia dos dois monumentos*" (Leisner,1951:227). Ou seja, o chamado *tholos*, teria sido construído posteriormente passando a partilhar o mesmo *tumulus* de forma periférica. A presumível violação a que o monumento terá sido sujeita e o carácter limitado das metodologias de escavação empregues não permitem avançar muito mais, sob o risco de se fazerem afirmações especulativas.

O denominado tholos de Farisoa 1 apresenta à partida, uma situação muito similar. Construído do lado nordeste da anta com o mesmo nome, apresentava uma câmara de cerca de 4.50 m de largura, também revestida a lajes de xisto e um corredor em rampa com lajes de xisto e granito de 2.20 m de comprimento. Na câmara encontrava-se um complexo derrube de lajes de xisto que para os autores tornava inegável o facto de que..."*por cima das lajes de xisto da parede, se erguia uma falsa cúpula de lajes do mesmo material. Em toda a terra que enchia a tholos, havia tantas*

destas lajes que aquelas que estavam mais próximas da superfície, impediam a penetração do arado. Na parte sul da câmara, a 0.40 m de profundidade, as lajes estavam obliquamente empilhadas, tal como a queda da cúpula podia tê-las deixado..." (Leisner, 1951:288). A presença de material pétreo aparentemente estruturado no interior da câmara não deve levar à assunção imediata de se estar perante o derrube de uma falsa cúpula. Recorde-se que no Sepulcro 1 dos Perdigões registou-se exactamente a mesma situação, tendo-se concluído, depois de cuidada análise, que apesar do empilhamento obliquo das lajes, aparentando ser o resultado da queda em bloco da cobertura, a verdade é que naquela organização as lajes periféricas iam-se sobrepondo consecutivamente às lajes do centro, numa estruturação exactamente oposta à que sucederia no caso de estarmos perante uma cúpula derrubada, Assim, sem planos estratigráficos de pormenor, torna-se impossível avaliar correctamente as diversas situações.

O espólio desta estrutura, partilhava, mais uma vez, as características do da anta a que está associado, com a presença de cerâmica almagrada, duas metades da mesma placa de xisto encontradas a cotas diferentes, uma enxó votiva, elementos de pedra talhada (pontas de seta e lâminas) e polida e o conjunto cerâmico habitual com vasos e taças esféricas e semi-esféricas de diversas dimensões, vasos bicónicos, de corpo cilíndrico ou de fundo achatado e pratos.

Os restos humanos são referenciados de forma passageira, dando a ideia de um conjunto bastante numeroso de ossos de diversa morfologia (ossos longos, mandíbulas, dentes, fragmentos de crânio, etc.) dispersos sem ordem aparente, amalgamados. Não há referência a eventuais conexões anatómicas nem a vestígios de utilização de fogo no local. No corredor não foram efectuados enterramentos.

A orientação destes dois monumentos é o factor em que mais diferem. De facto, enquanto que o Sepulcro da Farisoa se situa do lado Nordeste do corredor da anta, o da Comenda surge do lado Nordeste. O facto de aproveitarem uma estrutura pré-existente condiciona o seu tipo de orientação e poder-se-à mesmo pensar que ao entroncarem no corredor de uma anta, passam a partilhar a orientação deste. Relembre-se, no entanto, que no caso da necrópole dos Perdigões os dois monumentos, O Sepulcro 1 e o Sepulcro 2, construídos independentemente, apresentam também orientações absolutamente díspares. Põe-se o caso de, neste tipo de estruturas a questão da sua orientação não ter qualquer tipo de importância, ao contrário do que acontece no universo dos monumentos megalíticos de Reguengos de Monsaraz onde a grande maioria, tem o seu corredor orientado para Nascente com uma variabilidade magnética de cerca de 40°.

Resta acrescentar que os Leisner referem mais duas dezenas de antas no concelho em cujo perímetro jaziam inúmeras lajes de xisto. Ao lavrar-se a terra nesses locais "...foram encontradas *(...) sepulturas feitas com lajes de xisto e que continham ossos e cerâmicas, objectos que, como sempre acontece, desapareceram ou foram destruídos*" (Leisner, 1951: 35). Poderemos assim considerar viável a hipótese de terem existido vários monumentos deste tipo, que apesar de integrarem uma técnica construtiva diferente da aplicada nas antas, não diferem substancialmente delas. Tal situação torna necessário o debate sobre o significado deste tipo de estruturas sepulcrais relativamente às anteriores, as antas, com quem parecem partilhar tantas semelhanças.

Dados mais recentes relativos à escavação da Anta 2 da Herdade dos Cebolinhos parecem também apontar, no local para a existência de uma estrutura em xisto adossada ao corredor do monumento megalítico. Esta estrutura não foi, infelizmente ainda escavada (Gonçalves, 2003b).

Outro dado interessante relativamente a este monumento foi uma data conseguida para uma reutilização da sua câmara para um enterramento de 3 indivíduos numa fase já tardia do Calcolítico (3900 ± 40 BP – 2480 – 2280 cal AC 2σ e 3840 ± 40 BP – 2450 – 2150 cal AC 2σ). Os ossos, um rádio e um úmero foram encontrados junto a um conjunto de cerâmica fragmentada e configuram uma reutilização de um monumento megalítico ainda durante o 3° milénio (Gonçalves, 2003b: 157 – 159). As cerâmicas encontradas conjuntamente com os ossos pertencem de uma forma geral ao universo típico do Calcolítico de Reguengos: vaso com decoração simbólica, formas de esféricos globulares, presentes durante todo o milénio na região.

Com os dados disponibilizados, podemos assim apontar para as seguintes práticas de enterramento durante o Calcolítico em Reguengos de Monsaraz:

- utilização de antas até ao primeiro quartel do 3° milénio, pelo menos (Olival da Pega 1 e 2);
- construção de sepulcros em xisto, denominados tradicionalmente "tholoi", adossadas aos corredores de antas pré-existentes (OP2b, c e d; Farisoa 1b, Comenda 2b e Cebolinhos 2b);
- construção de necrópoles autónomas de sepulturas em xisto dentro dos limites de um grande recinto com fossos (Monumentos Funerários 1 e 2 dos Perdigões);
- reutilização de câmaras de monumentos megalíticos em fases tardias do 3° milénio (Anta 2 da Herdade de Cebolinhos).

As soluções são diversificadas e remetem para um universo algo diferenciado do encontrado durante o megalitismo, em que as soluções de enterramento passavam apenas pela erecção de monumentos megalíticos (pelo menos, segundo os dados de que dispomos actualmente), que podiam depois ser diferenciadas por características do foro morfológico. Parece poder falar-se num menor investimento nas estruturas de enterramento durante o Calcolítico, que no entanto surge compensada pela enorme complexidade do ritual envolvido na deposição dos corpos. Também não se perde a ligação aos elementos estruturantes da paisagem anteriores. As antas, ou pelo menos algumas, continuam a ser um centro polarizador para a apropriação da paisagem por parte das novas comunidades, que utilizam os antigos monumentos como estrutura de base para a construção das novas sepulturas, ao mesmo tempo que reutilizam algumas delas. Ainda está quase tudo por fazer e por entender neste estranho universo de mudança do Calcolítico. Os sítios dos vivos afirmam-se finalmente na paisagem. Os mortos, apesar das mudanças, continuam a ter um papel essencial.

3.6 OS RESULTADOS DA ANÁLISE DOS ELEMENTOS MATERIAIS DO RECINTO DOS PERDIGÕES[18]

Pretendemos de seguida proceder a uma descrição sumária dos dados disponíveis em relação à cultura material do recinto dos Perdigões, uma vez que o trabalho completo se encontra já publicado. Começaremos por falar da análise aos elementos materiais da área "habitacional" do recinto, deixando a descrição dos materiais provenientes das estruturas integradas na necrópole para uma abordagem específica. Veremos que informações úteis nos pode fornecer esta análise, nomeadamente no que concerne a eventuais indicadores cronológicos da ocupação do sítio[19].

Dado o gigantesco volume de material recolhido, quer em prospecção de superfície, quer em contexto de escavação, optou-se durante os trabalhos de 1997 por seleccionar para análise um conjunto de amostragens artefactuais, de que se destaca a que foi elaborada a partir dos recipientes cerâmicos, para os quais se procedeu à elaboração de uma tabela tipológica de formas e temáticas decorativas. O resultado desta caracterização, essencialmente morfológica, representa apenas uma primeira

---

[18] Os primeiros dados relativos à análise dos materiais estão publicados no artigo de 1998 da Revista Portuguesa de Arqueologia por António Valera (recipientes cerâmicos não campaniformes e artefactos metalúrgicos), João Albergaria (recipientes campaniformes), Francisco Almeida (pedra lascada das UE's 26 e 52 do sector 3) e António Faustino Carvalho (pedra lascada do Sepulcro 1).

[19] Convém aqui realçar que já foram feitas diversas tentativas de datação pelo método do C14, de ossos provenientes do Sepulcro 1, que no entanto se revelaram infrutíferas dado o baixo teor de colagénio existente nas unidades de amostra.

tentativa de compreensão do aparelho cerâmico presente no recinto. Devemos frisar que, dadas as circunstâncias de partida, os resultados obtidos deverão ser utilizado de forma cuidadosa uma vez que, embora se tenha tentado englobar todas as morfologias presentes, o volume de fragmentos presentes (na ordem das duas dezenas de milhares de fragmentos de bordos) à superfície e os objectivos dos trabalhos tornam a sistematização avançada,. como claramente provisória e passível de acertos posteriores. Para além disso, o conjunto cerâmico foi tomado como um todo, não tendo em conta eventuais mudanças ou permanências do aparelho morfológico ocorridas ao longo da vida do sítio, nem a relação de eventuais tipos considerados com zonas específicas do recinto. Para além desta análise geral, procedeu-se a uma outra especificamente orientada para os contextos identificados em escavação, cujo espólio cerâmico nos pareceu particularmente relevante. Falamos do material recolhido na UE 26 do sector 3 e do material cerâmico procedente de quatro unidades estratigráficas do Sepulcro 1. Paralelamente, foi analisada de forma sistemática a cerâmica campaniforme recolhida durante os trabalhos de 1997.

Para além do universo cerâmico, procedeu-se a um estudo da utensilagem lítica, quer do Sepulcro 1, quer das UE's 26 e 52 do sector 3. Embora não previstos inicialmente, foram também realizados trabalhos ao nível da análise osteológica dos ossos exumados no Sepulcro 1 que, embora incompletos, têm um valor inquestionável para a compreensão de uma série de factores relativos à Morte nas comunidade do Neolítico Final/Calcolítico do Sul de Portugal.

Consideradas estas ressalvas, vamos prosseguir apresentando as principais conclusões resultantes destas análises, uma vez que uma primeira síntese dos resultados obtidos se encontra já publicada (Lago et alli, 1988).

3.6.1 A componente cerâmica não campaniforme

Da análise da componente cerâmica podemos retirar duas grandes conclusões: *"... tomando a globalidade das amostras analisadas (dados de superfície, UE 26 e as unidades estratigráficas do Sepulcro 1, meu parêntesis), poder-se-á afirmar que o aparelho de recipientes cerâmicos dos Perdigões, manifestando a existência de contactos transregionais com zonas do litoral ocidental e áreas mais setentrionais, se integra num círculo cultural que tem vindo a ser definido no Sudoeste Peninsular (Sul de Portugal, Estremadura Espanhola e Andaluzia Ocidental), correspondendo à segunda metade do IV e III milénio a.C."* (Valera, 1998b: 99).

De facto, as morfologias tipificadas na tabela disponível encontram paralelos em contextos habitacionais e funerários, não só da área restrita de Reguengos de Monsaraz, mas também de todo o Sudoeste Peninsular (ver tabelas descritivas e morfológicas).

3.6.1.1 UE 26 – sector 3

Tendo em conta a advertência, já mencionada, relativamente ao perigo de extrapolar os resultados das análises da UE 26 do sector 3 para o restante recinto, parece-nos, no entanto, que é este contexto que nos pode fornecer dados mais seguros relativamente a possíveis faseamentos e utilizações das diversas estruturas ao longo da vida dos Perdigões.

Tipologia/Número na tabela	Número total de fragmentos	% sobre o total de recipientes
Pratos (1)	81	35
Taças (2)	47	21
Taças Carenadas (3)	10	4
Tigelas (4)	3	15
Esféricos (5)	21	9
Globulares (7)	23	10
Vasos troncocónicos (8)	4	2
Paredes rectas (13)	3	1
Vasos campaniformes (17)	7	3

O espólio cerâmico da UE 26 corresponde a pequenos fragmentos quase sem possibilidade de remontagens, parecendo corresponder "(...)a um contexto de sucessivas acumulações de detritos com origem em actividades de cariz doméstico, devendo, pois, ser interpretadas como um conjunto globalmente contemporâneo, mas não simultâneo;(...)" (Valera, 1998b: 91).

O predomínio é de formas abertas com os pratos representando a morfologia dominante (1/3 do total), seguidos das taças e depois das formas esféricas e globulares. A taça carenada está presente numa percentagem de 4%. São escassos os fragmentos decorados: dos 4,4% registados apenas 1,3% correspondem a decorações não campaniformes com técnica de incisão e impressão, num dos casos preenchido a pasta branca, tendo os restantes 3,1% decoração campaniforme.

No que diz respeito às aplicações plásticas, os mamilos em botão parecem ser o tipo mais frequente. O seu grau de fragmentação não permite afirmar se funcionavam

como elementos decorativos ou se tinham funções ao nível da preensão. Registe-se também a presença de 3 elementos com acabamento almagrado.

3.6.1.2 Monumentos Funerários 1 e 2

Um conjunto de dados é particularmente estimulante no que respeita ao espólio do Sepulcro 1 dos Perdigões. De facto, coloca-se a hipótese de ter ocorrido uma diferenciação clara entre os materiais cerâmicos de uso quotidiano e os integrados no mobiliário fúnebre. Ou seja, existe uma especialização das oferendas destinadas aos mortos nos monumentos funerários dos Perdigões (Valera et alli, 2000). Em termos do espólio cerâmico, os recepientes de carácter votivo surgem predominantemente inteiros e as morfologias identificadas nestas condições nos sepulcros são exclusivas a estes contextos, ou seja, não foram reconhecidas nos ambientes de cariz doméstico. No entanto, a presença nas sepulturas de outros fragmentos de cerâmica de reduzida dimensão, correspondentes a cerâmicas de tipo comum como pratos, carenas e potes mamilados e que aparecem estatisticamente em maior número, com uma diversidade morfológica mais acentuada, é explicada por três hipóteses possíveis. Ou são materiais anteriores à construção dos monumentos funerários provenientes de áreas habitacionais que se situassem nas imediações da área em que posteriormente seriam edificados os sepulcros e que se teriam integrado, por processos tafonómicos variados, nas suas estratigrafias; outra hipótese, diz respeito ao facto de os elementos de cerâmica comum serem restos de recipientes utilizados durante a fase de construção ou conservação dos monumentos, que ao serem fragmentados, se incorporaram nos depósitos integrados nas estruturas funerários; uma terceira hipótese refere-se a uma integração intencional e de carácter simbólico desses fragmentos cerâmicos nos contextos funerários.

Tendo em conta a existência de algumas diferenças entre os recipientes de tipo doméstico e os de tipo funerário encontrados, e a possibilidade, já mencionada, da necrópole dos Perdigões ter sido utilizada por indivíduos provenientes do exterior, encontra-se em curso um estudo arqueométrico (Dias et alli, no prelo) com base em diversas amostras de cerâmicas e de barros dos Perdigões e da região envolvente, com o intuito de testar a hipótese de uma possível produção particular de recipientes cerâmicos utilizados no ritual funerário e a existência de matérias-primas específicas para os dois tipos de recipientes, o que poderia ajudar a determinar a presença ou não de cerâmicas com proveniências diferentes.

De uma forma geral, os resultados provisórios deste estudo arqueométrico revelaram que a composição química dos fragmentos analisados aponta para uma

utilização tendencial de diversificadas matérias-primas conforme o uso doméstico ou funerário, tendo as primeiras revelado uma composição química mais homogénea. O facto de haver relativamente às cerâmicas funerárias maior diversidade de matérias primas e de respectivas fontes de proveniências, é consistente com a hipótese da necrópole dos Perdigões ter sido utilizada por populações periféricas, como elemento integrado num complexo maior com significado importante para as comunidades do Calcolítico. O restante espólio destas estruturas funerárias foi já mencionado em capítulo anterior

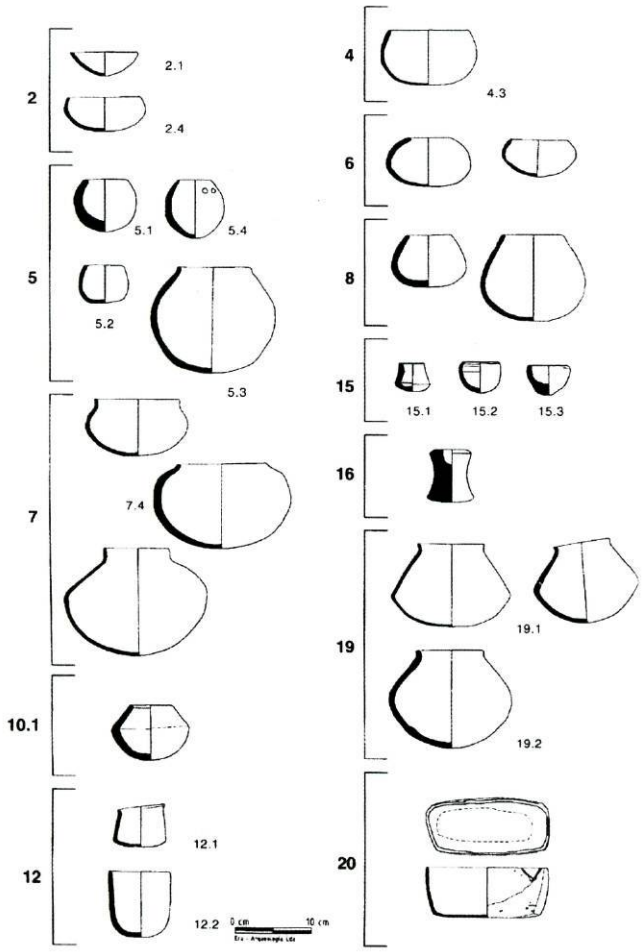
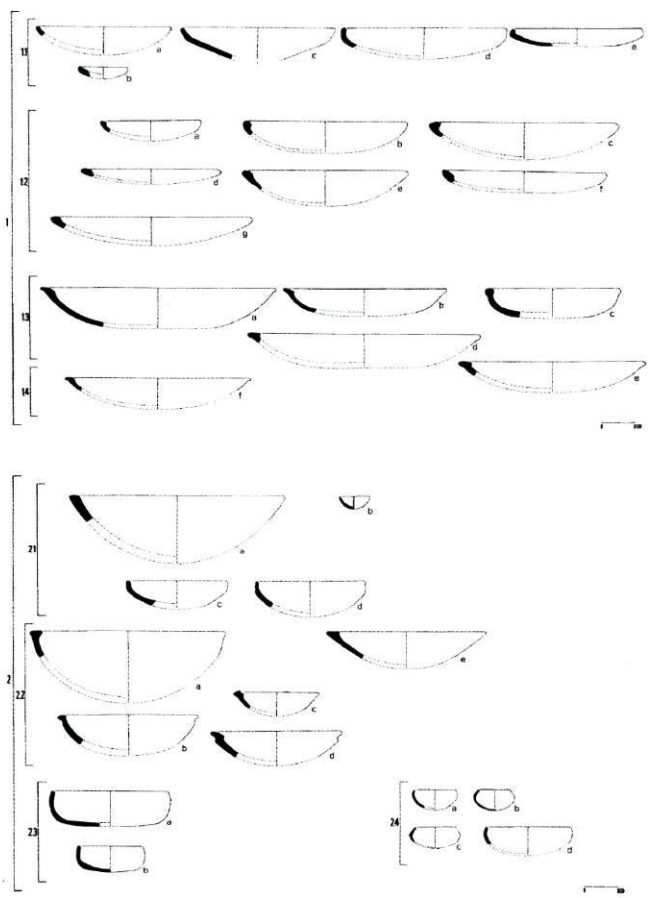


Figura 11 - Tabela morfológica de recepientes cerâmicos do Sepulcro 1 (Valera, 1998b)

3.6.1.3 Restante Povoado

Ainda não se encontra efectuado o estudo sistemático dos milhares e milhares de peças recolhidas à superfície do sítio. A UE 26 do sector 3 foi utilizada como unidade de amostra e pode não corresponder, de todo, à imagem real para o restante povoado. De qualquer forma, e como mero instrumento demonstrativo, segue-se a tabela tipológica

de cerâmicas elaborada para os Perdigões, que deve funcionar apenas como uma caracterização genérica do aparelho cerâmico do recinto. Foi elaborada com base em alguns dados de superfície e contabiliza formas recolhidas quer no espaço habitacional dos Perdigões quer na zona da necrópole, e não compreende qualquer tipo de divisão cronológica. A leitura da tabela pode, de facto, levar à percepção de um conjunto artefactual contemporâneo. Os dados actuais não permitem sustentar tal afirmação e por isso, mais uma vez, se chama a atenção para a relatividade da análise que se segue. Também não se pode garantir que a maior ou menor percentagem de qualquer tipologia corresponda de facto a uma constatação segura quando contrastada com a realidade dos factos. Apenas foi intervencionada uma zona restrita da área total do complexo, sendo necessário aguardar por dados futuros para obter maiores certezas sobre estas questões.



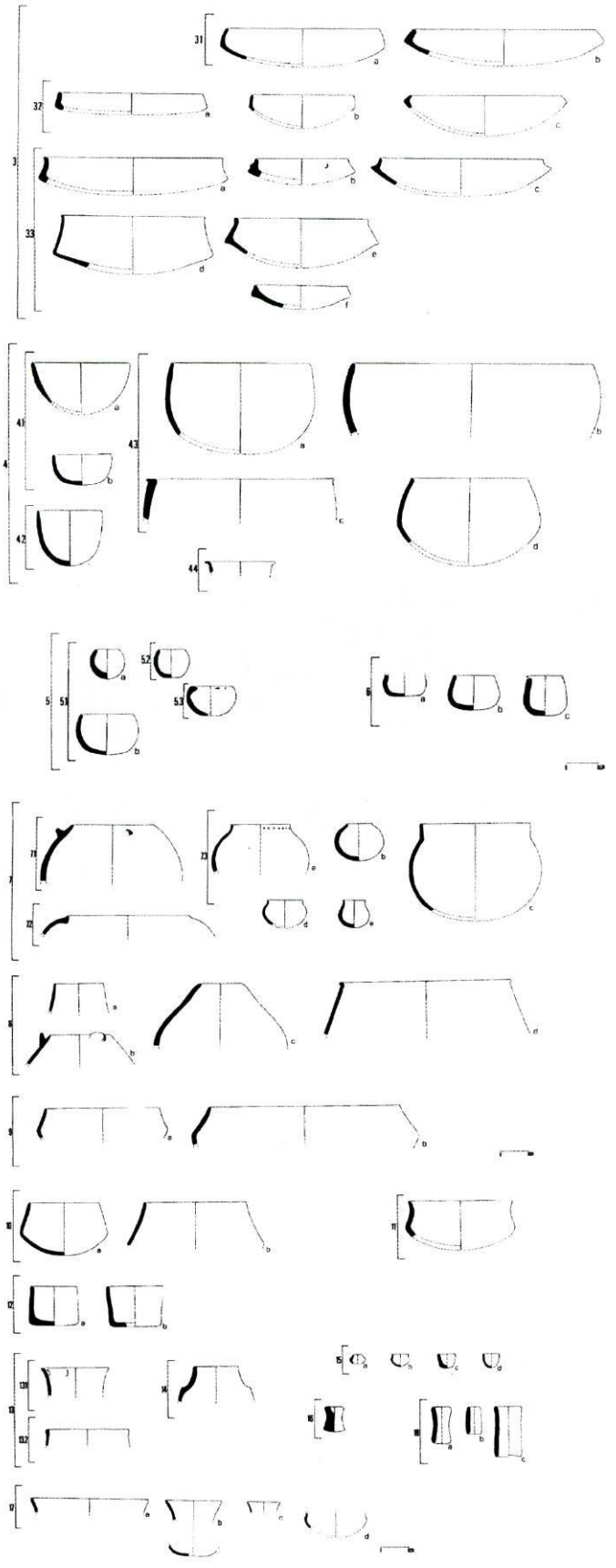


Figura 12 – Tabela morfológica de recipientes cerâmicos dos Perdigões (Valera, 1998b)

3.6.1.4 A cerâmica campaniforme

A cerâmica campaniforme surge no povoado dos Perdigões numa proporção muito menor relativamente aos outros grupos cerâmicos, tendo sido recolhidos 53 fragmentos, correspondentes a um número mínimo de 33 recipientes. Foram recolhidos 33 fragmentos à superfície e os restantes em contextos de escavação. A maioria dos fragmentos encontrados surge na zona do recinto central do povoado (um número mínimo de 13 recipientes no recinto central e 12 fragmentos no decorrer da escavação do sector 3, nessa mesma área). Nos restantes contextos de escavação surgiram os restantes fragmentos. A morfologia dos recipientes exumados em que foi possível reconstituir a forma varia entre os vasos acampanados, caçoilas, grandes taças de colo estrangulado e um possível pote de colo estrangulado, denominado garrafa. Predominam as decorações pontilhadas e incisas havendo casos de conjugação das duas técnicas.

Os diversos fragmentos recolhidos provêm de contextos superficiais ou de sedimentação, pelo que não foram registados, de momento, elementos passíveis de um equadramento cronológico fino.

3.7 OS PERDIGÕES E OS LOCAIS DE VIVÊNCIA NO CALCOLÍTICO DE REGUENGOS DE MONSARAZ E DO SUL

Conforme as informações apresentadas parece-nos viável colocar o início da fase mais complexa da utilização do recinto dos Perdigões algures na transição para o 3º milénio quando o recinto começou a adquirir a configuração mais aproximada da realidade cumulativa a que hoje temos acesso.

Ao contrário de outros locais coevos dos Perdigões no final do 4º milénio e que aparentemente não sobreviveram à transição para o 3º, este último transformou-se ao longo deste novo milénio num local diferente, de dimensões impressionantes, tendo certamente ocupado um lugar central, na rede de povoamento em que se inseria.

Durante o Neolítico Final o local poderá ter concentrado uma ocupação preferencial numa zona mais baixo da vertente, junto ao recinto de menires já ali existente. Colocamos o início da transformação, ou seja o momento de maior complexificação das estruturas arquitectónicas do recinto naquele momento de transição entre milénios, uma vez que toda a paisagem global parece então estar em processo de mudança. De facto, terá sido algures por esta altura que se deixam de construir ou a encerrar definitivamente os grandes monumentos megalíticos de Reguengos de Monsaraz, paralelamente a um processo de enraizamento de uma tradição em que as

arquitecturas monumentais parecem afirmar-se, definitivamente, em recintos como os Perdigões e em locais eminentemente de cariz habitacional ou doméstico.

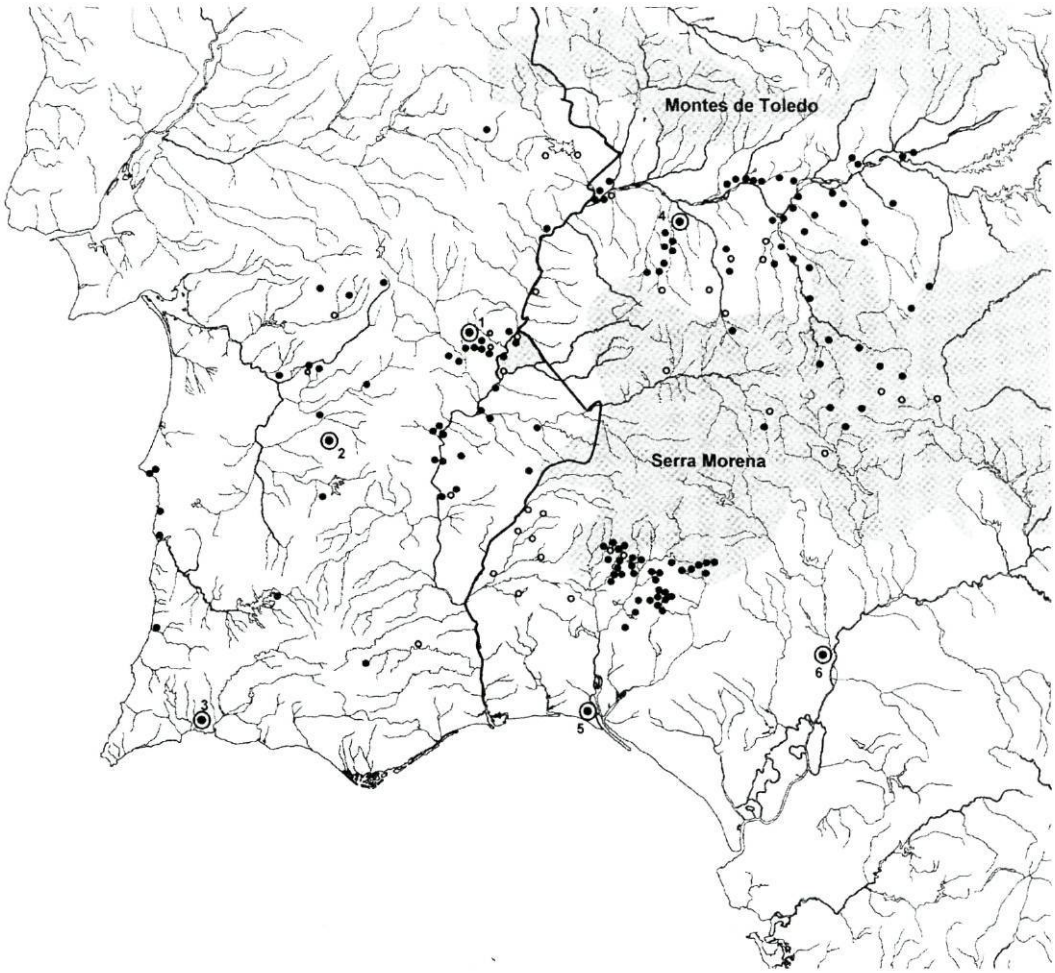


Figura 13 – Distribuição dos principais núcleos de povoamento do Calcolítico no SO peninsular. 1 – Perdigões; 2 – Porto Torrão; 3 – Alcalar; 4 – La Pijotilla; 5 – Papa Uvas; 6 – Valencina de la Concepcíon (Valera et alli, 2004)

Há mais alguns exemplos de sítios que acompanharam os Perdigões como locais de vivência no Calcolítico de Reguengos. Mais uma vez, a informação escasseia. Podemos, no entanto avançar com a hipótese de uma estrutura de povoamento regional hierarquizada, com sítios estruturados nas margens do Guadiana, em ambas as margens e ao longo da Ribeira do Álamo. Neste contexto os Perdigões parecem ter sido únicos, em termos de dimensão, configuração e, eventualmente, significado.

De facto, a delimitação dos outros sítios conhecidos utiliza maioritariamente estruturas semi-circulares positivas em pedra, configurando os habitualmente denominados povoados fortificados, expressão que tem vindo ultimamente vindo a ser questionada em termos de validade funcional (Jorge, S.O.,1994).

No caso dos povoados desta região (e aqui consideramos para esta fase também os locais escavados na margem esquerda do Guadiana pela equipa do Bloco 5 do Alqueva), a questão é questionável e a tendência tem sido para esbater as noções relativas a povoados fortificados. Os locais escavados por esta equipa (Moinho de Valadares, Monte do Tosco 1 e Mercador) apresentam claras evidências de terem sido locais de vivência quotidiana de carácter habitacional e a sua implantação não parece revelar nenhuma intencionalidade defensiva, apesar de se encontrarem em zonas de sobre-elevação do terreno. Para além do Povoado do Moinho de Valadares, já mencionado, existem mais três locais com ocupação do Calcolítico Pleno na margem direita do Guadiana.

O sítio do Porto das Carretas também foi intervencionado no decorrer dos trabalhos do Alqueva (Soares e Silva, 1992; Silva e Soares, 2002). Sabemos que se trata de um habitat implantado junto a uma zona tradicional de passagem do rio, cuja escavação parece ter revelado uma intensa ocupação. Apresenta um conjunto arquitectónico de estruturas pétreas impressionante, parecendo ter ocorrido um complexo processo de reutilizações e reformulações arquitectónicas sucessivas (Valera, 2000b: 35). A área total do sítio é desconhecida mas as escavações de um local contíguo, o povoado do Mercador (Valera, 2001), forneceu dados extremamente interessantes, que permitiram colocar a hipótese deste local corresponder a uma área subsidiária de armazenagem conectada com o Porto das Carretas, tal como acontece para alguns dos grandes povoados Calcolíticos das redondezas, quer do lado Espanhol, em Valencina de la Concépcion e La Pijotilla , como no lado português, nos Perdigões, onde as escavações de Mário Varela Gomes em 1994, constataram a presença de fossas de armazenagem junto à linha de fosso que delimita o recinto.

A área escavada no Mercador (que se situa no topo de uma ligeira colina alongada, embora de baixa visibilidade, uma vez que está rodeada de pontos sensivelmente mais altos) permitiu aferir a presença de várias estruturas negativas, nomeadamente fossas de planta sub circular, preenchidas por depósitos integrando abundantes materiais arqueológicos cerâmicos e faunísticos. O facto de terem aparecido, na campanha de 2000, 8 fossas em 3 sondagens, parece consolidar a imagem de uma zona específica de grande concentração deste tipo de estruturas. A análise dos recepientes cerâmicos, com predomínio dos pratos, a quase total ausência de formas carenadas e a presença de metal, enquadram este local no Calcolítico Pleno da região. Para interpretar a grande densidade de estruturas tipo fossa no local foram levantadas várias hipóteses, particularmente a já mencionada que faz corresponder o sítio a uma

área especializada de armazenamento ligada ao Porto das Carretas. Assim, *"...temos que aceitar como hipótese viável a hipótese das populações do Mercador e as do Porto das Carretas constituirem uma mesma comunidade e que entre os sítios existisse uma forte interdependência. (...) com (...) a área fortificada controlando a zona junto ao rio (e que serviria igualmente de zona de refúgio) e uma área, possivelmente aberta, mais dedicada a actividades relacionadas com a subsistência (....)"* (Valera, 2001: 54)

Aliás, todas as indicações fornecidas pela escavação do local parecem apontar para uma ocupação de cariz marcadamente habitacional: ausência total de objectos ligados com o mundo do sagrado, presença de grande quantidade de cerâmica de revestimento e de estruturas de combustão, abundantes materiais cerâmicos. Além disso, os inúmeros elementos faunísticos encontrados, mamalógicos, malacológicos e de ictiofauna, parecem indicar actividades de subsistência sobretudo ligadas ao pastoreio e à utilização secundária dos produtos agrícolas, estando menos representados elementos directamente ligados à prática agrícola, como aliás parece ser habitual nos sítios até ao momento escavados na margem esquerda do Guadiana.

O Monte do Tosco 1 (Valera, 2000d) é um outro habitat implantado num cabeço alongado e com vertentes acentuadas sobre a Ribeira de Alcarrache, possuindo um domínio visual bastante extenso.

O início da ocupação do local parece ter sido levada a cabo já numa fase de Calcolítico Pleno a que correspondem estruturas pétreas de tendência circular, tipo cabana, e uma estrutura amuralhada *"...plurifuncional (...) que serviu como contenção para a criação de uma plataforma habitável, mas também para delimitar e possivelmente proteger a área habitacional.* " (Valera, 2000d:34) . Esta estrutura de delimitação é constituída por dois troços paralelos de muretes, aparentemente contemporâneos, construídos com rochas xistosas. No interior do espaço delimitado registaram-se vários momentos de ocupação, todos eles relacionados com o Calcolítico regional. A cultura material desta primeira fase é dominada pelas formas abertas típicas deste período, principalmente os pratos. Foram recuperados elementos cerâmicos com decoração simbólica e surgiram alguns elementos ligados a actividades metalúrgicas.

A Cabana 1 é o elemento edificado que caracteriza a segunda fase de ocupação do sítio do Monten do Tosco 1, atribuível a uma fase com campaniforme e de inícios da Idade do Bronze. Esta construção apresentava uma organização interna específica, tendo sido detectadas no seu lado Este duas fossas geminadas, forradas a lajes de xisto. Em relação à primeira fase de ocupação, o registo material correspondente à segunda fase, apresenta algumas diferenças consideráveis. Verifica-se uma diminuição notável do

número de pratos em prol de novas formas como as pequenas taças em calote, marcando presença a cerâmica campaniforme[20] e surgindo os elementos metálicos de forma bastante representativa.

Mais uma vez, são escassos os indicadores relativos aos modos de subsistência desta população em concreto. Os indícios directos de prática agrícola são diminutos, muito embora algumas das formas cerâmicas identificadas apontem para uma alimentação de base cerealífera. A presença de fauna e de "cinchos" relacionados com a produção de queijo documentam práticas pastoris.

A excepcionalidade das informações relativas à análise desta micro-rede de povoamento ao longo da margem esquerda do Guadiana provém do facto de terem contribuído para o esclarecimento de uma série de questões que, de outra forma, nunca teriam sido levantadas. Os trabalhos integrados no processo do Alqueva permitiram um aprofundamento e estreitamento de análises a uma escala muito menor. De facto, eram quase inexistentes as referências ao povoamento pré-histórico nesta área específica da bacia média do Guadiana. Os recentes trabalhos vieram aclarar aspectos equívocos e a actualizar a informação. Alguns dados relativos aos sítios apresentados revestem-se do maior interesse.

A análise das ocupações no Monte do Tosco 1, Moinho de Valadares e Mercador, permitem falar de contextos marcadamente domésticos com uma utilização intensa. Os objectos relativos ao mundo sagrado, quando presentes, são vestigiais, revelando sítios mais direccionados para actividades pastoris, de transformação do leite e da lã e de talhe de pedra.

Os sítios em questão apresentam uma notável estruturação interna em termos das suas arquitecturas e formas de utilização do espaço. A dupla estrutura amuralhada do Monte do Tosco e as suas cabanas, as estruturas pétreas do Moinho de Valadares e as estruturas negativas de armazenagem do Mercador, revelam já um investimento significativo nos locais de vivência, onde as populações se parecem instalar de forma permanente. O Moinho de Valadares apresenta a particularidade de ser um local cuja ocupação arrancou no Neolítico Final; está patente uma demarcação do espaço bem concreta, o que pode levantar algumas questões relativamente à "invisibilidade" dos locais de habitação durante o Neolítico Final. Se for aceite, adicionalmente, que o sítio do Mercador representa uma área subsidiária do povoado de cariz fortificado do Porto das

[20] Foram recolhidos fragmentos de mais de três dezenas de recipientes, de uma forma geral enquadrados, quer pela sua decoração e técnica, quer pela sua morfologia, no complexo de Ciempozuelos. (Valera, Op. cit)

Carretas, então estaremos perante todo um recinto plurifuncional de grandes dimensões, cuja implantação na paisagem revela já um elevado grau de complexidade.

A escassez de indícios de relações trans-regionais, com a utilização de matéria prima local e ausência de objectos exógenos (com algumas excepções) parece apontar para um circuito de povoamento fechado, regional, com a possibilidade de existência de possíveis interdependências em relação a sítios de maior relevância, como os Perdigões, local onde se podem encontrar objectos de cariz prático, simbólico ou mágico-religiosos com formas, morfologias e decorações encontradas na Estremadura Portuguesa ou no SE da Península Ibérica.

Estranhamente, no actual Concelho de Reguengos de Monsaraz e na margem direita do Guadiana, e apesar de se tratar de uma região alvo de investigações há diversas décadas, a informação é muito mais reduzida. Para a região têm vindo a ser considerados "três grandes povoados calcolíticos" em Reguengos: os Perdigões, já sobejamente mencionado, o Monte Novo dos Albardeiros e o Castelo do Azinhalinho (denominado por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares como Outeiro das Carapinhas).

Em relação a este último existem apenas referências relativas ao momento da sua detecção (Soares e Silva, 1992) e com base em recolhas de superfície, tendo a observação do terreno lavrado permitido a detecção de um local cuja ocupação terá começado ainda no Neolítico Final. No entanto, para estes autores o Calcolítico parece ser a *"...fase em que se verifica maior concentração do povoamento, escolhendo-se para habitação a zona naturalmente melhor protegida (mais elevada e com numerosos afloramentos graníticos) e tendo sido erguidas estruturas de carácter defensivo"* (Soares e Silva, 1992: 75). Numa das suas revisões relativas ao povoamento deste período e falando especificamente deste local, Victor Gonçalves e Ana Catarina Sousa (2000) referem um local implantado sobre vertentes suaves, sem obstáculos no acesso ao local. Assim, a sua defensibilidade não é óbvia embora *"...a leitura no local e a observação estereoscópica evidenciem a sobreelevação da área com muralha, acentuada pela presença de grandes afloramentos graníticos devendo acrescentar em alguns metros a altimetria média de 200m."* (Gonçalves e Sousa, 2000: 83). A falta de trabalhos arqueológicos de fundo não permitem, neste caso, tecer mais do que comentários gerais. Os trabalhos de prospecção revelaram uma maior concentração artefactual junto ao grande afloramento rochoso ali existente, elemento que parece ser passível de monumentalizar o sítio pela sua dimensão natural. A componente artefactual recolhida à superfície não pode fornecer dados seguros mas registe-se, apesar disso, o número

residual de taças carenadas e a presença de cerâmica mamilada e de pesos de tear em placa, que parecem remeter cronologicamente para o início da ocupação durante o Neolítico Final. No entanto, o prato parece ser a forma dominante. A existência de eventuais estruturas de delimitação em pedra ou de muralhas não estão, de todo, atestadas.

O Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988-1989) é o terceiro dos "grandes" povoados calcolíticos. Os trabalhos de escavação que decorreram no local apontam para uma ocupação aparentemente iniciada numa fase calcolítica, como parecem atestar a ausência de recipientes cerâmicos carenados, a presença de artefactos de cobre e de cerâmica simbólica em ambas as estruturas escavadas. Para este local. implantado numa plataforma alongada com amplo domínio da paisagem, foi realizada uma tentativa de sequenciação da ocupação suportada pelas datas existentes para os diferentes contextos:

1) coloca-se a hipótese do local ter sido, inicialmente, um povoado aberto, com construções em madeira ou outros materiais perecíveis, revestidas a argila. Para esta fase não estão disponíveis datações absolutas;

2) 4060 ±80 BP – 2886-2460 cal AC 2σ (Fase 1): data referente à construção e primeira utilização da Torre ou Estrutura 2 (Gonçalves, 1988/89). Esta estrutura representa uma torre oca em forma de abside, com uso habitacional e adossada a uma outra, encarada como uma muralha de grandes dimensões. Na zona recta do seu traçado foi identificada uma entrada, coberta por três ortostatos horizontais. A esta fase de ocupação, enquadrada na primeira metade do 3° milénio, estão associados elementos que comprovam já o domínio da metalurgia do cobre. Algures nesta fase, ou pouco depois, terá sido criada, no exterior da denominada fortificação, uma estrutura denominada *Locus 1* (Gonçalves, 1988/89: 55), sem significado atribuído. Trata-se, aparentemente, de um depósito de materiais sob uma laje de xisto afeiçoada, que incorporava um grande vaso com "falsos olhos". O facto destes artefactos cerâmicos não apresentarem diferenças substanciais relativamente aos exumados nos contextos domésticos do interior do recinto, apontam para que este *Locus 1* possa também ser um espaço eminentemente habitacional;

3) 3760 ±100 BP – 2470-1910 cal AC 2σ (Fase 2): o intervalo de tempo apresentado baliza cronologicamente a utilização da estrutura 1, para a qual é considerada como possível uma ocupação habitacional e como segura uma ocupação funerária. Este novo espaço cresce sobre o da antiga torre já entulhada e o facto de apresentar um conjunto artefactual ambíguo (recipientes votivos inteiros associados a ossos em mau estado, cerâmica simbólica e uma figura antropomórfica misturados com inúmeros fragmentos de pesos de tear, cerâmicas domésticas e elementos ligados à prática da metalurgia), levaram o autor a nomear várias interpretações para o local (Gonçalves, 1988/89: 57):

   - estrutura funerária, tipo tholos;
   - casa construída em falsa cúpula;
   - casa reaproveitada para uso funerário;
   - estrutura funerária que foi coberta por terra do povoado e que incluía, por isso, artefactos de uso comum.

4) no Bronze Antigo, e na área exterior à Estrutura 1, foram localizados dois recipientes que pareciam cobrir o que restava de uma acumulação de ossos humanos. A descoberta, no interior de cada um dos vasos de uma alène de bronze, parece apontar para uma deposição votiva, provavelmente da fase do Bronze Antigo.

Os dados disponíveis para este sítio, não permitem confirmar uma efectiva monumentalidade e apenas nos permitem constatar a existência de elementos que enquadram num local de cariz vivencial, com delimitações pétreas cuja extensão total e verdadeira dimensão desconhecemos.

No entanto, as informações fornecidas apontam para o facto de a transição para o 3° milénio marcar de facto, uma nova forma de estar na paisagem por parte das comunidades de Reguengos de Monsaraz. A consolidação efectiva do sistema agro-pastoril e a adopção de modos de vida sedentários alterou definitivamente a relação com o meio e com os seus elementos estruturantes. As comunidades instalaram-se de forma definitiva em locais que adaptaram às suas necessidades, construindo estruturas domésticas duráveis e de armazenamento. A intensificação económica resultante da plena adopção de práticas agrárias e o consequente aumento da dependência relativamente a parcelas mais pequenas de territórios específicos poderá ter obrigado a

uma transformação do espaço, que se fecharia, girando em torno de pequenos territórios mais circunscritos. Os habitantes destes pequenos territórios acumulariam excedentes da produção agrícola, que armazenariam. A capacidade de se criarem condições para uma maior permanência em determinados locais, durante períodos cada vez mais alongados ao longo do ano, senão mesmo durante todo, mediante o armazenamento de alimentos e uma correcta e eficaz gestão dos recursos do territórios, representa, sem dúvida uma revolução conceptual admirável. A possibilidade de se poder romper com uma tradição milenar de circulação por vastos territórios em busca de alimento, permite o desenvolvimento de um conceito de estabilidade e segurança absolutamente novo (Jorge e Jorge, 2000). A vasta paisagem controlada até aqui necessitava dos seus pontos de referência estruturantes. As antas cumpriram muito provavelmente essa função de marcadores de um mapa mental da paisagem, configurado em função da morte e dos antepassados. A nova noção de lugar estável, contínuo, próprio e definitivo poderá ter permitido a emergência e desenvolvimento de toda uma série de conceitos fixados num espaço próprio e não temporário. A situação é comparável à de um viajante que ao parar todas as noites numa cidade diferente não perde tempo a investir na personalização do quarto de hotel que irá ocupar pontualmente. No entanto, fá-lo no seu lugar fixo de residência, onde se permite os gastos de tempo e recursos necessários para o adequar às suas necessidades. O leque de possibilidades que se criam perante a instalação definitiva num local, os laços que se criam com o sítio e a forma como isso inflúi com noções de identidade pessoal e comunitária, representam algo de absolutamente novo.

Ou seja, antes da passagem para o 3º milénio, a adequação das diferentes populações à paisagem ter-se-á processado segundo critérios que se enquadram na forma como esta, lado a lado com a noção de tempo, é conceptualiza. O espaço é vasto e contínuo e a sobrevivência dependeria dos recursos fornecidos e ainda mal controlados. A referenciação destes vastos territórios não se faria nos locais ocupados temporariamente pelos vivos mas antes nos únicos locais que a partir do momento que são ocupados, são-no definitivamente, as antas. Estas eram os elementos essenciais de estabilidade, fixos numa paisagem em que tudo o resto seria temporário.

A passagem para o Calcolítico poderá ter materializado definitivamente essa constatação da possibilidade de tornar um sítio num local único e próprio para sempre. Nestes casos podemos considerar a personalização comunitária nos espaços de vivência que, agora sim, se tornariam visíveis, construídos, alguns monumentalizados. Os espaços de morte parecem esbater-se e fundir-se agora na paisagem, Os rituais de morte não são, no entanto, menos complexos. Mais uma vez, a estratégia de adaptação

e transformação da paisagem adequa-se à conceptualização das noções de espaço e tempo, que se projectam a partir dos locais ocupados, agora de forma definitiva.

Os sítios descritos neste capítulo são locais onde populações se fixam para viver e onde investem tempo na criação de arquitecturas duráveis, visíveis e novas. Denominá-las de fortificadas implica à partida uma funcionalidade que não está de todo atestada e que aponta para uma ambiente de profunda tensão entre comunidades que ao defenderem o seu território ou o acesso a zonas de recursos naturais importantes que procuram controlar, se acantonariam por trás de muralhas e bastiões, contra os inimigos invasores. Parece fazer mais sentido entender a construção de fossos, muros, muralhas ou paliçadas como formas de organização estruturada do espaço e de afirmação da presença das comunidades em determinados locais ou territórios. Os elementos arquitectónicos surgidos neste período são reveladores de uma diferente forma de estar na paisagem, que terá produzido, como já vimos, uma paulatina modificação das estruturas conceptuais das populações envolvidas. Se o carácter sedentário do povoamento no Calcolítico torna necessário um maior investimento nas estruturas habitacionais que se delimitam e petrificam, tal não tem de ser encarado dentro de um clima de afrontamento total, mas sim dentro de um processo de afirmação natural de uma nova territorialidade. Não se descarta a hipótese da existência de eventuais conflitos pela posse de terras ou de produtos num território que se fecharia em torno de núcleos mais pequenos. Torna-se necessário levar as abordagens um pouco mais longe, para entender que nada nestes processos é linear ou funcionalmente explicado.

No entanto, a questão dos povoados fortificados continua a ser central nas discussões sobre o povoamento Calcolítico do sul do actual território português, permanecendo genericamente exterior à investigação o estudo quer, de outro tipo de povoados, como os abertos que se mantêm no registo arqueológico, quer dos outros tipos de estruturas habitacionais existentes para esta época. A noção de fortificação no povoamento Calcolítico do Sul do país foi de tal forma absorvida pela comunidade científica que passou a condicionar toda a produção arqueológica a respeito destas temáticas. Sustenta-se assim uma visão clássica do povoamento Calcolítico do sul, assente no pressuposto da existência de uma rede de povoamento onde a grande tendência seria a de ocupar locais elevados, com boas condições naturais de defesa (Povoado do Torrão, Silva e Soares, 1976-77) a que se acrescentariam estruturas de muretes (Cortadouro, Ourique, Silva e Soares, 1976) ou muralhas (Sta. Justa, Algarve, Gonçalves, 1989), formando neste último caso, recintos sub circulares ou elípticos. Para além daqueles, poderiam surgir torres e bastiões (Monte da Tumba, Silva e Soares, 1988

Torrão (Silva e Soares, 1976-77); São Brás (Parreira, 1983). Estes sítios apresentam durações dispares, articulando-se com ecossistemas variados e afirmando um pleno domínio da agricultura, mesmo quando implantados em zonas de solos pouco férteis (Jorge, 1994).

Apesar dos esforços recentes, com origens no trabalho de alguns investigadores (Jorge, 1994, Valera, 2003, no prelo) que apresentam estas e outras questões reformuladas dentro de um quadro teórico mais aberto, a verdade é que para a região em estudo, o Sul e especificamente a região de Reguengos de Monsaraz, está quase tudo por fazer no sentido de combater o dogmatismo de determinadas interpretações e abordagens vigentes. Estas flutuam entre visão bélica e conflituosa da estrutura do Calcolítico em que *"O conflito inter-habitats originará a guerra, forma extrema de interação negativa. A guerra torna-se 'total' em resultado da emergência da desigualdade e na ausência de formas de poder centralizado que pudessem controlar amplas áreas territoriais."* (Soares e Silva, 2000: 221). No presente caso, os resultados das investigações dos últimos 20 anos parecem não poder fornecer dados seguros. Na verdade, continuamos sem saber claramente qual o posicionamento de Victor dos Santos Gonçalves e da sua equipa sobre estas temáticas. Sem nunca se comprometer, este investigador continua a oscilar entre a possibilidade das mudanças ocorridas na passagem para o 3º milénio terem uma origem interna ao seio dos grupos que já habitavam a região, ou poderem ter surgido a partir de factores externos "*Anichados num eco-sistema privilegiado, com boas terras, água, combustível, matéria-prima abundante para a construção dos seus monumentos funerários, os grupos que se sucederam em Reguengos de Monsaraz no 4º e no 3º milénio tinham o suporte local necessário a um desenvolvimento interno específico. Mas a estratégia de implantação dos povoados do 3º milénio, e sobretudo as fortificações do Monte Novo dos Albardeiros mostra novas preocupações com a defesa. E a localização nas bordas do espaço de melhor aproveitamento dos recursos poderia indicar a chegada de grupos hostis, portadores da metalurgia e de um novo sistema social*" (Gonçalves, 1995: 16). Esta abordagem inócua parece comprovar a escassez de dados concretos para a região e por isso, a impossibilidade de se ir um pouco mais longe em termos dos possíveis modelos explicativos ou interpretativos da realidade arqueológica, relativamente às modificações sofridas na paisagem durante o 3º milénio. Neste contexto, a noção da existência de três grandes povoados Calcolíticos em Reguengos de Monsaraz não parece fazer muito sentido. A dimensão dos Perdigões não pode ser comparado nem ao Monte Novo dos Albardeiros, cuja planta total, embora se desconheça, se deve aproximar das dimensões

normais de um povoado deste tipo, devendo ser muito semelhante à planta de sítios considerados para a margem esquerda do Guadiana. O Castelo do Azinhalinho nem sequer pode ser contabilizado para este efeito, uma vez que apenas se conhecem os dados de superfície. Assim, e remodelando a afirmação, a região de Reguengos inclui durante o Calcolítico e face aos dados de que dispomos hoje, um grande recinto, o dos Perdigões. O sítio, certamente um ponto central para as populações circundantes, estaria rodeado por uma malha de outros povoados de dimensões inferiores e com arquitecturas diferentes, que manteriam ligações de vários níveis com os Perdigões.

Quanto ao surgimento de novos dispositivos delimitadores dos locais de habitação no Calcolítico, ela parte provavelmente de uma evolução interna das populações locais estimuladas pelas transformações económicas e sociais resultantes da efectiva domesticação da paisagem. Aliás, não podemos considerar estas comunidades como estando isoladas em territórios fechados ao exterior. Está hoje abundantemente comprovada a circulação de objectos por toda a Península Ibérica, através de fortes redes de intercâmbio de pessoas, artefactos e ideias. À semelhança do que acontece em La Pijotilla, os Perdigões parecem ser um centro aglutinador de uma enorme variedade de produtos tradicionalmente procedentes de outras regiões do sul e do ocidente da Península Ibérica, lado a lado com elementos típicos da região. É o caso das conchas marinhas exumadas (ex: *Pectem Maximus*), da variedade de ídolos identificados, dos copos e outros artefactos de osso que remetem que incluem temáticas iconográficas que se estendiam da Estremadura portuguesa ao Sudeste peninsular.

A rede de povoamento desta fase da pré-história recente na região de Reguengos ainda está em fase de definição. Para locais como La Pijotilla, foi levantada a hipótese do local ser o centro de um território politicamente articulado de cerca de 60 por 30 km de área. A riqueza agrícola da região onde o recinto se implanta, a Tierra de los Barros, tornaria a sua defesa necessária (Hurtado, 1995). Ter-se-ía então constituído uma rede de povoamento em que os povoados fortificados protegeriam a orla ocidental do território (a zona mais desprotegida) erguendo-se as muralhas, não para defesa de cada sítio mas para a protecção de todo um território. Na sua zona interior, estariam povoados mais pequenos, ocupando zonas planas, sem defesa e o local central da região, La Pijotilla cujo carácter aglutinador partiria provavelmente da sua vertente religiosa, mais do que da sua importância política ou económica (Hurtado, 1995a: 61 – 68). A atribuição de uma importância estratégica a La Pijotilla, como eventual centro religioso parte da análise da sua componente artefactual ideotécnica de cariz religioso, que parece ser composta por elementos característicos de todo o sul da Península Ibérica, compondo a maior colecção

conhecida para qualquer recinto deste tipo. Este seu papel é considerado suficientemente válido como mecanismo regularizador das relações sociais entre as comunidades da região e explicaria, segundo o autor, a implantação do recinto num local sem qualquer importância estratégica ou defensiva.

Para os Perdigões, como já vimos, esta análise espacial ao nível do povoamento calcolítico não é possível. Os elementos existentes apontam para uma rede de povoamento hierarquizada em termos das suas dimensões e certamente em termos da importância estratégica de cada local no território. Se diferentes sítios cumpriam diferentes funções num território articulado e centralizado nos Perdigões, é ainda precoce afirmá-lo. No entanto, parece neste momento indiscutível que o recinto dos Perdigões teria uma importância central como elemento aglutinador da paisagem calcolítica construída. Perante as dificuldades da análise macro-espacial dessa rede de povoamento, tentemos explicar o eventual significado dos recintos de fossos em Portugal e no Sul da Península Ibérica.

3.7.1 Fossos e Cercados: uma nova realidade

3.7.1.1 Breve integração europeia e o caso do SO da Península Ibérica

O aparecimento no registo arqueológico do fenómeno dos recintos cercados só há pouco tempo começou a ser alvo de estudos mais aprofundados e sistemáticos Burgess et alli, 1988) Este processo tem decorrido antes de mais pela mão da escola anglo-saxónica numa tentativa de compreensão daquilo que se começa a entender como uma manifestação pan-europeia e que se espalha desde a Europa Central, a partir do início do 6º milénio, no Baixo Danúbio e na Bacia dos Cárpatos, até à franja do Oeste Atlântico, surgindo nas Ilhas Britânicas cerca de 3800 AC (Darvill e Thomas, 2001).

As grandes abordagens interpretativas feitas até agora na Europa (Whittle, 1977) a este fenómeno, não incluem no seu âmbito de estudo os sítios do Sul Europeu e principalmente da Península Ibérica, embora existam já dezenas de recintos cercados conhecidos, isto sem contar com os chamados "povoados fortificados" que sempre dominaram a investigação arqueológica peninsular quando se tratava de falar da chamada Calcolitização e que, no fundo, não passam de locais claramente integráveis nesta nova realidade implicando a delimitação de recintos (Jorge, 1994).

Todo fenómeno é comparável, na sua dimensão, no seu conceito e na sua manifestação na paisagem, com o fenómeno megalítico, com o qual é contemporâneo em muitos locais.

A aproximação a um tema desta dimensão tem de ser extremamente cautelosa por levantar à partida inúmeros problemas e contradições. A primeira grande questão surge quando nos perguntamos se todos estes sítios denominados de recintos cercados podem ser estudados como uma única unidade de amostra relacionável, válida e homogénea. Torna-se então necessário tentar explicar o que entendemos por recintos cercados. Sucintamente, podemos afirmar que seriam sítios que começam a manifestar-se de forma muito visível na paisagem europeia a partir do Neolítico médio e que se caracterizam essencialmente pela presença, em todos os casos, de mecanismos de delimitação de uma área específica, de forma circular ou sub circular, recorrendo para tal a vários dispositivos arquitectónicos que se podem diferenciar pelo menos no seu aspecto formal, da seguinte forma (Darvill e Thomas, 2001: 10-13):

a) sítios rodeados por um ou mais fossos circulares, interrompidos de forma sistemática em diversos pontos do seu perímetro. São os denominados Causewayed Enclousures, que traduzimos aqui como Cercados de Interrupções Múltiplas;
b) sítios cercados por fosso ou fossos circulares sem interrupções (non causewayed enclousures) e apenas com uma ou duas entradas;
c) sítios delimitados com estruturas térreas como lombas (earthworks) que podem ou não surgir associadas a fossos segmentados;
d) sítios com limites definidos por estruturas construídas com postes de madeira (timber circles) ou por paliçadas (palissades);
e) sítios definidos por estruturas pétreas como muralhas, rampas, muros ou muretes (stone walled enclousures). No caso português esta categoria levantaria alguns problemas conceptuais junto daqueles que estudaram o fenómeno dos chamados povoados fortificados como algo que correspondia a uma realidade própria e autónoma relativamente às restantes formas de delimitação da paisagem;
f) sítios em que o circuito de delimitação incorpora elementos da paisagem natural como meios de encerramento do cercado, de que rios ou falésias são exemplos.

É necessário acrescentar que, muitas vezes, os sítios apresentam uma arquitectura mista em que vários dos elementos de delimitação definidos surgem conjugados.

Mesmo numa escala de análise ampla e abrangente, não é fácil correlacionar estes recintos com os que encontramos no Sul da Península Ibérica. Até ao momento

não são conhecidos cercados de múltiplas entradas nesta área. Para além disso, as evidências dos sítios peninsulares comportarem uma forte faceta doméstica parece contradizer muitos dos sítios britânicos em que os vestígios apontam predominantemente para enquadramentos em práticas cerimoniais.

Felizmente, na última década, o sul do país revelou um outro tipo de recintos monumentais, de que os Perdigões são talvez o maior exemplo. Falamos dos recintos com fossos que desde os finais da década de oitenta têm sido identificados em diversos locais do sul de território, à semelhança do que aconteceu na vizinha Espanha, revelando uma nova realidade de estudo e abrindo os horizontes às temáticas de discussão do Calcolítico asfixiadas até então na discussão do fenómeno dos povoados fortificados.

Estas novas realidades não podem nem devem ser tratadas como uma única unidade de amostra, homogénea, contemporânea e formalmente semelhante. Na verdade, já possuímos hoje dados suficientes para poder afirmar que o fenómeno dos recintos com fossos, que apresenta uma variabilidade e dinâmica interna admiráveis, tem uma origem anterior ao Calcolítico e portanto anterior aos recintos murados com estruturas tipo muralhas.

Aliás, o estudo mais aprofundado de alguns destes sítios revelou dados muito interessantes sobre a sua possível cronologia. As escavações recentes em Porto Torrão, Ferreira do Alentejo (Valera e Filipe, no prelo) permitiram a definição de pelo menos três fases de utilização das estruturas encontradas. Trata-se de dois fossos paralelos, separados entre si por cerca de 8 metros. O Fosso 1 apresentava 3.50 m da largura na sua boca e cerca de 2.50 m na base, com uma secção troncocónica e base aplanada. Este fosso, assim como as fossas escavadas no em depósitos que em determinado momento preenchiam o seu interior revelaram uma sequência de vários momentos de colmatação ocorrida, pela análise dos materiais, durante o Neolítico Final. De facto, o estudo efectuado da componente artefactual revelou uma grande homogeneidade das morfologias encontradas de onde se destaca a total ausência de pratos, o predomínio das taças carenadas e de outras formas típicas do Neolítico Final, como os vasos tipo saco e os elementos mamilados. A utilização do Fosso 1 foi assim integrada pelos seus investigadores no Neolítico Final, ou seja, nos primeiros séculos da segunda metade do 4º milénio AC. Este dado reveste-se de uma importância extrema para a compreensão dos mecanismos de apropriação da paisagem das comunidades que habitaram a região. Embora apenas uma pequena parcela deste fosso e do respectivo povoado tenham sido escavados, a confirmação da já plena utilização deste tipo de estruturas monumentais durante a segunda metade do 4º milénio, obriga-nos a rever as noções até agora

defendidas de que apenas no Calcolítico se assiste à construção de enormes locais de habitação, com estruturas complexas e de carácter sedentário. Como alternativa, poder-se à sugerir, como aliás já foi feito por alguns investigadores (Valera e Filipe, no prelo), que a diferenciação entre Neolítico Final e Calcolítico apenas faz sentido como momentos orientadores das sequencias cronológicas e não como definição de dois momentos estanques que se sucedem, apresentando diferenças substanciais entre si. Em termos das abordagens da Arqueologia da Paisagem, esta diferenciação não faz muito sentido, visto ter sido durante o Neolítico Final que se inicia a efectiva domesticação dos espaços através de uma acção transformadora da paisagem.

Outra questão interessante colocada pela investigação levada a cabo no sítio do Porto Torrão, diz respeito ao facto dos dados obtidos durante a escavação permitirem abordar o tema da dinâmica interna destes locais. Ou seja, eles não surgem como uma realidade unitária construída de uma assentada mas revelam uma sucessão de momentos de construção intercalados por possíveis momentos de abandono. O Fosso 2 do Porto Torrão, com cerca de 5.90m de largura e 3.40m de profundidade e com secção em U, revelou uma realidade artefactual muito diferente do Fosso 1, levando os investigadores a enquadrar a sua utilização durante uma fase plena do Calcolítico. Aqui, a homogeneidade artefactual mantém-se, sendo no entanto composta por elementos diferentes dos do Fosso 1, registando-se o claro predomínio de pratos e de taças, diminuindo as percentagens de taças carenadas e de globulares, tal como surgiram integrados em contextos de enchimento deste fosso fragmentos de cerâmica campaniforme de estilo Internacional. Foi este conjunto de dados que permitiu aos autores definir a Fase 2 de utilização daquelas estruturas negativas. A Fase 3 corresponde no modelo proposto à presença dos primeiros fragmentos de cerâmica campaniforme de estilo geométrico e por isso a uma fase avançada do Calcolítico. Estamos assim perante um local onde duas estruturas tipo fosso tiveram uma utilização cronológica diferenciada, pelo menos ao nível do enchimento dos troços intervencionados. Os dados de escavação não permitem aferir se a construção dos dois fossos foi contemporânea, tendo-se mantido limpo o Fosso 2 até ao Calcolítico avançado, ou se representam momentos construtivos que se sucedem no tempo. O que fica comprovada é a utilização diferenciada das duas estruturas ao longo de pelo menos 500 anos.

Não temos conhecimento da real dimensão do sítio do Porto Torrão que, aliás, já fora intervencionado em fases anteriores (Arnaud, 1982 e 1993). A análise então efectuada permitira avançar com um estimativa relativa à sua área total, que poderia

oscilar entre os 50 e os 100ha, aproximando-o em dimensão dos seus congéneres espanhóis de La Pijotilla em Badajoz com cerca de 1 km de diâmetro (Hurtado, 1995a: 62), Marroquies Bajos, que por volta de 2000 AC tinha uma extensão amuralhada de cerca de 340.000m² (Zafra de la Ponte et alli, 1999: 82) ou ainda Valencina de La Concépcion, em Sevilha, cuja planta total se desconhece mas apresenta uma dispersão de material de mais de 300ha (Ruiz Mata, 1983: 184). No entanto, as sondagens arqueológicas recentemente realizadas em Porto Torrão apontam para uma área efectiva mais reduzida do que inicialmente previsto, podendo a mancha superficial de materiais corresponder a uma dispersão pós deposicional e não à efectiva dimensão do sítio. Aliás, foi apenas durante estes trabalhos que se confirmou a existência de fossos no local, possibilidade que vinha sendo levantada, dadas as características globais do sítio.

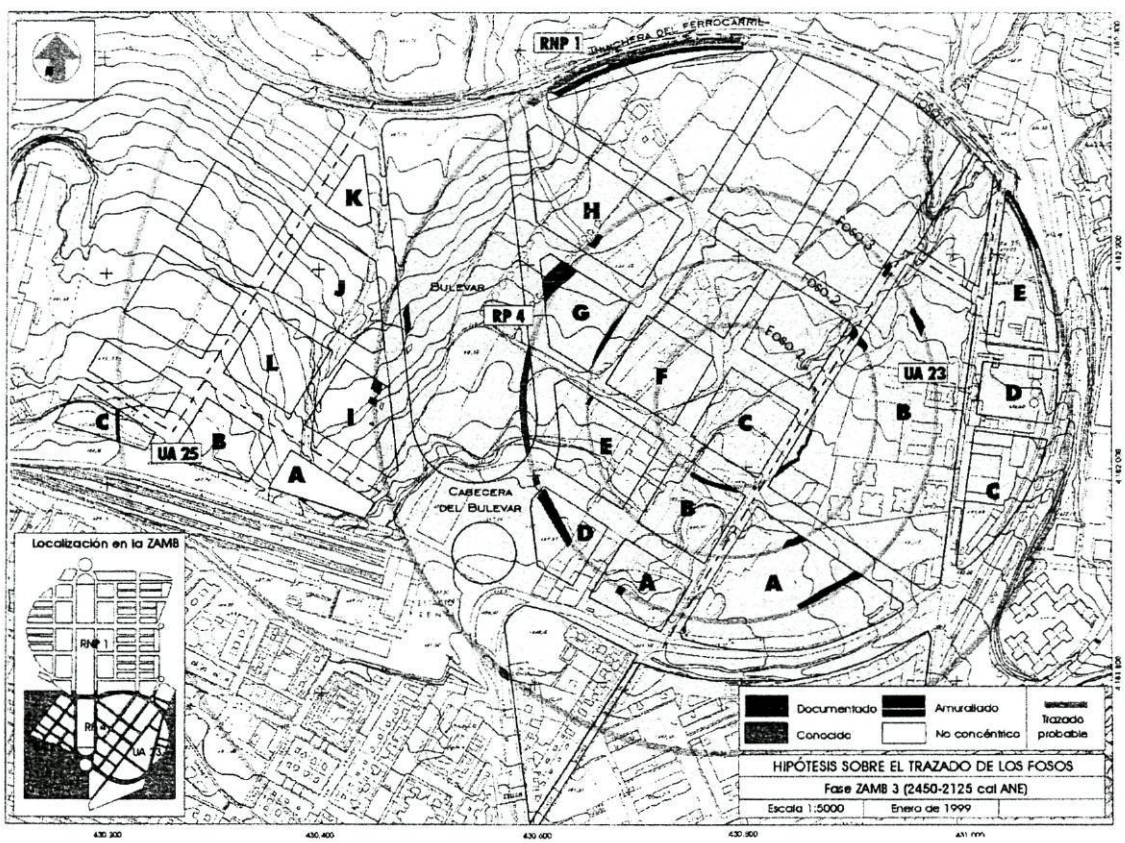


Figura 14 – Marroquíes Bajos (Jaén). Hipótese relativa aos traçados de fossos (Zafra, et alli de la Torre, 1999)

Outros recintos com fossos revelaram uma dimensão bem menor. É o caso do Cabeço do Torrão em Elvas (Lago e Albergaria, 2001), cujo diâmetro é de 50m, tal como o fosso exterior de Santa Vitória, em Campo Maior (Dias, 1996).

Quanto às cronologias, não é de estranhar a presença de um fosso com utilização no Neolítico Final em Porto Torrão. Vários outros locais com fossos apresentam uma cronologia similar, tendo alguns, nomeadamente aqueles que posteriormente viriam a adquirir grandes dimensões, sobrevivido até ao Calcolítico. Em Papa Uvas, Huelva, a Fase I de utilização do sítio é colocada no Neolítico Final, com base em estudos de materiais, prolongando-se sua ocupação até os primeiros séculos do 3° milénio (Clemente de la Cruz, 1986b: 240/241; c.f. ponto 3.3.3.1). O Cabeço do Torrão, de que não dispomos de datações absolutas, terá tido o apogeu da sua utilização algures durante a segunda metade do 4° milénio, sendo muito vagos os dados que podem sugerir uma consistente utilização mais tardia. Os próprios Perdigões, como já afirmámos, podem ter tido o seu arranque nesta fase, com uma estruturação menor do que a que se conhece hoje em dia. Outros locais, no entanto, parecem ter tido uma utilização exclusiva no Calcolítico, como Santa Vitória ou Marroquíes Bajos.

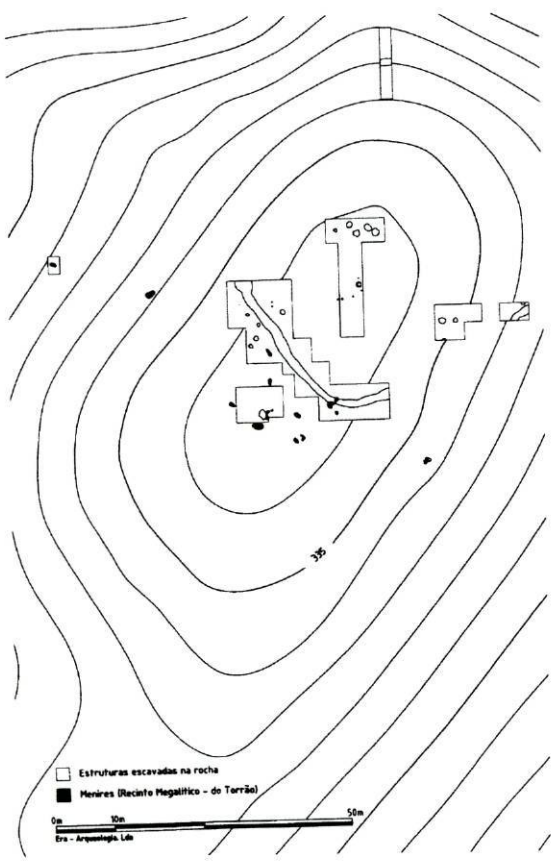


Figura 15 – Levantamento topográfico e enquadramento das principais estruturas conhecidas no Cabeço do Torrão (Lago e Albergaria, 2001)

As dimensões e morfologias dos fossos variam também, não só na análise comparativa entre sítios (a largura máxima do fosso 3 de Marroquíes Bajos é de 22m, enquanto que no Torrão não ultrapassa os 1.50m) mas também na análise de cada local específico. A fotografia aérea dos Perdigões demonstra com clareza as diferenças de tamanho entre os vários fossos que compõem o recinto. O Fosso 2 de Marroquíes Bajos oscila entre os 4 e os 16m ao longo dos seus 800m de perímetro. A secção destas estruturas negativa pode variar entre o U e o V.

Aparentemente, os grandes povoados deste tipo como os La Pijotilla, Porto Torrão ou Perdigões implicaram implantações preferenciais em zonas baixas, de peneplanícies aluviais abundantes em água. Nos casos de Porto Torrão e de La Pijotilla, o perímetro dos fossos cerca mesmo cursos de água. Esta situação vem, como já vimos, contrariar uma visão estereotipada do povoamento Calcolítico, que pressupunha, por razões eminentemente defensivas, a ocupação de locais elevados e com um bom domínio da paisagem. Pelo contrário, nos sítios de menores dimensões como o Cabeço do Torrão ou Santa Vitória optou-se por implantações em altura, ocupando pequenos cabeços aplanados. Para os locais que sobreviveram durante o Calcolítico, a sua estruturação interna ultrapassa o sistema simples de recinto delimitado por um fosso, tendo muitos deles sido transformado pelo acrescentar de mecanismos arquitectónicos de grande complexidade.

O Monte da Ponte em Évora (Kalb e Hoch, 1997) e Marroquies Bajos estão dotados de outras estruturas de delimitação positivas, construídas em pedra. O Fosso 4 daquele grande recinto de Jaén encontra-se reforçado por uma poderosa muralha na sua secção ocidental e as prospecções geofísicas levadas a cabo no Monte da Ponte, confirmam a presença de uma solução similar onde, aparentemente, seis linhas de fortificação concêntricas de tendência circular são rodeados por dois fossos. No caso dos Perdigões a possibilidade de existirem estruturas pétreas de delimitação também foi levantada (c.f. ponto 3.4), o mesmo sucedendo em La Pijotilla., onde o fosso exterior conserva um acesso em muro com duas paredes de pedra dispostas em paralelo, junto a uma estrutura de pedras, em forma de meia-lua, cuja interpretação é difícil. Estas duas estruturas estariam ligadas por paliçadas de madeira colocadas em pequenas valas. (Hurtado, 1995:62; 1999).

Sintetizar todas estas informações não é uma tarefa fácil, pois não parece haver um padrão comum entre eles. Se a tendência é para afirmar que durante o Neolítico Final estes recintos seriam de dimensão mais pequena, como no caso do Cabeço do Torrão, as recentes escavações em Porto Torrão vieram contrariar essa informação. Por outro

lado, no Calcolítico, nem todos os recintos são de grandes dimensões, como atesta o sítio de Santa Vitória. No entanto, parece claro que à medida que se avança no 3° milénio, estas estruturas vão-se complexificando, atingindo, ao nível da sua dimensão, proporções impressionantes.

A esta variabilidade formal junta-se ainda uma outra questão que se prende com o significado destes locais. A questão é difícil e facilmente se pode cair em noções funcionalistas deturpadoras do quadro aberto e orgânico em que estas estruturas têm de ser reconhecidas. Um dos problemas reside no facto de, apesar da informação disponível existente hoje em dia não ser comparável à escassa realidade conhecida há dez anos atrás, esta ainda se encontrar muito dispersa e para cada sítio apenas dispormos, de uma maneira geral, de uma caracterização geral pouco aprofundada. Para além disto, há o problema de locais para os quais a informação é quase nula. De Santa Vitória, por exemplo, apesar de ter sido alvo de cerca de uma dezena de campanhas de escavação, nem sequer se possuí informações preliminares e o único trabalho disponível sobre o local é uma tese de mestrado (Dias, 1996) que apenas avança dados sobre a componente artefactual da sequência estratigráfica de uma área restrita. Outros locais, como Valencina de la Concépcion ou Marroquies Bajos, têm vindo a ser sujeitos a uma pressão urbanística impressionante. No primeiro caso, a falta de um programa de actuação e salvamento arqueológico coordenado, motivou a dispersão da informação existente sobre o local, intervencionado por vários investigadores em condições diferentes. A descoordenação é tal que nem sequer existe uma planta publicada do sítio com as áreas já intervencionadas. Em Jaén, os danos da recente expansão urbanística da cidade, que afecta totalmente a área do grande recinto Calcolítico, têm sido minorados com um acompanhamento permanente das obras de construção e um registo minucioso das realidades encontradas. Este sítio representa o maior recinto deste tipo do sul da Península Ibérica (os dados para Valencina de Concépcion não são claros), cujo fosso exterior (Fosso 5) cerca uma área de aproximadamente 80 ha. Os investigadores levantam a hipótese do espaço existente entre as duas últimas linhas de fosso corresponder à área de localização de campos de cultivo mais próximos do povoado e mais bem protegidos, definindo um território de exploração imediata ao recinto. O facto do número de estruturas construídas dentro desta área diminuir drasticamente em relação às outras áreas cercadas, parece corroborar esta hipótese. De uma forma sucinta, este grande complexo é caracterizado da seguinte forma: "*Venimos sostoniendo como hipótesis que esta red hidráulica-defensiva es, en su origen, una construcción unitaria concebida para regular y utilizar los aportes hídricos de la cuenca inmediata. En*

ella observamos dos constantes, una funcional: la conduccion de aguas y otra simbólica: la 'obsesión' por la circunferencia o por el círculo, forma dominante en todas las escalas espaciales desde la cabaña hasta el asentamiento" (Zafra de la Torre et alli, 1999: 90)

Para o sítio de Papa Uvas, em Huelva, o estudo da componente artefactual está sobejamente publicado e discutido. Faltam, no entanto, outro tipo de abordagens ao sítio, nomeadamente com referência às suas estruturas negativas, enquadramento na paisagem circundante e restantes características internas. Também para este local não existe uma planta completa publicada.

La Pijotilla é indubitavelmente o sítio em Espanha para o qual existem informações mais substanciais e o único para o qual são levantadas hipótese interpretativas (c.f. ponto 3.7). Este sítio da Extremadura espanhola tem, como já vimos, características muito similares ao Porto Torrão e aos Perdigões, em termos da sua estruturação interna, importância estratégica e como centro aglutinador de um vasto território. As populações que ocuparam inicialmente este local devem ter procurado situar o povoado junto ao curso de água que atravessa o recinto. Segundo Victor Hurtado Perez (op. cit), as fotografias demonstraram a existência de um fosso ao recinto delimitado pelo fosso externo. Tal como em Marroquies Bajos, foi aventada a hipótese das estruturas habitacionais se concentrarem nesta zona interior, correspondendo possivelmente à primeira ocupação do sítio. No espaço entre os dois fossos e na zona oriental, surgem várias sepulturas definindo uma área de necrópole. Este facto remete-nos para uma das características mais interessantes destes grandes recintos e que pode ser considerado um facto essencial para a compreensão do significado destes locais: a recorrente existência de estruturas funerárias dentro dos limites definidos pelos fossos. O caso dos Perdigões parece ser o único em que foi criada uma área de delimitação específica para albergar a necrópole, através do alargamento da linha exterior de fosso. Aí se encontram, como já vimos, vários exemplares de sepulcros semi-subterrâneos, albergando centenas de enterramentos secundários. No caso de La Pijotiila, duas câmaras funerárias com respectivos corredores de acesso (T 1 e T 3) unificam-se através de um tramo de corredor comum, na qual ambos se entroncam, definindo uma dupla estrutura em forma de V (Hurtado, 1995, 1999). Trata-se de sepulturas tipo tholoi, escavadas nos caliços locais, rocha branda que também terá sido utilizada para a construção das falsas cúpulas. Foram utilizados elementos de granito e xisto na construção da porta (Hurtado, 1999). Obteve-se uma data de radiocarbono para o nível médio da Tumba 3

que forneceu a data de 4130±40BP – 2865 – 2595 cal a 1σ (Beta – 121143) (Hurtado, 1999: 56)[21].

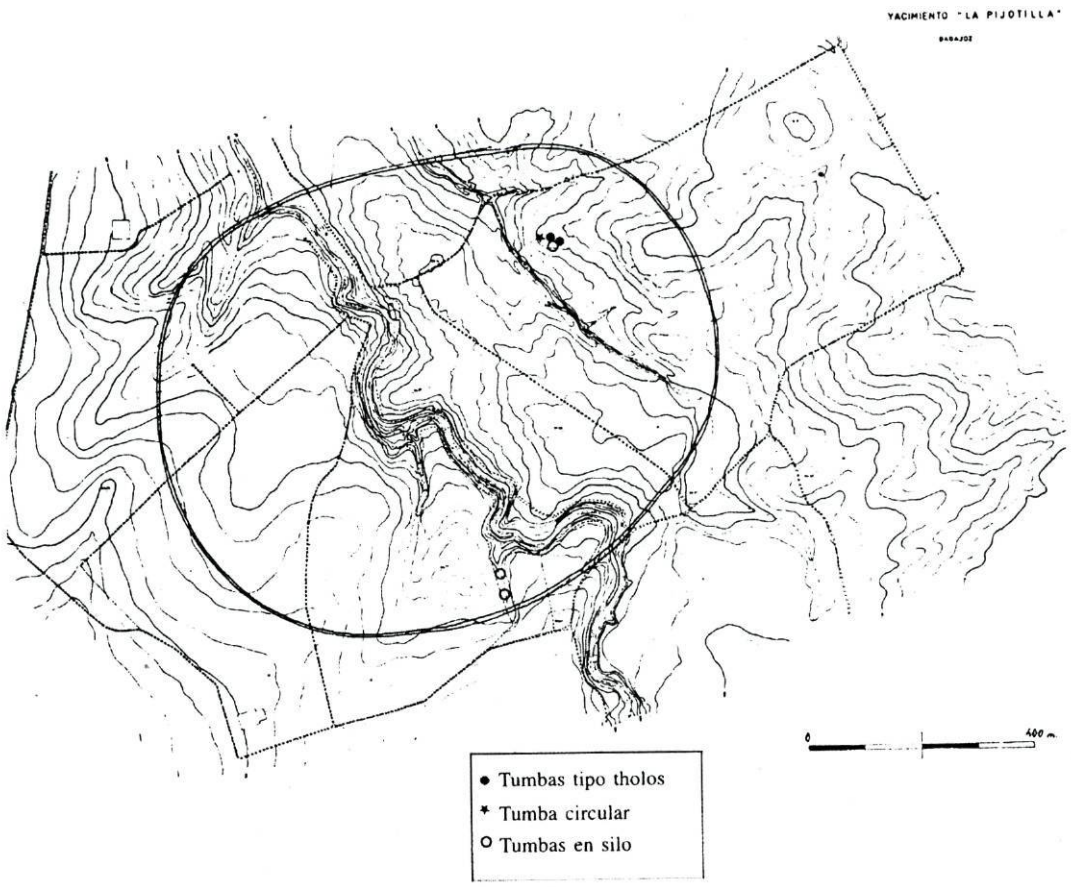


Figura 16 – La Pijotilla (Badajoz). Planta geral do sítio com indicação de estruturas funerárias (Hurtado, 1995)

Foi ainda identificada um terceiro sepulcro (T 2), de forma circular fechada, contendo cerâmica campaniforme no seu interior. Aqui encontravam-se os restos ósseos de trinta e quatro indivíduos. Posteriormente, foram levadas a cabo inumações individuais que a reutilizaram. Também entre as estruturas T 1 e T 3 foi detectado um enterramento individual, inserido num anterior silo de armazenagem. O mesmo parece suceder no Sector Sul do sítio (Hurtado, 1995; 1999).

Em Marroquies Bajos, a informação disponível diz sobretudo respeito a ambientes domésticos, embora seja referenciada a presença de estruturas funerárias de carácter subterrâneo, interpretadas como familiares e que não se dispõem em necrópoles, dispersando-se antes por entre estruturas domésticas (Zafra de la Torre et alli, 1999: 87).

---

[21] Os dados disponíveis apontam para que em ambas as estruturas estivessem presentes deposições colectivas de carácter primário, com evidências de manipulação dos restos pós deposição para colocação de novos cadáveres, formando-se autênticos ossários.

Também Valencina de la Concepción inclui conjuntos significativos de estruturas funerárias, organizadas ou não em necrópoles, de que os sepulcros de La Pastora, Matarrubilla e Ontiveros são os mais significativos. Tal como no caso anterior, também aqui têm sido referenciados enterramentos dispersos e com rituais específicos (Obermaier, 1919; Ruiz Mata, 1983). A presença de estruturas de enterramento no Porto Torrão é também uma possibilidade muito forte que só poderá vir a ser confirmada com mais trabalhos no local.

Face a este quadro, como interpretar ou explicar a presença destes locais no registo arqueológico a partir da segunda metade do 4º milénio? E que informações é que eles nos podem fornecer relativamente à importância e ao significado dos Perdigões? Se analisarmos o mapa da dispersão destes recintos e tendo em conta as suas características, verificamos que, pelo menos no quadro actualmente disponível, a distância entre os diferentes locais de grandes dimensões é da ordem das dezenas de quilómetros. Esse facto indicia uma estruturação de territórios em torno de pólos nucleares representados por tais recintos multifacetados, possivelmente conectados a áreas de grande potencial agro-pastoril, assente em vastos recursos hídricos. Porto Torrão estará possivelmente conectado com a bacia do Sado; os Perdigões, La Pijotilla e outros recintos de menores dimensões como Cabeço do Torrão, Santa Vitória, Juromenha 1 e Malhada das Momosas 1, dois povoados com fossos identificados e escavado por Manuel Calado no âmbito dos trabalhos do Alqueva (Calado, 2002) e Monte da Ponte encontram-se ligados à Bacia Média do Guadiana. A bacia do Guadalquivir no seu troço alto e média alberga os dois maiores recintos conhecidos, Marroquies Bajos e Valencina de la Concépcion. Mais a Sul encontramos Papa Uvas, no estuário que marca a confluência dos rios Tinto e Odiel e o recinto com fosso em Alcalar, Portimão (Parreira e Móran, s.d).

Para além disso, a análise das estruturas de delimitação e respectiva implantação topográfica deixa muitas dúvidas relativamente ao carácter exclusivamente defensivo destes recintos. De facto, numa visão genérica dos modelos de implantação dos casos conhecidos, a sua formulação territorial pode contradizer ou esbater tais pressupostos defensivos. Efectivamente, consideramos que nos recintos de maior envergadura predominou uma opção por locais de reduzida sobreelevação, por vezes em terrenos planos e envolvidos por terrenos mais elevados, em que a relação espacial com terrenos de grande potencial agrícola e abundância de água é notória, existindo mesmo casos em que a área delimitada é estruturada em função de um eixo fluvial que o percorreria. Tal organização parece portanto reflectir outras preocupações e necessidades.

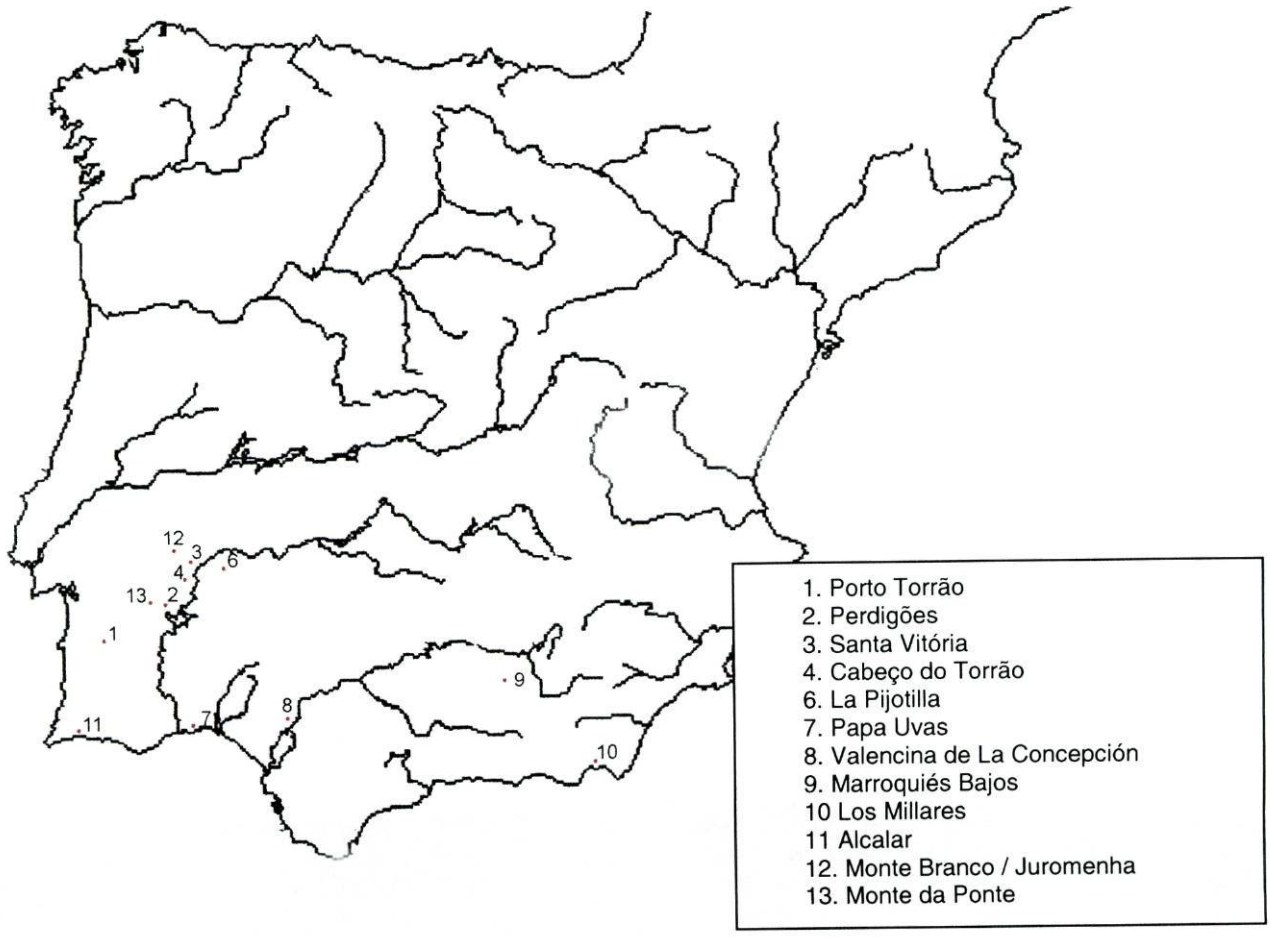


Figura 17 – Mapa de distribuição de recintos cercados por sistemas de fossos.

Podemos admitir que a presença de fossos e/ou paliçadas e muros, poderiam apresentar um carácter inibidor ou constrangedor relativamente ao acesso ao espaço encerrado no seu interior, podendo nesse caso, as necrópoles a eles associadas participar, também, desse papel. Aliás, a este respeito, não podemos esquecer o papel psicologicamente coercivo que o discurso arquitectónico pode ter como elemento organizador que é, podendo as determinações do espaço ter efeitos profundos em todos os aspectos da sociedade e da cultura.

Se a implantação destes locais em zonas planas, sem qualquer tipo de obstáculo paisagístico, parece reduzir substancialmente as suas capacidades defensivas, explicar em alternativa os fossos como meros mecanismos de condução de água é igualmente redutor e não justifica o grau de complexidade que estes recintos atingiram.

O que são então estes grandes recintos? Parecem não restar dúvidas sobre o seu carácter doméstico e habitacional já que, em todos eles, foram detectados abundantes

vestígios de múltiplas actividades quotidianas, representativas de ocupações de longa duração. No entanto, a sua óbvia planificação, a presença de necrópoles associadas, a ligação a recintos claramente cerimoniais tipo cromeleques (nalguns casos) e a presença de vastos e muito abrangentes elementos artefactuais que materializa a preocupação dos seus habitantes com as diversas dimensões do quotidiano, desde os elementos eminentemente práticos aos que preenchem as esferas do sagrado, particularmente as que remetem para o culto dos mortos, levam-nos a considerá-los como mais do que povoados numa acepção mais tradicional do termo.

Sabemos que em todas as actividades quotidianas, estas diferentes esferas se podem misturar e que as dicotomias funcionais criadas entre aquilo que é doméstico ou ritual, sagrado ou profano, prático ou simbólico, têm de ser esbatidas. No entanto, estas características parecem cruzar-se com mais intensidade nestes recintos estudados: não só pela sua morfologia e organização interna que reflecte múltiplas facetas, como ao nível da cultura material existente. Nos Perdigões, tal como em La Pijotilla ou Valencina de la Concepción, na diversidade da realidade artefactual incluem-se elementos muito variados, nomeadamente ao nível daqueles que são associados ao sagrado. Este aspecto é evidenciado pelo contraste que se estabelece com os restantes núcleos inerentes aos respectivos sistemas de povoamento, nos quais se assiste a uma maior homogeneidade interna dos conjuntos artefactuais e a escassez ou total ausência de determinados elementos, particularmente os respeitantes à esfera do sagrado. Esta situação, lado a lado com as óbvias diferenças de tamanho e estruturação arquitectónica entre os sítios de um território, parecem reflectir diferenciadas posições e hierarquias no sistema de organização do mesmo, em termos dos seus locais de vivência. Ou seja, estes grandes recintos têm um indiscutível carácter aglutinador e central, não só pela posição que ocupam no espaço, mas também pela função que cumprem como mediadores entre o exterior e o interior do sistema que gerem.

A possibilidade de os sepulcros existentes nestes complexos recintos poderem albergar os restos mortais de indivíduos procedentes de núcleos habitacionais dispersos pelo território, vem corroborar este carácter de centralidade, também expresso ao nível ritual.

A especificidade da região em estudo reside no facto de poder ser considerado um destes territórios. Ou seja em torno do complexo dos Perdigões surgem outros locais de habitação de média dimensão, construídos nas margens do rio Guadiana ou noutros locais de bom ou razoável controlo da paisagem Não é fácil aferir o significado de um recinto como o dos Perdigões relativamente aos restantes povoados Calcolíticos, mas

também se torna difícil, se não mesmo inútil, compreendê-lo fora dessa relação com os outros sítios e com a paisagem.

Por outro lado, não podemos nunca esquecer que o significado de um determinado lugar e da sua ordem espacial não são dados fixos e invariáveis, mas devem ser entendidos no contexto da vivência prática e da sua utilização recorrente e que os significados aderem a estas diferenciadas cenários espaciais através das actividade humana que sincrónica ou diacronicamente ali se desenrolam. Os grandes recintos com fossos, e especificamente os Perdigões, foram categorizados e nomeados ao longo do tempo de acordo com padrões experienciais e conceitos que nos podem ser estranhos e aos quais não temos por isso acesso (Parker Pearson e Richards, 1994). A criação de limites físicos, a divisão e demarcação do espaço através de fossos, entradas, eventuais paliçadas e muros, com percursos e estruturas internas específicas, é reveladora de uma vontade de classificar e controlar os lugares e pode criar marcos de transição entre domínios diferentes: interior e exterior, sagrado e profano, público e privado, amigo e inimigo, feminino e masculino etc. No caso específico dos Perdigões, não estamos na posse dos elementos descodificadores das práticas sociais ali levadas a cabo, nem dos conceitos regentes das diversas actividades humanas que ali tiveram lugar.

Assim, apenas podemos admitir, com base na nossa visão actual dos factos, que a análise de um local como os Perdigões parece fazer ressaltar características específicas que podem ou não ter tido significado para os seus habitantes. É verdade que é notória uma estruturação planificada do recinto a que estão inerentes noções de concentricidade, de oposições estruturadas e geométricos, de ligação aos movimentos celestes, de limites e de fronteira. Ou seja, a construção do sítio incorpora vários princípios organizadores envolvidos na produção social da arquitectura e atinge-os através de mecanismos diferentes. O que não podemos saber é que exploração significativa e simbólica é que foi feita destes elementos ao longo dos séculos que o recinto foi ocupado, que transformações sofreu ou originou e que vivências específicas promoveu.

Os Perdigões são definitivamente um monumental complexo multifacetado que se afirma de forma absoluta na paisagem, estruturando solidamente um espaço durável no tempo, e que terá ocupado um lugar central no território em que se implantou e dominou. A variabilidade morfológica dos recintos com fossos torna cada caso num elemento específico e estruturado e que deve ser entendido dentro da sua dinâmica própria.

4 CONCLUSÕES

Uma das principais características do recinto dos Perdigões resulta do facto de fornecer uma quantidade avassaladora de informação material, mesmo tendo em conta a dimensão ínfima das áreas escavadas. A enorme complexidade estratigráfica das áreas intervencionadas, aliada ao carácter eminentemente de emergência sob a qual os trabalhos foram levadas a cabo em 1997, impossibilita uma visão de conjunto e diminuem a possibilidade de fornecer informações muito concretas. Os primeiros dados empíricos suscitam imediatamente uma série de impressões que muito nos podem ajudar a compreender o tipo de comunidade que ocupou aquele local. Isto, mesmo sem ter levado a cabo qualquer tipo de trabalho adicional. Sem querer apelar a noções relacionadas com determinismos de qualquer espécie, que na nossa opinião não fazem sentido, uma vez que nenhuma acção humana de selecção a esta escala se faz sem uma configuração racional prévia, a verdade é que os construtores do Complexo dos Perdigões dominavam a geografia (topografia, geologia, volumetria) do território do actual Concelho de Reguengos de Monsaraz. A escolha do local de implantação não foi, em nosso entender, ocasional e revela uma premeditação e um conhecimento profundo das pré-existências do local. O sítio encerra um espaço em si e deverá marcar o fim ou o início de um território.

As marcas de ocupação humana no espaço, naquele território, a partir do 5° milénio começam ali, naquela abertura para o vale que os Perdigões inauguram. O limite exterior do fosso configura um espaço pensado, desenhado, de pessoas que construíram um mundo artificial, com horizontes artificiais e em profunda ligação à Ribeira do Álamo, ao seu vale, e ao território que os seus antepassados tinham dominado.

Estas questões são importantes para a tentativa de compreensão dos processos internos de planeamento e dinâmica que este sítio obviamente encerra. Não podemos garantir que o Complexo dos Perdigões tenha sido construído de uma assentada, ou se corresponde a uma construção gradual ao longo de centenas de anos. Não restam dúvidas, no entanto, que a quantidade de trabalho envolvida na execução de uma estrutura arquitectónica daquela envergadura, obrigava a uma enorme organização interna da comunidade envolvida e assinalável força de mão-de-obra e horas de trabalho nela dispendidos. Os responsáveis, pelo menos pela configuração final, do Complexo dos Perdigões, dominavam claramente noções de espaço e de tempo, e criaram um local onde estas premissas se projectaram de forma indisfarçável. A planificação e concretização arquitectónica do conjunto monumental demonstram o primeiro daqueles

aspectos; o facto de ser um conjunto em paulatina evolução em termos da sua estruturação interna, incluindo vários elementos que remetem para noções de tempo como os ciclos de vida e morte patentes no diálogo estabelecido pelas arquitecturas com a natureza, quer ao nível da necrópole conhecida, quer ao nível da referenciação visível de certos elementos aos pontos cardeais ou a pontos chave presentes na paisagem. Resta saber de que maneira e com que significado específico, e principalmente que lugar é que tem este momento na construção da paisagem global de Reguengos de Monsaraz Os dados provenientes dos trabalhos de superfície vieram corroborar as primeiras impressões tidas do local. A quantidade de material recolhido apontava claramente para um local sujeito a uma densa ocupação humana, numa fase de pleno incremento das práticas agrícolas.

Os recipientes recolhidos apontavam, como vimos, para tipologias diversas, embora todas enquadráveis no intervalo cronológico compreendido entre meados do 4° e o final do 3° milénio AC. Confirmou-se a existência de várias estruturas, algumas de grandes dimensões, como os fossos, e ainda outras tornadas visíveis pela surriba. Esta afectara indubitavelmente o local mas não destruíra nem a globalidade dos contextos, nem toda a sua estratigrafia vertical. Pelo contrário, as realidades detectadas permitiram a elaboração de um plano de escavação que incidiria em áreas de elevado potencial arqueológico.

O exercício de procura de simetrias, regularidades e orientações com base na imagem actual dos Perdigões já foi ensaiado (Valera, 2003, no prelo). O traçado de dois eixos longitudinais orientados no sentido dos pontos cardeais nas zonas onde os dois fossos exteriores apresentam maior diâmetro revela alguns dados relevantes:

a) as estruturas dos fossos exteriores revelam uma enorme regularidade circular, apesar do diâmetro do fosso exterior estar perto dos 500m;
b) as linhas traçadas cruzam-se no ponto central do povoado, que denominamos de recinto central, relativamente aos fossos exteriores, também ele envolvido por uma provável estrutura negativa circular;
c) a NE e a SE situam-se duas entradas para o recinto, definidas por interrupções dos fossos exteriores;
d) no quadrante E-NE, a bolsa definida para implantar a necrópole, revela que as estruturas funerárias foram tidas em conta para a sua construção. No quadrante oposto, sensivelmente a O-NO, surge um alargamento do mesmo tipo.

Este ensaio de possibilidades torna claro que a construção do recinto que nos é hoje dado a conhecer, foi antes de tudo um processo paulatino de adaptação às pré-existências, onde estão implícitas de forma clara preocupações prévias de planeamento e design, condicionadas pelas organizações anteriores do espaço. Não só o espaço mais ou menos restrito utilizado para criar o lugar dos Perdigões, mas também todo o espaço envolvente até ao Guadiana. A relação deste sítio com o vale da Ribeira do Álamo, que visualmente domina, é um factor chave para a determinação da dimensão que o sítio progressivamente ganhou. Quando falamos em dimensão, não nos referimos obviamente apenas às dimensões físicas do local, que sendo inegavelmente impressionantes reflectem, acima de tudo a importância da dimensão social, económica e simbólica daquele espaço relativamente ao restante território.

Sabemos já de antemão, que a presença humana em Reguengos de Monsaraz remonta, pelo menos, ao início do Holoceno, junto às margens do Guadiana. Vamos descortinando, fruto das recentes investigações na região, os locais ocupados desde então e os efeitos da sua acção na paisagem, que se intensificam durante o Neolítico Final quando ganham verdadeira expressão e visibilidade, através do fenómeno megalítico. É algures neste momento de efectiva imposição da actividade humana no meio, que os Perdigões têm seu início, com uma configuração que desconhecemos, é certo, mas em provável associação ao recinto de menires que ainda hoje se conserva parcialmente na base da vertente em que o sítio se implanta. É nesta interacção com o vale que os Perdigões assumem, provavelmente durante o Calcolítico *"...um papel de destaque, de centro nuclear e organizador, numa rede de povoamento local hierarquizada, o que justificaria também o seu carácter de polo funerário."* (Valera, 2003, no prelo).

Estão por conhecer os elementos que desencadearam directamente o desenvolvimento e a evolução interna do complexo dos Perdigões e os mecanismos que despoletaram a complexificação estrutural daquele sítio, mas a verdade é que este culmina numa imagem de conjunto impressionante, revelada na projecção espacio-temporal das suas estruturas, cuja organização espacial e arquitectónica, sabemos agora, foi pré-idealizada dentro de uma concepção mental que se não pode desligar do processo de intensificação económica e domínio pleno da agricultura. É como se as diferentes fases dos Perdigões testemunhassem a complexificação económica, social e simbólica a que se assiste na passagem do 4º para o 3º milénio naquela, onde se vão materializando os efeitos de uma nova acção social que antes de atingir uma plena maturidade, durante o Calcolítico, se misturam com algumas características da fase

anterior. As fases de mudança implicam sempre uma sobreposição dos elementos herdados da realidade social vigente, em que paulatinamente se vão incorporando as componentes de inovação despoletadas, neste caso, pela nova ordem sócio económica. Não podemos deixar de concordar, neste sentido, com a proposta de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares quando afirmam que o apogeu do megalitismo é o "canto do cisne" da sociedade tipicamente neolítica (Silva e Soares, 2000:220).

Independentemente da ausência de datas (des) conhecidas para Reguengos é hoje um dado relativamente aceite que as últimas fases do megalitismo são coincidentes com os momentos iniciais do Calcolítico, que encaramos como apogeu das mais antigas sociedades agrárias do Sul da Península Ibérica. A data apresentada para o fecho da câmara megalítica da Anta 2 de Santa Margarida (c.f. 3.3.1.2.) situa-se algures no final do 4° milénio (Gonçalves, 2001) o que provavelmente coincidirá com a construção das primeiras sepulturas "tipo tholoi". A utilização dos corredores das antas de Olival da Pega 2, de Comenda 2 e Farisoa 1, entre outros, para a construção de um novo tipo de sepulturas, cujo espólio, como já vimos, pouco ou nada difere das estruturas a que se adossam, é revelador de novas ideias e práticas tecnológicas mas também da manutenção de conceitos e princípios fundamentais. Senão, porquê utilizar uma estrutura pré-existente, neste caso o *tumulus* de um monumento megalítico para a construção de novos monumentos, com diferenças arquitectónicas assinaláveis, mas com mobiliário funerário e características rituais em muitos casos absolutamente idênticas?

Parecem também perpetuar-se nestes novos monumentos alguns rituais ligados à morte, detectados em toda a sincronia de práticas funerárias desde os monumentos considerados mais antigos (Poço da Gateira 1) até aos novos Sepulcros Calcolíticos. Trata-se do ritual do ocre vermelho (presente nos Monumentos Funerários 1 e 2 dos Perdigões e em Olival da Pega 2) e o dos fogos de higienização atestado para Olival da Pega 2b (Gonçalves, 1999)

O caso do menir n° 5 do cromeleque dos Perdigões, que é reerguido e estruturado dentro de uma nova construção pétrea, durante o Calcolítico também remete para a manutenção da importância de um local cuja simbologia nos reporta para momentos anteriores (Gomes, 1994). A incorporação dos elementos resultantes da nova ordem Calcolítica é paulatina, recursiva e inevitável. O fim de uma fase e o início de outra cruzam-se no tempo e no espaço com a lenta diluição dos princípios definidores da antiga estrutura, ao mesmo tempo que se consolidam e materializam os efeitos da mudança.

No entanto, torna-se também evidente que esta transição marca também o início de uma nova fase, que embora indiscutivelmente enraizada na anterior, apresenta naturalmente factores de mudança. O que muda então na passagem para o 3º milénio em Reguengos de Monsaraz?

De facto, o início do Calcolítico parece dar-nos indícios da adopção de novos elementos na cultura material, como resultado da apelidada Revolução dos Produtos Secundários (Sherrat, 1981). Em Reguengos, esta expressão é aplicada num contexto de tentativa de sistematização dos elementos caracterizadores do Calcolítico e está muito associada ao aparecimento da metalurgia do cobre e de outros indicadores de intensificação económica como a presença de queijeiras, pesos de tear, indiciadores da utilização "secundária" dos produtos resultantes da domesticação de animais e plantas: tecelagem, fabrico de alimentos derivados do leite, moagem. Mais uma vez, a escassez de contextos escavados representativos desta fase dificulta uma leitura de conjunto. Também é indiscutível que em termos dos elementos constituintes da rede de povoamento, as mudanças são óbvias. Se por um lado se assiste ao aparecimento de lugares de ocupação rodeados de muros e de eventuais muralhas, em locais com bom domínio da paisagem circundante, por outro, surgem enormes recintos como o dos Perdigões, implantados em locais planos e sem qualquer tipo de defensibilidade natural. Criam-se assim, como já vimos, territórios hierarquizados em torno de um ponto central com um papel aglutinador em termos políticos, sociais mas também simbólico.

No entanto, estabelecemos como objectivo do presente trabalho a tentativa de elaboração de uma sequência diacrónica regional baseada nas diferentes formas de apropriação da paisagem, por parte das diferentes comunidades que ocuparam aquele espaço. Assim, independentemente das mudanças no registo material, que obviamente podem reflectir alterações estruturais, as divisões normalmente utilizadas para definir os diferentes períodos da pré-história recente, baseados na análise das mudanças de componente artefactual não são coincidentes com os ritmos de mudança definidos pela Arqueologia da Paisagem. Assim, sob o ponto de vista desta abordagem, aquilo que se considera a verdadeira revolução neolítica, momento em que o Homem rompe definitivamente com o seu meio, iniciando a sua domesticação do mundo, não surge no registo arqueológico, antes do Neolítico Médio (Criado Boado, 1993b). É nesta fase, que assistimos ao arranque das tentativas de demarcar o espaço de forma efectiva e duradoura, numa atitude activa representativa de uma nova racionalidade espacial, através da construção dos primeiros monumentos megalíticos. Em Reguengos, como já vimos, para fases anteriores ao início do megalitismo, os vestígios humanos de ocupação

do espaço de que dispomos, não revelam mais que uma vivência muito discreta na paisagem, sem objectivos domesticadores nem de criação de estruturas temporalmente duráveis. Embora o megalitismo da região pareça ter como exemplar mais antigo a Anta do Poço da Gateira, que se situa cronologicamente (sem datações absolutas) algures em meados do 4° milénio, parece-nos evidente que o fenómeno megalítico terá tido uma origem bem anterior, que ainda não se manifestou no registo arqueológico por falta de trabalho sistemático de prospecção e investigação na região.

Assim, todo o período que medeia a instalação das primeiras comunidades holocénicas na região de Reguengos, até à construção dos primeiros monumentos megalíticos revela apenas uma atitude oscilante entre o passivo e o participativo das comunidades humanas sobre o meio, mas nunca domesticadora, ou seja activo (Criado Boado, 1993 b: 20). Da mesma maneira, a divisão tradicional entre Neolítico Final e Calcolítico, não parece fazer muito sentido. Em ambos os períodos, que em determinadas escalas de análise funcionam como uma Estrutura, a acção humana sobre a paisagem pretende reflectir claramente os efeitos nela desencadeados, através de uma *"...actitud activa en su relación con el espácio natural. Por esta rázon se puede definir como domesticadora."* (Criado Boado, 1993 b: 27). É evidente que a uma escala ampla a aplicação deste modelo teórico é recorrentemente corroborado pelos dados empíricos, tendo na generalidade das regiões da Europa Ocidental ocorrido processos similares, não sendo a região de Reguengos uma excepção. No entanto para a nossa região interessa-nos compreender as especificidades locais, embora estejamos conscientes que este trabalho envolveria um nível de investigação que estamos longe de alcançar.

Apesar de enquadrados no mesmo código representacional de monumentalização da paisagem, antas e recintos como os Perdigões parecem pôr-nos perante duas situações em que os efeitos da acção social são diferentes.

Os Perdigões podem ser considerados um verdadeiro monumento na paisagem. As suas características intrínsecas parecem comprová-lo. Algumas das acções que tiveram lugar no seu interior também. No entanto, são um monumento de uma ordem diversa dos monumentos megalíticos, embora o princípio estruturante da vontade de tornar visíveis os efeitos da acção social na paisagem seja semelhante.

Assim, se por um lado, existem elementos que conectam o recinto dos Perdigões aos princípios e códigos organizadores inerentes aos monumentos anteriores, a certa altura, os efeitos da complexificação estrutural, potenciada pelo aparecimento do modo de vida camponês, materializam-se plenamente na paisagem. O complexo dos Perdigões, mais do que um monumento isolado e articulado com outros numa escala

semelhante, típico do megalitismo, torna-se num centro polarizador de uma paisagem modificada, com a criação de novos sítios (recinto murado do Monte Novo dos Albardeiros, provavelmente o Outeiro das Carapinhas, não escavado e todos os novos locais da margem esquerda do Guadiana: Monte do Tosco, Moinho de Valadares, Porto das Carretas, Mercador) num jogo de oposições e complementaridades (interacção material e simbólica) dentro desta nova moldura paisagística.

Os mortos foram trazidos para o interior do mundo dos vivos. Os dos Perdigões e muito provavelmente os dos outros sítios que a ele estariam ligados directamente. Este facto de aproximação ou síntese de dois universos é também indicador de transformações da ordem das mentalidades, ultrapassando a dicotomia antecedente de separação entre mortos e vivos. Em Reguengos, alguns mortos são trazidos para o marco central da paisagem, onde se parece centralizar uma. nova cosmovisão. A vivência passa a ser realizada dentro de um microcosmos de horizontes artificiais (ou humanizados no sentido em que é uma natureza aculturada pelo homem), re-encenando os gestos que anteriormente se faziam num meio selvagem. 16 ha de território arquitectado permitem a criação de um novo mundo, com percursos interiores próprios e combinações diferentes de movimentos. O diálogo com o vale e com a paisagem circundante é uma notável manifestação de domesticação da natureza por gerações sucessivas de Homens. Os Perdigões são um testemunho precioso da transformação e enriquecimento das estruturas cognitivas do homem pré-histórico, cujas acções abriram caminho para a construção do mundo como hoje o conhecemos.

5 AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar à minha orientadora, Prof. Doutora Susana Oliveira Jorge, pela seu acompanhamento empenhado, pela perspicácia com que me indicou sempre o melhor caminho a seguir e pela motivação que sempre conseguiu criar em mim para conseguir levar este trabalho até ao fim.

Ao meu querido amigo Sérgio Rocha Gomes, agradeço a dedicação que sempre demonstrou, sem nunca falhar, desde os dias de faculdade.

Aos IDEIAS Teresa Lago, Gonçalo Freitas e Gonçalo Falcão, por razões que escuso de enumerar.

Ao António Valera, pela disponibilidade que sempre demonstrou para esclarecimento de dúvidas ou discussão de ideias.

À equipa do projecto de investigação dos Perdigões da Era-Arqueologia, S.A. a quem este trabalho também pertence.

Finalmente, agradeço a toda a minha família, no Porto e em Lisboa, sem os quais a realização deste trabalho não seria, de todo, possível.

6 BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1993-94),"A Arqueologia e o Tempo", *Conimbriga*, 32-33, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, pp. 9-56

ALARCÃO, Jorge de (1996), *Para uma Conciliação da Arqueologias*, Lisboa, Edições Afrontamento

ALBERGARIA, J. e LAGO, M. (1995), "Cromeleque do Torrão (Elvas)", *Vipasca*, 4, p.53-60

ALMEIDA, F. et alli (1999), "Novas perspectivas para o estudo do Epipaleolítico do interior alentejano: notícia preliminar sobre a descoberta do sítio arqueológico da Barca do Xerez de Baixo", Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 2, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.25 - 38

ALCÁZAR GODOY, J., et alli (1992), "Enterramientos calcoliticos en zonas de habitat", *Revista de Arqueologia*, 137, Madrid, p.18-27.

APOLLINARIO, M., (1896), "Necropole neolithica do valle de S. Martinho", *O Archeologo Português*, vol. II, Lisboa, MNAE, p. 210 – 221.

ARAÚJO; A.C. & LEJEUNE, M.(1995), *Gruta do Escoural: necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica*, Trabalhos de Arqueologia, 8, Lisboa, IPPAR

ARAÚJO, A. C. & ALMEIDA, F. (2003), "Barca do Xerez: balanço de 4 anos de trabalhos arqueológicos, Revista Portuguesa de Arqueologia, vol 6, nº1, Lisboa, Instituto Portuguesa de Arqueologia

ARNAUD, José Morais (1982), "O povoado calcolítico de Ferreira do Alentejo no contexto da bacia do Sado e do Sudoeste Peninsular", *Arqueologia*, 6, pp.48-64.

ARNAUD, José Morais (1993), "O povoado Calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas", *Vipasca*, nº2. pp.41-60.

AROSTEGUI, Julio (1993), *La investigación histórica: teoria y método*, Barcelona, Crítica.

ARRIBAS, A. et alli (1985), "Informe preleminar de los resultados obtenidos durante la VI campaña de excavaciones en el poblado de Los Millares (Santa Fé de Mondujar, Almeria)", *Anuário Arqueológico de Andalucía, II, Actividades Sistemáticas*, pp. 245 - 261

BARRETT, John C. (1994), *Fragments from Antiquity. An archaeology of Social Life in Britain, 2900-1200BC*, Oxford. Blackwell

BARRETT, John C. (2001), "Agency, the duality of Structure and the problem of the archaeological record", Archaeological TheoryToday (Hodder, ed), Cambridge, Polity Press, p.141 - 164

BINFORD, Lewis (1962), "Archaeology as Anthropology", *American Antiquity*, 28, p. 217-225

BINFORD, Lewis (1965), "Archaeological systematics and and the study of culture process", *American Antiquity*, 31, p. 203-210

BINFORD, Lewis (1972), *An Archaeological Perspective*, New York, Seminar Press

BOAVENTURA, Rui (2001), *O sítio Calcolítico do Pombal (Monforte). Uma recuperação possível de velhos e novos dados*, Trabalhos de Arqueologia, 20, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia

BOURDIEU, Pierre (1977), *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge, Cambridge University Press

BOURDIEU, Pierre (1990a), *The Logic of Practice*, Cambridge, Polity Press

BOURDIEU, Pierre (1990a), *In Other Words*, Cambridge,
Polity Press

BREUIL, Henri (1920), "La station paléolithique ancienne d`Arronches" *O Arqueólogo Português*, XXIV, Lisboa, p.47-55.

BUCHLI, Victor A.(1997)"Interpreting Material Culture: the trouble with text", *Interpreting*

Archaeology. Finding Mening in the Past, (Ed. Hodder et all), London, Routledge, p.181-193
BURGESS, C.et alli (eds.), (1988), *Enclousures and defences in the Neolithic of western Europe*. Oxford, British Archaeological Reports International Series, 2 vols, 403(i) e 403(ii)
CALADO, Manuel (1993), *Carta Arqueológica do Alandroal*, Alandroal,. Câmara Municipal do Alandroal, p. 85.
CALADO, Manuel (2000), "Neolitização e Megalitismo no Alentejo Central: uma leitura espacial", Neolitização e Megalitismo da Peninsula Ibérica, (Actas Do 3° congresso de Arqueologia Peninsular - 1999), Porto, ADECAP, pp. 35 -45.
CALADO, Manuel (2001), "Projecto de Levantamento e Estudo da Arte Rupestre do Guadiana (Maio - Agosto de 2001) ", Sitio da internet www.alqueva-arqueologia.net
CALADO, Manuel, (2002), "Povoamento Pré e Proto Histórico da Margem Direita do Guadiana: blocos 2 e 8".Almadan, IIª série, n° 11, Almada,Centor de Arqueologia de Almada, pp.122 - 127
CARDOSO, João Luis (1994), "Leceia 1983 – 1993. Escavações do povoado fortificado pré-historico" *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, C.M. de Oeiras.
CARDOSO, J.L. et alli, (1996), "O Monumento Pré-Histórico de Tituaria, Moinhos de Casela (Mafra)" *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol.6, Oeiras, C.M. de Oeiras, p.135-193.
CARVALHOSA & ZBYSZEWSKI (1991), "Folha 40-B Reguengos de Monsaraz e respectiva Notícia Explicativa", *Carta Geológica de Portugal*, escala 1/50 000, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal,
COLLADO GIRALDO, H. et alli (2002), "Paleolithic Rock Art in Manzanez Mill Area (Alconchel - Cheles, Badajoz)", *ARKEOS*, Perspectivas em Diálogo,12, Instituto Politécnico de Tomar, pp.29 - 64
CORREIA, Susana (1994), "A investigação em Pré- História Recente no Baixo Alentejo :estado da questão e alguns problemas", *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva., pp 273-278
CORREIA, Vergílio, (1914), "A exploração arqueológica da Serra das Mutelas (Tôrres Vedras)", *O Archeologo Português*, vol. XIX, Lisboa, p. 264 – 269.
CRIADO BOADO, Felipe (1989), "Megalitos, Espacio, Pensamiento", *Trabajos de PreHistória* 46, Madrid pp. 75 – 98
CRIADO BOADO, Felipe (1993a), " Visibilidade Interpretacion del registro arqueológico", *Trabajos de Prehistoria* 50, p. 39 - 56
CRIADO BOADO, Felipe (1993b), " Límites e posibilidades de la arqueolgía del paisaje", *SPAL,* 2, Sevilha, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla p. 9 - 55
CRIADO BOADO, Felipe (1995), " The visibility of the archaeological record and the interpretation of social reality", *Interpreting Archaeology.Finding meaning in the past* (Ed. Hodder et all), London, Routledge, pp. 194 – 204.
CRIADO BOADO, Felipe (1999), *Del Terreno al Espacio: planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje,* Capa 6. Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Santiago de Compostela.
DARVILL, T. & THOMAS, J. (eds.), (2001), *Neolithic Enclousures in Atlantic Northwest Europe,* Neolithic Studies Group Seminar Papers 6, Oxford, Oxbow Books.
DELIBES DE CASTRO, G. (1995), "Ritos funerários y estrutura entre las comunidades neolíticas de la submeseta norte", *Arqueoloxia da Morte*, (Fábregas Valcarce, R. et all eds.), Xinzo de Limia.
DIAS, Ana Carvalho (1996), *Elementos para o estudo da sequência estratigráfica e artefactual do povoado calcolítico de Santa Vitória.* Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Policopiado.
DIAS, M.I., PRUDÊNCIO, I.& VALERA, A.C. (no prelo), " Provenance and Production

Technology of Pottery from Perdigões, Reguengos de Monsaraz", *Comunicação apresentada no 3º Congresso do EMAC, Lisboa,* Fundação Calouste de Gulbenkian, Outubro de 2003.
DINIZ, Mariana (2000a), "As comunidades Neolíticas no Interior Alentejano: uma leitura cultural e cronológica", *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica* (actas do 3ºCongresso da Arqueologia Peninsular - 1999), Porto, ADECAP, pp.23 - 34
DINIZ, Mariana (2000b), "Neolitização e Megalitismo: arquitecturas do tempo no espaço", *Muitas Antas, Pouca Gente?* , Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo, (V. Gonçalves, ed.), Trabalhos de Arqueologia, 16, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.105 - 116
DINIZ, Mariana (2001), "O sítio neolítico da Valada do Mato, Évora: problemas e perspectivas", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.4, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.45 - 59
DUARTE, Cidália (2003), "Bioantropologia,", *Paleoecologia Humana e Arqueociências: um programa multidisciplinar para a Arqueologia no Ministério da Cultura,* M. Moreno García and J. Mateus (Eds). Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.263 – 293
DURKHEIM, Émile (1912), *As formas elementares da vida religiosa*, Oeiras, Celta
ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J.J. (1990), *El Calcolítico o Edad del Cobre de la Cuenca Extremeña del Guadiana: los poblados*, Badajoz, Editora Regional de Extremadura,
FERREIRA, Octávio da Veiga (1953), "O monumento pré-histórico de Agualva (Cacém)", *Zephyrus*, Salamanca vol.IV, p. 145-168.
FERREIRA, O. da V., CAVACO, A. R. (1955/57), "Antiguidades do Lousal (Grândola). Sepulturas Descobertas.", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia, XIII (N.S.)*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e Centro de Estudos Etnológicos Peninsulares, XIII (N.S.), p. 190 –202.
FIGUEIREDO,Álvaro, VALERA, A.C., LAGO, M. & DUARTE, C. (2002), "Dental paleopathological profiles in the human populations buried at Perdigões (Reguengos de Monsaraz)" Comunicação proferida no âmbito da XIV Biennial European Members Meeting of the Paleopathology Association, Coimbra, 27/31 Agosto 2002.
GIDDENS, Anthony (1979), *Central Problems in Social Theory*, London, Macmillan
GIDDENS, Anthony (1984), *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press
GOMES, Mário Varela (1991) "Corniformes e figuras associadas de dois santuários rupestres do Sul de Portugal. Cronologia e interpretação", *Almansor*, 9, Montemor-o-Novo, pp.17-74.
GOMES, Mário Varela (1994) "Menires e cromeleques no complexo cultural megalítico português - trabalhos recentes e estado da questão", *Estudos Pré-Históricos*, vol.1 (Actas do seminário - O Megalitismo no Centro de Portugal. Mangualde, 1994)), Viseu, p.317-342.
GOMES,Mário Varela (1997), "O menir da Herdade das Vidigueiras (Reguengos de Monsaraz, Évora): resultados dos trabalhos efectuados em 1988", *Cadernos de Cultura da C.M. de Reguengos de Monsaraz*, 1, pp. 17 - 37
GOMES, Mário Varela (s.d.), "Cromeleque do Xarez. A Ordenação do Caos", Memórias D'Odiana, 2, Estudos Arqueológicos do Alqueva,Beja, EDIA, pp.17 - 192
GONÇALVES, J. L. M., (1979), "O Monumento Pré-histórico da Praia das Maçãs: Arqueologia e Cerâmica Pré– Campaniforme", *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, IIIª Série, nº85, Lisboa, p. 3-33.
GONÇALVES, J. L. Marques (1982-83), "O Monumento Pré-Histórico da Praia das Maçãs (Sintra). Notícia Preliminar", *Sintria*, vol I – II, p. 29-58.
GONÇALVES, José Pires (1976), "Novos menires gravados no paraíso megalitico de Monsaraz", Vº Congresso de Estudios Extremeños, Badajoz
GONÇALVES, Victor dos Santos (1987), "O povoado pré-histórico da Sala nº1 (Pedrogão, Vidigueira). Notas sobre a campanha 1(88)", *Portugália*, Nova Série, Vol.III,

Porto, p.7-16.
GONÇALVES, Victor dos Santos (1988/89), "A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz)", *Portugália*, NS, Vol.IX-X, Porto, p.49-63.
GONÇALVES, Victor dos Santos (1989), *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Ocidental, uma aproximação integrada*, Lisboa, INIC, 2 vols.
GONÇALVES, Victor dos Santos (1990/91), "TESP 3: o povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz)", *Portugália*, Nova Série , XI-XII, Porto, p.51-72.
GONÇALVES, Victor dos Santos (1992), *Revendo as Antas de Reguengos de Monsaraz,* Lisboa, UNIARQ/INIC
GONÇALVES, Victor dos Santos (1994), "A primeira metade do 3° milénio no centro/sul de Portugal. Algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 34(3-4), (Actas do 1° Congresso de Arqueologia Peninsular,vol. IV), Porto, SPAE, pp.117 - 131
GONÇALVES, Victor dos Santos (1995), " O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas novas perspectivas, sem esquecer as antigas", *Estudos Pré-históricos*,Vol. I, (Actas do Seminário -O Megalitismo no Centro de Portugal. Mangualde, Novembro de 1994), Viseu, p.115-135.
GONÇALVES, Victor dos Santos (1996), "Pastores, agricultores e metalurgistas em Reguengos de Monsaraz: os 4° e 3° milénios". *Ophiussa* 1, Lisboa, Edições Colibri/ Instituto de Arqueologia da FLUL, pp.77 - 96
GONÇALVES, Victor dos Santos (1999), *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*, Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz
GONÇALVES, Victor dos Santos. (2001), "A Anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4, n°2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.116 - 206
GONÇALVES, Victor dos Santos (2002a), "Intervenções arqueológicas em monumentos do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz na área a inundar pela barragem do Alqueva: um ponto da situação em fins de 2001", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5, n° 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.39 – 65
GONÇALVES, Victor dos Santos (2002b), "Lugares de povoamento das antigas sociedades camponesas entre o Guadiana e a Ribeira do Álamo (Reguengos de Monsaraz)", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5, n° 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.153 - 189
GONÇALVES, Victor dos Santos (2003a), "Comer em Reguengos, no Neolítico. As estruturas de combustão da Área 3 de Xarez 12", *Muita Gente, Poucas Antas? Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo*, Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.81 - 99
GONÇALVES, Victor dos Santos. (2003b), "A Anta 2 da Herdade dos Cebolinhos (Reguengos de Monsaraz, Évora)", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 6, n° 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.143 - 166
GONÇALVES, V.S. et alli (1992), "Regungos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão", Setúbal Arqueológica, 9-10, Setúbal, pp.391 - 412
GONÇALVES, V.S. et alli (1997), "A Estela-Menir do Monte da Ribeira (Reguengos de Monsaraz, Alentejo, Portugal)", Brigantium,10, A Coruña, Museo Arqueolóxico e Histórico Castelo de San Antón, pp.253 - 254
GONÇALVES, V.S. & SOUSA, A.C., (1997a), "A propósito do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e das origens do megalitismo no Ocidente peninsular", Actas do colóquio internacional O Neolítico Atántico e as Orixes do Megalitismo, Santiago de Compostela, p.609-634.
GONÇALVES, V.S. & SOUSA, A.C., (1997b), "Uma primeira notícia sobre a ocupação pré-histórica do sítio de Areias 15 (Reguengos de Monsaraz, Évora)", Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz, n°1, Reguengos de Monsaraz, pp. 71 - 97
GONÇALVES, V.S. & SOUSA, A.C. (2000), "O grupo megalítico de Reguengos de

Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente Peninsular (espaços de vida, espaços de morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz", *Muitas Antas, Pouca Gente?* , Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo, (V. Gonçalves, ed.), Trabalhos de Arqueologia, 16, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.11 - 104
GONÇALVES, V.S. & SOUSA, A.C. (2003), "Novos dados sobre o grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: o limite oriental", *Muita Gente, Poucas Antas? Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo*, Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo, Cadernos de Arqueologia, 25, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.199 - 226
GONZÁLEZ CORDERO, A. et alli (1993), "Evolución, yacimientos y secuencia en la Edad del Cobre en la Alta Extremadura", *Actas do 1º Congresso da Arqueologia Peninsular*, II, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol 33, 3-4, Porto, SPAE, pp.239 - 256
GUERRA, A. V. & FERREIRA, O.da V., "Inventário dos Monumentos Megalíticos dos arredores da Figueira da Foz", *Arquivo de Beja*, p. 45 -56.
HALL, Edward T.(1986), *A Dimensão Oculta, Lisboa*, Relógio
D'Água.
HODDER, Ian (ed), (1982a), *Symbolic and Structural Archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press.
HODDER. Ian (1982b), *Symbols in Action.Ethnoarchaeological studies of material culture*, Cambridge, Cambridge University Press.
HODDER, Ian (ed), (1987a), *The archaeology of contextual meaning*, Cambridge, Cambridge University Press.
HODDER, Ian (1987b), "Contextual Archaeology: an interpretation of Çatal huyuk and a discussion of the origins of agriculture", *Institute of Archaeology Bulletin* 24, p.43-56
HODDER, Ian (1990). *The Domestication of Europe,* Oxford, Basil Blackwell.
HODDER, Ian (ed.), (2000), *Towards reflexive method in archaeology: the example of Çatalhöyük,* Cambridge, Mc'Donald Institute for Archaeological Research & London, British Institute of Archaeology at Ankara.
HODDER, Ian (ed), (2001), "Introduction: A Review of Contemporary Theorectical Debates in Archaeology", *Archaeological Theory Today*, Cambridge, Polity, pp.1 – 13.
HOSKIN, Michael (1998),"Studies in Iberian Archaeoastronomy: (5) Orirentations ofMegalithic Tombs of Northern and Western Iberia", Archaeoastronomy, nº 23 (Jha, xxix (1998)), Cambridge, Science History Publications Ltd, pp.39 -92
HURTADO PEREZ, Víctor (1978), "Los idolos del Calcoliticoen el occidente peninsular", *Habis, 9,* Sevilha, Publicaciones de la Universidad de Sevilha, pp. 357 - 364.
HURTADO PEREZ, Víctor (1986), "El Calcolitico en la Cuenca Media del Guadiana y la Necropolis de La Pijotilla", *Revista de Arqueologia* 14. Porto., GEAP, pp.83 – 103.
HURTADO PÉREZ, Víctor (1991), "Informe de las Excavaciones de Urgencia en 'La Pijotilla'. Campaña de 1990", *Extremadura Arqueológica*, II, Mérida – Cáceres, p.45-67.
HURTADO PEREZ, Víctor (1995), "Interpretación sobre la Dinámica Cultural el la Cuenca Media del Guadiana (IV – II milenios A.N.E.)", *Extremadura Arqueologica,* V, Cáceres – Mérida. p. 53 – 80.
HURTADO PÉREZ, Víctor. (1999), "Los inicios de la complejización social y el camapniforme em Extremadura", *SPAL*, 8, Sevilha, Universidade de Sevilha, p.47 - 83.
HURTADO PÉREZ, V. e AMORES, F.(1982) "Relaciones culturales entre el Sudoeste Frances y La Pijotilla (Badajoz) en el Calcolitico", *Habis*, 13, Sevilha, Publicaciones de la Universidad de Sevilha, pp.189-209.
HURTADO PÉREZ, V., MONDÉJAR FERNÁNDEZ DE QUINOCES, P. e PECERO ESPÍN, J.C. (2000), "Excavaciones en la Tumba 3 de La Pijotilla", *SPAL*, 8, Sevilha, Universidade de Sevilha, p.47 - 83.
JORGE, Susana Oliveira (1990a), "Dos Últimos Caçadores-Recolectores aos Primeiros

Produtores de Alimentos", J.Serrão e A. H. (dirs), *Nova História de Portugal. Portugal das origens à romanização, Lisboa,* Editorial Presença, p.75 - 101
JORGE, Susana Oliveira (1990b), "A consolidação do sistema agro-pastoril", J.Serrão e A. H. (dirs), *Nova História de Portugal. Portugal das origens à romanização, Lisboa,* Editorial Presença, p.102 - 162
JORGE, Susana Oliveira (1990c), "Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia"", J.Serrão e A. H. (dirs), *Nova História de Portugal, Portugal das origens à romanização, Lisboa,* Editorial Presença, p.163 - 212
JORGE, Susana Oliveira (1994), "Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectórias das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular, Porto", *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, vol.XI, Porto, pp. 447-546.
JORGE, Susana Oliveira (1999a), "Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação", *Actas do Colóquio A Pré-História na Beira Interior*, Estudos Pré-Históricos, 6, Viseu, pp.279 - 293.
JORGE, Susana Oliveira (1999b), *Domesticar a Terra*, Lisboa, Edições Gradiva.
JORGE, Susana Oliveira (2002), "Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal", *Revista Património, Estudos: ciências e técnicas aplicadas ao património*, nº 3, Porto, IPPAR pp.145 - 163.
JORGE, S. O, OLIVEIRA, M.L., NUNES, S.A. e GOMES, S. (1998 - 99), "Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa)", *Portugália*, Nova Série, vol. XIX - XX, Porto, pp.29 - 70.
JORGE, Vítor Oliveira (1972), "Jazidas 1 e 2 do Monte da Faia (Rio Caia, Portalegre) Notícia preliminar". *O Arqueólogo Português*, S.3, vol.VI, Lisboa, MNAE, pp. 79-107.
JORGE, Vítor Oliveira (2002), "Arqueologia dos monumentos da Pré-história recente - algumas sugestões interpretativas", *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, I série vol.1, Porto, pp.13 - 26.
JORGE, V. O. & CUNHA SERRÃO, E.(1971), "Materiais líticos da jazida pré-histórica do Porto da Bôga (Curso Superior do Rio Caia)", *Actas do II Congresso Nacional de Arqueolgia*, Coimbra, p. 79-92.
JORGE, V. O. & JORGE, S.O.(2000), "A 'monumentalização' das paisagens durante a pré-história: alguns contributos para um debate", *Era Arqueologia*, nº1 Lisboa, Era/Colibri, pp.100 111
KALB, P. & HOCH, M.(1997), "O Povoado fortificado, calcolítico do Monte da Ponte, Évora", II Congresso de Arqueologia Peninsular. Tomo II - Neolítico Calcolítico y Bronce, Zamora, Fundácion Rei Afonso Henriques, pp. 417 - 423
KENT , Susan (ed.), (1990), "Activity areas and architecture: an interdiscilinary view of the relationship between use of space and domestic builts environments" , *Domestic architecture and the use of space : an interdisciplinary cross-cultural stu*dy. New Directions in Archaeology., Cambridge, Cambridge University Press, p.127 - 152.
LAGO, M. et alli (1997), *Relatório final dos trabalhos de salvamento arqueológico do Povoado Pré-Histórico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz), Era Arqueologia, Lda., Policopiado. 2 vols.*
LAGO, M.et alli (1998), "Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz) dados premelinares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 45 – 152.
LAGO, M. & ALBERGARIA, J. (2001),"Cabeço do Torrão (Elvas): Contextos e interpretações prévias de um lugar do Neolítico Alentejano", *Era Arqueologia, 4, Lisboa, Era/Colibri, pp.38 - 62*
LAGO, M. & ALBERGARIA, J. (no prelo),"Cabeço do Torrão (Elvas): contextos megalíticos", *Comunicação apresentada no 2º Simpósio Transformação e Mudança: tempo, construção do espaço e paisagem*, Cascais, 1995.
LAST, Jonathan (1997)"The nature of History", *Interpreting Archaeology. Finding Mening in the Past*, (Ed. Hodder et all), London, Routledge, p.141 - 157

LEFEBVRE, Henri (1974), *La Production de L' Espace*, Paris, Anthropos
LEISNER, G. (1949), "Antas dos Arredores de Évora", *Estudos de História Arte e Arqueologia*, Edições Nazareth, Évora, pp. 15 e 67.
LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951, 1985), *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*, Lisboa, UNIARCH/INIC.
LEISNER, V. & FERREIRA, O. da V "Monumentos Megalíticos de Trigache e A - Da – Beja", *Comunicações Serviços Geológicos*, tomo XLV , Lisboa, p. 297 – 337.
LEISNER, V. & FERREIRA, O. da V., (1961), "Primeiras Datas de Radiocarbono 14 para a Cultura Megalítica Portuguesa", *Revista Guimarães*, vol. LXXIII, nº 3-4, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 358-366.
LEISNER, V. et alli (1969), "Les Monuments Préhistoriques de Praia das Maçãs et Casainhos", Memória nº16, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
LÉVI-STRAUSS, Claude (1953, 1974), "La notion de structure en ethnologie", *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon, pp.303-351
MALONE, Caroline (1989), *Avebury*, London, B.T. Batsford Ltd / English Heritage
MARQUES, T. (coord.), (1995), *Carta Arqueológica de Portugal, Concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real se Sto. António, Castro Marim e Alcoutim*, SEC, IPPAR, Lisboa, p. 169, 225 e 287.
MARTIN DE LA CRUZ, J.C. (1983/84), "Precisiones en torno a la cronologia antigua de Papa Uvas (Aljaraque.Huelva)", *Clio,* 1, Lisboa. p.93 – 104.
MARTIN DE LA CRUZ, J.C. (1985a), *Papa Uvas I(Aljaraque. Huelva). Campañas de 1976-79,* Excavaciones Arqueológicas en España, 136, Madrid
MARTIN DE LA CRUZ, J.C. (1985b)" Nueva interpretacion sobre los poblados en el estuário del Tinto Odiel**",** *Huelva Arqueológica* VII , Huelva. p.161 – 204.
MARTIN DE LA CRUZ, J.C. (1986a), *Papa Uvas II (Aljaraque. Huelva). Campañas de 1981 – 83.* Excavaciones Arqueológicas en España 149. Madrid
MARTIN DE LA CRUZ, J.C (1986b)," Aproximacion a la secuencia de habitat en Papa Uvas (Aljaraque, Huelva)". *Homenaje a Luis Siret.* Sevilha.p.227 – 241
MARTIN DE LA CRUZ, J.C & MIRANDA ARIZ, J. (1988), "El poblado Calcolítico de Valencina de la Concepcion (Sevilha) : una revisión critica", *Cuadernos de Prehistoria e Arqueologia de la Universidad Autonoma de Madrid,* 15, Madrid. pp.37 – 67
MAUSS, Marcel (1904/05, 1974), "Ensaio sobre as variações sazoneiras das sociedades esquimó", *Sociologia e Antropologia*, vol.2, São Paulo, EPU, pp. 237-331
MELLO, O. A. P. de et alli (1961), "O Monumento Pré-Histórico da Bela-Vista (Colares)", *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portuga*l, tomo XLV, Lisboa, p.237-249.
MOLINA LEMOS, L. (1980), "El Poblado del Bronce I del Lobo (Badajoz)", *Noticiario Arqueologico Hispanico,* 9, Ministerio da Cultura. p. 41 –130.
OBERMAIER, Hugo (1919), *El Dolmen de Matarrubilla (Sevilla)*, Comisión de InvestigacionesPalentológicas y Prehistóricas, Memoria nº 26, Madrid, Museo Nacional de Ciencias Naturales.
PARKER PEARSON, M. & RICHARDS, C., (1994), "Ordering the world: perceptions of architecture, space and time", *Architecture and Order. Approaches to social space, (Parker Pearson e Richards eds.),* London, Routledge, pp.1 - 37
PARREIRA, Rui (1983), " O Cerro dos Castelos de S. Brás (Serpa). Relatório preleminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980", *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 1, Lisboa, MNAE, pp.149-168.
PARREIRA, Rui (1990), "Considerações sobre os milénios IVº e IIIº a.C. No Centro e Sul de Portugal", Estudos Orientais, 1, Lisboa, pp. 27 – 40
PARREIRA, Rui (1997), "Alcalar. O Território, os Lugares Habitados e as Criptas Mortuárias dos 4º e 3º Milénios A. C.", *Noventa séculos entre a serra e o mar*, Lisboa, IPPAR, p. 191 – 205.
PARREIRA, R. & MORÁN, H., (s.d.), Desdobrável da exposição sobre Alcalar patente

no Museu Nacional de Arqueologia.
PAUL-LÉVY, F. & SEGAUD, M. (1983), *L'Anthropologie de l'Espace*, Paris, Centre Georges Pompidou/CCI
PINA, Henrique Leonor (1962), "A Anta 2 da Azinheira (Reguengos de Monsaraz)", Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, SPAE, pp.25 - 46
POLLARD R. & REYNOLDS A.(2002), *Avebury. The biography of a landscape*, Stroud, Tempus Publishing, Lda
RAPOSO, L. & SILVA, A.C. (1980-81), "A estação 'Langudocense' do Xerez de Baixo (Guadiana), *Setúbal Arqueológica*, 6-7, Setúbal, pp.37 - 88
RENFREW,C.& BAHN,P. (1991), *Archaeology.Theories, Methods and Practice*, London, Thames and Hudson.
RENFREW, C.& ZUBROW, E. B. W. (eds), (1994), *The Ancient Mind. Elements of Cognitive Archaeology*, New Directions in Archaeology, Cambridge, Cambridge University Press
RIBEIRO, Carlos (1880), "Notícias de algumas estações e monumentos pré-históricos", *Memória apresentada à Real Academia de Sciências de Lisboa*, vol.II, Lisboa, p. 74 – 86.
ROCHA, António dos Santos (1900), "Antiguidades Prehistóricas do Concelho da Figueira, 4ª parte", Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 204 – 208.
ROCHA, António dos Santos (1904) "Dolmens de Alcalar", *Boletim da Sociedade Archeologica da Figueira*, 2, Figueira da Foz, pp. 40 – 45.
ROCHA, António dos Santos (1911), "Materiais para o estudo da Idade do Cobre em Portugal", Figueira da Foz.
RUIZ MATA, Diego (1975a),"Ceramicas del Bronce del Poblado de Valencina de la Concepcion (Sevilha) : Los Platos", *Cuadernos de PreHistoria e Arqueologia de la Universidad Autonoma de Madrid*, 2, Madrid, pp. 123 – 150
RUIZ MATA, Diego (1975b), "Ceramicas del Bronce del Poblado de Valencina de la Concepcion (Sevilha)", *Madrider Mitteilungen* 16, Madrid, pp. 80 – 110
RUIZ MATA, Diego (1983), " El yacimiento de la Edad del Bronce de Valencina de la Concepcion (Sevilha) en el Marco Cultural del Bajo Guadalquivir", *Actas del 1º Congresso de Historia de Andalucia* (1976), Prehistoria e Arqueologia, Cordoba, pp.183 – 207
SANCHES, Maria Jesus (1997), *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 2 vols.
SANCHES, Maria Jesus (2000), "As gerações, a memória e a territorialização em Trás-os-Montes (V.º - II.º mil. AC). Uma primeira aproximação ao problema ", *Pré-História Recente na Península Ibérica* (actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular - 1999), Porto, ADECAP, p.123 - 146
SANTOS, Manuel F. dos (1967), "A necrópole tipo tholos de Santiago do Escoural – Nota Prévia", *O Arqueólogo Português*, 3ª série, vol. 1, Lisboa, MNAE, p. 107 – 113.
SANTOS, M. F. & FERREIRA, O. da Veiga, (1969), "O monumento eneolítico de Santiago do Escoural", *O Arqueólogo Português*, 3ª série, vol. 3, Lisboa, MNAE, p. 37 – 63.
SAUSSURE, Fernand de (1966), *Course in General Linguistics*, New York, McGraw-Hill
SERRALHEIRO, A. S. C. & ANDRADE, R. F. , (1961), "O Monumento Megalítico do Monte das Pereiras", *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, p. 503 –511.
SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO, 1989 - Folha 473 Reguengos de Monsaraz, escala 1/25 000, Serviço Cartográfico do Exército.
SHANKS, Michael (1992), *Experiencing the Past: on the character of Archaeology*, London, Routledge
SHANKS, M., TILLEY, C. (1987), *Re-Constructing Archaeology. Theory and Practice*, London, Routledge, 2ª edição

SHANKS, M. & HODDER, I. (1995)," Processual, Post processual and interpretive archaeologies", *Interpreting Archaeology – Finding meaning in the past,* (Ian Hodder et alli, ed.), London, Routledge, pp. 3 – 29
SHERRAT, Andrew (1981), "Plough and pastoralism: aspects of the secondaryproducts revolution", Pattern of the Past, (Hodder, ed.). Cambridge, Cambridge University Press, pp.261 - 305.
SILVA, António Carlos (1994), "Problemática das 'indústrias macrolíticas' do Guadiana", *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, p. 71-89.
SILVA, Carlos Tavares da (1983), "As primeiras comunidades Neolíticas", *História de Portugal*, vol.1, Lisboa. Ed. Alfa, pp.73-81.
SILVA, C.T. da & SOARES, J. (1976-77), "Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve", *Setúbal Arqueológica*, vol.II-III, Setúbal, pp.233-250.
SILVA, C.T. da & SOARES, J. (1986) ,"Intervenção Arqueológica na Vila do Torrão : ocupação Calcolítica", 1º *Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (Setúbal, 1985), Lisboa, IPPC., Trabalhos de Arqueologia, 03, pp.103-114.
SILVA, C.T. da & SOARES, J. (1987), "O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba I - escavações arqueológicas de 1982-86. Resultados preliminares", *Setúbal Arqueológica*, 8, Setúbal, pp.16 – 43
SILVA, C.T. da & SOARES, J. (1988), "O povoado fortificado da Idade do Cobre do Monte da Tumba (Torrão). Cinco anos de escavações arqueológicas", *Movimento Cultural*, nº 4, pp. 16-31.
SILVA, C.T. da & SOARES, J. (2000), "Capturar a Mudança na Pré-História Recente do Sul de Portugal", *Pré-História Recente na Península Ibérica (actas do 3ºCongresso da Arqueologia Peninsular - 1999), Porto, ADECAP, p.213 - 224.*
SILVA, C.T. da & SOARES, J. (2002), "Porto das Carretas. Um povoado fortificado do vale do Guadiana", *Almadan*, 2ª série, 11, pp. 176 - 180
SILVANO, Filomena (2001), *Antropologia do Espaço: uma introdução*, Oeiras, Celta
SOARES, A. M. & ARNAUD, J. M. (1984), "Escavações do Sepulcro Megalítico MV2 (V.V. Ficalho, Serpa)", *Arquivo de Beja*, Vol. I , II Série, Beja, pp. 67 –81.
SOARES, A.M.& CABRAL, J.M.P. (1987), "O Povoado calcolítico do Monte da Tumba. Cronologia Absoluta", *Setúbal Arqueológica*, 7, Setúbal, pp.155 - 165.
SOARES, A.M.& CABRAL, J.M.P. (1993), "Cronologia Absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal", *Iº Congresso de Arqueologia Peninsular*,Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol.II, Porto, SPAE, pp. 217-235.
SOARES, A.M et alli, (1994), "Vestígios da Prática da Metalurgia em Povoados Calcolíticos da Bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança", *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana,* Huelva. Pp 165-200
SOARES, J. & SILVA, C.T. da (1992), "Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos" *Setúbal Arqueológica*, IX-X, Setúbal, MAEDS, pp.37-88.
THOMAS, Julian (1996), *Time, Culture and Identity. An Interpretive Archaeology*, London, Routledge,
THOMAS, Julian (2001), " Archaeologies of Place and Landscape", *Archaeological Theory Today* (Ian Hodder, ed.), Cambridge, Polity.
TILLEY, Christopher (ed), (1990), *Reading Material Culture. Structuralism, Hermeneutics and Post-Structuralism*, Oxford, Blackwell
TILLEY, Christopher (1991), *Material culture and Text. The art of the ambiguity*, London, Routledge
TRINDADE, L. & FERREIRA, O. da V. (1956), "A Necrópole do Cabeço da Arruda (Torres Vedras)", *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, tomo XXXVIII, Porto.
TRIGGER, Bruce G.(1986), *A History of Archaeological Thought*, Cambridge, Cambridge University Press
VALERA, António Carlos (1997), *O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda):*

aspectos da calcolitização da bacia interior do Mondego, Textos Monográficos I, Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
VALERA, António Carlos (1998a), "A neolitização da bacia interior do Mondego", A pré-História na Beira Interior, CEPHBA, 6, pp. 131 – 148
VALERA, António Carlos (1998b), "Análise da componente cerâmica", Miguel Lago et alli (1997), "Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1, nº 1, Lisboa, IPA, p. 80 – 104.
VALERA, António Carlos(1998c), "Análise da componente metalúrgica", Miguel Lago et alli, "Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997", Revista Portuguesa de Arqueologia, 1, nº 1, Lisboa, IPA, p. 137 – 140.
VALERA, António Carlos (2000a), "Pensar o tempo: critérios para uma periodização da Pré-História Recente da bacia interior do Mondego", *Pré-História Recente na Península Ibérica* (actas do 3ºCongresso da Arqueologia Peninsular - 1999), Porto, ADECAP, p.147 - 160
VALERA, António Carlos (2000b), "Moinho de Valadares e a transição Neolítico Final/Calcolítico na margem esquerda do Guadiana. Uma análise preliminar", *Era Arqueologia*, nº1, Lisboa, Era/Colibri, pp.24 – 37
VALERA, António Carlos(2000c), "Em torno de alguns fundamentos e potencialidades da Arqueologia da Paisagem", *Era Arqueologia*, nº1 Lisboa, Era/Colibri, pp.112-121
VALERA, António Carlos (2000d), "O Monte do Tosco 1", *Era Arqueologia*, nº2, Lisboa, Era/Colibri, pp.32 -51
VALERA, António Carlos(2001), "A ocupação pré-histórica do sítio do Mercador (Mourão)", *Era Arqueologia*, nº 3, Lisboa, Era/Colibri, pp.42 - 57
VALERA, António Carlos (2003), "O abandono de povoados fortificados calcolíticos no Ocidente Peninsular", *Era Arqueologia*, nº5, Lisboa, Era/Colibri, pp.127 - 147
VALERA, António Carlos (2003, no prelo), "A propósito de recintos murados do 4º e 3º milénios AC: dinâmica e fixação do discurso arqueológico", *Actas da Mesa-Redonda: Recintos Murados na Pré-história recente*, Porto, Flup, Maio de 2003.
VALERA,António Carlos. (no prelo), "Arqueologia e Teoria da Acção: notas sobre uma relação ainda recente", *Era Arqueologia*, nº6, Lisboa, Era/Colibri
VALERA, A.C., LAGO, M., DUARTE, C. & EVANGELISTA L.S. (2000), "Ambientes funerários no complexo arqueológico dos Perdigões:uma análise preliminar no contexto das práticas funerárias calcolíticas no Alentejo", *Era Arqueologia*, nº2, Lisboa, Era /Colibri, p.84 - 105
VALERA, A. C. & FELIPE, I., (no prelo), "O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticasno contexto da calcolitizaçãodo Sudoeste Peninsular", Era Arqueologia, nº6, Lisboa, ERA/Colibri
VALERA, A. C., et alli., (2004), "As sociedades agro pastoris na margem esquerda do Guadiana. 2ª metade do IV aos inícios do II milénio AC)", Texto monográfico em preparação. Era – Arqueologia, S.A.
VEIGA, S. P. M. E. da, (1886), *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, I, Lisboa.
VEIGA, S. P. M. E. da, (1889), *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, III , Lisboa.
VIANA, Abel (1953), "O monumento megalítico da Folha da Amendoeira (Odivelas)", *Zephyrus*, nº4, Salamanca, p. 241 – 263.
VIANA, Abel (s.d.) " O monumento da Nora Velha", *Arquivo de Beja*, Beja, pp. 181 – 188.
VIANA, A. et alli, (1961), "O monumento Pré-histórico do Monte Velho (Ourique)", *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, p. 482 – 492
VIANA, A. et alli (1960), "O monumento pré-histórico da Malha Ferro (Panóias)", *Revista de Guimarães*, Vol. LXX, (1-2), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 21 – 26.

VIANA, A. & DEUS, A. D. de, (1957), "Mais alguns dólmens da região de Elvas", *Actas do IV Congreso Nacional de Arqueologia*, Burgos 1955, Zaragoza , p. 92 e 93.
VIANA, A. & FERREIRA, O. da V., (1961), "Um túmulo de "tipo alcalarense" nos arredores de Aljustrel", Revista Guimarães, n° 71 (1 –2), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 247 – 254
VIANA, A. et alli (1961), "Descoberta de dois monumentos de falsa cúpula na região de Ourique", *Revista Guimarães*, n° 71 (1 –2),, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 5 – 12
VIANA, A. et alii (1959), "Contribuição para o conhecimento da cultura megalítica do Baixo Alentejo", *I Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol I, Lisboa, p. 200 e 203.
VILAÇA, Raquel (2000), "Registos e leituras da Pré-história recente e da Proto - história antiga da Beira Interior", *Pré-História Recente na Península Ibérica* (actas do 3° Congresso de Arqueologia Peninsular - 1999), Porto, ADECAP, p.161 - 182
WHITTLE, Alasdair (1996), *Europe in the Neolithic: the creation of new worlds,* Cambridge, Cambridge University Press.
ZAFRA DE LA TORRE, N., HORNOS MATA, F. & CASTRO LÓPEZ, M. (1999), " Una macro-aldea en el origen del modo de vida campesino : Marroquíes Bajos (Jaén) c. 2500 – 200 cal ANE ", Trabajos de Prehistoria 56, Madrid, pp.77 - 102
ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da V. (1967), "Acerca de uma "tholos" encontrada em Castro Marim", *O Arqueólogo Português*, série III, vol. I, Lisboa, MNAE, p. 11 – 17
ZBYSZEWSKI et alli (s.d), "Nota sobre a Gruta da Ponte da Laje (oeiras) e a 'Tholos' do Monge (Sintra) ", *XXIII Congresso Luso– Espanhol para o progresso das Ciências*, tomo VIII, p.89-91.

7 ANEXOS

7.1 SEPULCROS DE FALSA CÚPULA (THOLOI): LISTAGEM E MAPA DE DISTRIBUIÇÃO

1. Cabecinha Grande
2. Folha das Barradas
3. Vale de S. Martinho 1
4. Vale de S. Martinho 2
5. Bela Vista
6. Praia das Maçãs
7. Agualva
8. Monge
9. Trigache 4
10. Tituaria
11. Barro
12. Cabeço da Arruda 2
13. Serra das Mutelas
14. Pai Mogo
15. Perdigões
16. Olival da Pega2b
17. Olival da Pega2d
18. Olival da Pega2e
19. Comenda 2b
20. Farisoa 1b
21. Ambrósios
22. Vale de Rodrico
23. Santiago do Escoural
24. Folha da Amendoeira
25. Monte da Boiça 1
26. Lousal 3
27. Monte das Pereiras
28. Monte do Outeiro
29. Amendoeira Nova
30. Cerro do Gatão
31. Monte Velho
32. A-dos-Tassos
33. Malha Ferro
34. Nora Velha
35. Marcela
36. Torre dos Frades 1 e 2
37. Arrifes
38. Castro Marim
39. Eira dos Palheiros
40. Alcalar 2
41. Alcalar 3
42. Alcalar 4
43. Alcalar 5
44. Alcalar 6
45. Alcalar 7
46. Alcalar 8
47. Alcalar 9
48. Monte Velho1
49. Monte Velho 2
50. Monte Velho3
51. Cabeça do Charrino
52. Serra da Vila
53. Conchada ou A-da_Beja
54. Samarra
55. Monte Branco
56. Perdigoa 2
57. Monte da Velha 1
58. Messejana
59. Albernoa
60. Amoreira
61. Barrancos
62. Vidigal Velho
63. Nora

N.C.
0 10 Km 50 Km
Era - Arqueologia Lda
Planta escavada e com ortostatos
Câmara em muro/falsa cúpula e corredor ortostático
Câmara em muro/falsa cúpula e corredor em muro
Outro
Supulcro indeterminado/informação escassa ou indisponível